

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

FABIANO PEREIRA SILVA

JUVENTUDE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO:
A EMERGÊNCIA DO ESTUDANTE PRECARIZADO NO CONTEXTO DA REFORMA
DO ENSINO SUPERIOR, SUA INSERÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL E OS
CONFLITOS NO CAMPO POLÍTICO UNIVERSITÁRIO

JOÃO PESSOA
2018

FABIANO PEREIRA SILVA

**JUVENTUDE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO:
A EMERGÊNCIA DO ESTUDANTE PRECARIZADO NO CONTEXTO DA REFORMA
DO ENSINO SUPERIOR, SUA INSERÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL E OS
CONFLITOS NO CAMPO POLÍTICO UNIVERSITÁRIO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Tereza Queiroz.

JOÃO PESSOA
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586j Silva, Fabiano Pereira.

JUVENTUDE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: A emergência do estudante precarizado no contexto da reforma do ensino superior, sua inserção no movimento estudantil e os conflitos no campo político universitário. / Fabiano Pereira Silva. - João Pessoa, 2018.

281 f. : il.

Orientação: Tereza Queiroz. Tese
(Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Juventude. Política. Movimento Estudantil. 2.
Ensino Superior. Campo Político. I. Queiroz, Tereza. II.
Título.

UFPB/BC

FABIANO PEREIRA SILVA

**JUVENTUDE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO:
A EMERGÊNCIA DO ESTUDANTE PRECARIZADO NO CONTEXTO DA REFORMA
DO ENSINO SUPERIOR, SUA INSERÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL E OS
CONFLITOS NO CAMPO POLÍTICO UNIVERSITÁRIO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA



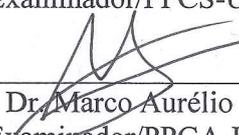
Prof.^a Dr.^a Tereza Queiroz
(Orientadora/PPGS-UFPB)



Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
(Examinador/PPGE/PPGS-UFPB)

Prof. Dr. Rogério Medeiros
(Examinador/PPGS-UFPB)

Prof. Dr. Vanderlan Silva
(Examinador/PPCS-UFCG)



Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella
(Examinador/PPGA-UFPB)

Dedico esta tese aos meus pais, João Francisco e Edilma Silva, pelo apoio incondicional. Minhas raízes, fonte primeira de leitura do mundo e os primeiros a me dar régua e compasso, o resto foi consequência.

À Marcos dos Santos, Daniel de Souza, Jonheiny Jerônimo Alves e Matheus Peixoto. Estudantes que, juntos, foram até as últimas consequências pela permanência no ensino superior agregando dezenas de outros a esta luta.

A todos e todas que fizeram e fazem o movimento estudantil da UFPB, principalmente aos que participaram desta pesquisa. A experiência de vocês no ME, suas conquistas e derrotas são o legado para as gerações de militantes que virão.

AGRADECIMENTOS

A minha companheira Geanne Lima. Talvez, o mais difícil desses quatro anos não tenha sido a tese entre nós, mas nós mesmos. E sobrevivemos. Te amo!

Aos meus pais, meus irmãos, sobrinho e sobrinha, enfim, à minha família, minha base e raiz.

A professora Tereza Queiroz que nos acompanha nos trabalhos de orientação desde o mestrado. Com seu humor, competência teórica e metodológica na área da sociologia nossos encontros de orientação eram sempre animados e muito proveitosos. Tereza tem uma característica que, talvez, poucos orientadores tenham: saber ouvir seu orientando e dar-lhe autonomia dentro dos limites que um trabalho como este exige. Nestes anos de “aprendiz de feiticeiro” não poderia ter tido parceria melhor.

Aos estudantes Bárbara Santos, Hiolytta, Eveline, Raissa C. Leocádio da Silva, Maria Eduarda, Conceição Vieira, Marcos dos Santos, Daniel de Souza, Jonheiny Jerônimo Alves, Matheus Peixoto (Presto), Claudio Alves Júnior (Barbicha), Rodrigo Azevedo Alves Júnior, André Luiz da Costa Gomes (Deco), Inocência Soares, Felipe Bezerra, Felipe Lima Soares, Cleiton Tomaz de Souza (Alph), Iago Lucena, Bruno da Silva Barbosa. Grato pelas contribuições sem as quais esta pesquisa não seria possível.

Aos professores Rogério Medeiros, Charliton Machado, Vanderlan Silva e Marco Aurélio por ter aceitado o convite de participar em nossa banca de defesa e pelas contribuições a este trabalho.

Aos professores de curso de Ciências Sociais da UFPB, entre eles: Mauro Koury, Ana Montoia, Tereza Queiroz, Monica Franch, Marcos Ayala, Ariosvaldo Diniz, Adriano de Leon, Aécio Amaral, Samir Perrone, Giovanni Boaes, Marcela Zamboni, Rogério Medeiros, Paulo Tarso de Medeiros, Roberto Véras, Terence Mulhall e Teresa Cristina Furtado Matos. Grato pelo aprendizado.

Ao professor Wellington Pereira e a oportunidade de ter participado do GRUPECJ (Grupo de Pesquisa Sobre o Cotidiano e Jornalismo) que, de forma interdisciplinar, agregou estudantes de diversas áreas com foco na pesquisa e publicação.

Aos amigos e amigas Wagner Ramos, Edilza França, Tamara Antas, Kaline Vieira (Gaatã), Adriana Caires, Prof. Carlos Augusto, Alcyra Cotta, Marcel Manfrin (que sempre me perguntava como ia a tese); Gabriela Carreiro e Leonardo Ferreira da Silva parceiros de biblioteca que nos diálogos e trocas de ideias íamos nos apoiando e buscando forças para continuar.

À Miles Davis pela trilha sonora que nos ajudou na escrita desta tese.

À Capes pela concessão da bolsa de doutorado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 00.

Pode-se dizer, em geral, que os dados experienciais, intelectuais e emocionais à disposição dos membros de uma certa sociedade não são uniformemente dados a todos eles; em lugar disso, o fato é que cada classe tem acesso apenas a um conjunto daqueles dados, restritos a um “aspecto” particular. Desse modo o proletário muito provavelmente apropria-se de apenas uma fração da herança cultural de sua sociedade, e isto conforme a maneira de seu grupo (MANNHEIM, 1982, p. 73).

RESUMO

Este trabalho se insere no campo dos estudos sociológicos que abordam a interface juventude e política. O longo histórico de participação de jovens, através do movimento estudantil (ME), nos principais acontecimentos políticos brasileiros que engendraram mudanças, o credenciam como um ator político importante. Ao longo de décadas, a pauta deste movimento esteve ligada à sua condição de classe (média) que, de modo geral, girou em torno da luta pela ampliação do acesso e a qualidade da educação no ensino superior no Brasil. No entanto, a partir de 2007, a implantação de ações governamentais com vistas à ampliação e democratização do acesso à universidade, possibilitou a ascensão de camadas populares da sociedade brasileira nesta área de ensino. Diversas mobilizações e atos políticos do movimento estudantil têm evidenciado a precariedade da assistência ao estudante que visa garantir a permanência dos e das estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior. Desta forma, analisamos se de fato a mudança na base social da universidade pública federal reflete num novo momento das mobilizações estudantis pautadas na sobrevivência/permanência do estudante na universidade e como o estudante se torna um sujeito político no contexto atual da expansão e retração do ensino superior no Brasil. Nossa pesquisa faz uso da metodologia qualitativa a partir do levantamento bibliográfico; da observação e anotações da pesquisa etnográfica feita com os grupos e coletivos do ME durante nossa inserção no campo de pesquisa; de entrevistas com estudantes etc. Além disso, analisamos dados quantitativos do MEC e INEP que expressam a expansão do ensino superior, bem como documentos da UFPB sobre a assistência estudantil nesta instituição. Nossa análise tem por base as contribuições teóricas de Thompson, a partir do conceito de experiência desenvolvido por este; de Bourdieu, com o conceito de campo político, *habitus* entre outros; e de Eder Sader, com a noção de sujeito coletivo que desenvolve práticas de ação coletivas a partir do reconhecimento de interesses em comum. Os resultados apontam para uma expansão da universidade pública federal, a partir de políticas públicas governamentais (como REUNI, Lei de Cotas, PNAES etc.), assim como para a chegada de grandes parcelas das classes populares ao ensino superior. Problemas com a manutenção das políticas públicas de assistência estudantil evidenciaram situações de precarização das condições de permanência do e da estudante na universidade. Observamos que o reconhecimento recíproco desta situação gerou grupos que passaram a desenvolver uma identidade comum estabelecendo laços de sociabilidade e práticas de ação política próprias. Assim, é através do movimento estudantil que se dá os movimentos de mudança, no campo político universitário, com a incorporação de novos atores, de novas demandas e a afirmação formas peculiares de ações coletivas.

Palavras-Chave: Juventude. Política. Movimento Estudantil. Ensino Superior. Campo político.

ABSTRACT

This work falls within the field of sociological studies that approaches the youth and political interface. The long history of youth participation through the student movement (ME) in the main Brazilian political events – which engendered changes and accreditation – placed the student movement as an important political actor. Throughout the decades the movement's goal was linked to its condition of (middle) class which, generally, rotated around the struggle to ampliation of the quality and access to higher education in Brazil. However, since 2007, the implementation of governmental actions aiming to increase and democratization of the access to university enabled the access of the lower layers in higher education. Several student mobilizations and political movements have demonstrated a precariousness of student assistance that aims to guarantee the permanence of socioeconomic vulnerable students in higher education. Thus, we analyzed whether the change in university social base reflects a new moment of student mobilization – the ones that aim the survival / permanence of the student – and how the student becomes a political agent in the current scenario of expansion and retraction of Brazilian higher education. Our research uses the qualitative methodology from bibliographic survey; it also uses the observation and notes taken with the groups and collectives during our insertion in the research field (which were based on the ethnographic research); and also interview with the students. In addition, we analyzed quantitative data from MEC and INEP which express an expansion of higher education, as well as documents from UFPB about its student assistance. Our analysis is based on Thompson's theoretical contributions – his concept of experience, Bourdieu's concepts of political field, *habitus*, among other; Eder Sader's notion of collective individual that develops practices of collective actions from the recognition of common interests. The indicators point to an expansion of the federal public university, such as the REUNI, the Law of Quotas, the PNAES, etc., as well as for the arrival of large amounts of the lower classes to higher education. Problems with the maintenance of student assistance public policy evidence situations of precariousness conditions of the student permanence in the university. We observed that the reciprocal acknowledgments have created groups that started to grow a common identity that permitted the construction of sociability bonds and their own political action practices. Thus, it is through the student movement that the movements of change in the university political field take place, with the incorporation of new actors, new demands and the affirmation of peculiar forms of collective action.

Keywords: Youth. Policy. Student Movement. Higher education. Political field.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Bolsas do Prouni ofertadas por ano	131
Gráfico 2: Orçamento das Universidades Federais referente ao Pnaes.....	135
Gráfico 3: Bolsas ofertadas pelo Programa Bolsa Permanência.....	136
Gráfico 4: Relação quantitativa de obras no período de 2010 a 2013.....	144
Gráfico 5: Distribuição de Recursos Empenhados por Tipologia de Obra.....	145
Gráfico 6: Número de cotistas matriculados por ano.....	148

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Panorama da expansão universitária.....	133
Quadro 1 – Benefícios Permanência concedidos pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)	150, 151
Quadro 2 – Metas para a assistência ao estudante estabelecidas no Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB para o quinquênio 2014 – 2018.....	152
Quadro 3 – Números relativos à assistência estudantil em 2013.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT: Associação brasileira de gays, lésbicas e transgêneros
ALCA: Área de Livre Comercio das Américas
ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AI-5: Ato Institucional nº 5
AP: Ação Popular
ADUFPB-JP: Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
ALN: Ação Libertadora Nacional
AUS: Associação Universitária Santarritense
AUI: Associação Universitária Interamericana
ANEL: Assembleia Nacional de Estudantes Livres

CA's: Centros Acadêmicos
Cordel: Coletivo Representativo de Docentes em Luta
CUT: Central Única dos Trabalhadores
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CCS: Centro de Ciências da Saúde
CONUNE: Congresso da UNE
COLINA: Comando de Libertação Nacional
CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores
CHESF: Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CNI: Confederação Nacional da Indústria
CGT: Comando Geral dos Trabalhadores
CRUTAC: Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CONSEPE: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI: Conselho Universitário
CONSEPE: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

DA's: Diretórios Acadêmicos
DI-GB: Dissidência Guanabara
DI-SP: Dissidência de São Paulo
DCE: Diretório Central dos Estudantes

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
Enuds: Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual
ENES: Encontros Nacionais de Estudantes

FLN: Frente de Libertação Nacional
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FMI: Fundo Monetário Internacional
FIES: Fundo de Financiamento Estudantil

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
IES: Instituições de Ensino Superior
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

ME: Movimento Estudantil
MEB: Movimento de Educação de Base
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MEC-USAID: Ministério da Educação - United States Agency for International Development
MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MESS: Movimento Estudantil de Serviço Social
MEPR: Movimento Estudantil Popular Revolucionário
MFP: Movimento Feminino Popular

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil
PBP: Programa Bolsa Permanência
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PT: Partido dos Trabalhadores

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SISU/MEC: Sistema de Seleção Unificada
SRU: Superintendência de Restaurantes Universitários
SENCE: Secretaria Nacional de Casas de Estudantes

POLOP: Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PP: Partido Popular
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB: Produto Interno Bruto
PROUNI: Programa Universidade para Todos
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PRN: Partido da Reconstrução Nacional
PNE: Plano Nacional de Educação
PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAPE: Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PSS: Processo Seletivo Seriado
PSC: Partido Social Cristão
PCR: Partido Comunista Revolucionário
PEC 55: Proposta de Emenda à Constituição n° 55

Reuni: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU: Restaurantes Universitários
RUMF: Residência Universitária Masculina e Feminina da UFPB

SIGAA: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária
UDN: União Democrática Nacional

UNB: Universidade de Brasília
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
UNEB: Universidade do Estado da Bahia
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB: Universidade Federal da Paraíba
UFCG: Universidade Federal de Campina Grande
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UJC: União da Juventude Comunista-Brasil
UJS: União da Juventude Socialista
UBES: União Brasileira de Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – O MOVIMENTO ESTUDANTIL É UM MOVIMENTO DE JUVENTUDE. REVISITANDO AUTORES CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS	36
1.1 Karl Mannheim e os estudos sobre a geração e juventude	37
1.1.1 – Geração.....	37
1.1.2 – Juventude.....	41
1.1.3 – Apontamentos sobre o conceito de geração e juventude em Karl Mannheim.....	43
1.2 Marialice Foracchi: a sociologia do jovem e do estudante na sociedade moderna brasileira	44
1.2.1 O Estudante e a participação no processo de transformação social	45
1.2.2 Juventude e sociedade moderna	49
1.2.3 O legado de Foracchi: balanço de sua contribuição e o desafio da compreensão da juventude e do movimento estudantil no século XXI	56
1.3 Juventudes. A experiência de ser jovem e sua atuação política na contemporaneidade	59
1.3.1 O ambiente moderno contestado	59
1.3.2 A transformação da paisagem sociocultural e seus efeitos sobre o processo de socialização do jovem	63
1.3.3 O comportamento político dos jovens.....	69
CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DE UMA EXPERIÊNCIA: O “FAZER-SE” DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO E SEU PROTAGONISMO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO (DA FORMAÇÃO DA UNE AO FINAL DOS ANOS 1990)	75
2.1 A UNE	75
2.1.1. As primeiras demandas e as disputas internas.....	78
2.1.2 Jango e os estudantes pela defesa dos princípios democrático.....	82
2.2 Autoritarismo	85
2.2.1 A invasão da UNB, a criação da Lei Suplicy e os Acordos MEC-USAID	85
2.2.2 O desmanche das instituições de representação política e a radicalização dos estudantes	89
2.2.3. 1968 e a utopia jovem	93
2.2.4. O AI-5, o “milagre econômico” e o recuo do movimento estudantil	98
2.2.5. Geisel e a difícil democracia	100
2.2.6. O fim do bipartidarismo, a renovação sindical e a emergência de novos sujeitos políticos	102
2.2.7. A retomada do movimento estudantil	104
2.3. Lutas pela democracia	105

2.3.1. A derrota das Diretas Já e a constituição cidadã	105
2.3.2. As contradições do movimento estudantil... os estudantes se dispersam	107
2.3.3. A década de 1990 e a volta das mobilizações de massa do ME.....	111
2.3.4. Fora FHC, fora FMI e a defesa da educação e da universidade pública	115
2.4. A incorporação dos movimentos identitários na pauta estudantil.....	119
2.4.1. O movimento feminista.....	119
2.4.2. O movimento pela diversidade sexual.....	121
2.4.3. O movimento pela questão racial	123
CAPÍTULO 3 – QUE A UNIVERSIDADE SE PINTE DE POVO: UNIVERSIDADE PÚBLICA, REFORMA E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E MOVIMENTO ESTUDANTIL NO NOVO MILÊNIO.....	127
3.1. As políticas públicas do governo Lula e Dilma para a educação superior	129
3.1.1. Programa Universidade para Todos (PROUNI).....	131
3.1.2. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).....	132
3.1.3. Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012)	133
3.1.4. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).....	134
3.1.5. Programa Bolsa Permanência (PBP).....	135
3.2. Universidade pública e projeto de sociedade	138
3.3. A UFPB no quadro das mudanças institucionais do novo milênio	141
3.3.1. As cotas na UFPB	147
3.3.2. A assistência ao estudante na UFPB	149
CAPÍTULO 4 – TRAJETÓRIAS DE VIDA: A POLITIZAÇÃO DO LUGAR E A FORMAÇÃO DE UM NOVO SUJEITO POLÍTICO.....	161
Davi de Souza.....	162
Rogério Alves.....	167
Nívea Santos.....	174
Natália Vieira.....	179
João Batista.....	183
Carlos Marighella.....	188
Virginia Rodrigues	192
Carlos Lamarca.....	196
CAPÍTULO 5 – AS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS ESTUDANTIS E O CAMPO POLÍTICO UNIVERSITÁRIO	202
5.1 Atos, lutas e protestos.....	202
A luta contra a repressão policial	202

Ocupação da Reitoria (março de 2015).....	204
Ato dos estudantes pelo Auxílio Moradia (janeiro de 2016).....	206
Greve de Fome (fevereiro de 2016)	209
Ocupa UFPB (novembro de 2016).....	222
Ocupação da Reitoria pelos estudantes residentes (maio de 2017).....	225
5.2 O campo político universitário.....	228
Em que consiste?.....	229
O polo dominante	230
O polo concorrente	232
Disposição, aliados e impasses do polo concorrente.....	238
Considerações finais.....	245
REFERÊNCIAS	255
APÊNDICE.....	265
ANEXOS	266

INTRODUÇÃO

Compreender a relação juventude e sociedade tem sido um grande desafio para as ciências sociais. Isto porque se trata de um “objeto” marcado não só pelos processos de socialização que lhe impõe modos de agir e pensar, mas igualmente marcado pelas mudanças do ritmo biológico do corpo humano, suas diferentes contextualizações históricas e culturais, suas diferenciações e seus distintos significados ao longo do tempo.

Desta forma, o jovem se encontra em meio a um momento confuso, pois se vê, em determinado estágio de sua vida, na porta de entrada do mundo adulto ao mesmo tempo que, ainda imaturo, precisa vivenciar processos de socialização que o levará à vida adulta.

Neste meio tempo, dependendo da classe social que ocupa, do gênero, de estilos de vida, do local que habita entre outras situações, o jovem pode viver as experiências mais diversas possíveis. O fato de – muitas vezes – ainda não está enredado completamente no *status quo* da sociedade e de possuir o tempo livre, lhe abre um leque de oportunidades que as gerações mais avançadas já não gozam.

Assim, a participação nos movimentos políticos que ocorrem no âmbito da sociedade constitui uma das expressões dos modos de ser e vivenciar a juventude. Em diversos momentos de nossa história recente, os jovens protagonizaram movimentos que engendraram mudanças decisivas nos processos políticos do Brasil.

Os anos de 1960 são um marco importante nos estudos acadêmicos sobre a juventude brasileira. Neste momento, o foco recai sobre o prisma político. Nas décadas anteriores a este período, o jovem era visto como um adulto em potencial. Assim, cabia a ele repetir os passos de seus pais rumo à ascensão social numa trajetória de vida sem muita diferenciação de papéis entre o que é ser jovem e adulto. No entanto, a efervescência política e cultural dos anos 1960 em todo o mundo liberou o desejo de auto expressão juvenil evidenciando, a partir de então, toda uma cultura jovem com suas formas próprias de ser, de pensar e de se vestir.

Esta ruptura se dá no momento em que se percebe as amarras e as exigências que recaem sobre os jovens das sociedades marcadas pelo autoritarismo, a hierarquia e a burocracia das instituições estatal, escolar e familiar. Isto ficou evidente nos episódios de Maio de 1968, na França; na Primavera de Praga, na Tchecoslováquia, também em 1968 e no movimento hippie americano. Todos eles protagonizados por jovens que através de movimentos contraculturais e

políticos contestaram os valores tradicionais, o poder militar e econômico de suas respectivas sociedades.

No Brasil, assim como em boa parte da América Latina, não foi diferente. A repressão militar fechou os canais de diálogo entre a sociedade civil e o Estado. O autoritarismo atingiu sua expressão máxima com as torturas e mortes daqueles que se opunham ao regime. Visando assegurar a dominação política e a manutenção do capitalismo – que neste período amplia a internacionalização do capital e o controle sobre as organizações populares, sindicatos e partidos políticos e de oposição – os militares engendraram uma série de reformas no ensino superior numa clara tentativa de atender demandas da classe média, com a expansão do ensino superior e o que chamaram de “modernização” da universidade adequando-a às exigências do mercado. A resposta da juventude brasileira se deu através do movimento estudantil que atuou como grupo de pressão e contestação aos desmandos do governo.

Desta forma, entre os anos 1960-70, o enfoque político se tornou a chave de interpretação da sociologia brasileira (IANNI, 1962; FORACCHI, 1965, 1972) nos primeiros estudos sobre a juventude. Neste momento, a participação política do jovem se deu através de sua inserção em organizações e instituições representativas estudantis que atuaram guiadas pelos marcadores ideológicos que apontavam para uma sociedade igualitária, livre das formas de opressão e democrática.

Com a redemocratização, iniciada nos anos 1980, tem início o processo de contração do movimento dos estudantes – resultado também da intensa repressão sobre o ME e suas lideranças durante a ditadura – que se viu frente ao desafio de repensar a reestruturação das entidades estudantis desativadas pelos militares e rever sua pauta e táticas de luta no contexto democrático. Neste momento, diversas pesquisas e estudos, acadêmicos ou não, surgem abordando a atuação política juvenil no Brasil e no mundo com o olhar voltado para o contexto sociopolítico dos anos 1960-70 (DIRCEU; PALMEIRA, 1998; CONH-BENDIT, 1987; MATOS, 1989; MENDES JR., 1982; PAOLI, 1985).

Nos anos 1990, a ênfase dos estudos sobre a juventude se desloca para as expressões culturais com foco nas novas práticas de sociabilidades entre os jovens que apontam para uma diversificação das formas de se viver a juventude. A cidade se torna um espaço privilegiado de troca de experiências a partir da possibilidade de encontros, da prática de modismos, consumo e de lazer; da mobilidade que oferece e do pertencimento aos grupos e tribos urbanas. Neste contexto, aumenta o espaço de influência dos meios de comunicação e a presença da internet no cotidiano do jovem. Estas mudanças foram captadas nos trabalhos de Vianna (1987), Abramo (1994), Sposito (1994), MARTÍN-BARBERO (2006) entre outros.

Ainda nos anos 1990, atos de corrupção do poder executivo abriram espaço para mais uma atuação dos estudantes em todo Brasil que protagonizaram o “Fora Collor” numa das últimas ações em massa do ME. Neste momento, trabalhos como o de Mische (1997) procuraram captar a especificidade daquelas mobilizações marcadas pela dispersão das redes juvenis num contexto social, cultural e político mais diverso perpassado por projetos pessoais e coletivos muitas vezes contraditórios. Assim, a autora destaca a categoria “estudante” para se pensar a diversidade de projetos juvenis em que a identidade de “cidadão” toma o primeiro plano.

O aparelhamento das entidades estudantis por partidos políticos tem sido apontado por alguns estudos (MESQUITA, 2006; BARBOSA, 2002; SANTANA, 2007) como uma das possíveis causas da perda da organicidade do movimento estudantil. No entanto, além do aparelhamento outras questões podem ser apontadas como: a maior complexidade da população estudantil, a crise das formas de representação política, a emergência de novas demandas políticas e identitárias, o descolamento entre líderes e base do movimento, a nova dinâmica da vida estudantil num cenário de crescente competitividade entre outros.

Isto se revela, principalmente, no desinteresse de grande parte dos e das estudantes pela organização política estudantil que se reflete numa crise de representação de suas entidades.

Nos anos 2000, novos estudos retomaram o prisma político das experiências juvenis ressaltando a incorporação da pauta de movimentos identitários (Feminista, Negro e LGBT) na agenda de lutas do movimento estudantil (MESQUITA, 2006). Por sua vez, Costa (2004) evidencia as novas formas de organização e atuação dos estudantes a partir da reflexividade dos atores e sua habilidade de analisar constantemente suas práticas sociais.

No entanto, os primeiros anos do novo século trouxeram mudanças significativas na área da educação, particularmente para as universidades públicas federais. As políticas públicas de reforma para esta área, implementadas nos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), tiveram um impacto não só na expansão da estrutura das universidades públicas federais brasileiras, mas na sua base social permitindo uma maior diversificação do alunado¹.

Isto foi possível a partir de investimentos de uma ampla soma de recursos, por parte do Governo Federal, com vistas à ampliação e a democratização do acesso ao ensino superior. Entre os principais programas e ações governamentais com este caráter podemos citar: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni),

¹ Contudo, a extensão dos investimentos do governo federal no ensino superior vai além das universidades públicas, englobando também políticas públicas para estudantes que desejam financiar seu curso superior em faculdades privadas, como é o caso do PROUNI e FIES.

a Lei de Cotas, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Programa Bolsa Permanência (PBP) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC). Com estes programas e ações, o Governo Federal promoveu o acesso de uma numerosa parcela de estudantes das camadas populares à universidade pública federal.

Segundo dados da pesquisa da Andifes/Fonaprace (2011), 44% dos estudantes das universidades federais brasileiras pertencem às classes C, D e E. Este percentual é ainda maior nas regiões Norte (69%) e Nordeste (52%). Já os estudantes das universidades federais pertencentes a classe A somam 15%. No Nordeste, o percentual de estudantes pertencentes a esta mesma classe é de 12%.

A pesquisa, que abrangeu IES públicas federais de todo o Brasil, comparou os dados com os de uma pesquisa similar feita em 2004. Em relação a composição étnico/racial, de 2004 para 2010, houve um aumento de 5,9% para 8,7% do percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta. Este aumento foi observado em todas as regiões do país. No Nordeste, em 2004, o percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta correspondia a 8,6% passando, em 2010, para 12,5%. Já entre os estudantes de raça/cor/etnia preta e parda houve um aumento de 34,2%, em 2004, para 40,8% em 2010. Os estudantes universitários pretos e pardos concentram-se, em grande parte, nas classes C, D e E, sendo 43,7%, em 2004, e 53,3% em 2010 (ANDIFES/FONAPRACE, 2011, p.23).

Esta nova configuração é resultante, sobretudo, da institucionalização nestes últimos anos das várias políticas de inclusão, em especial das várias modalidades de ações afirmativas e também do programa de expansão das Universidades Federais. **O aumento do universo de estudantes de raça/cor/etnia preta e parda, majoritariamente nas classes C, D e E, evidencia o importante papel dessas políticas na democratização do acesso à universidade pública** (ANDIFES/FONAPRACE, 2011, p.23, grifo nosso).

Contudo, estas ações têm dividido opiniões quanto aos propósitos almejados. Para Dias Sobrinho,

por mais benéficas e necessárias que sejam, as políticas de “democratização” da educação superior, por via de ampliação de matrículas e ações afirmativas de inclusão social, apresentam sérios limites que não serão transpostos em curto espaço de tempo. [...]. O principal obstáculo para a “democratização” e expansão da educação superior é a **vulnerabilidade de grande parte da população brasileira** (DIAS SOBRINHO, 2010, p.1237).

Nossa pesquisa mostra que a inclusão das camadas populares da sociedade brasileira ao ensino superior público federal tem se dado de forma precarizada. Isto se dá, principalmente,

com os constantes atrasos do repasse de verbas destinadas à assistência estudantil que visam garantir a permanência dos e das estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, outros fatores têm contribuído para a situação de precarização do estudante no ensino superior como: a crise política e econômica que se instalou a partir do segundo governo Dilma e os cortes de verbas na educação superior, a burocratização das instâncias de decisão da universidade, problemas com fornecedores que prestam serviços ligados a questão da assistência ao estudante e até mesmo o descaso e omissão de gestores e funcionários.

Isto posto, ao chegar no ensino superior, o estudante de baixa renda pode se deparar com condições precárias de permanência durante seus anos de estudos. Sem poder contar com um aporte financeiro extra, muitos desistem da universidade, principalmente aqueles e aquelas que se deslocam de seu local de origem para estudar em outras cidades.

Conseqüentemente, a disposição do estudante em permanecer na instituição e continuar seus estudos o impulsiona a pensar em estratégias de sobrevivência. Isto tem ensejado também lutas pela obtenção de recursos e apoios como forma de enfrentar o problema. A desistência – quando há – não se dá sem resistência. No entanto, neste momento, os estudantes que vivenciam tal situação se deparam com a fragilidade e problemas das instituições de representação estudantil (CA's, DA's, DCE etc.) que nem sempre estão abertas para abrigar as demandas e pautas colocadas por sua base social. Neste momento, a resistência se dá não só por parte daqueles e daquelas que tem vivenciado esta situação, mas também por grupos e coletivos que atuam de forma independente e por fora das organizações estudantis tradicionais se solidarizando com a situação.

Em nossa pesquisa – que procurou se ater e a estudar estes pontos levantados nos limites da UFPB, Câmpus de João Pessoa – constatamos diversas intervenções políticas dos e das estudantes motivadas em grande parte por questões ligadas à assistência estudantil. Algumas delas são: Greve de fome (fevereiro de 2016), Ocupação da Reitoria pelos estudantes independentes (março de 2015); Ocupação da Reitoria pelos estudantes que apoiaram e participaram da greve de fome (março de 2016); Ocupação da Reitoria pelos alunos e alunas da Residência Universitária (maio de 2017); Ato na Reitoria dos estudantes bolsistas em protesto ao atraso no repasse da verba da assistência estudantil (novembro de 2015), além de diversas outras manifestações no Restaurante Universitário evidenciando a má qualidade da comida, os maus tratos aos funcionários e a demanda por ampliação dos serviços do restaurante.

Soma-se a este quadro, os constantes cortes de verbas da educação no atual contexto pós golpe parlamentar-jurídico-midiático² que afastou a presidenta Dilma Rousseff e levou Michel Temer ao poder. Só no ano de 2016, o Ministério da Educação sofreu uma redução de R\$ 4,3 bilhões³ no seu orçamento comprometendo não só o andamento das políticas públicas para o ensino superior, mas o próprio funcionamento das universidades federais brasileiras.

Neste sentido, estudantes tem se mobilizado tanto no plano local como nacionalmente. A União Nacional dos Estudantes (UNE) tem tentado mobilizar o maior número possível de estudantes não só contra os cortes de verba do MEC, mas contra projetos de cunho conservador como o “Escola Sem Partido” e a PEC 55, esta última aprovada em dezembro de 2016 congelando os investimentos do governo federal pelos próximos 20 anos nas áreas da saúde e educação. Diversos atos de protestos e ocupações de universidades em todo Brasil tentaram chamar a atenção da opinião pública contra a aprovação da PEC 55. No entanto, o poder de mobilização da entidade representativa maior dos estudantes universitários, a UNE, já não é a mesma de outros tempos.

Se a UNE já não tem a mesma força de antes na mobilização dos estudantes do ensino superior, o mesmo não se pode dizer dos estudantes secundaristas. Durante nossa pesquisa fomos surpreendidos pela notícia de que mais de 200 escolas da rede estadual de São Paulo foram ocupadas – entre outubro e dezembro de 2015 – por estudantes do ensino médio. O motivo foi a “reorganização escolar” proposta pelo Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que pretendia pô-la em prática a partir de 2016. A “reorganização escolar” previa o fechamento de 94 escolas em todo o estado de São Paulo separando os estudantes do ensino fundamental do ensino médio. A decisão foi totalmente unilateral, não procurou diálogo e muito menos levou em consideração a opinião da comunidade escolar (pais, alunos e professores) que seriam os mais prejudicados. Em meio aos inúmeros protestos, Alckmin suspendeu a reorganização escolar para vitória dos estudantes secundaristas.

Muito embora nosso estudo não contemple as mobilizações estudantis secundaristas, o fato não deve ser passado em branco, tendo em vista que os estudantes romperam com o individualismo e puseram em prática uma sociabilidade de luta que tomou como referência a horizontalidade dos processos decisórios. Além disso, como lembra Campos et al. (2016, p.13), “[...] milhares de estudantes-ativistas forjados nas ocupações e protestos já carregam sua

² Para uma leitura mais detalhada Cf. SOUZA, 2016.

³ Cf. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/veja-o-impacto-do-corte-de-verbas-em-universidades-e-institutos-federais-de-14-estados.ghtml>

experiência de ação autônoma para as universidades e para os locais de trabalho. Muitos frutos tardios ainda estão por vir”.

Até onde temos observado, atualmente, grande parte das mobilizações dos estudantes do ensino superior tem se dado em decorrência de falhas na política de assistência estudantil.

Acreditamos que há mudanças no campo político universitário com a chegada de um novo sujeito político – o estudante precarizado. Consideramos ser um novo sujeito político principalmente pelo fato de ser estudantes oriundos das classes mais populares da sociedade que, ao chegar à universidade, diante dos problemas que encontra para sua permanência, apresentam a demanda da assistência estudantil como condição mínima para permanência no ensino superior.

Desta forma, nos referimos por estudante precarizado jovens das classes populares que ingressaram no curso superior de universidades públicas – seja através de ingresso via ENEM por meio de cotas ou pela disputa geral –, que, geralmente, estudam em polos universitários longe de suas cidades e Estados e que dependem de bolsas ou auxílios financeiros para sua manutenção na universidade.

No entanto, esta é apenas uma definição parcial de estudante precarizado. Os processos de socialização deste estudante na universidade nos levam a pensar a relação entre os condicionamentos sociais e a subjetividade dos sujeitos. Disto, resulta o *habitus* enquanto maneira de percepção do mundo e de ação que gera disposição e baliza seus comportamentos. Tendo em vista a trajetória social dos jovens das classes populares que ascendem ao ensino superior e as condições de existência (precária) vivenciadas em comum por estes jovens na universidade, podemos falar de um *habitus* que é em parte compartilhado. Assim, a condição de precariedade e de incerteza em relação ao curso gera disposições para agir como agente político no campo político universitário através da luta pela assistência estudantil.

Como queremos mostrar, na universidade “[...] os agentes têm sobre este espaço, cuja objetividade não poderia ser negada, pontos de vista que dependem da posição ocupada aí por eles e em que, muitas vezes, se exprime sua vontade de transformá-lo ou conservá-lo (BOURDIEU, 2013, p.162).

Muito embora a pauta da assistência estudantil não seja nova, atualmente ela ganha contornos mais dramáticos. Se antes a reivindicação dos estudantes estava ligada, de modo geral, à luta pela democracia e pela ampliação do acesso e a qualidade da educação no ensino superior; nos dias atuais, a sobrevivência e permanência de muitos estudantes de origem popular na universidade se torna urgente. Não é à toa que a assistência estudantil tem sido prioridade nos protestos do ME. Assim, instaura-se um conflito político em que a questão primeira e mais

essencial de todas passa a ser a garantia das condições mínimas que permita ao estudante estar na universidade. Para que isso ocorra, há um reconhecimento recíproco de carências em comum para defender interesses também em comum. Desta forma, desencadeia-se um processo de constituição de identificações em que se elabora uma identidade coletiva e se definem projetos de mudança⁴.

Certamente, a política de expansão do ensino superior dos governos petista promoveu uma mudança na base social do alunado da universidade pública federal⁵. Isto nos revela uma situação diferente daquela dos anos 1960/70 – e até mesmo das décadas anteriores aos anos 2000 – em que o estudante universitário era, como mostrou Foracchi (1965, 1972, 1982) e Bringel (2009), originário da classe média e sua luta estava ligada a esta condição.

Assim, ao procurar meios para se mobilizar contra este estado de coisas, o estudante se depara com a fragilidade e dispersão tanto das instituições representativas do movimento estudantil (CA's, DA's e DCE, por exemplo) como também dos coletivos e grupos de estudantes⁶ que se mobilizam de forma autogestionária por fora destas instituições. Tais grupos existem e atuam no campo político universitário, no entanto raramente estabelecem uma agenda de ação em comum, pois estão divididos cada um imerso em suas diferentes concepções políticas e táticas de ação.

Desta forma, pretendemos analisar se de fato esta mudança na base social da universidade pública federal reflete um novo momento das mobilizações estudantis pautadas na sobrevivência/permanência do estudante na universidade e como o estudante se torna um sujeito político se inserindo em movimentos coletivos de mudança no contexto atual da expansão e retração do ensino superior. Para isso, se faz necessário:

- I) Verificar, através da noção de experiência, como foram forjadas as mobilizações estudantis desde a criação da UNE, em 1938, com atenção voltada para suas pautas e formas de luta em períodos democráticos e não democráticos do Brasil;
- II) Averiguar os determinantes políticos, sociais e econômicos que estão por trás da política de ampliação do ensino superior brasileiro – que propiciou uma entrada massiva de estudantes de origem popular na universidade – mas que,

⁴ Mais detalhes no 3º Capítulo.

⁵ É o que nos mostra a pesquisa de TREVISOL e NIEROTKA (2016).

⁶ No caso da UFPB, alguns deles são: Levante, Correnteza, Tecladinho Vermelho, União Juventude Socialista (UJS), Assembleia Nacional de Estudantes Livres (ANEL), Estudantes independentes, Coletivo EmpodeRI (Coletivo de mulheres do curso de Relações Internacionais da UFPB), Juventude Socialista Brasileira (JSB) Juventude Articulação de Esquerda (JAE), entre outros.

contraditoriamente, tem falhado e gerado políticas de assistência estudantil precárias dificultando sua permanência neste espaço;

- III) Analisar o impacto dessa precarização para o estudante e seu esforço para superá-la, através da auto-organização em movimentos coletivos de mudança, a partir da reivindicação da assistência ao estudante na universidade dentro do quadro de lutas do movimento estudantil e,
- IV) Apreender o conflito que se instaura a partir da noção de campo político universitário, espaço marcado por diferentes posições, que exprimem diferentes interesses e que estão em disputa pelo monopólio da competência política que confere poder de decisão sobre os recursos disponíveis no campo.

Outros pontos não menos importantes também serão abordadas, como: a descrença e questionamento das formas institucionais de representação, valorização da autonomia e ação direta nos protestos estudantis, a memória histórica do movimento estudantil e sua contribuição na elaboração de identidades, os conflitos entre os diversos grupos que compõe o ME etc. Se, como afirmamos, há uma mudança no campo político universitário com a chegada de um novo sujeito político e a reafirmação da demanda da assistência estudantil, se faz necessário compreender o sentido dessa mudança.

Para atingirmos o objetivo assim traçado pretendemos analisar o movimento estudantil a partir da contribuição teórica de dois autores, são eles: Thompson (1987, 1981, 1984) e Bourdieu (1983, 1996, 2011, 2012). Do primeiro, nos será útil o conceito de experiência que nos permitirá olhar para a história e o presente do ME e o seu “fazer-se”. Do segundo autor, nos interessa o conceito de campo social para pensarmos o que estamos chamando aqui neste trabalho de campo político universitário, os diversos agentes que o compõe, as lutas internas e as diferentes estratégias postas em prática etc.

Entendemos que, no conceito de experiência, está implícito que os atores políticos não estão dados, mas se constituem num “fazer-se”, num processo de reconhecimento recíproco de situações vivenciadas em comum. Assim, a experiência, para Thompson, “[...] compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. E continua: “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e **refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo**” (THOMPSON, 1981, p.15 e 16, grifo nosso).

É o despertar desta reflexão, que revela o enredo da vida no ser social, que estamos chamando de consciência social. Desta forma, pensando a questão dentro do campo conceitual desenvolvido por Thompson (1981, 1984) poderíamos dizer que, para que o estudante se engaje num movimento de mudança, se faz necessário que, através da experiência, o ser social (estudante) desperte a consciência social (reflexão sobre as questões materiais vivenciadas). Assim, a consciência social é ativada a partir da experiência vivida pelo estudante que, no caso aqui estudado, evidencia situações de injustiça, exclusão, precarização entre outras e que pode levá-lo a se engajar num movimento de mudança.

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p. 16, grifo do autor).

Portanto, estamos em “diálogo” direto com as contribuições de Thompson (1987, 1981, 1984) ao centrar foco na ação de sujeitos e grupos na sua relação com o mundo material e cultural que se dá via experiência individual ou coletiva construída historicamente no seu fazer cotidiano.

Como mostra Gohn,

Para análise dos movimentos sociais populares o legado metodológico de Thompson nos leva a observar o cotidiano das camadas populares, no sentido de apreender como o vivenciam. **A situação de carência ganha relevância, não pela objetividade da coisa em si, mas pela forma como as pessoas vivenciam as carências. Os sentimentos de injustiça e de exclusão surgem desta vivencia e podem, em determinados contextos, expressar-se socialmente como revolta.** São momentos de ruptura da ordem na vida das pessoas e não da ordem social mais ampla (GOHN, 2008, p. 204-205. Grifo nosso).

Mas o que estamos chamando aqui de campo político universitário? A noção de campo encontra em Bourdieu (1996; 2011; 2005) um de seus principais tradutores dentro da sociologia. De modo geral, este autor circunscreve as práticas sociais dentro da noção de campo, entendida enquanto espaço social em que ocorrem constantes disputas internas entre os diferentes agentes que o compõem.

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Estas posições estão objetivamente definidas, em sua existência e nas determinações que impõem sobre seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação presente e potencial na estrutura de distribuição de poder (ou capital) cuja posse ordena o acesso a vantagens específicas que estão em jogo no campo, assim como por

sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (BOURDIEU, 2005, p.150, tradução nossa).

Partindo de Bourdieu, propomos pensar a universidade enquanto espaço social atravessado por relações de poder – o que chamamos aqui de campo político universitário. É neste campo político que se desenvolve o movimento estudantil enquanto agente em disputa com outros dentro do campo. Como um microcosmo da sociedade, o campo possui regras de funcionamento específicas que regulam as posições dos diferentes agentes (pessoas, grupos e instituições) dentro do campo que mobilizam diferentes capitais em constante disputa pela hegemonia no seu interior.

Acreditamos que o conceito de campo de Pierre Bourdieu pode nos ser útil na identificação dos diferentes agentes que atuam no campo político universitário, suas posições, estratégias e recursos utilizados no jogo político. Assim, ao mapearmos a estrutura do campo, descortina-se, num dos extremos, o polo dominante (gestão central/burocrática da universidade) e no outro o polo concorrente (os estudantes mobilizados). Isto nos será útil para identificar como se relacionam estes dois polos no campo político universitários, os tipos de capitais que mobilizam e como legitimam sua atuação no campo; a chegada de novos sujeitos no campo e os conflitos decorrentes etc. Isto nos permitirá observar quais os objetos de disputa em jogo nesta relação, bem como a conseqüente ação política que resulta da tensão constante entre os agentes do campo.

Compreendemos o movimento estudantil enquanto experiência política de jovens (secundaristas e universitários) em ações coletivas de mudança de sua época constituído por sujeitos, grupos, coletivos e instituições de diferentes orientações políticas e ideológicas e que tem como pauta temas relacionados à educação e correlatos. Sua organização pode se dar de forma institucional, ou seja, via órgãos de representação estudantil, podendo ocorrer também através de coletivos ou, como acontece com bastante frequência, via ações auto-organizadas por grupos de estudantes independentes.

Como estamos tratando do movimento estudantil universitário, a ação política dos estudantes vai se dar no campo político universitário⁷ e sua pauta se dirige, quase sempre, à gestão central/burocrática da universidade. Sendo um movimento constituído por sujeitos, coletivos, grupos e instituições de diferentes orientações políticas e ideológicas entendemos que não há uma unidade homogeneizadora⁸ que não seja a geracional. No entanto, advertimos que o fenômeno da geração não se reduz apenas ao fator biológico que determina o ritmo de vida e

⁷ Mas que podem extravasar este campo estendendo sua luta para o espaço maior da sociedade.

⁸ Como a classe social é nos trabalhos de Thompson, por exemplo.

as formas de ser e estar na sociedade. Para além disso, a geração é compreendida também como um conjunto de experiências históricas vivenciadas e partilhadas de forma mais intensa por determinados sujeitos num dado período de suas existências. Assim, juventude é o elemento em comum dos sujeitos – mulheres e homens – que compõe o ME⁹.

Para Bringel (2009), só é possível falar em movimento estudantil quando as reivindicações dos estudantes apresentam alguns elementos mínimos que estão presentes nos demais movimentos sociais como:

Definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; [...] trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente (BRINGEL, 2009, p.102).

O autor destaca ainda algumas características específicas do movimento estudantil, são elas: a) em se tratando de uma força social conjuntural, suas lutas tem um objetivo específico de curto prazo, o que não impede que exista uma linha de ação de médio ou longo prazo; b) A ação coletiva dos estudantes sofre influência do ritmo do ano letivo acadêmico que, por sua vez, atua como elemento desmobilizador na medida que rompe com a sequência das ações estudantis; c) o “relevo geracional” que impele os participantes de mobilizações anteriores a se desvincular da universidade, impedindo, com isto, que o ME disponha de um “capital militante” acumulado de outras reivindicações; d) organização pendular que contempla vários graus de estruturas e organicidade, sendo as assembleias o coração da atividade política do ME; e) convergência de um amplo espectro ideológico na composição do ME variando da socialdemocracia até a esquerda mais radical. No entanto o autor adverte que nem todo movimento estudantil é de esquerda, podendo, assim, assumir um caráter de direita (BRINGEL, 2009, p.102-103).

Tendo em vista que o movimento estudantil é um movimento composto por jovens de origem social pluriclassista e fragmentado por diferentes concepções políticas, trabalharemos com a noção de juventude e geração – desenvolvida por Mannheim e Foracchi – como elemento que vai nos permitir agrupar os jovens militantes do movimento estudantil para uma melhor compressão deste enquanto movimento social de juventude¹⁰.

O caminho percorrido para a realização de nossa pesquisa foi traçado a partir da metodologia qualitativa. Com o intuito de obter um “retrato” da experiência histórica dos jovens

⁹ Ainda assim, acreditamos que é possível verificar algumas exceções.

¹⁰ Por exemplo, poderemos explorar questões como: a transmissão da herança cultural (Mannheim) e a crise do sistema societário, que se reflete nas instituições, e seus impactos sobre a juventude (Foracchi).

no ME, analisamos a atuação política juvenil a partir da fundação da UNE (1937) aos dias atuais para pensarmos a diferença do ME hoje e suas especificidades em comparação com outras épocas. Para isso foi necessário a pesquisa em livros, teses, artigos, sites oficiais, documentos disponíveis etc. Entretanto, sendo este um trabalho de sociologia e não de história, nossa análise centra foco no período de 2007 a 2017, momento em que tem início e consolidação da reforma do ensino superior, através do REUNI, e a consequente expansão das universidades federais brasileiras e a emergência de um novo sujeito político no ME que estamos chamando aqui de “estudante precarizado”.

Para melhor compreender este período, exploramos dados quantitativos do Relatório Programa Universidade Participativa da UFPB (2013); dados do STI-UFPB sobre matrículas e sistemas de cota; dados do Relatório de Gestão da UFPB de 2016 relativos à assistência estudantil desta instituição; dados estatísticos do Censo da Educação Superior, do INEP; dados do MEC (2014) sobre a democratização e expansão da educação superior no Brasil entre 2003-2014 etc. As informações oriundas de diferentes instituições nos permitiu fazer o levantamento dos números relativos aos investimentos no ensino superior nos últimos anos, a quantidade de alunos beneficiados, as expectativas, em termos numéricos, em relação a estes investimentos; os números relativos a expansão da universidade demonstrados por ano entre outros.

Para a análise qualitativa, fizemos, inicialmente, um levantamento do estado da arte de nosso objeto de estudo, ou seja, a juventude e o movimento estudantil. Neste momento, constatamos uma grande quantidade de textos que tratavam das mobilizações políticas juvenis principalmente no contexto dos anos de 1960-70, o que nos motivou a seguir em frente com a pesquisa sobre as práticas mais atuais de organização e ação dos estudantes.

Para tanto, foi necessário conhecer de perto o cotidiano dos estudantes do ensino superior, suas pautas e práticas organizativas e as mobilizações que acontecem no espaço social da universidade, chegando, algumas vezes, a ir além desta.

Assim, realizamos um estudo etnográfico no câmpus I da UFPB (João Pessoa) que nos permitiu uma aproximação entre pesquisador e pesquisado do qual emerge, segundo Beaud e Weber (2015), o “raciocínio etnográfico”. Segundo os autores, este reúne duas especificidades: o contato direto e o estudo de caso. Portanto, pudemos acompanhar as mobilizações, atos, protestos, reuniões, ocupações e não apenas ver, mas buscar compreender a sociabilidade política da juventude contemporânea.

Laville e Dionne (1999), mostram que o estudo de caso visa não apenas uma descrição, mas aprofundar um conhecimento sobre algo sobre o qual já se tem estudos. Assim, o estudo de caso trouxe à tona novos elementos que antes não estavam à vista ou que não existiam. Isto

nos obrigou a reexaminar os caminhos da pesquisa e até mesmo rever hipóteses e ideias sustentadas até então.

O estudo do movimento estudantil, tema bastante pesquisado, tanto na História quanto na Sociologia, nos impeliu a buscar algo particular das mobilizações estudantis contemporâneas. Isto nos revelou aspectos do presente que indicavam a correspondência entre as pautas e mobilizações estudantis com as políticas de inclusão e expansão das universidades públicas brasileiras possibilitadas pelo Reuni.

Observar esta correspondência nos obrigou a repensar a pesquisa, trabalhar com novos elementos antes não levados em conta, rever a abordagem e redirecionar o olhar. Neste movimento de se reexaminar, fomos atraídos por manifestações públicas de estudantes que não eram lideradas pelas entidades representativas; o que nos levou a seguir esta pista e focar principalmente no ator coletivo que se expressava e suas práticas. Chegamos a compreensão de um movimento estudantil que é diversificado e que acontece no que denominamos de campo político universitário – espaço de relações onde se localizam diferentes agentes do qual emerge o e a estudante que levanta a pauta da assistência estudantil.

Isso foi possível a partir de nossa inserção no campo de pesquisa – que se deu bem antes da admissão no doutorado em Sociologia da UFPB. A adoção de um caderno de campo nos ajudou no registro de tudo que pudesse ser útil. Nos permitiu, portanto, anotar ideias, fatos ocorridos, lembretes, livros, textos, falas e até mesmo os “pensamentos marginais”, como sugere Wright Mills (2009).

Durante a pesquisa, ficava cada vez mais claro que havia uma profunda fragmentação que se abatia sobre o movimento estudantil, evidenciando a existência não de um movimento, mas de diversos movimentos estudantis coexistindo na universidade mostrando as diferenças que o separam da sociabilidade militante dos anos 1960-70. Mas, mais que isso, a pesquisa de campo nos mostrou também que a atuação política dos estudantes não tinha como objetivo apenas promover mudanças na área da educação e na universidade, como em outros tempos, mas, de forma mais pragmática, visava garantir a permanência dos e das estudantes dos setores populares na universidade.

Para compreender melhor este ponto, lançamos mão da entrevista não-estruturada (ou não-dirigida) que nos possibilitou explorar questões ao mesmo tempo que deixava o entrevistado livre na sua fala fazendo emergir novas dimensões sobre o tema não previstas pelo pesquisador. Através do recurso da entrevista pudemos colher informações de estudantes que atuam no ME das mais diferentes formas, seja em nas instituições políticas representativas estudantis, como CA's, DA's ou DCE; ou em grupos e coletivos independentes etc. Isto nos

permitiu traçar um quadro geral com informações úteis sobre os jovens participantes do ME, suas trajetórias, desejos, inquietações e aspirações. Além disso, as entrevistas foram bastantes úteis no sentido de esclarecer questões como o papel dos partidos políticos e outros agentes que atuam e exercem influência no movimento estudantil.

Esta pesquisa me mostrou – e aqui abro um parêntese para uma breve digressão em primeira pessoa – que ela não é apenas uma pesquisa sobre jovens de origem popular que ao chegar no ensino superior se deparam com a fragilidade dos laços que os prendem à universidade e que, por isso, precisam atar outros laços para ali permanecerem. Em certa medida, é também uma pesquisa sobre minha própria trajetória, uma vez que me permitiu fazer um paralelo entre as vidas e trajetórias dos jovens aqui estudados e os caminhos que percorri e o que me permitiu chegar até aqui. Certamente, são trajetórias distintas, marcadas por posições de classe e visões de mundo também distintos.

Tendo vivido a infância e a adolescência, respectivamente, anos 1980 e 1990, no contexto de um Brasil pós-ditadura militar que tentava retomar a democracia, fui socializado, assim como muitos jovens de minha geração, numa conjuntura em que noções como participação, cidadania e coletividade eram palavras esvaziadas de seu verdadeiro significado. Isto colocava muitos jovens da época (e de certa forma ainda hoje) num individualismo que nos impelia à uma busca desenfreada pelo sucesso profissional, sendo a universidade apenas um meio para isto.

Assim, oriundo de um determinado estrato da “classe média”, não precisei recorrer à assistência estudantil em minha época de graduação. Da cidade onde morava, podia ir para a UFPB todos os dias de ônibus levando pouco mais de uma hora. Como não tinha um *habitus* político, desconfiava de todos os grupos, coletivos e movimentos políticos de minha geração na universidade, sendo assim, preferia me distanciar. À época, me interessou mais as manifestações culturais, principalmente àquelas ligadas à música, e nesta área desenvolvi alguns projetos.

Acredito que o ponto de virada se deu com a minha entrada numa segunda graduação, desta vez em Ciências Sociais, também na UFPB. As aulas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política me mostraram um mundo que, embora o visse todos os dias, não o enxergava. Neste momento, quando despertei para o verdadeiro sentido da política, da participação e do ativismo me dei conta de que já não era tão jovem e que as necessidades materiais, ligadas aos compromissos da vida adulta, eram impositivas.

Ainda assim, entre 2007-2008, tive uma breve atuação na Associação Universitária Santarritense (AUS) da cidade de Santa Rita-PB, minha terra natal. À época, juntamente com

outros, nos empenhamos em reabrir a associação que há muito estava fechada e retomar suas atividades promovendo eventos¹¹, debates, oficinas, apresentações culturais (música, poesia etc.) e cursos pré-vestibular. Me indignava saber que os e as estudantes de Santa Rita tinham uma associação só para eles e elas em um prédio de frente para a praça principal da cidade e que era inoperante. Me indigna mais ainda saber que, depois de todo aquele nosso trabalho coletivo, a situação hoje é de descaso e abandono com a associação.

Após o mestrado, em que estudei a relação juventude e movimento de rádios comunitárias em João Pessoa (SILVA, 2013), decidi continuar dentro da temática juventude e política.

Optei então por estudar o movimento estudantil contemporâneo me indagando, inicialmente, como este movimento se reorganiza nos dias atuais – tendo em vista que não estamos em governos de ditadura. Portanto, me interessava saber quais os temas mobilizadores da juventude universitária de hoje, como se organizavam, as formas de atuação, a ressignificação das lutas do passado etc.

Fechado essa ideia de pesquisa, lembro-me de uma conversa com uma professora do bacharelado de Ciências Sociais que após ter-lhe explicado o que pretendia pesquisar para o meu doutorado ela, provocadoramente, me questionou: mas ainda existe movimento estudantil hoje? À princípio, a pergunta me pareceu um balde de gelo em minha pretensão em estudar o ME, mas, logo em seguida, compreendi a ironia fina por trás da questão. Assim, compreendi também que o que poderia ser um problema – no sentido de contratempo e dificuldade de um tema para ser abordado num estudo – era, na verdade um problema sim, mas um problema de pesquisa.

Desta forma, poderia começar me perguntando: existe movimento estudantil hoje? Sabia que sim, uma vez que era algo visível no plano empírico. Talvez não fosse o mesmo da época em que a professora militou em seu tempo de juventude (depois fiquei sabendo desse detalhe), mas ainda assim é um movimento político de jovens estudantes. Portanto, a questão era pertinente e poderia ser abordada. E daí vieram outras questões: já que ele existe e que é diferente daquele dos idos anos de 1960 e 1970, em que consiste essa diferença? Quais suas pautas? Entre outras questões problematizadoras.

O estudo que agora o leitor/leitora tem em mãos, apesar da laboriosidade da pesquisa acadêmica, foi algo que, para além da obtenção de um título, foi feito com a paixão de um

¹¹ Cf. Anexo, p. 266, 267.

aprendiz de feiticeiro, que na busca das palavras mais adequadas visa trazer ao mundo algo (academicamente) relevante.

Nossa pesquisa está dividida em cinco capítulos. O primeiro tem como objetivo revisitar conceitos clássicos e contemporâneos sobre a juventude de forma que eles possam nos fornecer pistas a respeito da natureza juvenil e o ambiente sociocultural da atualidade. Ainda no primeiro capítulo, discutimos também as transformações da paisagem sociocultural e seus efeitos sobre o processo de socialização do jovem. Levando-se em consideração o fato de que o movimento estudantil é um movimento de juventude, retomaremos alguns tópicos desta discussão no final do trabalho.

O segundo capítulo lança um breve olhar sobre a experiência da atuação política dos estudantes universitários tomando como ponto de partida a fundação da UNE, em 1937, passando pelas diversas transformações sociopolíticas até os anos de 1990. Nosso objetivo aqui, além de observar como atuaram os estudantes em cada momento histórico, foi fazer uma análise dialética, ou seja: como a estrutura política e social estava disposta em cada período e como os estudantes, juntamente com outros atores da sociedade civil organizada, atuaram politicamente em cada contexto com vistas a provocar mudanças na estrutura da sociedade. Este capítulo nos permite também observar as mobilizações estudantis a partir da experiência, categoria que nos revela o “fazer-se” do movimento estudantil ao longo do período estudado. Portanto, os dois primeiros capítulos cumprem o propósito de abordar a discussão sociológica da juventude e as formas de sociabilidade política no seu “fazer-se” ao longo da história recente.

É a partir do terceiro capítulo em diante que a pesquisa que originou este trabalho começa a se mostrar. Assim, as mudanças que se deram com a chegada do novo milênio, a partir da ascensão ao poder do grupo político petista, o apoio estratégico da UNE e as transformações da universidade pública com as reformas destinadas a expansão e democratização do ensino superior são os assuntos discutido no terceiro capítulo. Os investimentos massivos via política públicas de expansão do ensino superior promoveram mudanças significativas na base social da universidade, tendo reflexo direto na situação dos estudantes. Portanto, trata-se, neste capítulo, da universidade pública e seu projeto de sociedade e da UFPB e do movimento político juvenil local no quadro dessas mudanças institucionais.

No quarto capítulo, examinaremos a trajetória de vida de alguns jovens que atuaram no movimento estudantil da UFPB. O perfil dos jovens nos mostra, da convivência familiar à sua chegada ao ensino superior, os acontecimentos que os levaram a uma experiência militante. Com isso, ressalta-se na experiência biográfica desses jovens, a formação de um *habitus*

político e o despertar de uma consciência social que evidencia, em sua trajetória, situações de exclusão, injustiça e precarização e o esforço de superação através das lutas estudantis.

Por fim, o quinto e último capítulo visa dar destaque aos movimentos de mudanças na qual a experiência militante juvenil desagua através dos atos, lutas e protestos ocorridos durante parte do período da pesquisa – momento em que as contradições da universidade, que se expressam através do seu crescimento e retração, se agudizam e produzem movimentos de contestação entre os estudantes. Ao situar tais movimentos dentro do campo político universitário estamos aptos, após percorrer todo este itinerário, a entendê-lo a partir dos diferentes agentes que o compõe, o que está em jogo, os recursos que mobilizam etc.

CAPÍTULO 1 – O MOVIMENTO ESTUDANTIL É UM MOVIMENTO DE JUVENTUDE. REVISITANDO AUTORES CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS

Os grupos de jovens, ainda não assentados na idade adulta estabelecida, são o lócus tradicional da alegria, motim e desordem, como sabiam até mesmo os reitores de universidades medievais, e as paixões revolucionárias são muito mais comuns aos dezoito anos que aos 35 [...] (Eric Hobsbawm. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991).

O movimento estudantil é uma manifestação particular da juventude, na medida em que as determinações que o modelam são de natureza mais específica (Foracchi. A juventude na sociedade moderna).

Embora pareça óbvio, a afirmação que o título deste capítulo faz tem implicações profundas no estudo do movimento estudantil. Diferente dos demais movimentos sociais, o movimento estudantil se inscreve num espaço de tempo determinado da vivência dos indivíduos em sociedade. Assim, as várias fases que demarcam a vida propiciam experiências distintas de ser e estar no mundo.

A juventude, para além de uma etapa cronológica¹² e de um ritmo biológico na vida humana, se configura como um grupo social que partilha de uma gama de situações, vivências e formas de experimentação de mundo que são determinadas por processos históricos e sociais, mas que também são postos em movimento a partir de sua atuação como agente social de transformação. Na modernidade, a juventude assume um papel de protagonismo atuando em momentos decisivos da história ora contestando costumes e valores ultrapassados, ora se opondo a regimes e governos autoritários; ora imersa no consumo, outrora experimentando novas formas de agir na política.

A vida adulta pressupõe outros rituais. Os compromissos (de trabalho, familiares e amorosos) assumidos ao longo da socialização das pessoas se entrelaçam proporcionando outras experiências, estas, legadas pelo conjunto de oportunidades disponíveis e escolhas feitas na juventude. Ser adulto é estar enredado no *status quo* e, muito embora o jovem também esteja, pois não está desprendido de seus vínculos familiares e de classe, há na juventude aquele breve momento de experimentação e improviso.

Acreditamos que uma melhor compreensão do movimento estudantil passa também pela compreensão do conceito de juventude, tendo em vista que esta fase da vida nos marca com suas inquietações, descobertas e experimentações íntimas e coletivas de vida em sociedade.

¹² Aqui, estamos de acordo com Feixa e Nilan (2009, p.19) ao afirmarem que “a extensão das práticas da cultura juvenil na modernidade tardia se expande em duas direções cronológicas, para baixo, em direção aos últimos anos da infância, e para cima, chegando até a metade, ou mesmo até o final, da casa dos 30”.

Assim, as mudanças do ritmo biológico do corpo humano, típicas desta fase, ganham relevância sociológica não por si mesmas, mas na medida em que são propulsoras de formas de ser e estar no mundo que, de geração para geração, criam e recriam a vida social à nossa volta. Entre os processos de socialização que podem marcar a vivência dos jovens, o engajamento político constitui parte importante de suas trajetórias. Como sugere Hobsbawm na epígrafe acima, não é à toa que é na juventude, mais do que qualquer outro grupo etário, a incidência das paixões revolucionárias.

Mas o que é afinal a juventude? Como entendê-la sociologicamente? Quando este tema emerge enquanto preocupação sociológica e o que os seus principais estudiosos disseram sobre ele? Da mesma forma poderíamos nos indagar sobre o conceito de geração. Qual o legado dos primeiros estudos envolvendo este assunto e sua relevância para a compreensão da juventude na sociedade contemporânea?

O problema assim colocado nos permite visitar alguns autores, hoje considerados clássicos nos estudos sobre a juventude, compreender os argumentos expostos nos contextos de seus enunciados e procurar avançar numa compreensão que nos permita ver suas contribuições e limites. Da mesma forma, avaliaremos alguns estudos mais recentes sobre o tema e o que acrescentam de novo para se pensar a questão da juventude e do comportamento político dos jovens na sociedade contemporânea.

1.1 Karl Mannheim e os estudos sobre a geração e juventude

1.1.1 – Geração

Podemos apontar o início do século XX como marco inicial para os estudos de uma “sociologia da juventude”. Embora questões relativas a este assunto já fizessem parte das preocupações investigativas dos teóricos da Escola de Chicago, na década de 20, – que o tratou a partir da questão do desvio social – foi só a partir dos trabalhos de Karl Mannheim que a sociologia avançaria nos estudos deste tema ainda pouco explorado.

É assim que Mannheim, em 1928, apresenta em seu ensaio “o problema das gerações” questões como: as mudanças geracionais; a transmissão dos bens culturais para as gerações seguintes, bem como a necessidade de novos portadores de cultura para a revitalização da dinâmica social. Desta forma, o autor inaugura os estudos pioneiros dentro do que ficaria conhecido posteriormente como “sociologia da juventude”.

Influenciado pela abordagem histórico-romântica alemã – principalmente pelas ideias inovadoras de Wilhelm Dilthey –, Mannheim se distancia do enfoque teórico positivista que predominava no pensamento liberal francês com suas análises quantitativas do ser-humano. De forma contrária, opta por uma análise qualitativa dos problemas investigados recusando associar as gerações a um conceito de tempo externalizado e mecanicista pautado por um princípio de linearidade (WELLER, 2007).

Delimitado o campo epistêmico de sua análise, Mannheim avança nos estudos sobre a geração procurando abordar o assunto em termos sociológicos, o que equivale a não perder de vista seu vínculo com os processos históricos e sociais. Nos próximos parágrafos faremos uma breve exposição dos principais pontos do ensaio “o problema sociológico das gerações”.

Neste ensaio, Karl Mannheim questiona sobre como “podemos definir e compreender a natureza da geração enquanto um fenômeno social?”. Para responder o problema, o autor procede descartando a possibilidade de aproximações do significado de geração com o de “comunidade concreta”, como a família, a tribo e a seita, que guardam “laços existenciais e vitais de ‘proximidade’”. Também não é comparável à associações e organizações regidas por estatutos e que, assim, conseguem manter a coesão de seu grupo interno.

Mannheim reconhece que o fenômeno sociológico das gerações está ancorado em fatores biológicos que determinam o ritmo da vida em nascimento e morte. No entanto, tal fenômeno não se reduz apenas ao fator biológico uma vez que,

Não fosse pela existência de interação social entre os seres humanos, pela existência de uma estrutura social definida, e pela história estar baseada num tipo particular de continuidade, a geração não existiria como um fenômeno de localização social; existiria apenas nascimento, envelhecimento e morte (MANNHEIM, 1982, p.72).

Assim, para o autor, os fatores biológicos possuem uma relevância sociológica, de forma que se faz necessário compreender o fenômeno geracional como um tipo particular de situação social. No entanto, persiste a questão: como seria possível compreender sociologicamente a natureza da geração?

Mannheim vai responder a esta questão procurando aproximar a noção de geração à outra categoria social. Desta forma, a geração é apresentada pelo autor como algo que se assemelha estruturalmente à posição de classe (ocupada por um indivíduo na sociedade). O autor explica que o indivíduo pertence a determinada classe, quer tenha ou não consciência disso, quer aceite ou não. Igualmente se dá com a geração: o indivíduo pertence a determinada geração quer tenha ou não consciência disso, quer aceite ou não.

Mannheim observa que há uma tendência entre aqueles que pertencem a uma mesma classe, geração ou a um determinado grupo etário a agir conforme modos definidos de comportamento, sentimento e pensamento que são comuns à classe, à geração ou ao grupo ao qual pertence o indivíduo. Assim, segundo o autor, há uma tendência “inerente a” uma situação social que circunscreve os participantes de uma situação comum numa mesma gama potencial de experiências e formas de pensamento dentro de um processo de repetição cotidiana vivenciado pelos membros de uma mesma classe, grupo ou geração.

Mannheim enumera algumas características da sociedade marcada pelo fenômeno das gerações:

a) novos participantes do processo cultural estão surgindo, enquanto b) antigos participantes daquele processo estão continuamente desaparecendo; c) os membros de qualquer uma das gerações apenas pode participar de uma seção temporalmente limitada do processo histórico, e d) é necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada; e) a transição de uma para outra é um processo contínuo (MANNHEIM, 1982, p.74).

Mannheim propõe a seguinte experiência: considerar a possibilidade de uma sociedade imaginária em que não houvesse sucessão de gerações. A alusão a tal sociedade utópica teria como fim pensar os aspectos da vida em sociedade que resultam da existência de gerações. O simples exercício de se imaginar tal sociedade rapidamente nos torna consciente das dificuldades de um mundo assim. De forma contrária, pensar a sucessão de gerações no plano social nos leva a coincidir nossas ideias com o que o autor chama de “fatos fundamentais relativos às gerações”.

O primeiro deles é o constante surgimento de novos grupos etários em que a produção cultural de uma sociedade se dá a partir da contribuição de diferentes indivíduos, através da sucessão das várias gerações. Entretanto, o contato com a herança cultural acumulada vai se dar de forma diferente para cada um. Para Mannheim é o ritmo da mudança biológica (que leva o indivíduo de uma geração à outra) que vai permitir o “contato original”, ou seja, encontrar algo de novo na transmissão da cultura que pode ser impactante na trajetória do indivíduo, mas que sua assimilação, uso e desenvolvimento pode ser modificada.

Um outro fato importante relativo a sucessão das gerações está ligado à memória e ao desaparecimento de membros das gerações anteriores portadores da cultura. “Para a sociedade continuar a existir, a recordação social é tão importante quanto o esquecimento e a ação a partir do zero” (MANNHEIM, 1982, p.76). É neste sentido que o autor destaca dois modos através dos quais a memória pode ser ativada podendo trazer para o presente a experiência passada, são eles: a) através de “modelos conscientes reconhecidos”, em que as pessoas moldam suas

condutas; e b) através do que o autor chama de “padrões inconscientemente ‘condensados’”. Tais padrões encontram-se “implícitos” ou “virtuais” e podem ser percebidos, por exemplo, na forma como as experiências passadas são trazidas à tona através da memória.

No entanto, Mannheim chama a atenção para a seleção entre os dados disponíveis, quase sempre inconscientemente, em que “[...] o material tradicional é transformado para adequar-se à nova situação prevalecente, ou então potencialidades anteriores despercebidas ou negligenciadas naquele material são descobertas durante o desenvolvimento de novos padrões de ação” (MANNHEIM, 1982, p.76). A importância da memória ou “recordação social” para transformar, readequar ou perceber as potencialidades da herança cultural das gerações anteriores aos novos padrões de ação do presente são fundamentais.

O terceiro fator diz respeito ao limite temporal da participação dos membros de qualquer uma das gerações no processo histórico. Aqui, a categoria de “similaridade de situação” é proposta como mais adequada para se analisar a questão. No entanto, o fato das pessoas estarem expostas à mesma fase do processo coletivo, o que caracteriza a similaridade de situação, não é o suficiente para afirmar que todos estão em uma posição comum em relação a vivência dos acontecimentos, uma vez que há uma “estratificação da experiência”. Isto posto, “o que realmente cria uma situação comum é eles estarem numa posição para experienciar os mesmos acontecimentos e dados, etc., e especialmente que essas experiências incidam sobre uma consciência similarmente ‘estratificada’” (MANNHEIM, 1982, p. 79-80). Assim, a vivência de situações comuns deve vir acompanhada de uma semelhança na forma como cada acontecimento é processado a nível de consciência para que possamos falar de uma posição em comum entre os membros de uma geração.

Outro ponto a ser destacado diz respeito a ininterrupta transmissão da herança cultural, “[...] cujo aspecto mais importante é a passagem às novas gerações dos modos tradicionais de vida, sentimentos e atitudes” (MANNHEIM, 1982, p.81). No entanto, essa transmissão da cultura herdada se dá não sem tensão uma vez que os problemas experienciais dos jovens serem definidos por um conjunto diferente dos de seus professores. “Essa tensão é impossível de ser solucionada exceto por um fator de compensação: não apenas o professor educa seu aluno, mas o aluno também educa o professor. As gerações estão em um estado de interação constante” (MANNHEIM, 1982, p.83).

O último dos fatos fundamentais relativos às gerações analisado por Mannheim diz respeito a contínua mudança de gerações. A transição de uma para outra geração envolve não apenas as gerações mais velhas e as mais novas, mas soma-se à interação outras gerações “intermediárias”. Aqui, o dinamismo da sociedade (e o seu contrário) tem implicações na forma

como cada geração vai influenciar a outra. Nas sociedades estáticas, prevalece uma atitude de fidelidade, ou seja, há uma tendência da geração mais nova se adaptar à mais antiga. De forma contrária, “com o fortalecimento da dinâmica social, entretanto, a geração mais antiga se torna cada vez mais receptiva às influências da mais nova” (MANNHEIM, 1982, p.84). A constante mudança de gerações, assim exposta, explicita o processo dinâmico em que ela ocorre na sociedade mostrando como as gerações se conectam numa ação recíproca.

Mannheim analisa ainda três aspectos relativos ao fenômeno da geração que denomina de “Status de geração”, “Geração enquanto realidade” e “Unidade de geração”. O “status de geração” designa aqueles que nasceram dentro de um mesmo período histórico e cultural. No entanto, pode-se falar em “geração enquanto realidade” “na medida em que [os indivíduos da mesma geração] participam das correntes sociais e intelectuais características de sua sociedade e período, e na medida em que têm uma experiência ativa ou passiva das interações das forças constituintes da nova situação” (MANNHEIM, 1982, p.86). Por fim, a “unidade de geração” diz respeito não apenas a participação de vários indivíduos nos processos históricos de seu tempo, mas, principalmente, a uma identificação de reações e uma afinidade na forma como se relacionam com suas experiências.

Desta forma, é possível a coexistência de unidades de gerações antagônicas. Como exemplo Mannheim cita a juventude romântico-conservadora e o grupo liberal-racionalista alemão que, apesar de pertencerem a mesma geração no início do século XIX, reagiam diferentemente aos processos históricos vivenciados por todos em comum neste período.

O esforço de Mannheim na compreensão sociológica do fenômeno da geração evidencia uma postura de análise qualitativa do tema em detrimento das análises positivistas predominantes em sua época. Desta forma, realiza uma análise minuciosa em que evidencia a importância dos fatores sociológicos e históricos que incidem sobre a geração sem, contudo, perder de vista o aspecto biológico. A importância dos estudos geracionais e da juventude para a compreensão do comportamento político dos jovens na contemporaneidade nos fará retomar alguns destes pontos estudados por Mannheim no quarto capítulo.

1.1.2 – Juventude

Após enunciar os pressupostos básicos de uma “teoria da geração”, Mannheim trabalharia depois nos estudos sobre a juventude. Este tema foi abordado em seu ensaio “O problema da juventude na sociedade moderna”, publicado em 1943, portanto, quinze anos depois de suas investigações acerca do tema das gerações.

Na primeira parte do ensaio Mannheim localiza a discussão que se seguirá a partir da análise dos antecedentes históricos e do contexto concreto nos quais a juventude está inserida. Assim, o autor sai do terreno estritamente biológico que demarca o tema circunscrevendo-o dentro do campo sociológico. De início levanta o seguinte problema: “qual o significado da juventude na sociedade? [E] com que pode a juventude contribuir para a vida da sociedade?” (MANNHEIM, 1968, p. 69). A novidade sociológica é ressaltada pelo próprio autor em dois pontos: o primeiro diz respeito a análise histórica e concreta em que a juventude atuará; o segundo, está ligado à reciprocidade entre juventude e sociedade.

A juventude, para Mannheim, é vista como uma reserva de “recursos latentes” que a sociedade pode mobilizar. É assim que, para o sociólogo, “a função específica da mocidade é um agente revitalizante; é uma espécie de reserva que só se põe em evidência quando essa revitalização for necessária para o ajustamento para circunstâncias em rápida mudança ou completamente novas” (MANNHEIM, 1968, p.72).

No entanto, a função que o jovem pode desempenhar varia de uma sociedade para outra. Nas “sociedades estáticas”, é comum a confiança de seus destinos na experiência dos mais velhos. Enquanto que na sociedade moderna, a juventude é sempre uma força em potencial para a mudança. Todavia, é senso comum achar que a juventude é progressista, como se esta fosse uma condição *sine qua non* para aqueles que se encontram nessa fase da vida. Na verdade, afirma o autor, tanto os movimentos progressistas quanto os conservadores podem formar organizações juvenis. Ao desenvolver sua análise a partir do contexto histórico e social da Europa da primeira metade do século XX, Mannheim não pode deixar de atentar para a ascensão do nazismo e todo o trabalho de recrutamento da juventude naquela época mostrando que, a depender das forças sociais postas em marcha, as organizações juvenis podem pender para o progressismo ou conservadorismo.

O fato primordial que coloca a juventude em condições de almejar a mudança é que “além de seu maior espírito de aventura, ela ainda não está completamente enredada no *status quo* da ordem social” (MANNHEIM, 1968, p. 73). Além disso, a compreensão da juventude moderna passa pelo entendimento de que, ao chegar nesta fase, o jovem começa a fazer parte da vida pública, momento em que se choca com as normas e valores aprendidos no seio da família e que contrastam com os que predominam no mundo dos adultos.

Mannheim descreve o processo de socialização do jovem e sua passagem pelas esferas formadoras de seu caráter como a vida em família, ainda criança, e posteriormente, já na adolescência, o contato com a vizinhança, a comunidade e algumas esferas da vida pública. “Assim, o adolescente não está apenas biologicamente num estado de fermentação, mas

sociologicamente penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conhecera” (MANNHEIM, 1968, p. 75).

Escrito no calor dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e da ascensão do nazismo na Alemanha – o qual fez o sociólogo deixar este país para estabelecer-se na Inglaterra – o ensaio “O problema da juventude na sociedade moderna” retoma algumas premissas de seu ensaio anterior sobre as gerações – principalmente no que diz respeito ao destaque que dá aos fatores sociais e históricos em detrimento dos fatores biológicos. No entanto, este último ensaio passa a analisar, da segunda parte em diante, a situação da Inglaterra e as implicações da guerra e do totalitarismo sobre seu povo.

Preocupado com os rumos da sociedade e da educação tradicionalista vigente (e suas implicações sobre as gerações mais jovens), Mannheim visualiza uma saída democrática e enfatiza o papel da juventude ao afirmar que “o fator especial que torna o adolescente o elemento mais importante para a nossa arrancada de uma sociedade é ele não aceitar como natural a ordem consagrada nem possuir interesses adquiridos de ordem econômica ou espiritual” (MANNHEIM, 1968, p. 77). Por conseguinte, “quanto à pergunta do que a juventude nos pode dar, a resposta é: é um dos mais importantes recursos espirituais latentes para a revitalização de nossa sociedade. Ela tem de tornar-se a força desbravadora de uma democracia militante”.

1.1.3 – Apontamentos sobre o conceito de geração e juventude em Karl Mannheim

Os estudos sobre os conceitos de geração e juventude inaugurados por Karl Mannheim o colocam entre os precursores na discussão desses temas nas ciências sociais. As muitas referências a estes trabalhos, ontem e hoje, atestam a profundidade com que o tema foi tratado de modo que suas observações não se perderam e nem se prenderam ao contexto político-cultural de seu autor. Segue-se algumas observações gerais.

A contribuição maior de Mannheim na discussão dos conceitos de geração e juventude está na abordagem qualitativa com a qual analisa estes temas. Isto o faz romper com análises de até então que evidenciavam apenas os aspectos biológicos e etários. Compreendida enquanto fenômeno social, a geração é analisada observando-se seus vínculos com os processos históricos e sua existência é perpassada pela interação social que se inscreve numa determinada estrutura de sociedade.

Pensar a geração nestes termos significa observar também, como ressalta o autor, o limite temporal da participação da geração no processo histórico. Cada geração pode contribuir

com o desenvolvimento político e cultural de seu tempo, mas dentro de um limite estreito compreendido entre a vida do jovem e do adulto. Assim, Mannheim ressalta a importância de alguns elementos como a transmissão da herança cultural para as novas gerações; o papel da memória e a forma como as experiências passadas podem ser ativadas pelas novas gerações; além da coexistência de unidades de gerações antagônicas.

Estes elementos operam como ferramentas para uma melhor compreensão da dinâmica dos grupos geracionais na sociedade moderna. Assim, nos oferece elementos para se pensar tanto a participação dos indivíduos nos processos históricos, suas afinidades e divergências podendo ir das ideias progressistas à uma posição conservadora.

Já nos estudos sobre a juventude, Mannheim evidencia o choque de valores com o qual se defronta o jovem ao entrar na vida pública, os conflitos daí existentes e como se processa no plano social sua vivência com tais valores, ora aceitando-os, ora resignificando-os. Além disso, ressalta o poder de transformação da juventude, sendo esta uma força latente que pode guiar os caminhos de mudanças apontando novas direções.

Ao avançar na compreensão do fenômeno da geração e da juventude na sociedade moderna, Mannheim estabelece elementos imprescindíveis para o entendimento deste assunto ao estabelecer uma análise que permite observar a ação e dinâmica das gerações e da juventude na estrutura social. “[...] Sua perspectiva não representa apenas uma contribuição teórica para os estudos sobre juventude e gerações, mas também uma proposta teórico-metodológica de pesquisa, capaz de superar as dimensões binárias presentes em algumas correntes teórico-metodológicas” (WELLER, 2007, p.12).

1.2 Marialice Foracchi: a sociologia do jovem e do estudante na sociedade moderna brasileira

Em meados dos anos 1960 a sociologia brasileira dava suas primeiras contribuições na discussão sobre o jovem e o estudante num contexto de Brasil marcado por um processo de modernização e expansão da sociedade assentada sob a base de uma economia industrial.

Apesar de uma primeira abordagem sobre o tema ter sido esboçada por Octavio Ianni no ensaio *“O jovem radical”* (1963), em que o autor tenta observar a origem da revolta juvenil, nos deteremos aqui, principalmente, nos escritos de Marialice Foracchi pela profundidade com que desenvolve suas observações sobre os fatores condicionantes da transformação da sociedade pelo estudante e a questão da juventude.

1.2.1 O Estudante e a participação no processo de transformação social

Com a publicação de “*O estudante e a transformação da sociedade brasileira*” (1965), Foracchi deu início a um estudo de fôlego no entendimento do estudante enquanto categoria social e os determinantes que fazem deste um agente de transformação. Assim, evidencia a especificidade de sua pesquisa em relação a outras mais focadas nas condições sociais ou psicológicas que influenciam as atitudes e opiniões dos estudantes; trabalhos que tomam a juventude sob o ângulo do desvio social e que tem como objetivo propor soluções assistenciais, entre outros.

Segundo Foracchi, seu trabalho demarca uma diferença em relação aos anteriores uma vez que "a classe, como categoria explicativa, é convertida no eixo básico da exposição, já que a compreensão objetiva do processo de constituição do estudante como categoria social, não dispensa a elucidação da natureza e dos conteúdos de classe" (FORACCHI, 1965, p. 06).

Para a autora a condição de classe tem um destaque fundamental na compreensão das condições sociais as quais estão inseridos os estudantes na sociedade brasileira. A noção de classe enquanto suporte para a análise tem sua importância na medida em que as relações de classe, segundo a autora (*Idem*, p.66), "[...] compreenderia, então, relações de localização, caracterizadas por padrões peculiares de pensamento e de experiência". A partir deste entendimento, a autora estabelece um roteiro de análise que vai da relação do estudante com a família, passando pelas relações no plano do trabalho/carreira e a participação política.

No primeiro e segundo capítulo, a autora analisa o comportamento do estudante focando no nível das relações interpessoais que se passam no âmbito familiar. Aqui, a relação do estudante com a família é caracterizada como uma relação de manutenção. Há uma acomodação do jovem à situação familiar uma vez que, havendo laços de dependência, há por parte da família uma “[...] forma de controle que traz para o estudante novos compromissos e novas responsabilidades” (*Idem* p.26). Foracchi evidencia uma teia de vínculos em que o estudante está ligado por relações de dependência primeiramente à sua família e esta, por sua vez, que se interliga à sociedade global sofrendo os impactos que sua posição de classe comporta neste sistema. Segundo a autora, não há nisto uma relação de tensão, mas sim de acomodação “[...] nas quais os vínculos de dependência são fortemente acentuados e constantemente redefinidos” (*Idem* p.26).

Preso neste intrincado jogo de compromissos, o jovem, segundo Foracchi, não estaria apto para empreender uma “atuação de ensaio”, convertendo-se numa espécie de “réplica prematura do adulto”. Afirmo ainda que há entre o jovem e o adulto uma continuidade quanto

a sucessão natural das gerações que se dá através dos vínculos de manutenção. Neste sentido, a família se esforçaria no controle das atividades do estudante visando “prolongar a situação de manutenção, isto é, manter pelo maior espaço de tempo possível o estudante comprometido com uma responsabilidade direta de retribuição” (*Idem* p.44). Foracchi entende que tais arranjos assim se desenvolvem uma vez que a família teria como objetivo garantir sua posição no sistema, mobilizando para isto todo um conjunto de mecanismos de controle com fins de manipular o jovem para garantir sua ascensão e a da própria família.

Este projeto de ascensão que se desenvolve primeiramente no âmbito familiar – através de relações de manutenção – tem continuidade agora em outro nível, ou seja, no plano do trabalho. Neste nível, há uma gradativa ascensão do estudante no sentido de trilhar um caminho de independência em relação à família. “Ocorre, no entanto, que os vínculos de dependência, antes atuantes no plano familiar, passam a ser plasmados na situação de trabalho pelo simples fato de não poder o jovem, sem a remuneração obtida, manter-se como estudante” (*Idem*, p.12).

É certo que a estrutura da sociedade e das instituições brasileiras – como a família e o Estado, por exemplo – em meados dos anos 1960 era bem distinta da que se constituiu nas últimas décadas do século XX e agora no século XXI. Naquele momento, a ascensão ao ensino superior era privilégio das classes de melhor condição econômica. No entanto, a permanência na universidade só poderia ser garantida, para alguns, com a oportunidade de trabalho uma vez que “o estudante, sem trabalhar, não pode manter-se como estudante e é esta a principal razão que o faz procurar trabalho ou manter-se através dele” (*Idem*, p.142).

É, portanto, no terceiro capítulo do livro, em que discute trabalho e autonomia, que Foracchi fala do movimento da transformação do jovem em estudante possibilitada pelo acesso deste ao trabalho. Isto acontece com o processo de vinculação deste ao sistema que pode ocorrer em diferentes situações de classe. Essa passagem do jovem à condição de estudante permite a este uma maior liberdade em relação à família ao mesmo tempo em que o vincula ao sistema criando outros elos. Portanto, é através da passagem do jovem à estudante que se dá a garantia da ascensão de classe e o acesso ao ensino superior é o meio em que isto vai se confirmar.

Quando o sistema se constitui como um momento particular do sistema de classe e a família, como uma das expressões da situação de classe, a educação universitária apresenta-se como requisito necessário do processo de transformação social e o jovem como agente efetivo desse processo (FORACCHI, *idem*, p.125).

Para Foracchi (*idem*, p.125) há na situação de classe as condições para que a educação opere como fator de mobilidade. “É neste sentido que a transformação do jovem em estudante se torna paralela ao processo de constituição da classe média”.

Por parte da família há uma expectativa de realização profissional, de consolidação de uma posição já adquirida e perspectivas de mobilidade que se voltam para o estudante, visto como o agente humano capaz de realizar o projeto familiar. A educação, através do ensino superior, é de fundamental importância neste processo de mobilidade. No entanto, no jogo das relações sociais que envolvem a definição de papéis dos jovens,

[...] a participação em setores extrafamiliares, especialmente no convívio universitário e na situação do trabalho, [o] conduzem a um gradativo desvinculamento da família e à progressiva redefinição crítica de valores que até então balizavam o seu comportamento, a rebelião do jovem surge como uma tentativa inicial de romper drasticamente os vínculos de dependência formados na situação familiar (FORACCHI, *idem*, p.181-182).

A ascensão através da carreira se torna o meio que projeta o estudante em força para o futuro e que, agindo assim, impulsiona também todo um projeto de classe, expectativas e projeções que podem ser correspondidas em maior ou menor grau.

Ao analisar a *práxis* estudantil, Foracchi destaca que esta tem que ser feita no contexto de sua classe de origem. Deste modo, vários mecanismos de vinculação do jovem ao sistema (como a família, o trabalho e atuação profissional) agem no sentido de mantê-lo nos trilhos que o levarão à realização do projeto de classe. Quando as “implicações alienadoras do vinculamento” são percebidas a nível de tolhimento das opções de ação, a atuação do jovem se dá no sentido de uma atuação radical de engajamento. “Radical, porque esta ação lhe permite visualizar a classe através das suas limitações, através daquilo que lhe é negado” (*idem*, p.238).

A ação do estudante, segundo a autora, teria como propósito ultrapassar os limites de sua condição de classe média em ascensão. Isto não quer dizer que ele seja contra esta, mas contra o sistema que a produz e assim sua ação acontece dentro dos limites de sua condição e das possibilidades de ação abertas. O “desvinculamento do estudante” – de todo o conjunto de mecanismos que visam integrá-lo ao sistema – está ligado a toda uma reformulação de valores e uma redefinição de interesses que são analisados pela autora a partir da situação brasileira e da ação do estudante.

Qual seria então a classe de origem dos estudantes investigados naquele momento (meados de 1960) e quais as dificuldades e desafios impostos por sua posição?

As condições sociais da participação do estudante no processo brasileiro devem ser investigadas no contexto de referência de sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena-burguesia ascendente, denominada por alguns autores de “nova classe média”. [...] Com efeito a condição assalariada a vincula, positivamente, às camadas populares, fazendo-a, não raro, compartilhar das suas reivindicações nem que seja exclusivamente em moldes de tímido ou subjetivo apoio. Por outro lado, essa mesma condição de assalariada vincula-a, em termos de dependência e subordinação, à experiência acumulada e à visão histórica das camadas dominantes, incapacitando-a para qualquer efetiva tomada de posição que exija a ruptura desses vínculos (FORACCHI, *idem*, p. 221-222).

A análise de Foracchi apresenta-nos um quadro da situação em que se dá a participação do jovem no processo de transformação da sociedade brasileira. Como exposto, os dilemas desta ação estão ligados à uma série de mecanismos que atuam num processo de vinculação do jovem ao sistema que evidenciam sua posição de classe e as exigências consequentes deste vínculo. A questão que se apresenta então é: como poderá o jovem romper com os dilemas de sua posição de classe?

É no convívio do ambiente universitário que se reelaboram as ações e os papéis que deve desempenhar o estudante. Foracchi nos mostra que, se por um lado há o sistema com seus mecanismos de vinculação; por outro, há os efeitos integrativos da socialização com a abertura proporcionada pelo desempenho de papéis. O estudante se encontra entre estes dois mundos: um, em que as forças integrativas visam acomodá-lo ao sistema com vistas a dar continuidade a todo um estilo de vida já consagrado e valorizado pela tradição; e outro, aberto pelas oportunidades de socialização permitida pelo acesso ao trabalho e ao ambiente universitário, locais em que os valores são resignificados e que podem encaminhá-lo a um projeto de participação social.

Assim, os processos de socialização podem levar à autonomia. Por sua vez, a educação universitária atua como um mecanismo de ratificação da trajetória social consolidando, principalmente, a ascensão das classes médias e altas. Foracchi conclui concordando com Mannheim quanto ao poder de transformação social da juventude enquanto força dinamizadora do sistema social:

“a juventude envolve, também, um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal. Menos que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo, engajando-se (FORACCHI, *idem*, p.303).

1.2.2 Juventude e sociedade moderna

Após analisar os fatores condicionantes da transformação da sociedade brasileira pelo estudante, Foracchi lançaria mais um trabalho, desta vez voltado para a compreensão do movimento estudantil e dos fatores que balizam sua ação. “A juventude na sociedade moderna” (1972), assume a tarefa de investigar sociologicamente “[...] a rebelião da juventude [...] na forma predominante de que esse fenômeno se revestiu que é o movimento estudantil” (FORACCHI, 1972, p.11).

Para tanto, a autora situa sua análise no plano da sociedade marcada pela crise do sistema que se reflete nas instituições – principalmente na universidade – e que, por sua vez, tem impacto na juventude. A compreensão de uma consciência jovem passa pelo entendimento da juventude enquanto categoria histórica e social marcada pelos conflitos e tensões do sistema. A principal consequência deste processo é a limitação da condição juvenil. Assim, Foracchi procura avaliar os impactos desta crise no plano pessoal, institucional e societário que se materializa no movimento estudantil.

As manifestações contestatórias da juventude estão ligadas à persistência de um modo de articulação das estruturas institucionais que geram um comportamento de rejeição. Por conseguinte, a negação da condição de adulto, por parte do jovem, está ligada ao modo de ser adulto que se reflete no arranjo das estruturas institucionais.

No primeiro capítulo, em que trata do conflito de gerações, Foracchi dialoga diretamente com os estudos de Karl Mannheim sobre o tema. Afirma que

“[...] a noção sociológica de geração tem como fundamento principal a localização social diferencial de grupos de idade que, em razão da sua inserção peculiar no processo histórico-social, organizam uma experiência estratificada das suas vivências psicossociais que é transmitida e validada através da sucessão de gerações, garantindo-se, assim, continuidade ao processo de criação cultural (FORACCHI, 1972, p.30-31).

No entanto, observa a autora, o conflito entre gerações emerge da negação de valores básicos cultivados pelas gerações mais velhas. A não fidelidade a este conjunto de valores explicita a distância entre gerações, manifestada sob a forma de rebelião ou conflito, e que evidencia uma rejeição por parte do jovem da condição adulta imposta pela sociedade. Paralelo a este processo, há uma não validação institucional da experiência estratificada no sentido de integrá-la ao sistema.

Uma vez que a internalização de parte dos valores e modos de comportamento que permeiam o conjunto de relações da vida adulta são ignorados, revela-se a dificuldade do processo de socialização. “Num certo sentido, as crises de juventude são crises de socialização [...] e, na proporção que afetam também os adultos, são crises geradas no plano da sociedade global que repercutem diferencialmente nos diversos setores que a compõem” (FORACCHI, *idem*, p.31-32).

No segundo capítulo, intitulado “as dimensões da crise”, Foracchi procura articular os planos pessoal, social e institucional para explicar o processo de alienação e de radicalismo do estudante. A juventude é vista como o momento de o jovem entrar para a história, no sentido de que é nesta fase da vida que ele rompe com os limites do ambiente familiar e passa a integrar os círculos mais amplos da sociedade – principalmente a universidade – tendo que encarar no plano pessoal os contrastes do sistema.

Tomando emprestado o conceito de alienação de Keniston, Foracchi aplica-o para mostrar os casos em que há uma rejeição por parte dos jovens dos valores e normas predominantes que constituem a sociedade. Isto envolve não apenas questões ligadas à psicologia, mas estaria relacionado “[...] com o modo pelo qual as pressões sociais e culturais afetam diferentemente as pessoas que vivem numa sociedade em crise de mudança” (FORACCHI, *idem*, p.34).

O dilema do ingresso do jovem na vida adulta estaria ligado, portanto, a um desencanto com o estilo de vida adulta que terminaria por leva-lo a uma “resposta alienada de rejeição”. Segundo Foracchi, há na personalidade alienada um potencial reduzido de integração que se manifesta no distanciamento das formas de envolvimento pessoal, em qualquer modalidade de participação social, que envolve os compromissos com a carreira, família, filhos etc.

De forma contrária, há aqueles que tomam um rumo oposto ao se integrarem em formas de engajamento a partir do entendimento de que a realidade social é excludente, o que o leva ao compromisso com as vias possíveis de mudança. Isto os aproximam das pessoas que vivenciam uma situação de crise (como o operário, o negro, os pobres, os povos subdesenvolvidos etc.). Mas não quer dizer que há por parte destes uma melhor aceitação do estilo de vida adulta e das opções de institucionalização existentes. Os que avançam numa resposta radical de engajamento também rejeitam tais arranjos. No entanto, preservam e valorizam “[...] a vinculação com os agentes humanos que vivem, crucialmente, os problemas do sistema e que constituem a ‘massa de oprimidos’” (FORACCHI, *idem*, p.47).

O reconhecimento das dimensões antagônicas do sistema pelo jovem o levam ao ativismo que implica, por sua vez, numa atividade grupal regular. Contudo, esta experiência de

vida pode se alongar ou não, dependendo da intensidade com que as mudanças sociais envolvam os jovens que se identificam com a perspectiva da contestação. “Os fatores que geram essa descontinuidade são de ordem pessoal, institucional e social, estando frequentemente inter-relacionados” (FORACCHI, *idem*, p.38).

A autora adverte que esta caracterização não é abrangente uma vez que apenas os jovens privilegiados economicamente e que foram favorecidos tanto educacional como intelectualmente estão mais propensos aos caminhos da participação radical. Para Foracchi, a condição de privilegio dos jovens mais abastados abre caminho para a participação radical uma vez que, entre estes, há a percepção dos contrastes de sua condição privilegiada com a miséria social. Assim, o processo de radicalização estaria ancorado em três ordens de transformação social que são:

- a) modificação da percepção da realidade social, mediatizada pela confrontação pessoal com a ‘miséria’ social; b) no processo de engajamento que se ativa em decorrência de tal percepção; c) pelas determinações da condição de privilégio que garantem, socialmente, para o jovem, a viabilidade da opção radical (FORACCHI, *idem*, p.40).

Foracchi afirma, com base em pesquisas, que há entre os jovens das camadas mais pobres uma tendência de se integrar ao sistema uma vez que neste estrato da juventude há um déficit de recursos (econômicos, cognitivos etc.) que poderiam levá-los a uma posição crítica e participativa em relação aos antagonismos da sociedade. Neste sentido, a formação escolarizada assume um papel de importância possibilitando tanto a alienação quanto o radicalismo do jovem, o que só é possível através de uma situação privilegiada tanto social, cultural e economicamente.

Assim, a universidade se torna o alvo da crítica dos estudantes – sob a forma do movimento estudantil – tendo em vista que ela reproduz as características da sociedade global, uma vez que é tida pelos estudantes como o “microcosmo da sociedade”. Isto teria uma dupla implicação: “por um lado, traduz o fato de que o sistema universitário reflete as crises da sociedade e, por outro lado, chama atenção para as crises que são inerentes ao próprio sistema universitário” (FORACCHI, *idem*, p.43).

A análise que se desenvolve nos capítulos três e quatro buscam dar conta, respectivamente, da crise do sistema universitário e do reflexo desta crise no movimento estudantil, entendendo este como uma reação daquela.

Quanto a análise da crise da universidade, a autora se detém no diagnóstico da universidade enquanto instituição social destinada à formação cultural e profissional que, no entanto, cumpre apenas parte de sua função, o que a leva a uma situação de crise. Isto ocorre

pela sua incapacidade de fazer a autocrítica em relação a seu próprio funcionamento enquanto instituição. Ao voltar seus esforços para a formação técnica e profissional destinada à sociedade “tecnológica” e industrial, a universidade deixa de lado a formação humanizadora e crítica. Assim, a estrutura universitária se adapta às exigências da ordem social visando “[...] a autopreservação do sistema e não sua adaptação às necessidades do meio externo” (FORACCHI, *idem*, p.60).

Soma-se a isto a burocratização da universidade – que funciona como uma espécie de bloqueio institucional – que termina por dificultar qualquer movimento de mudança. Do ponto de vista do sistema, a formação universitária cumpre o seu papel integrador. Já do ponto de vista das relações que promove “[...] ela preserva a distância entre jovens e adultos, reforçando-a em termos de autoridade. Transmite modalidades de pensamento que conduzem à consagração das hierarquias de poder estabelecidas” (FORACCHI, *idem*, p.59). Neste contexto, dentro do conjunto das atividades acadêmicas, a pesquisa científica termina por assumir uma “força impulsionadora do processo produtivo”.

Segundo Foracchi, a universidade deixa transparecer sua impotência enquanto instituição no sentido de se criar meios de socialização do jovem através de uma nova concepção de cultura. Isto posto, a crítica estudantil se volta contra o critério de estrutura, valores e princípios que regem o meio acadêmico deixa transparecer estes elementos que refletem sobre a sensibilidade juvenil evidenciando não só a crise sistêmica, mas a crise da própria universidade que afeta diretamente a sua formação e seu destino. Neste sentido, a contestação dos estudantes é gerada pela própria instituição universitária em sua situação de crise.

Ao analisar o reflexo da crise universitária sobre o movimento estudantil, Foracchi destaca três fatores que, juntos, originam as manifestações dos estudantes no plano da universidade. São eles: 1) A problemática da juventude, com sua necessidade de independência e auto expressão, que pode resultar num comportamento de rebelião, bem como a rejeição ou recusa em relação aos padrões vigentes de comportamento do adulto. Tal problemática se acentua com o ingresso do jovem à universidade e sua socialização a partir desta situação social nova. 2) A não identificação do jovem com a universidade, ocasionada pela crise institucional que a atinge e que a autora cita no capítulo III. Para Foracchi, a crise da universidade recai sobre o estudante como crise de socialização, o que o leva a socialização política. 3) O terceiro fator está ligado à carreira profissional, vinculação que une a universidade à sociedade. Neste ponto, Foracchi se refere a impossibilidade da realização da condição adulta, pelo estudante, em termos de carreira profissional.

Segundo a autora, há uma percepção crítica do estudante quanto aos caminhos profissionais disponíveis, uma vez que os cursos universitários visam apenas uma formação que atenda às necessidades do sistema (cursos na área das exatas). Por outro lado, há uma crítica a formação humanista por sua limitação das oportunidades ocupacionais e pela natureza abstrata de seus conteúdos, o que a torna menos valorizada perante a sociedade.

Quanto aos temas que compõem o movimento estudantil estes “são extremamente variáveis. De modo geral, são propostos pela alteração no plano da organização social e da estrutura institucional, desembocando em polarizações de caráter reivindicativo ou revolucionário” (FORACCHI, *idem*, p.80).

No quinto capítulo, intitulado “Poder estudantil: poder desconhecido”, Foracchi trata da potencialidade latente que tem o movimento estudantil enquanto movimento de contestação. Caracteriza o movimento estudantil como agentes humanos que visam uma contestação da ordem social e cultural estabelecida. Isto decorre do fato de ser o estudante “[...] o agente humano sobre o qual inflite, de modo especial, a crise do sistema, sendo capaz, por essa razão, de radicalizar sua consciência de crise [...] em direções que desembocam na alienação ou na participação ativa (FORACCHI, *idem*, p.110).

Desta forma, a autora enfatiza, assim como Mannheim, que a natureza dos fatores que incidem sobre a juventude e sobre o movimento estudantil – e que condicionam suas ações – são de natureza histórico-social. Ou seja, para Foracchi “o essencial, em última análise, é abordar a crise da juventude e sua canalização expressiva no movimento estudantil como uma manifestação contemporânea da crise social [...]” (FORACCHI, *idem*, p.111).

Tal crise, que é uma crise do sistema, afeta a universidade enquanto instituição, que, enrijecida burocraticamente, não consegue acompanhar os ânimos de mudança refletindo isso nos estudantes que reagem através dos protestos. Por sua vez, o movimento estudantil é caracterizado pela espontaneidade e pela improvisação, presentes em suas estratégias e táticas de ação. Foracchi afirma que tais características são um ponto forte do movimento estudantil, uma vez que este se vale destas características para ousar em novas experiências não importando se lograrão êxito ou não, se terão duração ou não, contanto que possam abrir novas possibilidades.

Assim, o poder estudantil é caracterizado como “[...] a afirmação de um direito ao veto, o direito de recusar qualquer fórmula, qualquer proposta que não lhe fôr conveniente, que implique no sufocamento da espontaneidade e da improvisação” (FORACCHI, *idem*, p.102).

Na análise que segue, o capítulo VI (“A destruição da universidade”) busca explicitar os elementos que fazem irromper o movimento estudantil na universidade; pensada como uma

instituição permeada por valores tradicionais, a universidade funciona no sentido de integrar a estrutura institucional ao sistema de dominação. Segundo Foracchi (*idem*, p.114), “A universidade conserva, cultiva e transmite a tradição cultural inerente à forma histórica, através da qual o sistema se mantém, o que vale dizer, preserva culturalmente um sistema de dominação”.

Para a autora, a própria universidade, enquanto instituição, propicia uma sociabilidade de participação na medida em que “[...] representa um mundo de valores próprios no qual a criação é emulada, a espontaneidade permitida e a liberdade cultivada” (FORACCHI, *idem*, p.114). Isto cria as condições de convívio dentro de um espaço favorável, longe de um controle rigoroso, em que se vai forjar a crítica estudantil. Esta, visualiza as limitações da universidade no seu papel instrumental e que baliza sua concepção de instituição. Desta forma, a revolta estudantil acontece numa universidade parcialmente fragmentada, que se distanciou de seu propósito e limitada em sua dimensão criadora.

Afirma que, talvez, o que defina profundamente o movimento estudantil seja a sua capacidade

[...] de concentrar no âmbito da universidade a contestação da cultura burguesa e, simultaneamente, a recriação da cultura como patrimônio intelectual. [...] É na universidade que se pode efetuar, com vigor, o repúdio ideológico à sociedade capitalista. Recusando legitimidade à universidade burguesa, o que se critica e que se pretende atingir é a sociedade burguesa, tal como se manifesta culturalmente na instituição universitária (FORACCHI, *idem*, p.117).

A crítica estudantil se volta não à instituição universitária enquanto portadora de conteúdos culturais, mas a permanência dos valores culturais burgueses da sociedade capitalista nesta instituição. Por conseguinte, o movimento estudantil se apresenta como uma possibilidade de transcender tal cenário uma vez que propõe, a partir da universidade, viabilizar uma ideologia da sociedade futura.

No entanto, as dificuldades de realização deste projeto se esbarra na concepção tradicional de universidade e no entendimento sobre os diferentes papéis que cabe a cada grupo que a compõe. Neste ponto, as diferenças se evidenciam e demonstram a cisão existente entre professores, corpo técnico e alunos bem como a necessidade de ampliação da participação exigida por estes.

Em última instância, o movimento estudantil contesta os fundamentos e valores que dão sustentação ao modelo de sociedade. Para isso, utiliza-se “[...] da confrontação política e ideológica que não obstante ser radical é contida no sistema, gerada e cultivada por êle como

recurso de contestação não-institucionalizado, mas respeitado” (FORACCHI, *idem*, p.121). Foracchi adverte que não é o movimento estudantil que destrói a universidade ao pôr em prática reivindicações de paridade ou exigir uma universidade crítica. O que a destrói é sua incapacidade de absorver no seu arranjo institucional o movimento estudantil como força viva e atuante dentro desta instituição. Assim, reforça seu argumento afirmando que o protesto dos estudantes emerge como um reflexo da crise institucional da universidade que, por sua vez, é reflexo de um sistema também em crise.

A “vinculação experimental com o presente” corresponde não apenas a uma forma de ajustamento e de socialização dentro do âmbito da instituição universitária, mas a uma prática de atuar que se reveste sob a fisionomia da contestação. Esta assume a forma de uma contestação cultural, uma resposta a ineficiência dos canais consagrados de expressão política ou ideológica e ao reconhecimento das dificuldades impostas à participação. Foracchi mostra, baseada em Lefebvre, que seu traço distintivo “[...] é a atitude de recusa e não a busca de integração” (FORACCHI, *idem*, p.126).

Se é a própria instituição universitária que gera a contestação como uma forma de recusa do jovem do sistema e da ordem cultural que molda a universidade, tal contestação se reveste de espontaneidade, improvisação e imaginação: “a expansão do movimento de juventude repousa, assim, sobre a euforia da imaginação, e esta, na infinita projeção radical dos objetivos a atingir. A espontaneidade e a imaginação constituem-se, pois, nos motores da contestação” (FORACCHI, *idem*, p.127).

No último capítulo, intitulado “Educação e dependência: o movimento estudantil na América Latina” Foracchi visou esboçar as características gerais que apontem um *continuum*, ou seja, uma unidade que perpassa os países latino-americanos. Esta unidade pode ser observada em características gerais que são expressas em termos de transição das formas tradicionais e arcaicas para o moderno que operam e marcam os países latino-americanos. Para além das singularidades de cada sociedade há, segundo Foracchi, uma homogeneidade fundamental que se revela na coexistência entre o “tradicional” e o “moderno”.

A formação social subdesenvolvida da América Latina a coloca numa posição de atraso em relação às sociedades centrais. Tal posição termina por qualificar as relações que mantém com os países centrais como relações de dependência historicamente estabelecidas. Assim, a autora procura mostrar – a partir de um quadro geral e de exemplos concretos – a especificidade da radicalização do movimento estudantil latino-americano.

No caso brasileiro, de modo geral, a radicalização dos estudantes – sob a forma de movimento estudantil, no contexto dos anos 1970 – estava ligado à vinculação de dependência

que o Brasil possuía em relação aos centros externos de decisão que caracterizava a formação social subdesenvolvida brasileira e que tinha como objetivo, no caso da educação, impor uma reforma universitária segundo seus parâmetros.

Muito embora ainda hoje persista tal relação de dependência, que se reconfigura em contexto democrático, caberia indagar se o protesto dos estudantes hoje ainda estaria ligado a tais conjunto de fatores, tendo em vista as mudanças ocorridas no plano social, político e cultural das últimas décadas. Por sua vez, a análise de Foracchi funda-se, segundo a própria autora,

[...] numa posição teórica central que faz encarar o movimento estudantil, não como um fenômeno isolado ou unidade analítica distinta, mas com um estilo de *práxis* política, constituído e dinamizado numa constelação de forças históricas e sociais que, num determinado momento, impõem ou pretendem impor o seu projeto à sociedade (FORACCHI, *idem*, p.155).

No plano cultural, o movimento estudantil expressa a manifestação da crise do sistema (e a tentativa de superação desta) que atinge as instituições – inclusive a universidade; no plano político e social, caracteriza-se pelos “[...] efeitos sociais mais visíveis da mediação cultural das determinações econômicas da relação de dependência” (FORACCHI, *idem*, p.163).

1.2.3 O legado de Foracchi: balanço de sua contribuição e o desafio da compreensão da juventude e do movimento estudantil no século XXI

Pelo que foi exposto até aqui, nota-se a importância que os trabalhos de Foracchi assumem frente à compreensão dos principais temas que nortearam sua pesquisa, quais sejam: a juventude na sociedade moderna e o protagonismo do estudante enquanto agente de transformação. O rigor da análise, a busca dos fatores que incidem sobre a condição de jovem e de estudante e a profundidade com que buscou articular esses temas faz de seus trabalhos referência obrigatória elevando-a a condição de uma autora clássica¹³.

Sendo a juventude uma fase da vida e o comportamento do jovem/estudante balizado pelo conjunto de elementos apresentados por Foracchi, cabe nos questionarmos a respeito da experiência de tempo e espaço vivenciada pelo jovem/estudante nos dias atuais; como as observações levantadas pela autora podem nos ajudar a compreendê-las e seus limites. Neste sentido, vale nos determos no trecho a seguir:

¹³ Sobre a importância e o legado da obra de Marialice Foracchi, cf. Augusto, 2005.

Ser estudante é, sob esse aspecto, uma condição especial que pressupõe o preparo gradativo e dosado a uma atividade profissional futura, o que equivale a dizer, a um modo definido de participar da sociedade do seu tempo. **É, portanto, uma virtualidade, eminentemente voltada para o futuro.**

Qual seria, contudo, o futuro aberto para o estudante? As próprias características dessa condição social específica – a de estudante – **indicam que o futuro que para ele se descortina, é o futuro possível no contexto da classe, ou seja, da situação da classe no sistema global** (FORACCHI, 1965, p.211, grifos nosso).

A experiência da juventude na sociedade contemporânea tem nos mostrado uma ampliação dos processos de socialização que marcam suas vivências e formas de experimentação de mundo. Muito antes de chegar ao ensino superior é possível que o jovem tenha tido a oportunidade de contato com diversos grupos juvenis pelos mais diversos interesses: político, religioso, raça, sexualidade, gênero, fins culturais etc. No contexto da sociedade contemporânea – marcada pelo processo da globalização e da presença massiva da tecnologia no cotidiano dos jovens –, estas experiências se somam à socialização tradicional ofertada pela família e pela escola, ampliando o leque de fatores que balizam o comportamento do jovem nos dias atuais.

O grau de diversificação dos meios de socialização que permeiam o cotidiano do jovem nas sociedades contemporâneas apontam para uma ampliação das “instancias reguladoras” dos costumes e formas de vida em sociedade. Como consequência, a família e a escola – instituições tradicionais voltadas para a formação de indivíduos integrados com o ideal público e para o desenvolvimento da ordem do sistema social – perderam a centralidade enquanto principais meios socializadores.

Simultaneamente, ocorre – ao longo do século XX e XXI – a consolidação de um mercado difusor de informações e de entretenimento que aos poucos se consolida no Brasil promovendo transformações na dinâmica cultural contemporânea. Assim, os meios massivos de difusão de informação – plasmados nos modelos da cultura de massa, no século XX; e a cultura pós-massiva¹⁴, no século XXI – “partilham, pois, com a família e a escola, uma responsabilidade pedagógica”. Estas instituições, “[...] tradicionalmente detentoras do

¹⁴ Neste quesito é interessante a distinção feita por Lemos (2014) entre mídia massiva e pós-massiva: “As mídias de função massiva são, em sua maioria, concessão do Estado, controlam o fluxo da informação que deve passar pelos mediadores profissionais, instituem e alimentam um público (audiência, consumidores, massa) e são mantidas por verbas publicitárias, grandes empresas e grupos políticos. Estas mídias criaram a esfera e a opinião públicas modernas. São mídias de informação. As mídias de função pós-massiva surgem com as possibilidades ampliadas de circulação da informação com a globalização das redes telemáticas. O fluxo é descentralizado, típico de uma rede heterogênea, sem centro. A emissão é aberta, sem controle, mais conversacional”.

monopólio de formação de personalidades, aos poucos perdem seu poder na construção das identidades sociais e individuais dos sujeitos” (SETTON, 2000, p.346).

Pensar o jovem na sociedade contemporânea exige um esforço compreensivo que permita ver que, além das exigências coercitivas da classe, coexistem novas formas de experiências tempo-espaciais que moldam a cultura juvenil atual; e que o tom imperativo que as diferentes posições de *status* imprimiam na trajetória (e na conduta) dos sujeitos de ontem, hoje se dilui entre as demais formas socializadoras que perpassam o cotidiano da juventude.

A passagem de uma “sociedade industrial moderna” – muitas vezes também chamada pela autora de “sociedade tecnocrata – para a sociedade contemporânea globalizada promoveu uma reestruturação do capitalismo impactando na reorganização e papel das instituições da sociedade contemporânea que, por sua vez, refletem nos diversos campos das relações humanas. É neste sentido que, pensar em “relações de dependência” e “expectativa de retribuição” – mantidas e sustentadas pela família nas relações interpessoais e que depois se estendem nos espaços do trabalho e da universidade – seria negar, hoje, um contexto plural de socialização do jovem em que tais elementos, no âmbito da estrutura familiar contemporânea, perdem sua força coercitiva.

Isto implica em observar que a própria universidade – enquanto instituição voltada à formação cultural e para integração do indivíduo ao sistema – também mudou em sua composição, formas de acesso e em sua lógica de funcionamento com a informatização dos processos de gestão e controle. Para Foracchi (1977, p.7), em meados dos anos 1960 “[...] o estudante universitário [poderia] se considera[r] [...] privilegiado, usufruidor exclusivo de oportunidades inexistente para a maioria dos jovens”. Já no início dos anos 1970, quando analisa o potencial de transformação da juventude moderna, a autora (1972, p.39) afirma que: “Trata-se de jovens privilegiados sob o ponto de vista social, pois pertencem, no geral, às classes superiores; privilegiados sob o ponto de vista educacional e intelectual, pois geralmente são jovens que tiveram acesso à educação superior”.

Este quadro apontado por Foracchi contrasta com as mudanças ocorridas nas últimas décadas que se deu, principalmente, a partir do investimento em políticas públicas de expansão e financiamento do ensino superior¹⁵. Tais políticas viabilizaram o acesso de estudantes de estratos economicamente menos favorecidos ao ensino superior tanto nas instituições públicas

¹⁵ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI).

quanto privadas. Isto promoveu uma transformação significativa na composição das camadas sociais que constituem a universidade nos dias atuais.

A alteração no perfil dos estudantes do ensino superior será abordada com detalhes mais à frente (no 3º capítulo), mas, por hora, basta dizer que esta alteração tem implicações não só na ampliação do acesso a grupos menos favorecidos da sociedade à educação universitária, mas também numa maior diversidade no contingente estudantil que traz consigo a urgência da demanda da assistência ao estudante e discursos de alteridade.

No texto "Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude", Maria Helena Augusto (2005), ao analisar o legado da contribuição de Foracchi na discussão sobre juventude e movimento estudantil, observa que muito embora os estudos de Foracchi sobre o tema permaneçam centrais, há hoje um relativo esquecimento de seu trabalho e atribui isto ao refluxo sofrido pelo tema que se deu em grande parte após os anos 1980.

A partir de então, os processos de mudança que se manifestaram com mais força, no Brasil, **fizeram emergir e deram mais realce a outros objetos de reflexão, a outros movimentos sociais, com protagonistas até então menos destacados** (cf. Sader, 1988), minimizando a relevância dos movimentos estudantis e da sua possível contribuição para a transformação social (AUGUSTO, 2005, p.12, grifo nosso).

Um olhar atento para a nossa história recente nos mostra que há um fluxo e um refluxo do movimento estudantil ao longo das décadas. Neste meio tempo, novas configurações sociopolíticas se desenham – ora em contextos democráticos, ora não democráticos; ora de um neoliberalismo selvagem, outrora de um neoliberalismo domesticado. Do mesmo modo, a atuação política da juventude faz e se desfaz renovando suas estratégias de luta e sua pedagogia de ação¹⁶.

1.3 Juventudes. A experiência de ser jovem e sua atuação política na contemporaneidade

Os velhos acreditam em tudo, os maduros desconfiam de tudo, os jovens sabem tudo [Oscar Wilde].

1.3.1 O ambiente moderno contestado

¹⁶ Aqui a expressão assume o sentido de formas de ação, ou seja, as diversas formas de atuar dentro do movimento estudantil e que podem mudar de acordo com o contexto sociopolítico ou com a própria demanda do movimento. Isto tudo deriva de uma necessidade primeira que está relacionada à questão “como agir?”.

É nas diversas maneiras juvenis de existir – em tempos e espaços sociais distintos – que devemos circunscrever a atuação política da juventude de ontem e de hoje entendendo-a como uma de suas expressões. Categoria em permanente mudança, a juventude despertou olhares distintos ao longo do tempo que acompanharam o ritmo das transformações histórico-sociais. Neste sentido, compreender as características do momento presente pode nos oferecer um caminho que elucide a heterogeneidade das experiências juvenis na sociedade contemporânea.

Muito embora não haja um consenso entre os cientistas sociais a respeito do *status* atual das sociedades na passagem do século XX para o século XXI, todos concordam que transformações importantes ocorreram nos modelos de produção, distribuição e consumo da sociedade; na relação entre Estado e Sociedade Civil; na estrutura da família e nas relações entre o público e o privado remodelando os papéis sociais e sexuais; na emergência da indústria cultural e da publicidade e seu impacto na vida cotidiana das pessoas na criação de desejos, comportamentos e modas passageiras etc. Tais mudanças pesam sobre o sujeito remodelando sensibilidades e subjetividades reforçando uma cultura individualista.

O conjunto destas transformações gerou um intenso debate nas diversas áreas das ciências humanas que apontam para um cenário sociocultural distinto – caracterizado por muitos de pós-moderno – e que tem questionado as bases ontológicas da modernidade abrindo caminho para a crítica dos seus alicerces filosóficos, políticos e culturais. A emergência destas mudanças demandou uma série de esforços com vistas a captar a sua amplitude na sociedade, o que possibilitou o surgimento de novas teorias, epistemologias e posições políticas divergentes.

Movimento que começou nas artes e na arquitetura como crítica estética, logo se espalhou para campos distintos do pensamento passando a designar uma ruptura com os ideais iluministas de ciência, verdade e razão pertencentes ao mundo moderno e que compõem seus valores e princípios. No campo das Ciências Humanas, mudanças significativas no estatuto do saber eram apontadas abrindo caminho para a crítica às grandes narrativas e suas ideias de emancipação da sociedade colocando na berlinda qualquer discurso com vistas à formulação de projetos universais.

A passagem da fase industrial à pós-industrial e da cultura moderna à pós-moderna, em meados do século XX, provocou alterações significativas nas sociedades fortemente marcadas pela expansão da tecnologia informática e seu entrelaçamento nos mais diversos campos da vida social. Tal passagem evidencia um cenário de informatização da sociedade que tem um impacto direto sobre a ciência e o conhecimento moderno. As implicações deste cenário pós-moderno – notadamente marcado pelos dispositivos informacionais – recai sobre a concepção

de saber científico da modernidade provocando uma “deslegitimação” das metanarrativas de emancipação da humanidade que marcaram os enunciados científicos do século XIX e início do século XX (LYOTARD, 1988).

Ao apontar o *status* do saber e da produção científica contemporânea nas sociedades informatizadas, Lyotard (1988, p.83) mostra que “a administração da prova, [...] passa assim a ser controlada por um outro jogo de linguagem onde o que está em questão não é a verdade, mas o desempenho [...]”. Para o autor, a ciência moderna – impulsionada pela razão e pela promessa de felicidade e emancipação humana – se caracterizava pela busca incessante da verdade. No entanto, o que esta concepção de ciência produziu foram visões totalizantes da história prescrevendo condutas éticas e políticas.

As observações de Lyotard em seu livro “A condição pós-moderna”, lançado em 1979, colocou em questão a validade, para os dias atuais, dos relatos de emancipação do cidadão e da sociedade sem classes aos quais os modernos recorriam tanto para legitimar como criticar seus saberes e suas ações. Para o filósofo, “a novidade é que, neste contexto [pós-moderno], os antigos pólos de atração formados pelos Estados-nações, os partidos, os profissionais, as instituições e as tradições históricas perdem seu atrativo” (LYOTARD, 1988, p.27-28).

Muito embora Lyotard se atenha às implicações do desenvolvimento das técnicas e das tecnologias, a partir da Segunda Guerra Mundial, sobre o *status* do saber e da produção do conhecimento nas universidades e centros de pesquisas, sua obra provocou um intenso debate despertando posições favoráveis e divergentes às suas assertivas. De modo geral, aqueles que se colocam a favor do pós-modernismo vão ressaltar as experiências e modos de subjetividade típicas da sociedade capitalista contemporânea como um sintoma de uma nova ordem internacional pós-moderna. Entre elas podemos destacar: a fragmentação, a falta de profundidade, o acaso (contra a ideia de projeto), a instabilidade, o presente como algo perpétuo (alterando assim a experiência de tempo), o individual (se opondo ao coletivo), a dispersão etc.

Na contramão dos argumentos pós-modernistas vamos encontrar vozes dissonantes que vão procurar realinhar as transformações que se abateram sobre as sociedades, a partir da segunda metade do século XX, com o impulso transformador que é típico da modernidade e já ressaltado por autores, como Marx e Engels, que afirmaram que “**essa subversão contínua da produção, esse abalo constante** de todo o sistema social, **essa agitação permanente** e **essa falta de segurança** distinguem a época burguesa de todas as precedentes” (2010, p.43, grifo nosso). Para os defensores da modernidade, as mudanças ocorridas no seio das sociedades de capitalismo avançado estão em sintonia com esse movimento constante de autotransformação da era moderna.

Seguindo Ernest Mandel, Jameson (1997) concorda que o capitalismo teria passado por três estágios, são eles: 1) capitalismo de mercado, 2) capitalismo imperialista (ou monopolista) e, 3) capitalismo tardio¹⁷. Assim, como afirma o autor, seus estudos “[...] devem [...] ser entendidos como uma tentativa de teorizar sobre a lógica específica da produção cultural nesse terceiro estágio” (JAMERSON, 2006, p.68).

Para Jameson, o pós-modernismo se apresenta como a dominante cultural que se instaurou em fins dos anos 1950 e começo dos anos 1960. Se para cada estágio do capitalismo correspondeu um estilo cultural específico, no capitalismo tardio a pós-modernidade é o modelo cultural dominante. Sua análise, que se alinha à corrente marxista, procura entender os fenômenos da sociedade contemporânea a partir de uma perspectiva totalizante e dialética, uma clara provocação aos estudos fragmentários pós-modernistas. Para tanto, se vale de uma gama de produtos culturais contemporâneos como: o vídeo, imagens publicitárias, o cinema, a arquitetura pós-moderna, diversos textos e obras de arte que são analisados em seus pormenores como elementos que se harmonizam com a lógica de funcionamento pós-moderna.

Ao reconhecer as transformações pelas quais passaram o capitalismo, cada uma engendrando dinâmicas culturais específicas, Jameson insere seu estudo dentro de uma perspectiva histórica reconhecendo que não há uma ordem social nova (pós-industrial), mas uma transformação do capitalismo na contemporaneidade que possibilitou uma nova dinâmica cultural: “o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova [...] mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” (JAMESON, 1997, p. 16). Para isso, os pré-requisitos (tecnológicos) que engendraram estas mudanças já estavam postos desde o final da Segunda Guerra Mundial. No campo da cultura, as transformações sociais dos anos 1960 que permitiram o rompimento com a tradição e o conservadorismo e que provocaram uma ruptura entre gerações, possibilitou todo um *habitus* psíquico de uma nova era sendo, desta forma, sua precondição (JAMESON, 1997, p. 23).

A leitura do pós-modernismo como um desdobramento do capitalismo tardio permitiu a Jameson realinhar o debate sobre o *status* sociocultural contemporâneo nos trilhos do marxismo. Neste sentido, sugere, assim como Marx no Manifesto, uma avaliação dialética do momento atual em que o pós-modernismo é a dominante cultural. Diante de novas práticas estéticas, situações históricas e dilemas novos, Jameson propõe, se é que é possível, uma nova cultura política e pedagógica chamada de “estética do mapeamento cognitivo” que permita

¹⁷ O autor usa outros sinônimos como: capitalismo multinacional, sociedade do espetáculo ou da imagem, capitalismo da mídia, sistema mundial e até mesmo pós-modernismo.

“[...] a representação situacional por parte do sujeito individual em relação àquela totalidade mais vasta e verdadeiramente irrepresentável que é o conjunto das estruturas da sociedade como um todo” (JAMESON, 1997, p. 76) e que possibilite ao indivíduo uma melhor compreensão de seu lugar neste sistema global.

Parece ser consenso entre cientistas políticos e sociólogos que atingimos uma crise das instituições de representação política em que as práticas engendradas em seu interior já se mostram esgotadas, o que tem gerado uma série de protestos e movimentos de contestação pelo mundo – entre eles o dos estudantes. De diferentes formas, se fala hoje da necessidade de uma “nova política”, de novos modelos e práticas políticas mais coerentes com o momento presente. O projeto de Jameson parece se encaixar nesta perspectiva.

Mais adiante retomaremos este ponto. No momento, basta dizer que não é nosso objetivo aqui fazer um apanhado de todas as opiniões pró e contra a modernidade¹⁸. Acreditamos que a exposição geral da discussão feita acima, a partir dos dois autores aqui apresentados, é capaz de situar o leitor nas principais linhas de argumentação deste debate. Além do mais, há uma vasta bibliografia nas ciências sociais sobre o assunto¹⁹. O que nos interessa nessa discussão – e que creio ser um consenso tanto entre os defensores da modernidade quanto da pós-modernidade – são as novas formas de experiências culturais e sociais que emergiram a partir dos anos 1960 e seus efeitos objetivos e subjetivos no plano da existência humana e mais especificamente nas novas formas de expressão cultural e na experiência política da juventude.

1.3.2 A transformação da paisagem sociocultural e seus efeitos sobre o processo de socialização do jovem

No caso brasileiro, as mudanças sociais que possibilitariam uma verdadeira virada de página em direção à modernização da sociedade e de seus costumes se deram, nas décadas de 1960 e 1970, momento em que há a consolidação de uma indústria da cultura e de um mercado de bens culturais. É principalmente nestas duas décadas que se dá a expansão e profissionalização de vários setores da indústria da cultura como a televisão, o rádio, o cinema, a publicidade, o mercado fonográfico etc. (ORTIZ, 1989).

¹⁸ Ou alta modernidade ou modernidade tardia.

¹⁹ Para isso Cf. Harvey (2008), Giddens (1991), Berman (2007), Bauman (2001), Maffesoli (1998), Castells (1999), Hall (2005), Ruanet (1987) e outros.

É no bojo das políticas econômicas de Juscelino Kubitschek que vão ser fomentadas tais mudanças que possibilitaram uma indústria da cultura brasileira. Para Ortiz (1986, p.8), “[...] na medida em que o capitalismo atinge novas formas de desenvolvimento, tem-se que novos tipos de organização da cultura são implantados [...]”. Desta forma, a consolidação de uma indústria da cultura no Brasil nos anos 1960 e 1970 possibilitou a disseminação em massa de produtos culturais, modismos e costumes moldados pelos anúncios publicitários e telenovelas nos horários nobres da TV. É neste momento que novas expressões culturais surgem calcadas na necessidade de renovação das artes em sintonia com o momento histórico, a exemplo da Tropicália e do Cinema Novo.

Alinhado a estas mudanças no plano da cultura, o contexto político deste período foi de bastante agitação e quebra de paradigmas. Contra as guerras, o conservadorismo das instituições e governos autoritários jovens de várias partes do mundo se mobilizaram sinalizando que não estavam mais dispostos a viver segundo os preceitos morais da geração de seus pais. Muito embora não tenha operado uma ruptura com as velhas formas da política institucionalizada, o conjunto dos acontecimentos plasmados no plano da política e da cultura nas décadas de 1960 e 1970 legou às gerações das décadas seguintes – para o bem e para o mal – uma sociedade mais aberta que, no caso brasileiro, ainda que se mostre conservadora na política é um pouco mais liberal nos costumes.

Foi a partir deste conjunto de mudanças socioculturais que a juventude brasileira emergiu como sujeito de ação no campo da cultura e da política – visível em diversos momentos de nossa história recente – atuando como um agente de transformação da sociedade. Sua presença na cena pública se dá em um duplo aspecto: por um lado, como grupo social que sofre o impacto das transformações da sociedade; e, por outro, como o próprio agente de transformação da sociedade em que vive. Contudo, não podemos cair no erro de tomar por homogênea o que estamos chamando aqui de “juventude brasileira”. Seria uma falha empiricamente verificada na diversidade de expressões juvenis em um país tão heterogêneo e que, por isso, engloba uma juventude que se diferencia em seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

Um dos fatores que tem possibilitado esta diversidade na contemporaneidade é a perda da centralidade das instâncias tradicionais de socialização – entre elas a família e a escola – no processo de formação da subjetividade e das representações individuais no mundo atual. Este fenômeno foi objeto de estudo de François Dubet (1998) que procurou mostrar que as instituições estão passando por um processo de “desinstitucionalização” na medida em que não são mais capazes de manter seu papel de “fabricação” do indivíduo e sua personalidade. Para

este autor, (1998, p.33) “[...] a educação perdeu sua ordem e sua unidade [pois] [...] a instituição tem um peso menor que os sentimentos pessoais ou a fé”.

Os estudos de Dubet sugerem uma ruptura com os clássicos – mais especificamente Durkheim – na medida em que o autor de *Educação e Sociologia* entende que a educação tem como papel a formação do indivíduo em harmonia com os valores morais da sociedade. Assim, Durkheim mantém sua postura metodológica ao considerar o indivíduo a partir da interiorização coercitiva do social.

De forma contrária, ao focar os processos de socialização do mundo contemporâneo, Dubet adota uma metodologia inversa a de Durkheim centrando foco não nas instituições sociais e seu papel socializador, mas na experiência dos indivíduos. Em Dubet, a noção de experiência é elevada enquanto categoria explicativa na medida em que as condutas pessoais e coletivas são dominadas pela heterogeneidade de princípios de ação. Para este autor, há várias lógicas de ação que organizam a experiência social do indivíduo moderno e que não se reduzem a apenas um centro.

Neste sentido, instituições tradicionais como a igreja, a família e, principalmente, a escola perdem a centralidade enquanto agências socializadoras na formação dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. É o que também constata Dayrell ao se referir aos trabalhos que articulam as interfaces entre juventude e educação:

Um número expressivo desses trabalhos constata a existência de uma distância da escola em relação à realidade dos jovens alunos, evidenciada no desconhecimento das suas expressões culturais ou mesmo na sua negação, através de diferentes formas de discriminação ou mesmo da proibição de sua expressão (DAYRELL, Juarez et al. apud SPOSITO, 2009, p. 104, v.01).

A perda da centralidade das instituições tradicionais na vida dos jovens possibilitou uma variada gama de expressões juvenis que se desenvolveram no Brasil no contexto pós-redemocratização e mais recentemente a partir da intensificação do uso das tecnologias de informação. Diante desta realidade, vários pesquisadores têm ressaltado as novas práticas de sociabilidades entre os jovens que apontam para uma diversificação das formas de se viver a juventude.

Nos anos 1990 os estudos sobre o aparecimento dos seguimentos juvenis na esfera pública vão ressaltar o alargamento das práticas e experiências dos jovens no contexto urbano a partir do surgimento dos grupos de estilo.

Os estudos realizados sobre as galeras funk no Rio de Janeiro (VIANNA, 1987), sobre os punks e os darks (CAIAFA, 1985; ABRAMO, 1994), sobre

os carecas do subúrbio (COSTA, 1993) e os grupos de RAP na cidade de São Paulo (SPOSITO, 1994) anunciaram possibilidades diversificadas de investigação (SPOSITO, 2009, p. 38).

Tem sido recorrente na literatura sociológica sobre a juventude a abordagem desse grupo social não mais no singular, mas no plural. Assim, acredita-se que falar em juventudes permite uma leitura mais próxima das vivências juvenis do mundo contemporâneo na medida em que o termo, no plural, consegue captar melhor “as transformações de seus modos de estar juntos” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.13).

Em uma pesquisa em que fez um levantamento do estado da arte sobre a juventude na produção discente das pós-graduações brasileiras em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais, Sposito (2009) mostra os principais traços desta produção compreendida entre os anos de 1999 e 2006. Segundo a autora (2009, p. 39), “as mutações observadas no mundo do trabalho, no tempo livre e no lazer, as novas formas de associação derivadas do uso intenso das tecnologias de informação e de comunicação” tem estimulado investigações significativas sobre a juventude.

No que se refere ao tempo livre e o lazer, a cidade tem sido um espaço privilegiado de troca de experiências a partir da possibilidade de encontros, da prática de modismos e de consumo; da mobilidade que o espaço urbano oferece, do pertencimento aos grupos e da ocupação das ruas, praças e demais espaços públicos através de atos, protestos e manifestações culturais que tem no jovem seu principal protagonista. Para captar esta diversidade de expressões nas grandes cidades, Magnani (2005), propõe o que vai chamar de “circuito de jovens urbanos”. A partir do enfoque da antropologia urbana, o autor evita abordar a juventude tomando seu comportamento como uma simples derivação de uma dada faixa etária. Do contrário, prefere articular sua compreensão a partir de dois elementos: “os comportamentos (recuperando os aspectos da mobilidade, dos modismos etc., enfatizados nos estudos sobre este seguimento) e os espaços, as instituições e os equipamentos urbanos [...]” (MAGNANI, 2005, p. 177).

As variadas formas de expressões da juventude no âmbito das grandes cidades têm desafiado aqueles e aquelas que se lançam na compreensão de suas formas de ser e estar no mundo. Assim, ao tratar da cultura juvenil contemporânea, novos adjetivos procuram dar conta do universo heterogêneo de símbolos, modismos e formas de convivência postos em prática pelos jovens.

Um deles é o de hibridação, proposto por Feixa e Nilan (2009), em que os autores se utilizam para pensar a cultura juvenil na atualidade procurando ressaltar a diversidade de fatores

locais e globais que influenciam na construção social do modo de vida jovem. Neste sentido, hibridação estaria ligado à criatividade cultural, à mistura de elementos existentes para se criar algo novo. O termo alude também a uma ideia de estar entre fronteiras, assim como à mobilidade e à incerteza. Com isso, os autores tentam mostrar que a “juventude global’ deve ser entendida como um coletivo híbrido – tanto a nível local como mundial – que constrói sua subjetividade a partir dos materiais híbridos providos por culturas, consumos, resistências, transnacionalismos e digitalismos globais ou globalizados” (FEIXA; NILAN, 2009).

Outro aspecto não menos importante para compreensão da condição juvenil contemporânea é o espaço cada vez maior que os jovens têm dedicado ao uso das redes sociais no seu cotidiano. Seja para fins de entretenimento, através dos *chats*, compartilhamento de dados e informações que não circulam pelos canais usuais de comunicação ou para ativismo online, as tecnologias da informação tem proporcionado novas formas de socialização para além das formas tradicionais. É o que nos mostra Novais (2006, p.119), ao afirmar que “houve uma ampliação das agências socializadoras da juventude que extrapolam o âmbito da família e da escola, implicam o aumento do espaço de influência dos meios de comunicação e a presença da internet”.

O impacto das tecnologias da comunicação e informação (TIC’s) nas sociedades contemporâneas tem modificado substancialmente a forma como nos relacionamos no dia a dia, seja no trabalho, nas instituições familiares e de ensino, nas formas de lazer e de produção da cultura entre outros. Como grupo social sensível às transformações de seu tempo, a juventude tanto se apropria deste recurso, modificando-o em seu uso, como também “sofre” os impactos das TIC’s no seu cotidiano, uma vez que sua presença maciça entre os jovens aponta para novas formas de sociabilidade mediada pela rede.

A centralidade que as tecnologias da informação tomaram na sociedade, principalmente nas duas últimas décadas do século XX, tem despertado o interesse de diversos sociólogos na compreensão de suas causas e consequências. Manuel Castells (1999, 2013) tem se destacado neste campo ao tentar mostrar as transformações e os impactos na cultura, economia e sociedade a partir de um novo paradigma impulsionado pela tecnologia da informação.

Segundo Castells, a partir da década de 1980 a tecnologia da informação teve grande importância na reestruturação do sistema capitalista que, segundo sua lógica e interesses, foi moldando as manifestações dessa revolução tecnológica. O autor denomina de “capitalismo informacional” este novo sistema econômico e tecnológico. Para esse autor, a passagem do modo de desenvolvimento industrial para o informacional (em rede) trouxe grandes consequências para a vida em sociedade, uma vez que remodela as formas de

interação/convivência entre as pessoas e define novos parâmetros de vida social, cultural e econômico da sociedade (CASTELLS, 1999).

O desenvolvimento da tecnologia da informação nas últimas décadas e seu entrelaçamento nas diversas esferas da vida social (Estado, economia, política, família, movimentos sociais, relações de gênero etc.) tem modificado substancialmente os padrões tradicionais de convivência em sociedade. O jovem, aqui ou em qualquer lugar, talvez seja o grupo social mais afetado por essas mudanças, uma vez que ele, enquanto grupo social em processo de formação, tanto absorve o impacto dessas mudanças a nível de interiorização das novas formas de sociabilidades proporcionadas pela sociedade em rede, como através das novas práticas (militantes, culturais etc.) geradas a partir de seu uso.

No entanto, a presença e a influência da mídia na vida dos jovens não é algo novo. Ao longo de várias décadas a juventude tem sido o público alvo de diferentes meios de comunicação com vistas a preencher suas opções de lazer e promover a comercialização de produtos direcionados a este público. É o que mostra Bryant (2009) ao mapear as mudanças da indústria da mídia ao longo do século XX através de meios como o cinema e o rádio (1920-1940), a televisão (1950-1970), o videogame (1980), a consolidação do mercado de jogos (1990) e, nos anos 2000, a convergência e interrelação entre as mídias (multimídias).

Com a popularização da internet e o surgimento de diferentes redes sociais e plataformas (computadores, tablets, celulares etc.), os jovens deixaram de ser apenas o público alvo das grandes empresas da mídia e passaram a ocupar novos espaços abertos no mundo virtual. Isto se dá, principalmente, através da produção de conteúdo a partir do uso constante de equipamentos digitais, invertendo a relação vertical que os meios de comunicação de massa impuseram à toda sociedade até o advento da internet e das redes de comunicação *online*²⁰.

Este fenômeno, chamado por Castells (2013) de autocomunicação de massa acontece através de redes horizontais de comunicação multidirecional que são interativas assim como nas redes de comunicação sem fio. Desta forma, as novas tecnologias da comunicação e informação se tornaram o principal lócus de interesse dos jovens na virada do milênio na medida em que e o acesso às redes lhes possibilitam um amplo leque de usos que vai desde os bate-papos e as amizades on-line, passando pelo uso para atividades educativas e culturais, compartilhamento de arquivos, ativismo político entre outros.

²⁰ Cf. nota 14, p. 55.

1.3.3 O comportamento político dos jovens

Para além dos estudos sobre os aspectos culturais e contraculturais postos em prática pelos jovens, outro ponto bastante enfatizado nas pesquisas sobre juventude na sociologia é aquele que aborda o comportamento político juvenil e seu poder de transformação da sociedade, a cultura cívica, a sociabilidade militante entre outros.

Neste subtema dos estudos da juventude, qual seja, juventude e política, há uma ênfase nos marcadores ideológicos que guiaram e guiam a prática militante juvenil, suas motivações e desejos. Como se sabe, as rápidas transformações do mundo contemporâneo, aliadas a ampliação da democracia nos países ocidentais, o avanço das políticas neoliberais e a crise de representação das instituições políticas que vem se intensificando nas últimas décadas propiciaram um contexto social que se distancia das utopias de transformação da sociedade e que tinha o jovem como um dos principais agentes. Estes fatores, aliados a outros, tem alimentado a ideia de uma apatia cívica dos jovens, de um crescente individualismo, da crise do militantismo etc. quase sempre pensados em contraposição à onda revolucionária dos jovens dos anos 1960.

Na contramão destes argumentos – fruto de uma reflexão apressada baseada no senso comum – alguns autores têm procurado demonstrar as particularidades do momento presente, dos valores e motivações das novas formas de militância juvenil. Foi esta a direção tomada por Janice Tirelli Sousa (1999) ao abordar as críticas de apatia e desinteresse dos jovens pela política que tão fartamente se proliferaram no período da pós-redemocratização brasileira.

Ao tomar esse conjunto de representações, mitos e preconceitos que perpassam o universo juvenil como um problema, a autora se esforçou em descobrir os novos significados da militância política juvenil a partir de um estudo qualitativo com jovens nos anos 1990 que participaram de organizações políticas com representações locais como o Movimento Nacional de Meninos de Rua, a Pastoral da Juventude, a União de Negros pela Igualdade, o Movimento Anarco-Punk entre outros. A seguir, destacamos alguns pontos da conclusão de Sousa.

No desenrolar da pesquisa ficou claro para a autora que se trata de uma geração individualista que não abre mão de seus desejos e que “não há uma causa coletiva que os arrebate para uma condição que tenha como limite rever sua autonomia individual [...] [assim] eles são o exemplo de uma individualidade que procura se impor no coletivo, sem deixar-se subjugar por ele [...]” (1999, p.200). Em outras palavras, a prática política, segundo os jovens pesquisados, não deve abafar a individualidade das pessoas, devendo o coletivo incorporar a

forma de ser de cada um. Isto não quer dizer que estes jovens sejam insensíveis aos problemas da sociedade em que vivem. Em grande parte do tempo desses jovens militantes há uma dedicação ao grupo ao qual pertencem, muito embora haja diferentes expectativas em relação ao trabalho organizativo. Isto mostra, segundo a autora, que estes grupos assumem um lugar de importância na vida dos jovens que deles fazem parte.

Abordados em suas diferentes formas de atuação política os jovens que participaram da pesquisa afirmaram reconhecer os problemas sociais da sociedade de sua época e reconheceram também a ausência de sua geração em relação à estes problemas. Uns, localizaram suas ações a partir de uma visão histórica; já em outros, percebeu-se que ainda não tinham conseguido se desligar de uma percepção imediatista de uma atuação localizada. Assim, “define-se nestes sujeitos um conceito do que entendem por militância: *dedicação à elaboração de projetos sociais* que acabam sendo parte de suas vidas, *possibilidade de identificação com o grupo e reconhecimento social de sua existência*” (SOUSA, 1999, p. 195, grifos da autora).

Há o reconhecimento de que estamos distantes da militância vanguardista de outros tempos e de que novas práticas sociais surgiram articulando-se com uma concepção diferenciada de engajamento social. Neste sentido, a reinvenção da utopia – título do livro de Tirelli aqui analisado – diz respeito a uma noção de utopia que “[...] passa pela cidadania, pela ética, pela luta contra a intolerância, pelo antidogmatismo, pela participação não-excludente, mais ampliada, que inclua aqueles que não são necessariamente revolucionários” (SOUSA, 1999, p.196).

Muito embora entre os jovens pesquisados todos se considerassem de esquerda, simpatizassem com a ideologia socialista e se identificassem com os partidos que seguem este campo de atuação – principalmente o PT – a pesquisa mostrou que há um distanciamento deles em relação à política partidária tendo em vista seu aspecto conservador, burocrático e hierárquico, além da descrença de que as verdadeiras mudanças se deem através de partidos. Preferiam priorizar a militância via outros movimentos como, por exemplo, o movimento negro pelo fato de movimentos como este pautarem temas mais presentes do cotidiano juvenil.

Assim, a autora parece ter identificado uma tendência que tem se aprofundado nos últimos anos, qual seja, o distanciamento da militância tradicional, mesmo apoiando e estando do lado do espectro da esquerda. Assim,

é interessante notar que mesmo aqueles que militam em espaços tradicionais, como os sindicatos e os partidos políticos, não tomam como referência esta herança, pelo contrário, priorizam os movimentos [...] ou declaram a insuficiência do sindicato em termos de eficácia política [...] (SOUSA, 1999, p.187).

Em um estudo mais recente com jovens entre 16 e 18 anos do Ensino Médio da rede pública e particular do Rio de Janeiro, realizado entre 2004 e 2009, Paiva (et. al, 2013) procurou investigar as percepções dos jovens estudantes a respeito de questões sobre a realidade do país, a cidadania, a democracia e sobre sua própria condição de jovem. A ideia que moveu a pesquisa foi ouvir jovens que cresceram em contato com a realidade democrática e a sociedade política brasileira entendendo que, por sua escolaridade, os estudantes reuniriam as condições cognoscíveis para a discussão destes temas. É interessante perceber algumas semelhanças entre o que pensavam os jovens pesquisados por Sousa (1999) e os pesquisados por Paiva (et. al, 2013) a respeito de temas similares que perpassam os dois trabalhos.

De modo geral, os autores destacam que os jovens que participaram da pesquisa “[...] conseguem atingir um alto grau de consciência crítica em relação ao mundo da prática política atual e no que concerne aos problemas do país; têm também consciência de seu baixo grau de participação” (PAIVA, 2013, p. 69). No artigo que compõe a mesma obra, Durham (2013, p.76), apoiada nos dados da pesquisa, defende que “[...] os jovens que foram socializados nos anos 1990, longe de apresentar apatia e de serem apolíticos apresentam fortes tendências [...] de ‘cidadania crítica’”. Neste sentido, não é de se estranhar que tenham expressado fortes sentimentos de desconfiança em algumas instituições republicanas, como partidos políticos e os próprios agentes políticos. Em relação aos primeiros, “[...] é bastante claro o sentimento de afastamento dos partidos políticos dos interesses da sociedade, que, no limite, são avaliados como gangues” (Idem, 2013, p.114). Já em relação aos agentes políticos, “[...] percebe-se claramente que a maioria dos jovens expressa desconfiança em relação aos homens públicos” (Idem, 2013, p.115).

Se por um lado a pesquisa evidenciou o descontentamento dos jovens com o mundo público, por outro, mostra que “a sensação de confiança mais fortalecida está nas instituições de sociabilidade mais próximas (escola e família)” (Idem, 2013, p.118). Assim, acreditam que é através destas instituições que se poderá abrir um caminho mais efetivo para o exercício da cidadania, tendo em vista a má avaliação das instituições políticas.

Na mesma pesquisa, Julia Ventura analisou os sentidos que o conceito de cidadania tem recebido pelos jovens e seus hábitos em relação a participação cívica. É interessante perceber que a pesquisa mostrou diferentes percepções dos jovens estudantes da rede pública e privada sobre estes temas: para os alunos da rede pública ser cidadão é ser consumidor (31,9%); enquanto que entre os jovens das classes médias e ricas a resposta mais citada foi ter participação política e social (45,2% nas escolas de aplicação e 34,3% na rede particular) (VENTURA, 2013, p.190).

Para a autora, estes dados expressam a desigualdade social brasileira uma vez que percebe-se que a resposta dos alunos da rede pública demonstra uma postura realista e imediatista; enquanto que, entre os alunos da rede particular (classe média e rica) uma postura idealista. Indagados sobre o tipo de participação associativa, os jovens demonstraram maior participação em associações, seguida da participação em movimentos sociais e, por último, em partidos políticos.

É interessante perceber que o tipo de participação mais votado – ou seja, as associações – é geralmente considerado porta-voz de demandas mais ligadas a interesses coletivos privados, diferentemente dos movimentos sociais e partidos políticos, que, sob esta chave analítica, denotariam um tipo de participação mais ligado às questões coletivas públicas e de cunho ideológico. Desta forma, esta divisão pode nos ajudar a ver uma tendência à organização coletiva em torno de demandas privadas, em detrimento dos ideais republicanos em prol de um bem comum (VENTURA, 2013, p. 175).

A autora destaca ainda o esvaziamento dos partidos políticos pelos jovens, o que está relacionado com a baixa confiança e não identificação com as propostas, programas entre outros. A não confiança nos políticos é alta, 46,1% do total de jovens abordados na pesquisa, evidenciando o lado crítico e cético da juventude quanto aos políticos brasileiros (VENTURA, 2013, p. 176). A autora conclui ressaltando o fato de a

“[...] pesquisa ter verificado um perfil de baixa participação cívica nos jovens, seja em partidos políticos, movimentos sociais, ou em outros tipos de associações”. E afirma que, “este é um diagnóstico que sustenta a hipótese de que os jovens brasileiros têm se afastado cada vez mais do mundo político [...]” (VENTURA, 2013, p. 199).

De acordo com os jovens pesquisados, o papel da juventude é fundamental para a transformação do país, mas, ao mesmo tempo, eles não se percebem agindo nem sequer um pouco nessa direção (VENTURA, 2013, p. 200).

Realizadas em épocas distintas – década de 1990 e anos 2000 – as pesquisas apresentam pontos em comum e dessemelhanças. Quanto a estas, talvez a mais significativa seja em relação à atuação política dos jovens. Enquanto Sousa (1999) afirma que o que há é não uma apatia dos jovens, mas uma “reinvenção das utopias” – entendendo esta expressão como uma reinvenção das formas do agir político – que se deu no período de retomada da democracia; Paiva (et. al. 2013) reconhecem que há um baixo nível de participação política entre os jovens pesquisados, muito embora se mostrem bastante críticos em relação aos rumos da política brasileira. De toda forma, se faz necessário levar em consideração a especificidade de cada pesquisa antes de se chegar às conclusões apressadas. Ao cotejá-las, chama atenção alguns pontos em comum que resumimos nos tópicos a seguir:

- São jovens que vivem no contexto urbano e que privilegiam as experiências individuais ou em grupos específicos e que se mostram pouco influenciadas por projetos coletivos, sejam ideológicos, partidário etc.;
- As pesquisas mostram que os jovens possuem um alto grau reflexivo e crítico a respeito dos temas políticos, muito embora tenham apresentado níveis de participação diferentes;
- As pesquisas evidenciam que há um contexto sociopolítico e cultural distinto que se inaugura com a redemocratização e que é marcado por uma reconfiguração das práticas políticas;
- Desconfiança em relação as instituições políticas tradicionais;

Em trabalho que analisou a participação política dos jovens nas manifestações do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, Ann Mische (1997), observou que as mobilizações estudantis dos anos 1960/70 foram pautadas por uma dinâmica de radicalização política em que havia uma identidade forte de “estudante”, resultante da estrutura das redes sociais juvenis, naquele momento, em torno da família e da universidade. De forma contrária, no período de reestruturação democrática dos anos 1980 e 1990, prevaleceu uma dispersão crescente das redes juvenis em que os anos formativos dos jovens “[...] não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes contraditórios) projetos pessoais e coletivos”. Desta forma, a autora descarta a categoria “estudante” para se pensar a diversidade de projetos-em-formação dos jovens dos anos 1990. “Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua), evidente no universalismo formal de ‘cidadão’” (MISCHE, 1997, p. 140).

Para Mische, houve uma guinada nos estilos emergentes de participação política dos jovens no período de pós-redemocratização em que a cidadania – palavra mágica presente nas falas dos jovens nos protestos do “Fora Collor” – serviu para se criar pontes momentâneas entre os jovens militantes e as redes juvenis dispersas naquele momento (MISCHE, 1997).

Como se pode perceber, tanto a atuação quanto a percepção política da juventude não são algo estático e muda ao longo do tempo de acordo com o contexto sociopolítico, com as demandas dos jovens em suas diversas frentes de luta (política, cultural etc.), da necessidade de se reinventar em busca de novas formas organizativas entre outros. No quarto capítulo retomaremos alguns pontos desta discussão, momento em que analisaremos o campo político do movimento estudantil no contexto contemporâneo, seus diversos sujeitos, grupos, coletivos

e instituições, suas demandas, conflitos e contradições postas em movimento neste campo de forças.

As menções feitas aqui à autores e seus trabalhos – que se inserem numa abordagem não só teórica, mas empírica da realidade – nos dão um quadro de referência que nos ajuda a pensar o universo juvenil contemporâneo, o ambiente sociocultural no qual estão inseridos e os desafios que se colocam no que diz respeito a busca de novos códigos de ação e renovação das suas práticas militantes.

Está claro que os trabalhos mais recentes sobre juventude e o comportamento político dos jovens tem evidenciado uma mudança radical em relação a ser jovem e a militância política juvenil nos dias atuais. Se, como sugere Abramo (1994), as análises sobre a juventude no contexto de modernização dos anos 1950 e 1960 tomavam o jovem a partir do prisma da “integração e marginalidade” ou o “radicalismo e alienação”, as pesquisas desenvolvidas nas décadas posteriores se depararam com o esfacelamento não só das ideologias políticas, mas também das instituições que davam o alicerce sob o qual se construiu o mundo até meados do século XX.

A partir de então, apreender o fenômeno da juventude e seu comportamento político se mostra um desafio frente ao senso comum que nivela as opiniões em torno de julgamentos apressados e presos num saudosismo que ficou no passado. O exercício que temos diante de nós agora é o mesmo dos primeiros sociólogos que, frente a um mundo em rápida transformação, se empenharam em compreender não só as mudanças da sociedade, mas o papel dos agentes humanos neste processo e o que os motivavam.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DE UMA EXPERIÊNCIA: O “FAZER-SE” DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO E SEU PROTAGONISMO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO (DA FORMAÇÃO DA UNE AO FINAL DOS ANOS 1990)

Em diversos momentos da história política brasileira os estudantes se fizeram presentes representando uma força, entre as demais da sociedade civil organizada, que em diversos momentos interviu no curso dos acontecimentos políticos nacionais. O que a distingue de todas as outras forças que operaram e operam mudanças em momentos decisivos de nossa história, creio, já mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho. Todavia, podemos enumerar, de forma objetiva, o ímpeto e a vitalidade quase sempre acompanhadas da rebeldia, o fato de usualmente não estarem vinculados ao *status quo* da sociedade e a abertura para a experimentação e o imprevisto. Sua atuação política é, neste sentido, um amalgamado de forças internas, ligadas à fatores biológicos, e forças externas que se impõe via sociedade através de suas instituições, sua ordenação econômica, política e cultural.

Neste capítulo, pretendemos observar, a partir da bibliografia disponível, como se deu a atuação dos estudantes universitários nas questões da política educacional e, de forma mais ampla, nas questões da política nacional brasileira em diferentes momentos de nossa história recente – mais precisamente a partir do surgimento da UNE, em 1937, enquanto entidade e polo aglutinador das demandas estudantis.

No entanto, visamos analisar não só a experiência do movimento estudantil no tempo e sua intervenção no curso dos acontecimentos, mas, de forma contrária, como a estrutura política e social estava disposta em cada período e como os estudantes, juntamente com outros agentes da sociedade civil organizada, atuaram em cada contexto “dando forma” a esta estrutura. Desse modo, esperamos ter ao longo deste percurso uma visão geral do “fazer-se” do movimento estudantil a partir dos problemas colocados em cada momento histórico e os meios utilizados para sua superação.

2.1 A UNE

A participação do estudante brasileiro nos temas da política nacional se deu muito antes da formação da UNE enquanto entidade e polo aglutinador dos interesses e das demandas estudantis. Antes mesmo do Brasil alcançar sua independência, já se registrava na nossa

historiografia manifestações estudantis no período colonial em que jovens – à época estudantes de conventos e colégios religiosos – lutavam pela independência brasileira do jugo português. Neste momento, a atuação dos estudantes na superação das grandes questões políticas e sociais do país se deu através das campanhas pela abolição da escravatura e pela república, período em que exerceu um papel decisivo, uma vez que, em grande parte, foram os jovens que estudavam fora do país que trouxeram para cá as ideias liberais e iluministas de autores como Voltaire, Rousseau, Montesquieu e outros (POERNER, 2004).

Muito embora já existisse manifestações estudantis desde o período colonial brasileiro, só em 1937 foi possível reunir os interesses dos estudantes em torno de uma entidade com representação nacional. Até então, os principais entraves que impediam uma organicidade do movimento estudantil eram, como assinala Poerner (2004) a transitoriedade de suas ações – que se atinham a problemas específicos e com breve duração – e o isolamento regional. Assim, a fundação da UNE representou um marco para a organização e mobilização dos estudantes brasileiros que, a partir de então, se inseriram de forma institucionalizada nos principais debates relativos não só a educação, mas também das questões políticas e sociais do país.

É sintomático o nascimento da UNE neste período. Marcada por um momento de transição e agitação das instituições políticas brasileiras – que davam seus primeiros passos na tentativa de superação de seu passado oligárquico – a década de 1930 se caracterizou, principalmente, pela chegada de Getúlio Vargas ao poder e pelo início de uma política de tom nacionalista e desenvolvimentista que marcou o processo de urbanização e industrialização naquele momento.

Diversos autores (FERNANDES, 2006; IANNI, 1991; BRESSER-PEREIRA, 2015) concordam que foi neste período que teve início entre nós a formação de um Estado burguês que tinha como norte a reestruturação do Estado com vistas à modernização do país que, a partir de então, foi se moldando segundo a lógica do Estado burocrático moderno. Desta forma, é logo após à Revolução de 1930 que se “[...] cria as condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês” (IANNI, 1991, p.25).

A direção estatal imprimida por Getúlio Vargas inaugurou um novo momento no país marcado por um grande crescimento do setor industrial que se viu acompanhado de uma forte urbanização com todas as consequências advindas desse processo. Entre elas a emergência da cidade como polo de atração dos interesses das massas de trabalhadores e, como efeito disto, uma maior diversificação dos grupos e classes sociais. Foi neste período que

formaram-se novos grupos sociais, com interesses distintos dos interesses da burguesia nacional e internacional [...] vinculada à cafeicultura. Em consequência da incipiente industrialização havida nas décadas anteriores, do crescimento do setor terciário e da própria urbanização, surgiram novos grupos sociais, particularmente os primeiros núcleos proletários e os princípios da burguesia industrial; além de expandir-se bastante a classe média (IANNI, 1991, p.28-29).

Além das transformações no campo político e social é neste momento que observa-se também uma renovação da cultura e das artes. Isto se dá, principalmente, com a Semana de Arte Moderna, de 1922, que imprimiria, nas décadas seguintes, os rumos da produção artística marcando nitidamente, naquele momento, uma ruptura com a arte produzida até então e mais afinada com os ideais de uma sociedade em vias de modernização.

É neste cenário de uma sociedade que passava por transformações profundas em seus diversos setores que surge a UNE com o objetivo de agregar a força estudantil até então dispersa em todo o país. Vargas, como estadista que se mostraria muito hábil para lidar com as diferentes classes e grupos sociais que começavam a se plasmar naquele momento,

[...] logo manifestou especial interesse pelos estatutos da organização, ao receber em audiência os delegados estaduais, que aproveitaram a oportunidade para [...] solicitar o reconhecimento presidencial do Conselho, como “único órgão representante oficial dos estudantes no Brasil” (POERNER, 2004, p.125).

Neste momento em que a UNE passava por um processo de institucionalização da entidade, a relação e o diálogo com o governo foram importantes para a sua estabilização. Se por um lado havia o esforço dos estudantes em consolidar a UNE como um espaço de agregação da força estudantil, por outro lado, havia o interesse do governo em acompanhar de perto a formação de grupos e entidades representativas que deveriam estar em sintonia com a política governamental.

Isto fica claro ainda nos primeiros anos da UNE em que a presença de representantes do governo Vargas em eventos da entidade era constante. No seu segundo congresso, em 1938, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, se mostrou aberto às teses e conclusões do congresso prometendo leva-las em consideração no estatuto de uma reforma educacional, garantindo também respeitar a autonomia dos estudantes. Além do mais, os estudantes contaram, neste momento, com a boa vontade do Presidente Vargas que afirmou receber com simpatia as sugestões de ordem cultural e econômica apresentadas ao governo pelos estudantes (POERNER, 2004, p.130).

2.1.1. As primeiras demandas e as disputas internas

Nos primeiros anos é possível observar a preocupação dos estudantes não só com as questões estritamente educacionais, mas com a política e os problemas nacionais presentes na sociedade de então. Isto fica claro nas teses levantadas para discussão no momento do 2º Congresso Nacional dos Estudantes, de 1938, que, de forma resumida, abordou nos seguintes pontos (POERNER, 2004, p.126-130):

- 1) Situação cultural: função da universidade; formação e orientação profissional e técnica; bolsas de estudos e viagens de intercâmbio universitário; bibliotecas; difusão da cultura etc.;
- 2) Situação econômica: problemas das taxas de matrículas; problemas de habitação – cidades universitárias; casas de estudante; problemas de alimentação; estágio remunerado; assistência médica, dentária e judiciária etc.;
- 3) Saúde: higiene escolar, educação física etc.;
- 4) Mulher estudante: a mulher estudante frente ao problema do trabalho e em face das organizações profissionais; a mulher estudante frente ao problema do lar; associações femininas; a instituição do divórcio e do exame pré-nupcial obrigatório; o amparo das leis trabalhistas à mulher etc.
- 5) Entre estes, também foi discutido: a luta contra o analfabetismo; o ensino reacionário nas escolas e a proposição de uma cadeira de Sociologia nos cursos superiores; educação de adultos, ensino rural etc.

A sugestão e discussão das pautas do 2º Congresso Nacional dos Estudantes contou com a participação de várias entidades representativas estudantis de diferentes partes do Brasil. Chama-nos atenção a qualidade das propostas discutidas à época – muitas delas ainda hoje não resolvidas – e, mais especificamente, a pauta que aborda questões relativas ao papel da mulher na sociedade, uma verdadeira revolução naquele momento em que era bem mais comum à mulher as funções relativas ao espaço privado e, ao homem, as funções do espaço público.

No plano internacional, a década de 1940 foi marcada pelos acontecimentos da 2ª Guerra Mundial e por seus desdobramentos. Enquanto o governo Vargas flertava com nazifascismo europeu, os estudantes mostraram – talvez pela primeira vez em sua curta existência – seu poder de mobilização contra as forças conservadoras e de orientação totalitárias que pretendiam influenciar a política brasileira. Foi assim que teve início uma ampla mobilização dos estudantes ligados à UNE contra o apoio do Brasil às forças do Eixo.

Iniciado nas universidades, o movimento logo passou a contar com apoio de professores de diferentes centros acadêmicos do país. Comissões estudantis percorreram as redações de jornais, realizaram discursos em praças públicas e procuravam apoio entre os membros do governo Vargas. A ação dos estudantes culminou com a passeata de 4 de julho no ano de 1942, no Rio de Janeiro, que contou com a participação de mais de mil estudantes. Poerner (2004, p.147), mostra que o esforço dos estudantes contra as forças nazifascistas foi determinante sobre a opinião pública nacional “[...] tanto que os nazistas e fascistas sustentavam, na época, que as atividades dos estudantes não passavam de manifestações de ‘baderneiros’ e ‘jovens irresponsáveis’”.

À esta altura, a UNE já havia tomado parte em relação às principais questões políticas e de repercussão nacional. A participação e pressão exercida pelos estudantes ao se posicionarem contra a presença do Brasil na Segunda Guerra – além de outros episódios como a luta pela anistia dos presos políticos e pela democratização – teve impacto na relação amistosa de até então entre os estudantes e o governo Vargas.

O Estopim que marcaria a cisão completa entre a UNE e Vargas se deu com a morte do estudante Demócrito de Souza Filho, primeiro secretário da União dos Estudantes de Pernambuco, em março de 1945, durante um comício pró-candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, após o novo interventor de Recife determinar a repressão da manifestação. O episódio pôs fim a qualquer tipo de relação cordial com o governo – à essa altura mergulhado na ditadura Vargas. Desta forma, “declarando guerra ao governo, a UNE mobilizou estudantes, políticos e trabalhadores para frustrar a chamada ‘união nacional’ em torno de Vargas” (POERNER, 2004, p.162).

No final da Segunda Guerra Mundial o governo Vargas estava desgastado e entre os estudantes já havia um consenso em torno da democracia com eleições livres e com as liberdades civis. É neste momento que se acentua uma divisão interna no quadro da UNE entre estudantes ligados à UDN, por um lado, e estudantes ligados ao Partido Comunista, por outro. No final da década de 1940, estes dois grupos se revezaram na diretoria da UNE e disputaram o interesse dos estudantes a partir de um forte acirramento político e ideológico. No plano internacional, o fim da Segunda Guerra acentuou as diferenças entre EUA e URSS em torno da hegemonia político-ideológica, econômica e militar em todo mundo. Internamente predominava no Brasil “o antidemocratismo básico dos liberais brasileiros [e o] visceral anticomunismo das elites” (REIS, 2002 apud Mattos, 2014, p.77).

Este período foi marcado também por uma forte mobilização da UNE juntamente com diversos setores da sociedade civil em torno da campanha “O petróleo é nosso”. A campanha

visava assegurar o monopólio estatal sobre a exploração do petróleo brasileiro. Neste momento, o que figurava como pano de fundo era o sentimento nacionalista que visava garantir a autonomia econômica do Brasil em detrimento da entrada do capital estrangeiro. A campanha pelo petróleo acirrou ainda mais as posições de grupos tanto favoráveis como contrários a intervenção estrangeira em assuntos de interesse nacional.

Entre os anos de 1947 e 1950, os temas mais frequentes defendidos pela UNE, além da campanha pelo petróleo, estiveram relacionados ao alinhamento da entidade aos movimentos internacionais da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e da União Internacional dos Estudantes (UIE), a adesão da UNE ao movimento pela paz mundial, as reivindicações pelas reformas do ensino, os problemas econômicos dos estudantes e a autonomia das entidades estudantis (MATTOS, 2014, p. 84-85).

Como se pode ver, os primeiros anos de estabelecimento e de consolidação da UNE foram marcados, por um lado, por sua forte presença nos debates dos grandes temas políticos, sociais e econômicos do país e, por outro, por uma acirrada disputa interna entre diferentes grupos, organizações e partidos de orientações ideológicas distintas. Ao analisar a atuação da UNE entre os anos de 1945 e 1964 – com foco na ação dos grupos e partidos que se revezaram na diretoria da entidade – Mattos (2014) nos mostra os constantes embates entre estudantes ligados à esquerda e à direita do espectro político e seus esforços em ampliar sua influência sobre o conjunto dos estudantes.

Assim, no período acima citado foi intenso os conflitos entre estudantes ligados a UDN e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre os anos de 1947 e 1949, estiveram à frente da direção da UNE estudantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Registra-se também a presença de organizações e tendências radicais que visavam combater as esquerdas a partir do discurso anticomunista. Além destes, outros grupos disputaram a atenção dos estudantes neste período como: a Juventude Comunista (JC), Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) (MATTOS, 2014, p. 25-26).

Contra a tese de um movimento universitário unitário, progressista e que se coloca sempre ao lado dos interesses populares, Mattos (2014) afirma que tal movimento é um espaço em constante disputa. Assim, adjetivos como “inconformados”, “renovadores”, “progressistas”, “engajados” ou “revolucionário” presentes em boa parte das publicações sobre o tema se mostram fluidos e não dão conta da heterogeneidade do movimento estudantil. Segundo o autor, para uma melhor compreensão da atuação das entidades estudantis se faz necessário estar atento ao repertório dos estudantes, suas redes de relações, demandas e as possibilidades de diálogo com outras forças políticas.

A partir dessa identificação, conclui-se que não tenha existido uma UNE sempre progressista, sempre ao lado dos interesses populares ou que, quando isenta dessas características, a entidade tenha se desfigurado das suas tarefas consideradas inatas. Pelo contrário, os repertórios da UNE e os seus posicionamento, tanto nos momentos em que a entidade se colocou ao lado das forças de esquerda, quanto nos momentos em que se dedicou acirradamente contra o comunismo, foram resultados das disputas e das demandas que predominaram no interior da entidade: de intervenções organizadas que, no contexto nacional e internacional, buscaram legitimar crenças e posicionamentos que, expressadas pela UNE, passaram a ser adotadas pelos estudantes (MATTOS, 2014, p. 339-340).

Nos anos que se seguiram após o Estado Novo, a direção da UNE continuou sendo disputada por estudantes ligados à grupos e partidos de esquerda e da direita. A analogia a um campo de batalha não seria de todo um exagero, tendo em vista o contexto de forte repressão e estigmatização das esquerdas comunistas no período que vai do Pós-Segunda Guerra e que culmina com a ascensão dos militares ao poder em 1964.

O período do governo Eurico Dutra (1946-1951) foi marcado pelo pouco diálogo e forte repressão policial aos estudantes. Isto se observou, principalmente, em dois momentos: um deles foi na ocasião do Congresso da Paz em que a sede da UNE foi invadida pelo esquema policial de Dutra; e o outro se deu na ocasião dos protestos estudantis contra o aumento das passagens dos bondes no Rio de Janeiro, ambos em 1946. Em 1951, com a direção da UNE sob influência dos estudantes ligados à direita, registra-se a infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro com a presença de estudantes americanos enviados pelo Departamento de Estado. O episódio se repetiria em 1956 com a vinda da estudante americana Helen Rogers que, com o aparente objetivo de propor um intercâmbio de experiências culturais e estudantis, visava introduzir o anticomunismo entre os estudantes. A tentativa se viu frustrada diante da negação dos diretores da UNE, desta vez sob orientação progressista (POERNER, 2004, p.164-170).

No início dos anos 1950, com os estudantes da direita udenista na direção da UNE, foram frequentes as tentativas de derrubada do governo nacionalista de Getúlio Vargas que voltara à Presidência da República, desta vez eleito através de eleições democráticas. O intervencionismo estatal de Vargas e a proteção do mercado nacional da influência estrangeira nunca foram bem vistos pelos estudantes e setores políticos da direita, uma vez que tais atitudes frente ao Estado ferem os princípios liberais da autorregulação do mercado.

Esta situação mudaria por completo com a passagem do governo Vargas para o de Juscelino Kubitschek, momento em que há uma reorientação da política econômica com vistas a acelerar o desenvolvimento econômico do país. Isto se daria com a implementação do

Programa de Metas, a “menina dos olhos” de JK, que abrangeu os setores da energia, transportes, alimentos e a indústria de base e representou um momento de profundo desenvolvimento do capitalismo no Brasil e das relações de dependência. Se durante o governo Vargas o desenvolvimento econômico e a industrialização foram pensados a partir da noção de emancipação econômica nacional, o mesmo não pode ser dito em relação ao governo Kubitschek, uma vez que, para este, industrialização e independência econômica nacional eram entidades distintas (IANNI, 1991, p.188).

As mudanças econômicas observadas durante os anos JK possibilitaram não só o crescimento industrial brasileiro, mas o sentimento de que o Brasil estava passando por um processo de modernização acelerada – e isto se intensificou principalmente depois da construção de Brasília. De fato, era este sentimento que a propaganda oficial pretendia passar ao cunhar o slogan “50 anos em 5” que seria atingido com o plano de metas do governo.

Em síntese, ao desenvolver-se ainda mais o modo de produção capitalista no Brasil (como parte do sistema capitalista econômico mundial) desenvolveu-se tanto as relações de produção como o conjunto da estrutura social. Principalmente nos centros urbanos e industriais mais importantes do país, desenvolveu-se bastante a estrutura de classes sociais, com suas implicações políticas e culturais. [...] Pouco a pouco, avança a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrário. [...] Nesses anos a “cultura da cidade”, enquanto sistema de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produção geradas com a produção industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do país (IANNI, 1991, p.177).

2.1.2 Jango e os estudantes pela defesa dos princípios democrático

Como assinala Ianni acima, o desenvolvimento econômico observado nos anos JK desencadeou uma nova dinâmica na estrutura da sociedade brasileira que fez emergir o espaço urbano como principal *locus* dos acontecimentos e das decisões políticas. O ambiente democrático pelo qual passara o Brasil nos últimos anos se viu ameaçado quando, depois do governo JK, Jânio Quadros assume em janeiro de 1961 para renunciar em agosto do mesmo ano. A constituição vigente à época garantia a posse do vice-presidente que, neste caso, era João Goulart. No entanto, Jango não era bem quisto entre os militares, estes o acusavam, “[...] de ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a ‘agentes do comunismo

internacional' posições-chave nos sindicatos, assim como de ter enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita à China comunista” (SKIDMORE, 1982, p.257).

Frente às forças que se opunham ao direito constitucional de João Goulart assumir a presidência – principalmente militares e membros da UDN –, formou-se uma “Campanha da Legalidade” com o objetivo de garantir a sua posse. A União Nacional dos Estudantes (UNE), juntamente com setores da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e outros fizeram parte desta campanha. Na ocasião, o jornal O Metropolitano, da União Nacional dos Estudantes (UNE), publicou a seguinte nota:

A Constituição Brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a ser criada, há alguns anos atrás, não será desrespeitada. Desde as primeiras horas da crise, a União Nacional dos Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da democracia e do regime. Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes hão de resistir... Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a letra da Constituição (MENDES JR, 1982 apud SANTANA, 2007, p. 20).

O apoio dos estudantes na defesa dos princípios democrático representou uma força de peso ajudando a fortalecer a opinião pública pela “Legalidade com Jango”, o que possibilitou a sua condução ao posto de Presidente da República em setembro de 1961. No entanto, a solução para o impasse só se deu com a adoção do regime parlamentarista, saída encontrada após negociação entre as forças políticas de então com os militares, o que limitava bastante o poder do novo presidente.

No início dos anos 1960, as transformações nas estruturas econômicas impulsionadas pela rápida industrialização – com reflexo nas relações entre as diferentes classes –, bem como o desenvolvimento das instituições políticas, estas em constante disputa pelos vários grupos de poder e interesses ideológicos, possibilitou um avanço dos movimentos sociais tanto na cidade quanto no campo e o surgimento de novos atores políticos.

Neste sentido, o surgimento das Ligas Camponesas, principalmente no Nordeste brasileiro, representou um avanço na organização dos trabalhadores rurais em prol da reforma agrária e de melhores condições de vida no campo. Parte da igreja católica, notadamente seu setor mais progressista, também assumiu um papel de destaque neste momento ao desenvolver um trabalho com as camadas populares através do Movimento de Educação de Base (MEB) com implantação de escolas radiofônicas com vistas a alfabetização de jovens e adultos da população carente.

Os desafios que o então presidente João Goulart teria que enfrentar não eram poucos. Havia por parte dos diferentes setores da sociedade uma grande expectativa sobre como se daria o seu governo – sem falar da desconfiança dos militares e setores da burguesia quanto as ligações de Jango com os ideais comunistas e o populismo. Neste momento, o Brasil passava por um período de crise política e econômica. No caso da primeira, evidenciada pela repentina renúncia de Jânio Quadros e os desdobramentos que levaram João Goulart ao poder. Quanto a crise econômica que Jango teria que enfrentar, esta “[...] manifestou-se da seguinte forma: reduziu-se o índice de investimentos, diminuiu a entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e agravou-se a inflação” (IANNI, 1991, p.196).

Assim sendo, no nível interno, o acirramento das lutas de classes foi notório, uma vez que a sociedade civil tornou-se mais ativa diante da ampliação da participação política e da organização dos trabalhadores urbanos e rurais. Outros setores da sociedade também se organizaram e participaram ativamente das mobilizações em favor das Reformas de Base, como os estudantes e os militares subalternos (sargentos, marinheiros etc.) (GERMANO, 1994, p.50).

O conjunto de medidas político econômicas propostas pelo governo João Goulart, denominadas de Reformas de Base, pretendiam abranger uma série de iniciativas governamentais que englobavam as reformas agrária, urbana, fiscal, bancária, universitária e administrativa como forma de tentar resolver a crise política e econômica a partir de mudanças estruturais com vistas a superação do subdesenvolvimento e diminuição das desigualdades sociais no Brasil. No entanto, tais reformas representavam

[...] um ataque indireto aos problemas mais difíceis e controvertidos da estrutura social brasileira e, portanto, da política interna”. Não tendo conseguido convencer o Congresso da necessidade de uma transformação da estrutura agrária rural, Jango lançava mão unilateralmente do decreto (SKIDMORE, 1982, p.350).

A dificuldade de João Goulart de atrair o apoio político necessário para as reformas de base está ligada ao alto grau de conservadorismo da elite brasileira que não via com bons olhos a questão da reforma agrária pretendida pelo governo. A insistência de Jango pelas reformas acirrou ainda mais a desconfiança em relação ao seu populismo junto às massas, aumentando os temores de que ele pretendesse instaurar um governo comunista no Brasil.

A reação conservadora não tardou, se manifestando, principalmente, na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” organizada pela igreja católica em março de 1964, portanto, um mês antes do golpe militar. A base social necessária para o golpe de estado estava formada.

Com a insatisfação da burguesia nacional, de setores da igreja e da classe média somadas a insatisfação dos militares com os rumos da política, em 31 de março de 1964 foi deflagrado o golpe militar com o intuito de conter o “avanço comunista” e reestabelecer a ordem – gesto amplamente comemorado pelos meios de comunicação conservadores da época que logo se apressaram em celebrar a “revolução” de 1964.

Com tal gesto, a elite política brasileira demonstrava, mais uma vez, a sua grande habilidade e disposição para resolver os problemas políticos nacionais via golpe de Estado. Por sua vez, o movimento estudantil viveria o período mais difícil de sua existência saindo, forçosamente, de uma atuação institucionalizada para a luta na clandestinidade.

Os primeiros anos da UNE representaram seu momento de institucionalização e afirmação enquanto agente político voltado não só para as questões restritas ao campo da educação, mas também para as questões mais amplas da política nacional. Assim, o movimento estudantil se fez num processo ativo que envolve, por um lado, os condicionamentos e, por outro, a ação humana que evidencia, em grandes traços, a defesa dos interesses nacionais (campanha “O petróleo é nosso”), da legalidade e da democracia (“Campanha da Legalidade” em favor de João Goulart) e da ampliação do acesso ao ensino superior (reforma universitária).

2.2 Autoritarismo

2.2.1 A invasão da UNB, a criação da Lei Suplicy e os Acordos MEC-USAID

O período que compreende o início da ditadura militar no Brasil, em 1964, e as lutas pelas Diretas Já, entre os anos de 1983-1984 – e que culminou com as eleições indiretas que elegeram Tancredo Neves para Presidente da república – está inscrito no imaginário popular como o mais intenso e atuante do movimento estudantil brasileiro. Também não poderia ser diferente. As várias medidas postas em prática neste período, que procuraram reestruturar a educação nos moldes americanos e a linha dura e antidemocrática do governo no combate às ideias de oposição, fizeram do regime militar o grande inimigo a ser combatido pelo movimento estudantil.

Neste caso, a recíproca também era verdadeira. Uma prova do reconhecimento do poder de organização e atuação dos estudantes – e da tentativa de desestabilizá-lo – foram as diversas iniciativas postas em prática para desarticular o movimento estudantil que, como vimos, desde

a criação da UNE, em 1937, sempre esteve presente no debate das questões de interesse nacional. Não à toa, no primeiro dia do golpe militar a sede da UNE foi incendiada. No campo da educação, entre as principais ações do governo militar, à época, com vistas a desorganizar os estudantes estão a invasão da UNB, a criação da Lei Suplicy e os Acordos MEC-USAID.

Nove dias após o golpe de 1964 a Universidade de Brasília (UNB) teve suas dependências invadidas por tropas do exército a mando do Marechal Castelo Branco com a desculpa de que poderiam haver irregularidades naquela universidade. Fundada em abril de 1962, sob o signo da reinvenção do ensino superior no Brasil, a Universidade de Brasília reuniu entre seus idealizadores nomes como os do antropólogo Darcy Ribeiro, o educador Anísio Teixeira e o arquiteto Oscar Niemeyer. Apesar do pouco tempo de fundação, o empenho destes e de outros intelectuais na formação do quadro de professores e nas diretrizes da universidade já a colocava numa posição de vanguarda em relação as instituições de ensino superior no Brasil.

Com a invasão da UNB pelos militares, deu-se início a perseguições a professores e alunos, confisco de livros e interdição de bibliotecas; demissão em massa de professores – muitos mandados para o exílio taxados como criminosos e subversivos. Anos depois, refletindo sob o ocorrido, Darcy Ribeiro escreveu em seu livro “UNB: invenção e descaminho”, de 1978:

Quando, amanhã, o Brasil – e dentro dele a Universidade de Brasília – conquistar a alforria para retomar o comando de seus próprios destinos, precisaremos recordar estes dias trágicos da travessia do túnel da iniquidade. Entre eles, principalmente, o da invasão de 1964, em que, depois de assaltada por tropas motorizadas, a UnB teve diversos professores presos levados a um pátio militar para serem ali desnudados e assim humilhados por toda uma tarde. [...] Será preciso recordar igualmente a demissão de 1965 quando, acompanhando solidários os quinze expurgados, duzentos e dez professores deixaram a Universidade de Brasília, a cidade, e a maioria deles o país. Também não deve ser esquecido este episódio histórico: é o dia da diáspora (RIBEIRO, 1978, p. 85).

Contra as arbitrariedades do regime, os estudantes reagiram deflagrando greves em apoio aos professores e exigindo respeito à autonomia universitária, além da renúncia do reitor-interventor nomeado pelos militares para a direção da universidade. O caso da invasão da UNB não foi um evento isolado, em todo o Brasil houveram situações semelhantes de perseguição, desmantelamento e exílio do quadro de professores e funcionários das instituições de ensino superior. Da mesma forma, houve resistência por parte dos estudantes. No entanto, os obstáculos às suas atividades se tornavam cada vez maiores, como indica a aprovação da Lei Suplicy de Lacerda ainda no mesmo ano do golpe.

Com o objetivo de limitar e ter um maior controle das atividades estudantis foi aprovada, em novembro de 1964, a Lei nº 4.464, popularmente conhecida por Lei Suplicy de Lacerda. A lei que ficou conhecida pelo nome do então Ministro da Educação visava estabelecer uma nova regulamentação de funcionamento das entidades de representação estudantil ficando a partir de então sob controle direto ou indireto do Ministério da Educação. Assim, a UNE foi

[...] substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes, e as uniões estaduais, pelos diretórios estaduais (DEEs). Impedia-se, além disso, através de restrições as mais variadas, o livre curso do diálogo entre diretórios acadêmicos e os alunos. Na regulamentação das entidades, feita inteiramente à revelia dos estudantes e sem consultá-los, a Lei Suplicy de Lacerda tornava possível a convocação do Diretório Nacional dos Estudantes pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Federal de Educação, ferindo, assim, o mais elementar princípio de funcionamento de uma entidade de representação, o direito de autonomia (POERNER, 2004, p.212).

Com a aprovação da Lei Suplicy de Lacerda pelo congresso, ainda no ano de 1964, os militares deixaram claro seu objetivo de desarticular as organizações estudantis e inviabilizar qualquer tipo de investida dos estudantes contra as arbitrariedades do regime. Ao tomar o poder via golpe, os militares sabiam que sofreriam oposição por parte de seguimentos da sociedade civil; e os estudantes – ponta de lança das lutas políticas das últimas décadas – certamente estariam nas primeiras fileiras da resistência contra os militares.

A Lei Suplicy de Lacerda cumpria, assim, uma função: ela foi um meio para se atingir um fim específico que não era o de simplesmente desarticular o movimento estudantil, mas preparar o terreno para a implantação de reformas profundas na educação brasileira. Tais reformas seriam introduzidas através de acordos entre o governo brasileiro e uma agência norte-americana. Assim, os acordos MEC-USAID, como ficaram conhecidos, englobaram uma série de convênios entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) que tiveram início no ano de 1964 e se estenderam até 1968 com a aprovação da lei de reforma universitária (Lei 5.540/68).

O objetivo de tais acordos era introduzir no Brasil um modelo de educação que se aproximasse do modelo norte americano. Em seu conteúdo, os acordos MEC-USAID deixavam clara a submissão do Brasil neste processo, uma vez que, para sua efetivação, seria necessária a contratação de técnicos e assessores americanos aos quais caberiam a implantação do novo regime de ensino.

Além disso, a ruptura política levada à cabo pelos militares e setores da classe dominante foi tida como necessária para a garantia da continuidade da ordem socioeconômica vista, então, como ameaçada pelo grupo político que ocupava o poder. Assim,

a nova situação exigia adequações no âmbito educacional, o que implicava mudanças na legislação que regulava o setor. [...] [Desta forma], bastava ajustar a organização do ensino ao novo quadro político, como um instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica (SAVIANI, 2011, p.26).

O desejo de reforma e modernização do ensino superior não era, naquele momento, algo novo. Desde a década de 1940 que administradores educacionais, professores e estudantes almejavam mudanças significativas na estrutura e organização das universidades. Assim, “quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas idéias” (CUNHA, 1988 apud GERMANO, 1994, p.117). No entanto, a forte oposição dos estudantes às reformas do ensino superior visava mostrar que estas eram reformas conservadoras, implementadas de forma vertical e que não atendiam aos interesses nacionais. Isto ficou claro no teor do relatório Atcon²¹, de 1966, que destacava

a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade. Além disso, o relatório enfatizava a importância de racionalizar a universidade, organizando-a nos moldes empresariais, privilegiando, assim, a questão da privatização do ensino (GERMANO, 1994, p.117).

Florestan Fernandes (1975) ao abordar a questão da reforma universitária deixava claro que esta, para que fosse levada a cabo, necessitaria, antes de tudo, de uma institucionalização do jogo político democrático. Assim, o reformismo exige, segundo o sociólogo, uma sociedade de estrutura democrática que possa aperfeiçoar a ordem social através de opções coletivas fundamentadas no consenso da maioria. Como as reformas propostas pelo governo militar se deram no marco não de uma democracia, mas de uma ditadura só poderiam ser úteis para a manutenção do *status quo* e da revitalização do poder conservador. Neste sentido, afirma que

[...] a reforma universitária [foi] consentida como uma manifestação de tutela política e como mera panacéia. Não podemos aceita-la porque ela não flui de nossa vontade, não responde os anseios que animam a nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos (FERNANDES, 1975, p. 203-204).

Estava claro que o conjunto de medidas tomadas pelos militares visando mudanças profundas na educação brasileira tinha como objetivo alinhar as diretrizes gerais da educação

²¹ Relatório desenvolvido por Rudolph Atcon, sob encomenda do MEC, no período de junho a setembro de 1965. Continha propostas para a reformulação das universidades brasileiras que atendessem aos pressupostos americanos de racionalidade, eficiência e eficácia das instituições. Com esse intuito visitou 12 universidades (entre elas a UFPB). Atuou também assessorando a reforma universitária em outros países da América Latina, como o Chile, na América Central e no Caribe. Cf. ZANDEVALLI, 2009.

no Brasil ao modelo ideológico conservador que se instaurara com fins claramente de manutenção da ordem econômica.

Além de instaurar um regime excludente, os militares se utilizaram do recurso da cooptação dos estudantes e líderes estudantis através de entidades norte-americanas com atuação no Brasil com vistas a promover o intercâmbio de estudantes brasileiros para os Estados Unidos. Este papel coube à Associação Universitária Interamericana (AUI) que, por trás da ideia da promoção de intercâmbios para conhecer os EUA, a vida familiar americana e o diálogo com professores e estudantes americanos, visava mostrar ao estudante “o bom capitalismo, como é exercido nos EUA”. Para isso procurava-se as lideranças estudantis, “[...] pois a liderança é a única característica que não pode ser criada” (POERNER, 2004, p.221-223).

Outra forma de cooptação de lideranças estudantis se deu através de programas governamentais de extensão universitária como, por exemplo, o “Projeto Rondon”, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), a “Operação Mauá” e a Fundação Mudes (Movimento Universitário de Desenvolvimento Social), esta última com vínculos com a iniciativa privada. Tais programas de extensão universitária junto às comunidades distantes da realidade dos estudantes tinham como objetivo, antes de tudo, combater focos de subversão e fomentar práticas paternalistas e de caridade junto às populações visadas por estes programas (GERMANO, 1994, p.136-137).

As reformas na educação não se limitaram apenas às mudanças no ensino superior. A introdução da disciplina de “Educação Moral e Cívica” nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país, através do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, cumpria a função de fomentar princípios básicos de disciplina, obediência e respeito às instituições (como a família, a escola e o Estado). Isto fica claro no texto preparado pela “Comissão Nacional de Moral e Civismo”, em 1970, que resumia a finalidade da disciplina: “o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos da história”, “O culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade”²².

2.2.2 O desmanche das instituições de representação política e a radicalização dos estudantes

A aprovação das leis e decretos que tinham em vista aumentar o poder de atuação dos militares e tentar criar um consenso em torno do seu governo deixou de ser um problema com

²² Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>

o Ato Institucional nº 2 decretado pelo então presidente Castelo Branco em outubro de 1965. Com este gesto, desmontava o pluripartidarismo e criava o bipartidarismo. Assim nasceu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido de apoio ao governo –, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que, por sua vez, se ocuparia em fazer a oposição. Desta forma, o executivo obteve plenos poderes para atuar sem amarras na efetivação de seus objetivos políticos e ideológicos e na perseguição de seus opositores.

Mesmo com o desmonte e deformação das instituições de representação estudantil, perseguição aos estudantes e todas as políticas de reformas da educação de cunho burocrático-estatal conservadoras, o movimento estudantil manteve-se firme no propósito de denunciar o autoritarismo e o caráter antidemocrático do governo. Tal atitude cobraria seu preço diante da desvantagem que de antemão se encontravam os estudantes sem os meios necessários para tal fim. Principalmente pelo que se viu depois quando se tomou conhecimento dos métodos de perseguição, torturas e mortes praticados pelos militares. No entanto, como vimos no primeiro capítulo, não estar enredado no *status quo* coloca o jovem numa posição diferenciada dos demais grupos sociais. Além do mais, o “calor da juventude” é combustível para feitos inimagináveis.

O golpe de 1964 colocou a UNE e as demais entidades representativas dos estudantes diante de uma nova realidade e exigia, por sua vez, uma outra postura de atuação do movimento estudantil. As mudanças implementadas pela lei de reforma do ensino superior modificaram substancialmente a estrutura organizativa das universidades afetando sua autonomia administrativa e submetendo seus diversos órgãos ao controle burocrático dos militares. O autoritarismo que tomou o poder excedia, de longe, o de qualquer outro governo anterior com o qual os estudantes tiveram que lidar. A impossibilidade de uma atuação dentro do jogo democrático, via instituições representativas, lançou o movimento estudantil numa incerteza quanto aos rumos a ser seguido. Diante deste quadro, só restavam duas opções: desistir ou resistir. Predominou a segunda.

Se a chegada dos militares ao poder representou uma ruptura com a democracia, seguida de uma política totalitária e sem diálogo com os seguimentos da sociedade civil, a continuidade das mobilizações estudantis só poderia se dar, da mesma forma, através de uma ruptura com as formas de representação válidas até antes do golpe, ou seja, os partidos políticos. Em dado momento, ficou claro para um segmento do movimento estudantil que a radicalização seria a única alternativa diante do fechamento dos canais legais de negociação. Tal conclusão, implicava rever (ou suspender) alguns princípios ideológicos que tinham balizado até então a ação dos estudantes.

O golpe de 1964 acentuou as diferenças entre as velhas esquerdas (com destaque para o Partido Comunista Brasileiro) e as novas esquerdas que emergiram a partir das dissidências ideológicas e de princípios de ação da segunda em relação à primeira. A crítica das novas esquerdas recaiu, naquele momento, sobre a democracia populista de cunho reformista de partidos como PCB e demais partidos de esquerda. Os limites do populismo se evidenciaram no governo de João Goulart, no início dos anos 1960, expondo suas fraquezas e lançando dúvidas quanto a sua manutenção. Com base nesse julgamento, as novas organizações de esquerda²³ se multiplicavam recrutando novos adeptos, desta vez não mais para os partidos, mas para si (GROPPO, 2007, p.232-233).

Antes da decisão pelo rompimento

[...] a luta no seio da democracia populista era encarada pela esquerda como um momento tático para a consecução dos alvos socialistas. Acreditava-se que as massas trabalhistas e populistas precisavam ser conquistadas por dentro, a partir dos objetivos e técnicas da própria política de massas. Por isso a “frente única” e os outros compromissos com militares e setores da classe média etc. eram alianças táticas indispensáveis. Eram em decorrência do realismo político. Assim, sacrificava-se momentaneamente a teoria marxista-leninista da revolução, com o objetivo de ajuntar teoria e prática, condições e possibilidades, alvos e táticas (IANNI, 1971, p.107-108).

A adesão tática à política de massas não foi exclusiva do Partido Comunista. Outras agremiações seguiram esta direção como: PSB, PTN, FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), FLN (Frente de Libertação Nacional), CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e entre estes a UNE (União Nacional dos Estudantes), que desde sua formação manteve grande proximidade com a democracia populista (IANNI, 1971, p.106-107).

Em meados dos anos 1960, a continuidade de uma atuação política dentro do marco da democracia populista de caráter reformista – a partir de alianças com setores da burguesia – já não fazia mais sentido para muitos grupos da nova esquerda e não se apresentava mais como uma opção viável. A UNE, que a esta altura já estava dividida com grande parte dos estudantes envolvidos em diferentes organizações de esquerda, também se dividia quanto aos encaminhamentos da luta. Se multiplicava, assim, dentro da entidade, as diferentes posições quanto aos caminhos a ser seguido.

²³ Algumas dessas organizações que atuaram neste período foram: a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), Ação Popular (AP), Aliança Nacional Libertadora (ANL), Movimento Nacional Revolucionário (MNR), Comando de Libertação Nacional (Colina), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Partido Operário Comunista (POC), Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Para maiores detalhes Cf. GORENDER, 1987.

De modo geral, as matrizes intelectuais da luta armada foram: o foquismo, a teoria oficial da Revolução Cubana; o maoísmo e sua concepção chinesa de guerra popular e o modelo insurrecional soviético. Foi através dos escritos de Che Guevara (Guerra de guerrilhas) e de Régis Debray (Revolução na revolução?) que a teoria do foco ficou conhecida entre a esquerda brasileira. O foquismo tinha como característica singular a primazia do fator militar sobre o fator político. Em sua concepção, o foco teria início com poucos homens que atuaria no meio rural, entre os camponeses, se organizando e se espalhando levando a luta armada para outras regiões formando assim um exército rebelde capaz de derrotar o inimigo (GORENDER, 1987, p. 79-83).

A influência chinesa se distinguiu do foquismo principalmente pela subordinação do fator militar ao político, ou seja, o exército guerrilheiro devia estar sob direção do partido comunista que faria o trabalho político com os camponeses. As sentenças de Mao Tsé-Tung que assinalavam que “Os imperialistas e os reacionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil” se tornaram bastante difundidas contribuindo, em grande medida, para a militarização das esquerdas brasileiras. A influência soviética priorizava a luta de classes operárias nas cidades sob a direção do partido de vanguarda. Os grupos trotskistas ortodoxos rejeitavam a saída proposta pelo foquismo e a estratégia chinesa da guerra popular, se inspiraram no modelo insurrecional soviético da ditadura do proletariado (GORENDER, 1987, p. 79-83).

As lutas pelo socialismo no mundo e suas experiências, seja de matriz latino-americana, chinesa ou soviética, ofereceram à nova esquerda brasileira outros caminhos que se distanciavam do reformismo do PCB e suas alianças burguesas. Diversos grupos e organizações políticas emergiram cada qual com a fé na sua linha de atuação e a crença de que a mudança social era possível via radicalização através da luta armada.

Enquanto cresciam as críticas e divergências na cúpula do PCB – que iam das propostas pela luta armada à opção pela rearticulação dos movimentos e reorganização de um partido revolucionário –, as bases estudantis que integravam o partido fugiam ao controle de suas instâncias formais rompendo com a centralização partidária e com a tradição de luta interna dos comunistas, através das quais as decisões eram tomadas “pelo alto”. Assim, “a emergência das bases estudantis, autônomas, estava subvertendo tais tradições. Formariam um veio próprio, desde 1965: a Dissidência (REIS FILHO, 1989, p. 48).

Das discordâncias internas da esquerda partidária surgiram novos grupos e organizações de esquerda como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação

Popular (AP), Dissidência Guanabara (DI-GB) e Dissidência de São Paulo (DI-SP), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) entre vários outros que se multiplicavam nas capitais de todo Brasil. Divergiam entre si quanto as táticas de luta: uso de armas, foco guerrilheiro (foquismo), defesa da ideia de um novo partido, mobilizações populares etc.

No Brasil pós golpe militar, o fechamento das opções políticas aumentou ainda mais o acirramento entre as classes e grupos políticos. No entanto, as conquistas do socialismo, na América Latina e em outras partes do mundo, mostravam o caminho a ser seguido pelas esquerdas, fortalecendo a compreensão de que a saída só seria possível via uma revolução socialista e através do recurso à violência contra o capitalismo e o imperialismo. Ou era isso ou a fórmula da “velha esquerda” do reformismo e das alianças burguesas. No entanto, para os novos grupos de esquerda, as lutas dos trabalhadores do século XIX e as revoluções socialistas do século XX deveriam ser lidas como exemplos a serem seguidos, pois a história seguia sua marcha e a vitória seria inevitável.

Assim,

Todos imaginavam-se depositários da “missão” histórica de vanguardear a classe operária ou as “massas populares”. A concepção de vanguarda leninista permanecia de pé. Todos pretendiam agora encarnar, pelas ações de massas, ou pelas ações armadas, o papel supostamente assumido pelos bolcheviques na Rússia pré-revolucionária (REIS FILHO, 1989, p. 52).

Os comunistas surgiram como “tutores” do povo e as organizações como tutelares dos interesses políticos das classes revolucionárias. As vanguardas, em consequência, deveriam sentir-se responsáveis pelo “seu” proletariado e pela “sua” revolução (REIS FILHO, 1989, p. 66).

2.2.3. 1968 e a utopia jovem

O ano de 1968 foi um ano atípico. Os acontecimentos no campo da política e da cultura, principalmente, e seus impactos no social através da ressignificação dos hábitos e costumes são até hoje lembrados pelo legado deixado para as gerações posteriores²⁴. 1968 parece ter passado a limpo toda a década de 1960 com a insatisfação dos jovens em relação à política, aos costumes, às hierarquias, o autoritarismo entre outras insatisfações gestadas nas utopias e desejos daquele ano.

²⁴ Cf. VENTURA, 2008. MATOS, 1989. GROppo, 2008.

Em várias partes do mundo parecia emergir uma “cultura da juventude” incomodada com a hierarquia das instituições sociais como a família, a escola e o Estado, e seu papel autoritário na condução do jovem para uma vida profissional de sucesso. Se até este momento tinha prevalecido entre a juventude o desejo de ser adulto para só assim poder desfrutar de forma plena da vida, os acontecimentos de 1968 inverteram essa lógica ao interligar, em todo mundo, protestos e questionamentos contra a ordem estabelecida.

Na cultura, a música dos Beatles (Inglaterra) e a de Jimi Hendrix (EUA) tiveram um impacto devastador redefinindo modas, hábitos e comportamentos. Os festivais de música, no Brasil, dividiam o público entre os que apoiavam as músicas de protestos e o desbunde dos tropicalistas. A Jovem Guarda também embalou grandes parcelas da juventude com seus temas musicais que, embora estivessem longe das canções de protesto, tiveram grande impacto na mudança de comportamento ao cantar sobre o amor, o beijo e os desejos juvenis. No cinema, a *Nouvelle Vague* francesa e o Cinema Novo brasileiro criaram uma nova estética cinematográfica. No teatro, a peça *Roda Viva*, de Chico Buarque, era encenada para descontentamento da direita conservadora que através do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) invadiu o teatro Ruth Escobar e agrediu atores e destruiu o cenário.

Em várias partes do mundo brotavam movimentos de contracultura como, por exemplo, o movimento *hippie* que criticava o estilo de vida burguês americano e a Guerra do Vietnã através do princípio da paz e do amor. Neste período, se intensificaram os conflitos raciais nos EUA nos quais se destacaram líderes negros como Martin Luther King e Malcolm X e movimentos como os Panteras Negras. No final dos anos 1960 e durante os anos 1970, diversos movimentos por direitos civis, entre eles o movimento gay e o feminista emergiram de forma massiva trazendo novas pautas de luta para além da questão trabalhista.

Daniel Conh-Bendit (1987), um dos principais líderes estudantis da França nos eventos de maio de 1968, descreve o sentimento vivenciado pelos jovens na época:

Em 1968, o planeta todo pegou fogo. Foi como se uma palavra de ordem universal tivesse sido dada. [...] Graças ao fulgurante desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, fomos a primeira geração a vivenciar num turbilhão de sons e imagens a presença física e cotidiana da totalidade do mundo. Um grupo de música inglês, saído da periferia de Liverpool, compunha canções que, em breve, empolgariam os jovens de todo o mundo: as cenas da invasão de Praga pelos tanques russos; Carlos e Smith, de punhos erguidos e luvas negras, no pódio dos Jogos Olímpicos do México; o rosto de Che Guevara. Essas imagens provocaram reações, indignação, adesões, entre os jovens de todas as nacionalidades (CONH-BENDIT, 1987, p.11-12).

De todos os acontecimentos que tiveram impacto na política e na cultura dos 60's, talvez, o maio de 1968, na França, tenha sido o mais marcante pela forma como começou, pelas questões que levantou e pelo legado deixado. Ninguém poderia imaginar que no auge daquela década um movimento começado pelos estudantes²⁵ levaria o país à beira de um colapso. A França vivia uma situação econômica de estabilidade. No pós-Segunda Guerra Mundial, os países europeus passavam uma fase de crescimento econômico, fruto da aplicação das políticas do Estado de bem-estar social (os “30 anos gloriosos”) e, diferente do Brasil, não passavam por nenhuma ditadura e nem repressão com cassação de direitos civis.

A chave para compreensão dos protestos estudantis francês está no mal-estar advindo da organização da sociedade capitalista e suas instituições que tiveram impacto principalmente na juventude francesa à época. Assim, das reivindicações pontuais relativas às condições das universidades francesa (burocracia, hierarquia, autoritarismo), passou-se à crítica do próprio capitalismo e seu modo de vida (consumista, alienante, fragmentário) que reduz o homem – nas palavras de Marcuse – a uma porção unidimensional²⁶.

A revolta dos estudantes na França não produziu uma revolução²⁷. Para o historiador Eric Hobsbawm, teria faltado aos jovens franceses um projeto político que norteasse a revolta estudantil direcionando-a para mudanças mais profundas.

[...] seja o que for que levou aqueles jovens às ruas, não era esse seu objetivo [...] não seria realmente possível ver utopia na antinomia geral de slogans como “É proibido proibir”, que provavelmente se aproximava do que sentiam os jovens rebeldes – tanto em relação ao governo, como em relação aos professores, aos pais ou ao universo. Na verdade, não pareciam estar muito interessados num ideal social, comunista ou de outro tipo, distinto do ideal individualista de livrar-se de tudo o que se arrogasse o direito e o poder de impedir-nos de fazer o que nosso ego ou id desejasse fazer (HOBSBAWM, 2002, p. 277-278).

²⁵ A revolta estudantil teve início em 22 de março de 1968 quando 142 estudantes ocuparam o prédio da administração da faculdade de Nanterre num protesto contra a prisão de seis militantes anti-imperialistas. Os protestos se estenderam por todo o mês de maio incorporando outras pautas (Cf. CONH-BENDIT, 1987). No entanto, era unânime entre os estudantes a necessidade da união com os trabalhadores. No dia 13 de maio de 1968 os trabalhadores franceses entraram em greve. Neste momento, os estudantes se juntaram aos trabalhadores numa grande manifestação de cerca de um milhão de pessoas, a maior acontecida até então em Paris. De início, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), principal central sindical francesa era contra a participação e união dos estudantes com os trabalhadores. No entanto, o seguimento estudantil conseguiu romper esta barreira (Cf. BERNARDO, 2008).

²⁶ Em 1964 Herbert Marcuse, teórico alemão ligado à Escola de Frankfurt, publicaria o livro “O homem unidimensional” no qual percebe uma tendência totalizante nas sociedades industriais modernas em que os pressupostos do mercado passam a atuar nas esferas objetivas e subjetivas da vida. Os escritos de Marcuse o lançaram à posição de guru da contracultura e dos movimentos de contestação no final dos anos 1960.

²⁷ Ao menos não no plano político-econômico. No entanto, no plano da cultura suas marcas são mais visíveis principalmente pelo questionamento dos valores e costumes que sofreram mudanças significativas nas décadas seguintes.

O maio de 68, por sua dimensão e conteúdo, se inseriu num quadro mais amplo de protestos e revoltas contra o *status quo*, naquele período, criando um sentimento entre os jovens de que havia um fenômeno de escala mundial acontecendo que os unia numa luta contra o capital e suas formas de opressão.

José Dirceu, militante à época da Dissidência São Paulo (DI-SP), resume este sentimento:

Em 68 eu era um jovem rebelde, o que nessa época fazia parte de um sentimento de mundo. Como eu, havia milhares nas ruas de São Paulo e de todas as cidades do planeta, e víamos o futuro sem medo algum; pelo contrário, nós éramos o futuro. Vivi num mundo em que as ideias progressistas, de esquerda, predominavam e prometiam grandes mudanças. E os jovens estavam na vanguarda dessas mudanças (DIRCEU; PALMEIRA, 1998, p.25).

A respeito dos protestos estudantis na França e sua influência no movimento estudantil brasileiro afirma:

Fazíamos parte de um quadro planetário, acompanhávamos o que estava acontecendo, mas é um erro pensar, por exemplo, que houve alguma influência do movimento estudantil francês sobre nós. Pesou muito mais a revolução cubana, a imagem do Che Guevara (DIRCEU; PALMEIRA, 1998, p.25).

Dentre os vários acontecimentos que marcaram o ano de 1968, o assassinato do estudante Edson Luís, no mês de março, representou, contraditoriamente, um dos momentos auge do movimento estudantil. Isso porque a morte do estudante secundarista – assassinado pela polícia do Rio de Janeiro no restaurante Calabouço enquanto fazia sua refeição – causou grande comoção pública oferecendo a oportunidade que faltava para uma maior aproximação dos estudantes que estavam na luta contra a ditadura com a população.

O cortejo de Edson Luís, que reuniu centenas de pessoas de diversos setores sociais, se transformou num ato político contra o regime e a repressão. A multidão de pessoas que acompanhavam o ato fúnebre pelas ruas do Rio de Janeiro cantava o hino nacional e estendiam faixas que diziam: “Poderia ser seu filho!” e “Abaixo a ditadura”. Manifestações ocorreram não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país. A participação de setores da população até então ausente nos protestos deu novo ânimo aos estudantes que aproveitaram o momento para organizar mais mobilizações. No dia 26 de junho de 1968 acontece a Passeata dos Cem mil no centro do Rio de Janeiro reunindo diversos segmentos da sociedade numa ampla manifestação popular contra a ditadura.

Mesmo na ilegalidade, a UNE conseguiu manter – de forma clandestina – sua representatividade entre os estudantes até o ano de 1968. Após a chegada dos militares ao poder, seus congressos nacionais aconteciam às escondidas na tentativa de manter a mobilização estudantil contra a ditadura e barrar as reformas da educação. Assim, os congressos aconteceram “em 1966, num convento de Belo Horizonte. Em 1967, num convento de Valinhos, perto de São Paulo. Em 1968, numa fazenda de Ibiúna, também nas proximidades da capital paulista” (GORENDER, 1987, p. 146).

O congresso de Ibiúna – o 30º da UNE – reuniu cerca de mil delegados representando estudantes de todo o país no mês de outubro de 1968. A quantidade de jovens barbudos e descabelados com roupas modernas e coloridas chamou a atenção da população local e a notícia chegou ao conhecimento das autoridades policial-militares. A polícia fechou o cerco prendendo no dia 14 daquele mês 920 congressistas, entre os quais os principais líderes estudantis da época: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos e Jean-Marc Charles Frederic von der Weid. Os três primeiros permaneceriam presos até setembro de 1969, momento em que as ações exitosas do sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, promovido pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) exigiram a libertação de 15 presos políticos posteriormente enviados para o Chile (POERNER, 2004, p.273).

A igreja católica – que antes do golpe se mobilizara arduamente contra o comunismo na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 1964 – a essa altura já dava sinais de descontentamento em relação ao regime militar. Sua ala mais progressista condenava a miséria e a falta de liberdade exigindo o respeito aos direitos humanos e o retorno à democracia. Entre os religiosos da Igreja Católica, Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, exerceu papel de destaque na denúncia do tipo de tratamento recebido pelos presos políticos durante o regime militar. “A igreja não tinha alternativa, senão combater a Doutrina de Segurança Nacional do governo, com sua tentativa de controlar todas as instituições sociais, inclusive a própria igreja” (SKIDMORE, 1988, p.159). Os estudantes viram nas críticas da igreja à ditadura uma oportunidade de aproximação com aquela instituição – o que ficou visível no apoio de alguns religiosos ao cederem o espaço para a realização dos congressos da UNE entre os anos de 1966 e 1967.

Na luta contra o regime autoritário instalado no Brasil pós 1964, a união dos diversos seguimentos da sociedade civil insatisfeita com os rumos do país era algo indispensável. Neste sentido, a aproximação com trabalhadores era de fundamental importância para o êxito desta luta, afinal, são eles que produzem a riqueza de qualquer país. Em seus discursos, o líder

estudantil Vladimir Palmeira ressaltava que os trabalhadores teriam de “assumir o comando da luta empreendida pelos estudantes” (POERNER, 2004, p.273).

Muito embora o movimento estudantil brasileiro não tenha tido o mesmo êxito dos estudantes franceses – que tiveram amplo apoio dos trabalhadores chegando a praticamente parar a França nas manifestações de 1968²⁸ –, puderam, ainda assim, contar com o apoio do proletariado brasileiro: “os operários, por seu turno, manifestaram, em diversas ocasiões, apoio aos estudantes, inclusive através do manifesto, divulgado em junho [de 1968] por 12 sindicatos que não se encontravam sob intervenção governamental (POERNER, 2004, p.273).

2.2.4. O AI-5, o “milagre econômico” e o recuo do movimento estudantil

Antes do término de 1968, o governo de Costa e Silva tentaria sua manobra mais dura contra as manifestações de descontentamento ao governo militar. A radicalização da esquerda com as ações de guerrilhas no campo e na cidade, as passeatas promovidas pelos estudantes e outros grupos organizados levaram os militares da linha dura a chamar a atenção do Presidente Costa e Silva para a necessidade de medidas mais enérgicas contra os descontentes com o regime. Com esse objetivo foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968²⁹. Entre outras medidas o AI-5 determinou o recesso do Congresso Nacional, caçou mandatos parlamentares, suspendeu por dez anos direitos políticos, suspendeu a garantia do habeas-corpus entre outras medidas.

O AI-5 representou o auge da repressão e do excesso de autoritarismo dos militares no poder. Isto ficaria claro nas palavras de Costa e Silva no seu primeiro discurso público após o decreto do quinto ato institucional: “Quantas vezes teremos que reiterar e demonstrar que a Revolução é irreversível? ”. Para aprofundar a “revolução” em marcha, iniciada em abril de 1964, nos meses que se seguiram, os militares fecharam assembleias estaduais (como as de São

²⁸ Aqui se faz necessário ressaltar as especificidades do contexto político brasileiro em relação à França neste mesmo período. No Brasil, vivia-se uma ditadura com perseguição e repressão às revoltas contra o regime, inclusive a dos trabalhadores. Na tentativa de ter o controle total das atividades do proletariado brasileiro, o Ministro do Trabalho de Costa e Silva, Jarbas Passarinho, nomeou líderes sindicais (pelegos) para atuar nos sindicatos. Em 1968 irromperam grandes greves em Contagem, Minas Gerais, e em São Paulo contra a queda dos salários e a política econômica do governo. Também houve, entre os trabalhadores, prisões e torturas.

²⁹ A gota d’água teria sido o pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves (MDB) que na Câmara dos Deputados fez duras críticas ao regime criticando a invasão da UNB, a violência policial e a tortura. Em seu pronunciamento, sugeriu que os pais não deixassem os filhos participar dos desfiles militares de 7 de setembro daquele ano. Além disso, Alves sugeriu em seu discurso, assim como na peça Lisístrata, de Aristófanes, que as mulheres dos militares boicotassem seus maridos até que tivesse fim a repressão. Cf. Skidmore, 1988.

Paulo e Rio de Janeiro), aposentaram compulsoriamente Juizes, professores e até mesmo os militares considerados mais indulgentes, além de censurar a imprensa e prender jornalistas.

Como se quisessem indicar de onde achavam que se originava a oposição, os arquitetos da censura também proibiram a publicação de notícias sobre movimentos de trabalhadores ou de estudantes. Toda a mídia foi colocada sob a supervisão dos tribunais militares (SKIDMORE, 1988, p.167).

Enquanto no campo político e social a situação era de crise, com o aprofundamento do autoritarismo, em 1968 a economia já começava a dar seus primeiros sinais de revigoração. Resultado dos desdobramentos das políticas econômicas adotadas ainda no governo Castelo Branco, das condições de uma conjuntura internacional favorável, mas, principalmente, da política econômica do Ministro da Fazenda de Costa e Silva, Delfim Neto, o “milagre econômico” brasileiro deu novo fôlego aos militares no poder.

Os bons resultados na economia se mostraram em 1968 com o crescimento do PIB de 11%. O crescimento industrial foi de 13,3%, a partir de uma política de crédito mais fácil. O crescimento agrícola foi de 4,4%, as exportações subiram 14% como resultado da ampliação dos incentivos à importação, especialmente aos industriais, mediante crédito especial e a redução de impostos por parte do governo. Os bons resultados também foram vistos nas exportações que, exceto o café, aumentaram em 17,6%. Acompanhado por uma forte recuperação industrial e um crescimento de 19% na construção civil (SKIDMORE, 1988, p.183-184).

Estes números animaram os militares. O expressivo crescimento no campo econômico serviu de bandeira para propagação de um sentimento ufanista que encontrou um amplo apoio nas classes médias. O “milagre econômico”, ocorrido entre os anos de 1967 e 1973, aumentou as ofertas de empregos e as oportunidades de investimento. Desta forma, mesmo assumindo uma identidade autoritária, o regime político se fez aceitável para parte da população brasileira que viu no crescimento econômico uma oportunidade de garantir seus projetos de ascensão social (GROPPO, 2008).

O início dos anos 1970 foi, portanto, anos de elevação da autoestima dos militares no poder. Já sob o governo Médici, que assumira a presidência em outubro de 1969, se vivenciou os anos mais duros da repressão. No entanto, os bons resultados da política econômica do governo Costa e Silva encobria, em parte, as torturas, as mortes e exílios iniciados em 1964. O auge da euforia viria com a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo, em 1970, no México. A paixão dos brasileiros pelo futebol e a boa fase econômica serviu, neste momento,

como mote para a criação da publicidade institucional do regime militar exaltando o Brasil, o brasileiro e o amor pela pátria. Assim, bordões como: "Brasil: Ame-o ou deixe-o!", "Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil" eram um claro aviso aos descontentes.

O impacto do AI-5 sobre as liberdades civis e, principalmente, sobre as esquerdas que radicalizaram via luta armada foi devastador. O endurecimento do regime militar através dos atos institucionais colocou em cheque a possibilidade de êxito das esquerdas comunistas que até então tinham resistido.

Daniel Aarão Reis Filho ao fazer um balanço da luta armada das vanguardas de esquerda no Brasil afirma que “os comunistas recusavam-se a perceber a vitalidade e a capacidade de recuperação do capitalismo brasileiro, que protegido pela sombra armada dos militares, [...]” preparou um novo ciclo de crescimento econômico para o qual contribuiu a aliança entre as Forças Armadas e os grandes empresários (REIS FILHO, 1989, p. 66).

Com a dura repressão aos movimentos oposicionistas, o movimento estudantil precisou recuar. Na impossibilidade de prosseguir com as passeatas e reuniões, mesmo que clandestinas, restou a luta armada, decisão limite da insatisfação de muitos jovens que viram esgotadas as possibilidades de atuação política contra os militares. Os números a seguir dão uma dimensão da repressão sofrida pelos movimentos de oposição:

Oito meses depois [do AI-5], em agosto de 1969, 370 pessoas já haviam sido identificadas como envolvidas em ações armadas e assaltos políticos, das quais cerca de 200 detidas e 128 qualificadas na Justiça Militar, segundo a Veja. Quase todos tinham entre 20 e 25 anos; somente cinco mais de 30. Quanto ao setor de atividades de que provieram, 38,5% eram estudantes, 20%, militares (em sua maioria, anteriormente punidos pelo regime), 17% profissionais liberais, e 8%, operários, sendo o restante comerciários, bancários e funcionários públicos (POERNER, 2004, p.276).

Diante deste quadro, restou ao movimento estudantil a opção por realização de pequenos congressos regionais. A situação só mudaria em meados dos anos 1970 quando os estudantes retomariam com mais força a luta pela redemocratização.

2.2.5. Geisel e a difícil democracia

A posse do quarto general-presidente, Ernesto Geisel, em 1974, foi acompanhada com grande expectativa pelos movimentos de oposição. Isto porque, ao assumir o legislativo, Geisel teria dado sinais de que promoveria o retorno à democracia, ainda que lentamente. O presidente representava a ala liberal dos militares que era favorável à abertura política. No entanto, este

assunto não era consenso entre os militares, principalmente entre aqueles ligados a “linha dura” do regime – muitos deles envolvidos nos casos de torturas – que se posicionaram contra a abertura política do regime.

O novo presidente precisou, então, agir de forma conciliatória, se movendo entre os dois grupos que compunham os militares. Neste sentido, estabeleceu como ponto de partida de seu governo quatro metas que este deveria atingir. A primeira era manter o apoio dos militares, sem o qual nada poderia ser feito. A segunda era controlar os subversivos, muito embora a esta altura já não restasse quase nenhuma das guerrilhas armadas, resultado da repressão promovida no governo Médici. A terceira meta do governo Geisel era o retorno à democracia. E, por fim, a quarta e última meta apontava para a necessidade de se manter as altas taxas de crescimento econômico (SKIDMORE, 1988, p.319-321).

Todavia, problemas externos colocaram em xeque os planos de Geisel, principalmente em relação à sua última meta. Em 1973 o crescimento econômico brasileiro já começava a dar sinais enfraquecimento. Neste mesmo ano, diversos conflitos entre países árabes, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), implicaram em um aumento de até 400% no preço do petróleo, o que causou uma desestabilização da economia em diversos países, inclusive no Brasil.

A retração econômica marcou o fim do crescimento observado nos últimos anos. A crise do petróleo expôs a fragilidade da política econômica militar que beneficiou o grande empresariado e setores médios da população em detrimento da classe trabalhadora. Esta, após a crise do petróleo e suas consequências, se viu numa situação de longas jornadas de trabalho e baixos salários que já não permitiam mais comprar os produtos industrializados devido as altas de preços.

Por outro lado, crescia em vários setores da sociedade civil o descontentamento com o governo militar. As críticas cederam espaço para a manifestação pública de insatisfação e, aos poucos, o movimento estudantil retomou as passeatas que passaram a acontecer em todo o Brasil. A esta altura, os estudantes não eram os únicos descontentes com os militares no poder. A partir de 1974 a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) passou a fazer duras críticas à violação dos direitos humanos e se comprometeu com a defesa ativa dos direitos dos presos políticos e contra as prisões arbitrárias. Outras instituições como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a própria igreja católica também se mobilizaram a favor da retomada da democracia.

Os primeiros sinais de afrouxamento do regime se mostraram ainda em 1974 quando se diminuiu as restrições em relação à propaganda eleitoral deste ano, o que favoreceu a vitória do

MDB, partido de oposição ao governo, no Senado e na Câmara. Com a vitória da oposição, crescia no parlamento brasileiro o número de congressistas contrários ao governo que, juntamente com os movimentos de oposição oriundos da sociedade civil, começavam a se fortalecer e a preocupar os militares.

Dando prosseguimento a lenta e gradual abertura política, várias outras medidas foram tomadas neste sentido. Em 1978 é votado no Congresso o fim do AI-5 e da censura no rádio e televisão; o *habeas corpus* é reestabelecido. Com a imprensa livre – que em diversos momentos chegou a publicar receitas de bolo e poemas de Camões como protesto à censura³⁰ –, abriu-se o espaço para a publicação dos casos de torturas aos presos políticos, principalmente após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog que ganhou ampla cobertura.

Com o general João Batista de Figueiredo no poder é aprovado, em 1979, a lei da anistia, resultado de uma ampla mobilização protagonizada pelo Movimento Feminino pela Anistia, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), políticos ligados à oposição, estudantes e jornalistas. A anistia que permitiu a volta dos exilados ao Brasil e perdoou os acusados de crimes contra a segurança nacional, também perdoava os militares e agentes de segurança que haviam torturado e matado presos políticos.

2.2.6. O fim do bipartidarismo, a renovação sindical e a emergência de novos sujeitos políticos

Em 1979, o congresso aprova emenda extinguindo o bipartidarismo. Com isto, o congresso pôs fim ao sistema de representação política em dois partidos, a ARENA e o MDB, que perdurou por 12 anos no Brasil. O ato abriu espaço para o surgimento de novos partidos políticos. Entre eles, se destaca o Partido dos Trabalhadores.

Todos os partidos brasileiros, antes e depois de 1964, com exceção do Partido Comunista, tinham sido criados por políticos profissionais ou por influência do Executivo, e haviam sido sempre dominados por membros da elite social e econômica. O PT surgiu de reunião ampla e aberta de que participaram centenas de militantes. Sustentou-se em três grupos principais, a ala progressista da Igreja Católica, os sindicalistas renovadores, sobretudo os metalúrgicos paulistas, e algumas figuras importantes da intelectualidade (CARVALHO, p. 176).

³⁰ O livro “Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988”, resultado da tese de doutorado em História Social da pesquisadora Beatriz Kushnir, expõe como se deu a relação do regime militar com os meios de comunicação. Segundo a autora, estes não só apoiaram o golpe de 64 como, ao longo da ditadura militar, colaboraram com os ditadores no poder, desfazendo o mito de que a imprensa combateu a ditadura o que, segundo a autora, só seria verdadeiro em relação à imprensa alternativa. Cf. KUSHNIR, 2004.

Outra novidade, agora no campo do trabalho, é a renovação que se deu no movimento sindical brasileiro no final dos anos 1970 e que ficou conhecida como “novo sindicalismo”. Representou uma surpreendente mudança na organização dos trabalhadores ao se distanciar do modelo de representação trabalhista burocratizada sob a vigilância dos pelegos, imposta pela ditadura, passando a se estruturar a partir de sua base e se distanciando do controle do Estado.

Com o novo sindicalismo eclodiram diversos movimentos grevistas, expansão dos sindicatos e nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983. Neste momento, observou-se também o ressurgimento do sindicalismo rural, a luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos que, até então, estavam presos à tutela do Estado. Houve ainda um aumento do número de sindicatos sob a organização dos funcionários públicos e aumento dos níveis de sindicalização (ANTUNES, 2006, p.153).

Entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, o Brasil foi, aos poucos, se livrando dos entulhos do autoritarismo militar que ainda persistia em suas instituições políticas. A crise institucional da ditadura permitiu o fechamento de um ciclo de governos militares e apontava para um novo horizonte de uma sociedade democrática, na qual já era possível observar a renovação das formas de lutas e de representação política – muito embora, como se viu depois, a renovação política trazida pela democracia não tenha sido capaz de superar as contradições da sociedade brasileira que se expressam através das profundas desigualdades sociais.

Ainda assim, o novo sindicalismo nascido das greves de 1978 do ABC paulista representou uma renovação das formas de associação dos trabalhadores independente do Estado. Os partidos políticos também passaram por mudanças: Da ARENA surge o Partido Democrático Social (PDS), de José Sarney, antes ligado à UDN e aos militares; do MDB surge o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Leonel Brizola funda o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Tancredo Neves sai à frente do Partido Popular (PP). Havia ainda o PTB, legenda que ficou nas mãos de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Além destes, o Partido dos Trabalhadores (PT), advindo da reestruturação dos trabalhadores, via novo sindicalismo, da qual se sobressai a figura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Fora do campo da representação política institucionalizada, observa-se também novas demandas que emergem do seio popular quando outros atores passaram a compor o cenário político brasileiro a partir de meados dos anos 1970, momento que coincide com a lenta abertura que nos levaria à democracia. Assim, com a acentuação das desigualdades sociais durante a ditadura militar, os setores populares se viram diante da difícil tarefa de sobrevivência nas grandes cidades com as estruturas precárias dos equipamentos públicos. De modo geral, os movimentos sociais advindos de tal problemática destacavam em suas pautas problemas

concretos da vida cotidiana. Exigiam medidas elementares para solução de problemas ligados a questão do transporte público, da saúde, por creches, moradia etc.

Tais movimentos representaram a emergência de novos sujeitos políticos a partir da valorização do cotidiano das classes populares. Longe das teorias sociais que deram forma e guiaram os movimentos e revoltas de meados do século XIX à meados do século XX, os novos personagens em cena abriram novos espaços políticos a partir da reelaboração de temas de sua própria experiência cotidiana (SADER, 1988).

2.2.7. A retomada do movimento estudantil

Como se pode ver, o período de transição à democracia foi bastante rico quanto a renovação das representações políticas, sejam elas institucionalizadas ou não. O final da ditadura militar possibilitou uma oxigenação na sociedade brasileira da qual emergiu antigos e novos movimentos e partidos políticos. Neste momento, o movimento estudantil aproveitou as brechas existentes dentro do governo dos militares – que mesmo moribundo ainda agia com opressão – para se rearticular e retomar suas bandeiras de lutas.

Segundo Cavalari (1987), no período entre 1975-1980, os locais onde o ME encontrava-se mais organizado e fortalecido eram São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nesta época, coexistiam diversas tendências estudantis que mesmo a favor da “[...] derrubada da ditadura, por liberdade democráticas, pela anistia e por uma Assembléia Nacional Constituinte, tinham sérias divergências quanto à forma de encaminhar o ME e principalmente quanto à análise conjuntural do país” (CAVALARI, 1987, p.210).

A partir de 1976, com o intuito de reorganizar o movimento estudantil, os Encontros Nacionais de Estudantes (ENES) substituem os encontros por área. Quatro desses encontros foram realizados até a reconstrução da UNE, em 1979. O primeiro deles, foi realizado em 1976, em Campinas (SP). Em outubro de 1976, foi realizado o II ENE, na USP, onde se discutiu a reorganização do movimento estudantil, as lutas a serem travadas pelos estudantes entre outros temas. O III ENE aconteceu em junho de 1977 na UFMG (BH). O então Ministro da Educação do governo Geisel, Ney Braga, emitiu uma nota afirmando que o III ENE era ilegal e estava proibido. O Reitor da UFMG proibiu o encontro. Houve uma invasão do câmpus por batalhões de choque da PM e do Departamento de investigação. O saldo final foi a detenção de 800 pessoas. Em todo país aconteceram protestos e greves dos estudantes contra a repressão aos estudantes em Belo Horizonte. O último Encontro Nacional de Estudantes, o IV ENE, foi

realizado em outubro de 1978, na USP, com a participação de cerca de 500 delegados de 14 estados sendo o mais representativo de todos (CAVALARI, 1987. p. 210-220).

Em todos estes encontros, houveram repressão da PM com violentas ações contra os estudantes seguidas de prisões. Uma amostra de que os militares, mesmo tendo acenado com a abertura, não iriam facilitar a retomada das atividades dos grupos opositores ao regime.

Em 1979, uma questão importante a ser tratada dizia respeito ao próprio *status* da UNE que depois da Lei Suplicy de Lacerda a colocou na ilegalidade, ou seja, a questão era se a entidade continuaria existindo ou não enquanto parte da sociedade civil. Para retomada de sua legalidade, projetos foram apresentados na Câmara propondo sua recriação. Ainda assim, os estudantes seguiram se mobilizando como uma das principais forças sociais de pressão contra o regime. Neste sentido, promoveram o Dia Nacional de Luto Nacional na ocasião da posse do general João Batista de Figueiredo, em 15 de março de 1979. Em abril do mesmo ano, organizaram o 3º Congresso pela Anistia. Já em 29 de maio, realizam o 31º Congresso da UNE, na Bahia, do qual ficou decidida as lutas que a UNE deveria travar. Entre elas se decidiu: “Pela gratuidade do ensino, por mais verbas para a educação, pela anistia ampla, geral e irrestrita, contra devastação da Amazônia, por uma assembléia nacional constituinte ‘livre, soberana e democrática’, e pela filiação das entidades de base à UNE” (POERNER, 2004, p.288-289).

O período de autoritarismo foi marcado pelo não diálogo e pelas sucessivas tentativas de desarticulação dos estudantes enquanto movimento da sociedade civil organizado. Desta forma, o Estado autocrático se tornou um grande opositor do ME imprimindo no ser social (estudantes mobilizados) a consciência de uma realidade opressora e limitadora das potencialidades de uma sociedade livre. Neste contexto, o registro histórico da experiência de parte da juventude brasileira foi de enfrentamento pela reconquista democrática.

2.3. Lutas pela democracia

2.3.1. A derrota das Diretas Já e a constituição cidadã

Se no plano político a sociedade brasileira se encaminhava para a retomada das instituições democráticas com a renovação dos movimentos populares, dos partidos e entidades de representação política; no plano econômico, a situação não era nada animadora.

A partir de 1980/82, o crescimento econômico estagnou em toda América Latina, levando a maioria dos países a rever suas políticas econômicas e sociais. Acentuava-se a dependência em relação ao endividamento externo, iniciando um longo período de inadimplência – era a chamada “década perdida”. O modelo econômico colocado em prática desde os anos 30, baseado na substituição de importações, chegava ao seu limite; o grande tripé do nacional-desenvolvimentismo latino-americano – intervenção estatal, capitais nacionais e endividamento externo – esgotara sua capacidade criativa e muitos países conhecerão daí em diante uma nova fase de suas vidas econômicas, a desindustrialização (SILVA, 2000, p.385).

Com a rejeição, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira, com vistas a realização de eleições diretas para Presidente da República em 1984, teve início um amplo acordo entre as elites políticas visando garantir uma transição controlada “pelo alto”, se mostrando então como uma transição para um sistema constitucional e representativo de cunho conservador. Desses acordos, emerge a figura de Tancredo Neves, em janeiro de 1985, como novo presidente do Brasil.

No entanto, no mês de abril do mesmo ano Tancredo falece vítima de uma infecção generalizada. Toma posse, então, o Vice-presidente José Sarney. Maranhense com longa trajetória em partidos conservadores, como a UDN e a ARENA, passou pelo PDS, com o fim do bipartidarismo, até chegar ao PMDB, em 1984. Depois de toda as mobilizações país afora pelas Diretas Já, o Brasil tinha seu primeiro presidente pós governos militares que chegou ao poder via eleições indiretas.

No Brasil, a permanência no poder de grupos e políticos conservadores, seja na democracia ou em regimes de exceção, parece estar de acordo com o que José de Souza Martins (1999) chamou de “sociedade de história lenta”, ou seja, a presença ativa e viva, na contemporaneidade, de estruturas do passado que se manifestam com uma fachada de novo. Tais estruturas põem em marcha um progresso que se apresenta como mudança, mas mudança dentro da ordem, a partir de princípios enraizados na nossa cultura política como o patrimonialismo e o clientelismo. Resumindo: mudar para que se continue do mesmo jeito. Assim, “quando o pêndulo da política brasileira oscilou, mais uma vez, da ditadura para a democracia, foi na verdade empurrado pelas esquerdas, mas puxado pelas oligarquias” (MARTINS, 1999, p. 88).

Longe de ser uma ironia do destino – como se este tivesse a capacidade de materializar coisas em nossas vidas através desta figura retórica – a posse de José Sarney como presidente, representou, naquele momento, uma atualização das forças do passado. Coube então a ele a transição para a democracia, e na impossibilidade de eleições diretas, as expectativas dos partidos e de amplos setores da população se voltaram para a convocação da Assembleia

Constituinte, em fevereiro de 1987, para redação da nova constituição. Com o encerramento dos trabalhos da Assembleia Constituinte, em setembro de 1988, nascia a nova constituição brasileira depois de 21 anos de ditadura militar no Brasil.

A constituição de 1988 foi fruto não apenas do protagonismo de parlamentares e partidos políticos, mas de amplos setores da população que haviam despertado através da chamada “sociedade civil organizada”. Esta, organizada através das associações profissionais, de bairro, de consumidores, sindicatos etc., assumiu o papel de interlocutor legítimo com o Estado. Os partidos políticos, principais instrumentos de intermediação da relação sociedade/Estado, perderam o monopólio da representatividade (SILVA, 1990, p.390-391). Deste modo, trabalhadores urbanos e rurais, servidores públicos, empresários, membros do judiciário e forças armadas e também os estudantes exerceram um papel de extrema importância na redação da carta magna através de emendas populares que, por isso, ficou conhecida também por constituição cidadã.

A eleição (indireta) para presidente, em 1985, e a constituição de 1988 marcaram uma nova relação entre Estado e sociedade civil, um novo pacto configurado na constituição cidadã. É inegável o peso da luta e resistência do movimento estudantil contra a o regime militar, de modo que se questionar como teria sido este período sem a participação do ME, se de fato ele foi decisivo para o fim do regime, se configuraria como mera especulação, portanto, longe de nossos propósitos.

2.3.2. As contradições do movimento estudantil... os estudantes se dispersam

O período democrático que se desenhava no horizonte, em fins dos anos 1970, revelava não só o fim do regime militar, tão pretendido pelos estudantes, mas também as contradições internas do movimento estudantil. Tais contradições se revelaram num progressivo descenso do ME, na falta de representação do conjunto dos estudantes e num contínuo desinteresse destes em relação ao espaço universitário como espaço de experiências políticas e culturais. Estes sintomas parecem ser consenso na literatura que aborda o tema:

Em 1980, o movimento estudantil já começava a mostrar sinais de esgotamento. Por isso e pelo progressivo distanciamento da UNE em relação à grande massa estudantil, apenas 27% dos estudantes votaram para a presidência da entidade naquele ano (CAVALARI, 1987, p.273).

Ainda segundo a mesma autora,

Observa-se a ambiguidade e o progressivo isolamento do movimento estudantil. No final da década de 60, encontrava-se afastado da massa popular, embora encontrasse certo respaldo na base estudantil. Entretanto, no final dos anos 70, o movimento estudantil não tinha nem mesmo o relativo apoio da massa dos estudantes (CAVALARI, 1987, p.273).

Como todos que estão hoje dentro do espaço universitário, os estudantes nele vivem experiências desencontradas com sua própria condição. Situação mais dramática ainda porque esta condição não é feita por um pertencimento profissional através do qual professores e funcionários costumam amortecer as frustrações. Variavelmente descrentes da experiência acadêmica e política, decepcionam-se com um espaço que não se deixa reivindicar como perspectiva criativa: percebendo as transformações que afetam a Universidade, não apostam mais nos canais montados para pensa-la; a retórica das tradições esvaziadas barra a condição daquilo que poderia emergir como novo. Para grande parte, a rotinização generalizada e os programas tradicionais de percurso da vida universitária geram uma recusa do que aí está, sem no entanto chegar a se formar alguma imagem que geram sentido como perspectiva coletiva de presença estudantil (PAOLI, 1985 apud PELLICCIOTTA, 1997, p.199).

[...] por volta de 1978 a Universidade já se constitui um espaço pelo qual os estudantes “passam” sem um maior comprometimento/investimento de suas vidas; questão que interfere diretamente nas ações políticas. [...] Os diretórios se tornam presas das perspectivas e exercícios políticos mais ortodoxos que em geral não possuem a problemática do ensino ou da cultura como questão primordial de ação política (PELLICCIOTTA, 1997, p.199).

As explicações para este fenômeno podem ser encontradas nas mudanças institucionais pelas quais passou a universidade pública brasileira ao longo dos anos 1960 e 1970; a radicalização dos estudantes na luta armada, influenciados por diversas matrizes teóricas que guiavam as ações e apontavam um caminho a se seguir; na posterior chegada de novas levas de estudantes, pós redemocratização, num momento em que tais teorias, ao que parece, já não tinham o vigor de antes; e no posterior aparelhamento das entidades estudantis por partidos políticos³¹.

Talvez o quadro seja mais complexo do que este que esboçamos. No entanto, nos parece que ele ajuda, inicialmente, a pensar a fragmentação e dispersão dos estudantes nas últimas décadas do século XX até a contemporaneidade. Como vimos mais acima, esta fragmentação que se abateu sobre o ME em meados dos anos 1970 não é única deste movimento. Neste mesmo período, vimos os partidos e grupos de esquerda perderem a hegemonia da

³¹ Alguns autores ressaltam o aparelhamento das entidades representativas estudantis por partidos políticos como uma das principais causas do distanciamento dos estudantes. Cf. BARBOSA, 2002; MESQUITA, 2003; SANTANA, 2007.

representação política quando novos atores políticos emergiram das camadas populares pautando problemas concretos da vida cotidiana a partir de uma reivindicação direta ao Estado. Desde então, esta pluralidade de movimentos se fez presente em nossa sociedade evidenciando novas formas de atuação cívica – fenômeno este que não é exclusivo do Brasil, mas amplamente observável nas sociedades de caráter democrático.

Outro fator que não pode ser esquecido por sua magnitude e implicações, principalmente sobre as esquerdas em todo mundo no final dos anos 1980, foi o fim das experiências socialistas na URSS e nos países do Leste europeu. A queda dos regimes socialistas foi celebrada pelas potências capitalistas ocidentais, principalmente os EUA, que aproveitou o momento para receitar aos países em desenvolvimento uma série de medidas econômicas que os alinhariam à nova ordem neoliberal. Este fato, exigiu das esquerdas um balanço de suas experiências no nível teórico e político, além de um “plano de sobrevivência” num mundo em que foi decretado o “fim da história” e das grandes narrativas.

Certamente o ME foi afetado por esses fatores neste período. A hegemonia dos grupos de esquerda na direção da UNE, nos anos 1960 e 1970, permitiu direcionar as lutas estudantis a favor da educação pública de qualidade e contra o autoritarismo no poder. Após a redemocratização, os grupos de esquerda continuaram exercendo influência entre os estudantes, mas, pelo que indicam os estudos já citados, o ME se arrefeceu e perdeu boa parte de sua representatividade frente ao conjunto dos estudantes brasileiros.

No entanto, isto não quer dizer que ele não tenha se renovado. Enquanto instituição, precisou acompanhar as mudanças da sociedade e se reformular internamente absorvendo novas demandas, como veremos mais à frente³².

Todavia, nos anos que se seguiram pós-redemocratização uma avalanche de livros, estudos, pesquisas acadêmicas e depoimentos de ex-militantes encheram o mercado editorial abordando a experiência dos estudantes nos anos de chumbo. Por outro lado, na medida em que se multiplicavam estas publicações, pouca atenção foi dada à retomada do movimento estudantil em condições de democracia³³.

De toda forma, 1985 foi um ano importante para os estudantes. Em outubro deste mesmo ano, o então presidente José Sarney sancionou a Lei nº 7.395, do deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO), ex-presidentes da UNE, que reconhecia a representatividade do órgão estudantil

³² Item 2.4. A incorporação dos movimentos identitários na pauta estudantil, p.117.

³³ Talvez a grande exceção seja o período em que o ME protagonizou, ao lado de outras forças políticas, o impeachment de presidente Fernando Collor.

junto aos estudantes do ensino superior brasileiro. Com isso, foi revogada a lei Suplicy de Lacerda, de 1964, retirando de vez a UNE da ilegalidade.

Quanto aos desafios do governo Sarney, este se viu diante da difícil tarefa de reconstruir a democracia e solucionar a crise inflacionária que assolava o país. Com uma farta distribuição de concessões de canais de televisão entre os congressistas conseguiu prolongar seu mandato para cinco anos permanecendo na presidência até 1990. Em fevereiro de 1986, deu início ao Plano Cruzado que, embora tenha se mostrado eficaz nos primeiros meses, depois se tornou um problema chegando, em 1988, a atingir uma inflação de 1038%. O país viu, neste período, um aumento das desigualdades sociais e um conseqüente aumento da violência urbana. A deterioração nas áreas da educação e saúde chegou à níveis alarmantes aprofundados pela fraude e a incompetência burocrática. Os que tinham melhores condições, fugiam do sistema público de saúde e de educação para o sistema privado (SKIDMORE, 1998, p. 271-284).

A disputa da direção da UNE, durante os anos 1980, foi bastante acirrada e sem maiores impedimentos. De 1980 a 1987, o PCdoB foi hegemonia na direção da entidade; seguido do PT, entre os anos de 1987 a 1989. De 1991 até os dias atuais, o PCdoB retomou a hegemonia na representação dos estudantes e tem se mantido à frente da instituição.

Todavia, no ocaso da década de 1980, o saldo da UNE enquanto polo aglutinador dos estudantes já não era mais o mesmo. Como mostramos mais acima, essa era uma tendência que foi se confirmando com o passar do tempo. No entanto, é significativo um texto escrito por um estudante de Ciências Sociais no Jornal Quarup, do DCE da UNICAMP, que, em 1989, apontava para um cenário bem distinto das grandes mobilizações estudantis das décadas anteriores, a apatia dos jovens e a falta de um modelo de atuação:

O movimento estudantil hoje não desperta mais objetivos nas pessoas para que se apropriem dele enquanto instrumento de transformação, canalização de seus anseios e alcance de seus objetivos. O modelo de vanguarda, típico de 68 não mais responde à situação **e nós não temos outro modelo claro e definido hoje, muito menos os “nortes” a serem seguidos.** A situação política do país está muito modificada. Não convivemos mais com a fachada ditatorial, o movimento sindical e popular com grande organização, **os estudantes possuem um perfil diferenciado. A legitimidade, a representatividade e o compromisso político são fundamentais a serem resgatados;** a que princípios apontam para a “democracia” do movimento? (QUARUP set/89, p.9 apud BARBOSA, 2002, grifo nosso).

2.3.3. A década de 1990 e a volta das mobilizações de massa do ME

Se os anos 1980 representou no plano político a superação do confronto e do antagonismo entre Estado e sociedade civil – consolidado no texto da constituição e resultado dos esforços conjuntos de partidos e movimentos populares –, os anos 1990 ficaria marcado pelo início do neoliberalismo como modelo de gestão do Estado e um conseqüente entrave na efetivação dos direitos sociais garantidos pela constituição.

Como se sabe, a constituição de 1988 é um documento que traz em seu conteúdo o potencial do aprofundamento da democracia, da cidadania e da participação popular nos processos decisórios de interesse coletivo. É o coroamento das lutas engendradas pelos diversos setores sociais na superação do atraso do autoritarismo e das desigualdades sociais da sociedade brasileira. No entanto, a efetivação dos direitos garantidos na carta constitucional encontrou grandes barreiras com a implantação do projeto neoliberal pelo presidente Fernando Collor.

Oriundo de uma família tradicional do Estado de Alagoas, com longa história na política, Collor chegou ao poder via PRN, um partido pouco expressivo, mas que logo ganhou o apoio dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Hábil com o uso da mídia, nas eleições de 1989 veiculou uma imagem jovial e de homem preparado para solucionar os problemas do Brasil. Estava vendida a imagem de caçador de marajás!

No final dos anos oitenta, o saldo do governo Sarney era de uma sociedade com graves problemas sociais, altos índices de inflação, empobrecimento e aumento das desigualdades e da corrupção. Assim, Collor assume uma postura messiânica encarnando o papel de salvador da pátria. Sua estreita relação com a família Marinho – proprietária das empresas Globo de comunicação – permitiu uma massiva propaganda televisiva a seu favor que conquistou amplos setores da sociedade. A disputa eleitoral de 1989 tinha um apelo simbólico: eram as primeiras eleições diretas para presidente há mais de vinte anos e que aconteciam de acordo com o espírito democrático.

Rivalizando com Collor nas eleições estava o candidato do PT, o ex-operário, Luís Inácio Lula da Silva. Originário das lutas sindicais do ABC paulista, Lula encarnava o espírito do populismo de Getúlio Vargas na defesa de um Estado distributivista, o que o colocava no espectro de uma esquerda social democrática – e, portanto, figura a ser evitada pelas elites. Assim,

Enquanto o PT insistia na distinção clássica de quem é de esquerda (= a igualdade, liberdade, bem-estar, chance para todos) e direita (=elites, concentração de riquezas, cada um por si), Collor propõe uma nova e poderosa

visão de mundo, agora polarizada em *moderno* versus *atrasado*. *Moderno*, ou *modernidade*, surgia, assim, como o lugar não da igualdade, mas da diferença positiva. Todos teriam acesso a qualquer tipo de bens – sim a felicidade se encontraria no maior ou menor acesso aos bens disponíveis –, permitindo que todos fossem aquinhoados, podendo adquirir tudo, mudando de gostos ou estilos sucessivamente, consumindo incessantemente (SILVA, 2000, p.400, grifos do autor).

Em dezembro de 1989, Collor vence as eleições no segundo turno. Contou, para isso, com a generosa ajuda do grupo televisivo dos Marinhos que se valeu da manipulação do último debate eleitoral dos candidatos editando-o a favor de Fernando Collor. Chegava assim ao poder o primeiro presidente da Nova República eleito via eleições diretas.

A adoção dos ajustes neoliberais segundo a cartilha do Consenso de Washington³⁴ só aconteceria em 1991 com a mudança da equipe econômica do governo Collor. Basicamente, as reformas propostas por tal cartilha estavam na promoção da estabilidade econômica através do ajuste fiscal e na forte redução do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2015, p.299-300).

Assim, tiveram início as privatizações de empresas públicas e a “demissão de milhares de funcionários públicos federais, muitos dos quais haviam sido nomeados no bojo de apadrinhamentos de Sarney, com base na redundância e na emergência fiscal do governo” (SKIDMORE, 1998, p.304). A implementação da política econômica do governo Collor se deu via decretos presidenciais, o que desagradava os congressistas na medida em que as decisões não passavam pela negociação na câmara e no senado, como de costume.

Segundo Dagnino (2004), houve neste período uma confluência perversa entre um projeto político democratizante/participativo e o projeto neoliberal, de Estado mínimo, que se ausenta de seu papel de garantidor de direitos com o encolhimento de suas responsabilidades sociais transferindo-as para a sociedade civil. Assim, o impacto neoliberal provocou na cultura política brasileira um deslocamento de sentido nas noções de participação, sociedade civil, cidadania e democracia esvaziando-as de seu verdadeiro significado. Deste modo, estas noções perdem seu caráter político e coletivo e passam a ser vistas como um princípio individualista na medida em que transfere para o indivíduo a responsabilidade que antes era do poder público (DAGNINO, 2004).

Isto teria provocado na sociedade brasileira uma inversão do espírito de lutas e mobilizações por direitos – observado nos anos setenta e oitenta – e que teve seu auge com a redemocratização e as campanhas pelas Diretas Já.

³⁴ Nome dado a uma reunião na capital dos EUA, em 1989, da qual participaram economistas e instituições como o FMI, Banco Mundial entre outros do qual resultou uma série de recomendações econômicas de caráter neoliberal a serem adotadas pelos países em desenvolvimento.

Com a introdução da política neoliberal no Brasil, aprofundou-se no seio da sociedade as noções de empreendedorismo, gestão, produtividade e competitividade. A filantropia passou a ser amplamente incentivada em propagandas televisivas³⁵. A questão social voltando então para a responsabilidade de indivíduos privados e não do Estado, sob a noção de direitos. A cidadania se tornou sinônimo de consumo elevando ao máximo a tônica liberal do individualismo. Somado à queda dos regimes socialistas no mesmo período e o avanço do processo de globalização, este conjunto de fatores poderiam explicar a sociabilidade fragmentada que passou a orientar toda uma geração e que, aos poucos, deixava de lado os projetos coletivos para se voltar para o pragmatismo do presente.

O historiador Eric Hobsbawm (1995) captou este fenômeno e traduziu-o nas seguintes palavras:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem (HOBSBAWM, 1995, p. 13).

No entanto, parecendo contrariar o espírito do tempo, em 1992 o ME ganhou as ruas de todo o país quando da denúncia na imprensa de um amplo esquema de corrupção envolvendo pagamentos de propina e vultuosos desvios de verba no governo Collor. Eram os “caras pintadas”, nome pelo qual ficou conhecida a mobilização dos estudantes que saíram às ruas em protesto em todo o Brasil com rostos pintados de verde e amarelo³⁶.

Descontração, irreverência e rebeldia tomaram conta das ruas. De cara pintada a juventude demonstrou estar disposta a construir um país diferente, livre desta quadrilha que assaltou o Palácio do Planalto [...] É fome, recessão, arrocho, desemprego, impunidade. No país da abundância, o povo e a juventude no maior sufoco, **tudo se faz para manter o plano “neo-liberal”, o plano de desmantelamento de Estado público** [...] Continua a rebeldia característica da juventude. A capacidade de nos revoltarmos frente à injustiça (Panfleto da UNE/UBES, 8/92. In: MISCHE, 1997, p.138, grifo nosso).

Nascidos durante a ditadura, os jovens dos anos 1990 cresceram em meio a uma sociedade que começara a deixar para trás o entulho autoritário e chegaram à universidade – os que chegaram – num momento de democracia já estabelecida. Portanto, numa conjuntura bem

³⁵ Em 1999 a Rede Globo deu início a uma ampla divulgação do projeto de sua autoria chamado “Amigos da Escola”. Consistia no estímulo ao serviço voluntário com vistas a beneficiar a rede de escolas públicas em todo o Brasil.

³⁶ À época, presidia a UNE o paraibano Lindberg Farias, estudante de Direito na UFPB, que se muda para São Paulo para assumir o cargo de Secretário Geral da UNE. Logo depois, assume a presidência desta entidade, em 1992, momento em que se torna um dos principais protagonistas do movimento “Fora Collor”.

distinta da que viveram seus pais. Todavia, a história lhes dava mais uma vez a oportunidade de atuar numa situação de mudança.

A UNE³⁷ convoca os estudantes de todo o país para amplas manifestações que pediam o *impeachment* de Collor.

Em setembro, a tendência do movimento também foi a de se espalhar pelas capitais do país. No dia 15 de setembro, a cidade de Curitiba viveu a maior manifestação de sua história, com ato e passeata reunindo 45 mil pessoas (segundo a Polícia Militar) ou 80 mil (segundo os organizadores). No dia 18 há manifestações em **João Pessoa (Paraíba), reunindo cerca de 25 mil pessoas**; em Natal (Rio Grande do Norte), com 12 mil pessoas [...] (GROPPO, 2008, p.44, grifo nosso).

Muito embora os protestos que se espalharam pelo Brasil tivessem uma motivação política, acabaram ganhando um tom festivo – como se pode perceber nos primeiros grifos da citação acima. Poerner (2004, p.300), fez observação semelhante: “foi também um festival alegre e colorido de bom-humor e irreverência, expressos em *jingles* como ‘Roseane, que coisa feia, vai com o Collor pra cadeia’”.

É interessante observar o papel que teve a Rede Globo neste episódio. No início das campanhas presidenciais, ajudou Fernando Collor na chegada ao poder garantindo ampla cobertura da agenda do então candidato em seus noticiários. Depois, se valendo da edição do último debate eleitoral entre Collor e Lula em favor do primeiro, caso amplamente conhecido no meio jornalístico. Posteriormente, no auge da crise de Collor no poder, a emissora de Roberto Marinho passa a exibir – entre 14 de julho e 14 de agosto de 1992 – a minissérie “Anos Rebeldes” que abordava em seu enredo a luta dos estudantes, em 1968, contra a ditadura. Ao que parece, Roberto Marinho abandonara o presidente à sua própria sorte.

Provavelmente, a exibição da minissérie contribuiu para reacender o espírito de luta de 1968. Talvez uma nostalgia em torno do protagonismo juvenil dos anos 1960/70 tenha tomado os jovens naquele momento e levado-os em massa às ruas. No entanto, as mobilizações daqueles dias já apontavam uma nítida distinção dos movimentos do passado e que começava a se imprimir a partir de então.

Nos anos 60, as passeatas eram na hora do “rush”, para chamar atenção e buscar adesão do povo: “você está sendo explorado, não fique aí parado” [...] Saldo do dia: estudantes mortos, policiais feridos e quebra-quebra nas ruas [...] Nos anos 90, a liderança sobe nos palanques montados pela prefeitura e pelo governo do Estado, a repressão ajuda a interromper o trânsito, as palavras de ordem viram *jingles*, os rostos estão pintados, e, à noite, o “Globo Repórter” dedica uma hora, em horário nobre, para a nova “onda teen”. [...]

Nos 60, a visita do banqueiro Rockefeller gerou protestos: criticavam

³⁷ Juntamente com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

a presença no país do representante de imperialismo. Hoje, a FIESP está presente, e se o presidente da cadeia de lojas 7-Eleven ou a diretoria da Nike visitarem o Brasil, periga serem convidados a subir no palanque. Não há compromissos ideológicos vinculados aos padrões marxistas. Mas há democracia (Marcelo Rubens Paiva, *Folha de São Paulo*, 19/09/92. In: MISCHE, 1997, p.136).

Embora em tom de ironia, a citação destacada acima – escrita à época pelo jornalista Marcelo Rubens Paiva – nos dá uma noção das mudanças de contexto e do tipo de protestos ocorridos nos anos 1960 e 1990. Ainda assim, a mobilização dos estudantes – ao se somar com as de outros setores da sociedade – foi significativa para a queda de Collor do poder, se configurando, até os dias atuais, como a última manifestação de massa protagonizada pelo ME reunindo amplo setores estudantis.

As manifestações levaram “[...] centenas de milhares de pessoas às maiores passeatas dos anos 90 – mais de 300 mil em São Paulo, em 25 de agosto – e só acabou com a derrubada do presidente e a posse de seu sucessor, Itamar Franco, em outubro de 1992” (POERNER, 2004, p.300).

Com o *impeachment* de Collor, assume Itamar Franco, político que iniciou sua carreira na política em Juiz de Fora, Minas Gerais. “Sua única visibilidade nacional consistira em dois mandatos como um senador indefinido. Sua identificação partidária era o PMDB, mas ele era decididamente uma figura não-ideológica” (SKIDMORE, 1998, p.309). Com a falha da política de estabilização econômica de Collor, Itamar Franco tinha como desafio a redução da inflação que persistia. Neste sentido, o grande feito do governo Itamar foi a implantação do Plano Real que contou com a contribuição de vários economistas que fizeram parte da equipe econômica do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. O sucesso do plano reduziu a inflação e viabilizou a estabilização econômica tão esperada.

2.3.4. Fora FHC, fora FMI e a defesa da educação e da universidade pública

Com a aproximação das eleições de 1994, o nome de Fernando Henrique Cardoso ia se confirmando para suceder a Itamar Franco. Quando do início da campanha eleitoral, a imagem de FHC foi amplamente vinculada ao sucesso do plano econômico sendo rotulado como “pai” do Plano Real. Assim, venceu as eleições presidenciais daquele ano com uma composição de forças partidárias que deram sustentação à coalizão eleitoral formada pelo PSDB, PFL e PTB (MENEGUELLO, 1998, p.137-138).

Segundo Silva (2000), as eleições

[...] [ficaram] marcadas pelo claro enfraquecimento do debate ideológico, em grande parte devido à postura *modernista* de FHC; enquanto Lula insiste na dicotomia *esquerda* versus *direita*, e em uma propaganda eleitoral baseada na *estética da pobreza*, o candidato do PSDB fala em modernidade, progresso e bem-estar, independente de qualquer posição política (SILVA, 2000, p.417, grifo do autor).

A estratégia de Fernando Henrique – a mesma que deu o tom da campanha de Collor para presidente em 1989 – era a de não ser tragado pela velha oposição direita/esquerda no debate eleitoral. Afinal, curiosamente, não é comum os políticos de direita assumirem pertencer a este lado do espectro político. No máximo, se dizem liberais e se utilizam de adjetivos – que tem funções eufemísticas – como “modernização” que passa a ser sinônimo para justificar medidas impopulares como privatização e reformas (trabalhista, previdenciária, da educação etc.).

Assim, o espírito que animou a campanha e o governo de Collor também animou a campanha eleitoral e os governos de FHC. O sociólogo foi além e afirmou, após eleito, que seu governo marcaria uma ruptura com a Era Vargas cuja herança “ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade”.

Com tal expressão, afirmava que nossos males estariam em sintonia direta com o nosso passado vindo d’além mar que se instalou por aqui trazendo consigo a exploração colonial e a forma patrimonial do Estado, encontrando, ao longo do tempo, confirmação por parte de nossas elites políticas (VIANNA, 2006, p.44).

Pelo que se viu depois, através da agenda dos governos FHC, a expressão anunciava também a superação de um Estado protetivo, através do encolhimento da esfera pública, a racionalização do Estado e suas instituições e a abertura dos processos de mercado. Com isso, o Brasil entraria em sintonia com os países do norte e com o mundo globalizado.

O diagnóstico de Vianna (2006) é preciso:

O que está em jogo, afinal, é o destino da transição: coroamento da ordem burguesa, com uma prevalência irrestrita do privado sobre o público, o País e a sociedade atrelados à lógica do mercado mundial e à vontade dos que a têm sob controle; ou consolidação de instituições políticas sempre permeáveis aos interesses da maioria e à mudança social (VIANNA, 2006, p. 43).

Estava, portanto, montado o palco onde os agentes do Estado e da sociedade civil atuariam pelos próximos oito anos.

Depois do sucesso da campanha dos Caras Pintadas pelo Fora Collor, os estudantes brasileiros retornaram às salas de aulas e sentiram os efeitos das políticas neoliberais sob a

educação. A resposta dos estudantes à época pode ser vista nas principais pautas do movimento estudantil daquele período: a luta contra o neoliberalismo e a privatização do patrimônio nacional, a denúncia da mercantilização da educação e do sucateamento das universidades públicas, a luta contra o aumento das mensalidades do ensino particular e a recusa ao Exame Nacional de Cursos (o Provão).

Além dos problemas na área da educação denunciados pelos estudantes, outras áreas também sofreram com o impacto da redução do Estado. Neste mesmo período, acentuou-se algumas problemáticas sociais ligadas à questão da fome, do desemprego, da moradia, da terra entre outras. Isto gerou, conseqüentemente, movimentos e grandes campanhas sociais de nível nacional como, por exemplo, a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Betinho (GOHN, 2008, p.310-311).

Com a lógica neoliberal sem rédeas, observou-se o aumento da pobreza na cidade e no campo. Nas cidades, com a crescente especulação imobiliária, as populações de baixa renda eram cada vez mais empurradas para as periferias gerando segregação e violência. No campo, os conflitos pela posse de terra foram responsáveis por diversas mortes de trabalhadores rurais. Não foi à toa que durante os anos 1990 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se tornou o maior movimento popular do Brasil. Sua organização em torno da questão agrária era urgente, mas o diálogo com o poder público era insuficiente.

Neste momento, na ausência de políticas públicas para as demandas da sociedade, as organizações não-governamentais assumiram o papel do Estado. Para Gohn (2008), isto se deu em decorrência das profundas alterações estatais na forma de operar a economia, as políticas públicas, bem como na forma de se relacionar com a sociedade civil.

Assim, as ONGs – que são uma espécie de nova esfera ou subesfera (o público não-estatal) que fazem a mediação entre coletivos organizados e o sistema de poder governamental – adquirem um papel de preponderância articulando-se entre a sociedade civil e o Estado através de políticas de parceria. Com isso, percebe-se que, nos anos 1990, há uma nova concepção de sociedade civil que é influenciada pela ausência das utopias transformadoras, situação da qual emerge uma nova concepção de cidadania. Esta é tratada não apenas no seu aspecto individual, mas de forma ampliada, não se restringindo apenas aos aspectos jurídico-formais e como consequência das transformações da relação entre sociedade e Estado (GOHN, 2008, p.301-302).

Isto tudo, longe de ser um amalgamado disperso do tema aqui tratado, formam um quadro – ainda que incompleto – do conjunto dos problemas brasileiros gerados pelas políticas econômicas adotadas nos anos 1990 sob a hegemonia neoliberal. Assim, a luta dos estudantes

no campo da educação soma-se a dos demais movimentos sociais deste período – muitas vezes solidarizando-se com eles – tendo em vista que, em grande parte, são expressões das decisões político-econômicas.

O site da UNE resume as principais demandas do movimento estudantil de meados dos anos 1990:

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que ganhou duas eleições seguidas, as principais pautas dos estudantes foram a luta contra o neoliberalismo e a privatização do patrimônio nacional. Foi uma época de embate do governo federal com os movimentos sociais, marcando o período de menor diálogo e negociação da UNE com o poder executivo na história, à exceção do regime militar.

A UNE posicionou-se firmemente contra a mercantilização da educação, promovida pela gestão FHC. Durante seu governo, foram privilegiadas as instituições particulares de ensino, com o sucateamento das universidades públicas e atrito constante com professores, funcionários e estudantes das federais de todo o país. Outras bandeiras da UNE foram contra os abusos nas mensalidades do ensino particular e contra o Provão, sistema de avaliação institucional aplicado sobre as universidades brasileiras (UNE, 2017)

É nítida a diferença da pauta dos estudantes nos anos 1990 em relação às décadas anteriores. Nos anos 1960/70, a mobilização estudantil girou em torno da luta contra a ditadura pela democracia (muito embora os embates com os militares tenham sido mais intensos, havia também a pauta da educação contra a Lei Suplicy de Lacerda); na década de 1980, retomada a democracia, os estudantes se juntam a outros setores da sociedade civil organizada pelas eleições diretas; nos anos 1990 duas pautas vão mobilizar o ME, são elas: o Fora Collor e a educação.

Nos anos 1990, o tema da educação assume preponderância na pauta dos estudantes por uma questão bem mais sutil. Em dezembro de 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB é a principal lei de educação no Brasil e versa sobre todas as modalidades de ensino, inclusive a de nível superior. A nova lei da educação aprovada estava em sintonia com os princípios neoliberais que a tornou, a partir de então, uma política pública de Estado a ser perseguida, podendo, naquele momento, se tornar um entrave para as potencialidades da educação expressa na constituição de 1988.

A citação a seguir nos dá uma melhor compreensão do porquê da preocupação dos estudantes com a educação:

Seria possível considerar esse tipo de orientação [de um Estado mínimo] e, portanto, essa concepção de LDB, como uma concepção neoliberal? Levando-se em conta o significado correntemente atribuído ao conceito de neoliberal, a saber: valorização dos mecanismos de mercado, apelo à iniciativa privada e às organizações não governamentais em detrimento do lugar e do papel do

Estado e das iniciativas do setor público, com a consequente redução das ações e dos investimentos públicos, a resposta será positiva.

Com efeito, em todas as iniciativas de política educacional, apesar de seu caráter localizado e da aparência de autonomia e desarticulação entre elas, encontramos um ponto comum que atravessa todas elas: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações não governamentais (SAVIANI, 2011, p.225).

No começo dos anos 2000, além da educação, outros temas que orientaram a ação dos estudantes nos últimos anos do governo FHC – e que esteve diretamente ligado à linha neoliberal de seu governo – foram a quebra do monopólio estatal do petróleo e a luta contra as privatizações da Vale do Rio Doce e da Telebrás, além do posicionamento contra o projeto de implementação da Área de Livre Comercio das Américas (ALCA).

O sucateamento do setor público de ensino superior, as aposentadorias em massa de professores que temiam o projeto de reforma da Previdência, o Exame Nacional de Cursos (o Provão), o incentivo às instituições privadas de ensino superior em detrimento das universidades públicas etc. mobilizaram os estudantes que foram às ruas pedir fora FHC, fora FMI e em defesa da educação e da universidade pública.

2.4. A incorporação dos movimentos identitários na pauta estudantil

2.4.1. O movimento feminista

No final dos anos 1990, mas, principalmente, ao longo dos anos 2000, a progressiva expansão do sistema de educação brasileiro foi responsável pela renovação da composição do alunado permitindo um maior fluxo às universidades das camadas mais populares da sociedade e, com isso, uma maior diversidade representada pelos grupos étnicos, racial, de gênero, de diversidade sexual, ecológico etc. Essa visão é corroborada em documento recentemente divulgado pela UNE após o término do 55º Congresso da entidade³⁸. Na Resolução do Movimento Estudantil aprovada no 55º Congresso da UNE pode-se ler:

Fruto da democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas através das políticas educacionais implementadas recentemente, **o perfil estudantil das IES gradativamente se populariza e, conseqüentemente, a direção e a política do movimento estudantil**

³⁸ O 55 Congresso da UNE (CONUNE) aconteceu entre os dias 14 e 18 de junho de 2017 em Belo Horizonte, Minas Gerais.

brasileiro incorporam a política feminista, antirracista, anti-LGBTfóbica e popular (UNE, 2017, p.3, grifo nosso).

No entanto, se a incorporação da pauta desses grupos na agenda do movimento estudantil é recente, a luta para que isso fosse possível é mais antiga. De acordo com Mesquita (2006), após a redemocratização houve uma fusão de redes sociais de interesse em que os movimentos sociais deram início a um forte processo de articulação com objetivo de potencializarem suas forças e assim construírem coletivamente uma nova agenda social. Logo, "a formação de redes temáticas, de informação e de pressão, amplamente realizada pelo setor popular, colaborou para que houvesse uma certa 'migração' de interesses na pauta do movimento estudantil" (MESQUITA, 2006, p.165). É assim, segundo o autor, que emerge a pauta feminista.

Entre os grupos e movimentos que têm lutado para vincular sua pauta ao movimento estudantil, o movimento feminista foi o primeiro a levantar a necessidade de uma maior visibilidade e participação das mulheres nas estruturas internas das entidades estudantis. Embora de forma incipiente, esta questão já começa a ser levantada nos anos 1980. No entanto, as articulações ainda se davam de forma fragmentada e sem continuidade. Aos poucos, a questão feminina foi sendo acolhida em alguns centros acadêmicos e diretórios centrais que passaram a estimular o debate ora com oficinas e eventos ou com a criação de secretarias voltadas para o tema. Contudo, é no início dos anos 1990, em articulação com redes do movimento feminista, que estes grupos que desenvolveram estas ações isoladas começaram a pressionar o movimento estudantil nacionalmente para incluir em sua ação política as reivindicações das mulheres estudantes (MESQUITA, 2006, p. 164-165).

Daí em diante este debate começa a ser travado nos espaços institucionalizados de tomadas de decisão do movimento estudantil – como o Congresso da UNE (CONUNE) – refletindo em seus documentos e deliberações finais. Ao analisar alguns documentos oficiais das entidades estudantis, como jornais e atas oficiais do CONUNE, de 1991 e 1992, Mesquita destaca a reivindicação das mulheres para que se realizasse o III Encontro de Mulheres Universitárias que só aconteceu no ano de 1993. Segundo o autor,

[...] as principais propostas retiradas deste encontro foram: a) a implementação no currículo dos cursos, disciplinas que tratem da questão de gênero; b) a criação de creches nas universidades que atendam às mães universitárias; c) que o departamento feminino da UNE elabore políticas e discussões sobre a questão da mulher, formação e mercado de trabalho nas universidades; d) participação das entidades estudantis de base e da UNE nas campanhas de combate à violência da mulher; e e) pela maior participação das mulheres na

diretoria da UNE, tendo como discussão principal a questão das “cotas” (MESQUITA, 2006, p. 167).

Ao longo dos anos 1990 a discussão sobre a necessidade de incorporação da pauta feminina dentro do movimento estudantil vai se intensificando, embora isto aconteça de forma descontinuada. Na verdade, existe um vazio a ser preenchido a respeito do histórico da questão do movimento feminino e suas demandas dentro do movimento estudantil. A falta de trabalhos e documentos que viabilizem uma genealogia do tema de forma mais sistematizada tem dificultado uma visão mais precisa e estruturada da luta das mulheres dentro do movimento de estudantes. Neste sentido, o trabalho de Mesquita (2006) nos ajuda lançando luz sobre esse tema.

De modo geral, o machismo e o preconceito contra as mulheres, grupos LGBT, negros e demais minorias que vemos na sociedade cotidianamente sempre esteve presente nos diversos movimentos sociais. Ao longo das últimas décadas, mas, mais recentemente, a constante organização destes grupos e a visibilidade de suas pautas tem gerado discussões profícuas que tem tido um efeito educativo no sentido de pensar os privilégios de uns em detrimento de outros numa sociedade machista e heteronormativa.

2.4.2. O movimento pela diversidade sexual

Na universidade, sendo esta um microcosmo da sociedade, é comum a reprodução de atitudes homofóbicas pelos corredores, salas e até mesmo dentro do próprio movimento estudantil. Isto gerou, ao longo do tempo, uma reação por parte de militantes da causa da diversidade sexual na luta contra a homofobia. Neste sentido, a luta de militantes e grupos LGBT contra o preconceito e por mais visibilidade dentro do movimento estudantil não é muito diferente da luta das mulheres, uma vez que práticas tanto machistas quanto homofóbicas disseminadas através de piadas e pequenos gestos sempre foram atitudes comuns tanto dentro quanto fora dos movimentos.

Da mesma forma que o movimento feminino, as primeiras tentativas de organização nas universidades de grupos pela diversidade sexual, através de formação de coletivos, tiveram início nos anos 1990. Neste momento, estes grupos esbarram na dificuldade de se criar uma rede de sustentação de suas campanhas de visibilidade, o que fez com que estas primeiras iniciativas se dessem de forma fragmentada e descontínua. No entanto, com a virada do século e um cenário mais favorável esses coletivos ganham força e de forma mais organizada e

sistematizada passaram a construir uma trajetória de participação e intervenção dentro dos fóruns institucionais de debates do movimento estudantil – como os CONUNEs – colocando a necessidade da discussão da diversidade sexual. Entre os primeiros grupos que surgiram de forma mais organizada estão o grupo PRISMA da USP, Diversidade da UNICAMP, CELLOS da UFMG entre outros (MESQUITA, 2006, p. 179).

No entanto, a existência de grupos militantes homossexuais é bem anterior a estas primeiras formas de organização política que surgem na universidade nos anos 1990. Segundo Facchini (2016), é no contexto do final dos anos 1970, ainda em plena ditadura, que surgem os primeiros grupos militantes gays no Brasil – paralelamente a outros movimentos como o feminista e o movimento negro. A autora divide a trajetória do movimento homossexual brasileiro em três ondas: 1) de 1978 a 1983; 2) 1984 a 1992 e 3) de 1992 aos dias atuais. Em cada momento – que vai desde as primeiras ações e atitudes que dão visibilidade a causa gay, passando pela luta contra a AIDS até a diferenciação dos sujeitos políticos internos ao movimento – os militantes abordaram através de manifestações, grupos de discussão e encontros questões a respeito da diferença, da desigualdade, da diversidade e da identidade na sociedade brasileira.

No que diz respeito à produção de conhecimento acadêmico, há um incremento significativo da pesquisa sobre sexualidade em várias áreas do conhecimento a partir dos anos 1990. **Os anos 2000 trazem consigo o surgimento de grupos ativistas em prol da diversidade sexual no interior das universidades e a organização, a partir de 2003, dos Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual (Enuds), reuniões anuais que aglutinam estudantes e professores em torno dessa temática.** A partir de meados dos anos 2000, acompanhamos, ainda, a formação de grupos e núcleos de pesquisa voltados para a diversidade sexual nas universidades brasileiras e a inclusão de grupos de trabalho sobre o tema sexualidade em encontros nacionais de associações científicas (FACCHINI, 2016, grifo nosso).

Como mostram Mesquita (2006) e Facchini (2016), embora já houvessem mobilizações de grupos militantes da causa LGBT no Brasil desde o final dos anos 1970, vai ser nos anos 1990 que a discussão sobre a questão da diversidade sexual e do respeito às diferenças começa a ser pautada dentro das universidades com mais ênfase. Nos anos 2000, a gradativa expansão universitária promovida pelas políticas públicas dos governos petistas permitiu um maior fluxo de estudantes de origem popular no ensino superior. Ao mesmo tempo, grupos que tinham como eixo questões identitárias focadas no feminismo, na igualdade racial e na diversidade sexual

começaram a se organizar politicamente nas universidades cobrando nos espaços institucionalizados do movimento estudantil uma representação de suas demandas.

Os Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual (ENUDs), organizados a partir de 2003, é um exemplo da articulação de grupos e entidades da causa LGBT originária da vivência de seus militantes na universidade. Em um relato³⁹ sobre a movimentação estudantil LGBT no 50º Congresso da UNE, de 2007, o estudante Alter Fernandez, da UEBA, afirma que “[...] é notável aos olhos que o esforço dos universitários GLBT em dar visibilidade às nossas questões resultou em maior participação de gays e lésbicas no congresso [...]”. O texto segue ressaltando algumas ações da ex-diretoria de GLBTT da UNE “[...] num balanço positivo de esforços que envolveu articulação com grupos universitários organizados em todos o país, com a ABGLT (Associação brasileira de gays, lésbicas e transgêneros) [...]”.

Por fim, aponta algumas das resoluções aprovadas no congresso que podem ser resumidas em: aprovação de leis que criminaliza a homofobia; a livre escolha do primeiro nome em documentos oficiais para os transexuais e travestis; realização do 1º Encontro de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais da UNE, reedição do projeto ‘Universidade Fora do Armário’ com abrangência em todas as regiões do país; o incentivo por parte da UNE para formação de núcleos GLBT nas universidades e coordenações; GLBT nas entidades do movimento estudantil” entre outros.

2.4.3. O movimento pela questão racial

A aprovação da Lei de cotas (Lei nº 12.711) em 2012 representa, certamente, uma vitória importante da juventude negra no campo da educação. No entanto, a luta dos grupos e coletivos no combate às desigualdades raciais e pela ampliação das oportunidades sociais não é nova. Neste sentido, a aprovação da lei de cotas é um reflexo do conjunto dos esforços da luta do povo negro, de sua organização política e sensibilização da sociedade no tocante ao preconceito, a diversidade e as desigualdades das relações entre os grupos humanos em sociedade.

No interior do movimento estudantil, a incorporação da temática racial vai se dar de forma semelhante à luta das mulheres e dos grupos que pautam a diversidade sexual. Assim como estes, a questão negra emerge com mais ênfase após a redemocratização, momento em que uma rede de movimentos sociais surge e ganha maior visibilidade. Nos anos 1990, há o aparecimento dos primeiros grupos organizados que vão abordar o tema da questão negra na

³⁹ Cf. GLBT no CONUNE. Fonte: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/DCE/Noticia20070718151104>

universidade através de encontros, notas, panfletos e em reuniões e instancias de decisões estudantis. E, nos anos 2000, observa-se a institucionalização e inclusão da política antirracista no quadro da organização institucional dos estudantes (MESQUITA, 2006).

Nos anos 1990, o Seminário Nacional de Universitários Negros (SENUN) que aconteceu na Universidade Federal da Bahia UFBA, em 1993, é um dos marcos para se pensar a organização dos grupos e coletivos que pautam a temática da questão negra dentro da universidade.

Segundo as notas de jornais da época e o boletim desenvolvido pelos participantes (Cf. Anexo), a pauta do seminário debateu questões como: o ensino superior sem racismo; a necessidade de que o conhecimento seja produzido a partir de uma perspectiva do próprio negro; maior representatividade do negro nas universidades etc.

Em matéria à época do Jornal da Bahia intitulada “Negros lutam por uma universidade sem cor”, a coordenação nacional do SENUN afirma que “[...] a universidade ideal seria aquela que não tivesse mais o negro como objeto de estudo, e sim, que ele fosse o sujeito do estudo. Em outras palavras quer dizer que o negro possa ter mais acesso ao conhecimento, uma vez que somente 3% entram na universidade [...]” (Jornal da Bahia, setembro de 1993)⁴⁰.

Se nos anos 1990 há o surgimento dos primeiros grupos organizados que ao sair dos guetos começam a pautar a questão negra na universidade – embora ainda de forma descontínua –, nos anos 2000 observa-se um aumento desses grupos que darão continuidade à esta pauta no ensino superior. Nos dias atuais, estes grupos e coletivos atuam amplamente nas universidades e, assim como o movimento de mulheres e da diversidade sexual, eles conseguiram abrir frentes dentro do movimento estudantil chamando a atenção para a necessidade de abraçar as demandas de parte significativa dos estudantes brasileiros representados pelos seguimentos feminino, LGBT e negro.

A expansão da universidade ocorrida nos últimos anos e um cenário mais favorável, devido ao crescimento dos grupos que evidenciam a questão identitária, tem favorecido o surgimento de coletivos nas universidades como o Coletivo Negrada e o Coletivo Kizomba, por exemplo, que atuam no movimento estudantil. Atualmente, a pauta negra já está amplamente incorporada nos diversos espaços institucionais do ME, como mostra este trecho da “Resolução de Movimento Estudantil aprovada no 55º Congresso da UNE”:

Fruto da democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas através das políticas educacionais implementadas recentemente, o perfil estudantil das IES gradativamente se populariza e, conseqüentemente, **a direção e a política do movimento estudantil**

⁴⁰ Cf. Anexo, p. 269-270.

brasileiro incorporam a política feminista, antirracista, anti-LGBTfóbica e popular. Nesta gestão, comemoramos ter realizado o maior Encontro de Negros, Negras e Cotistas; de Mulheres Estudantes e LGBT da história; comprovando nitidamente que a UNE é uma das principais entidades comprometidas com a democracia e a representatividade na política brasileira, aprofundando a cada gestão as políticas de reparação (UNE, 2017, p.3).

A institucionalização das pautas do movimento feminista, LGBT e negro no ME não se dá, porém, sem conflitos:

É claro que a incorporação destas bandeiras de luta na dinâmica do movimento estudantil [...] não é realizado sem conflitos. A própria formatação de um trabalho realizado em modelo de secretaria – consequência da alta institucionalização destes grupos – é passível de críticas por parte de coletivos no interior do movimento. Além disso, nem sempre o surgimento destas secretarias em sua estrutura expressa algum tipo de interesse por parte do movimento estudantil clássico em abordar ou realizar algum tipo de atividade referente a estas temáticas (MESQUITA, 2006, p.51-52).

O movimento estudantil universitário se fez, enquanto movimento social, através da experiência política de jovens de diferentes épocas ligados a grupos políticos e coletivos na busca da consolidação de uma sociedade democrática, inclusiva e de uma educação pública de qualidade. O surgimento da UNE, em 1937, permitiu, a partir de então, reunir em torno de uma entidade representativa os desejos, anseios e utopias de estudantes de todo o Brasil. Foi, assim, cobiçada por diferentes grupos de orientações políticas distintas que almejaram guiar a massa dos estudantes em momentos decisivos da nossa história. Neste sentido, revela-se como um campo de força em constante disputa.

Como um movimento de estudantes em sua grande maioria procedentes da classe média, sua pauta refletiu, de certa forma, os anseios desta classe. Na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, a inclusão da pauta dos movimentos identitários na estrutura organizativa do movimento estudantil representou uma atualização deste movimento em relação a uma tendência que já começa a se esboçar neste período.

Do período de retomada da democracia ao início dos anos 2000, a experiência política dos estudantes foi forjada em meio a dispersão do ME e da gradual perda de representatividade de suas instituições representativas. Entre outros fatores que levaram a isto podemos citar: a forte influência dos novos tempos marcados pelo colapso do socialismo real, a introdução da

política e ideologia neoliberal no Brasil, a ampliação do número de estudantes universitários e da diversidade interna do ME e a reinvenção da política com novos modelos de participação. Ainda assim, movimentos como o Fora Collor e as mobilizações contra as imposições do FMI na política brasileira – além da incorporação das pautas identitárias no ME –, demonstraram a capacidade agregadora da juventude para a ação.

Em meados da primeira década dos anos 2000, a reforma do ensino superior, ocorrida nos governos petistas, promoveria uma mudança significativa na base social do alunado das universidades públicas federais. Como isto ocorreu e as consequências para a universidade, os estudantes e o movimento estudantil é o assunto que discutiremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – QUE A UNIVERSIDADE SE PINTE DE POVO: UNIVERSIDADE PÚBLICA, REFORMA E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E MOVIMENTO ESTUDANTIL NO NOVO MILÊNIO

“Que [a universidade] se pinte de negro, que se pinte de mulato. Não só entre os alunos, mas também entre os professores. Que se pinte de operários e de camponeses, que se pinte de povo, porque a universidade não é patrimônio de ninguém, ela pertence ao povo” [Ernesto Che Guevara].

Em 2002, o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil. A vitória de Lula para o maior cargo eletivo do país foi, naquele momento, algo carregado de simbolismo. A desconfiança da elite brasileira e do mercado financeiro para com o candidato do partido dos trabalhadores advinha de sua origem ligada aos movimentos sindicais, às grandes greves e comícios do ABC paulista e pela oposição cerrada aos governos Collor e FHC.

Além disso, a ascensão de Lula à presidência da república marcava também a chegada ao poder de um partido político de base popular, ou seja, de uma esquerda mais afinada com a social democracia. Para a elite política brasileira que sempre governou o Brasil isso tudo se assemelhava a uma espécie de aventura perigosa.

Não à toa, sentindo a proximidade da vitória, Lula e o PT divulgaram sua “Carta ao Povo Brasileiro” em junho de 2002. Nela, fez uma crítica à situação econômico e social na qual o Brasil se encontrava no final do governo FHC. Fala-se em um novo modelo de governo e em “[...] um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”. Mas garante que “as mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais”. Termina a longa carta assumindo o “[...] compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social” e finaliza falando em “mudanças corajosas e responsáveis”. Por seu conteúdo, a carta tinha como destinatário não o povo, mas a elite brasileira e o mercado financeiro.

Naquele momento, a UNE se viu diante da necessidade de tomar uma decisão sobre apoiar ou não a candidatura de Lula à presidência. Para isso, organizou um seminário no final do qual se aprovou uma resolução chamada “Carta Compromisso”. Nas palavras de Felipe Maia, à época presidente da UNE: “Eram dez pontos que a UNE propunha que fossem assumidos por todos os candidatos à Presidência da República. [...] o único candidato que topou [assumir as propostas] [...] [e] que de certa forma integrou as propostas no seu programa de governo, foi Lula” (ARAÚJO, 2007, p.277).

A relação de apoio da UNE à candidatura de Lula, se integrando de vez ao grande grupo formado por partidos, sindicatos, movimentos sociais e demais entidades, se deu no segundo turno das eleições presidenciais de 2002. Segundo Felipe Maia:

No segundo turno das eleições presidenciais, a UNE optou por tomar uma posição explícita de apoio a um candidato. Convocou um plebiscito nacional do qual participaram cerca de trezentos e cinquenta mil estudantes, onde o Lula foi majoritariamente vitorioso. Então, com base nessa consulta mais ampla, mais aberta, a diretoria da UNE decidiu por apoiar o Lula e a partir daí a gente passou a freqüentar todos os comícios. Eu fui a um comício em Florianópolis declarar oficialmente o apoio ao Lula. Enfim, a UNE passou a se engajar mais abertamente na campanha (ARAÚJO, 2007, p.277).

No entanto, Araújo (2007) mostra que, à época, grupos de oposição à diretoria da UNE manifestaram sua insatisfação com o excessivo apoio e as poucas críticas da entidade à Lula e posteriormente ao seu governo, caracterizando a atitude da entidade como de “adesismo”. Segundo a autora, esses grupos estavam reunidos em uma frente chamada Frente de Oposição de Esquerda da UNE e agregava diferentes tendências e grupos políticos que faziam oposição à entidade, eram eles: Contraponto, Domínio Público, Nós Não Vamos Pagar Nada, Rebele-se, Romper o Dia, Travessia e UJC (ARAÚJO, 2007, p.279-280).

O fato é que, contando com uma ampla base de apoio, após quatro tentativas malsucedidas de se eleger presidente, Lula saiu vitorioso das eleições de 2002. No entanto, isto só foi possível devido a uma vasta coalizão suprapartidária que lhe deu suporte garantindo-lhe não só chegar ao poder, mas também governar contando com uma maioria no âmbito parlamentar – assegurada a partir da concessão de postos em ministérios aos partidos que compuseram sua base de apoio.

Em artigo escrito em janeiro de 2003, posteriormente lançado em livro, Luiz Werneck Vianna (2006) fez a seguinte observação:

a ida ao centro político, condição necessária para a vitória eleitoral, trouxe consigo o momento de revisão, por parte da esquerda, em particular por sua fração hegemônica petista, das obras de Vargas e de JK, as duas grandes referências que o sustentaram e o vinham animando desde 1930. **Assim, foram recuperados os temas do Estado como agência indutora do desenvolvimento econômico, da questão nacional e, ainda mais importante, da própria idéia de República**, cuja noção de bem comum se viu desprestigiada por duas décadas de mobilizações em que a tônica no agir de cada ator social foi a de privilegiar o interesse próprio (VIANNA, 2006, p.154-155, grifo nosso).

3.1. As políticas públicas do governo Lula e Dilma para a educação superior

Como mostra o trecho destacado da citação acima, o Estado, sob governo Lula, assumiu um outro perfil em relação aos governos anteriores. Depois de mais de uma década de políticas econômicas que reduziram a ação estatal, a partir de 2003 o Estado brasileiro assume o papel de indutor do desenvolvimento econômico. Ao priorizar as políticas sociais e uma maior distribuição de renda – em oposição ao Estado mínimo e da centralidade do mercado – o governo Lula conseguiu retomar o crescimento do país, manter a estabilidade econômica e obter índices bastante relevantes na redução da pobreza e da desigualdade.

Programas como Bolsa Família, Fome Zero e Renda Mínima, por exemplo, foram pensados para atuar na redução da pobreza e da exclusão social que atinge grande parte da sociedade brasileira. A redução das desigualdades sociais, questão central para os partidos e movimentos progressistas, tiveram com a implementação destes programas um considerável avanço. Muito embora ações para este fim tenham sido criadas no apagar das luzes do governo FHC, o governo Lula unificou e ampliou os programas de distribuição de renda e de redução da pobreza de forma significativa.

Na área da educação, programas foram criados com vistas a melhorar e ampliar o panorama do ensino brasileiro. Assim, a educação foi “alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos” [com objetivo de] “garantir o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2007, p.5). Para isso, a política nacional de educação procurou alinhar o desenvolvimento à redução das desigualdades sociais e regionais com ações estatais tanto no nível básico quanto no superior.

Trataremos aqui da política educacional voltada para o ensino superior com foco maior nas instituições públicas federais, ponto de maior interesse desse trabalho na medida que abrange o campo político do movimento estudantil. No entanto, abordaremos também, para uma breve contextualização, as iniciativas governamentais voltadas para as instituições de ensino superior privadas de forma que assim possamos ter uma visão mais abrangente da política pública federal para a área da educação superior.

No Brasil, o sistema público e o privado coexistem numa relação assimétrica e vem passando por profundas mudanças na última década.

Em artigo que trata do ensino superior no Brasil – público e privado –, Durham (2003), ao fazer um apanhado histórico sobre o desenvolvimento da educação brasileira afirma que é no período que se inicia em 1964, período autoritário, que o modelo de universidade é reformado e o sistema privado de ensino se expande. O período recente tem início com a

redemocratização do país, em 1985, e é marcado pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, além de profundas transformações na política, economia e na educação (DURHAM, 2003).

Segundo a autora, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 houve um crescimento de 82,0% do total de matrículas no ensino superior. No entanto, alerta que

Como na década de 70, entretanto, o crescimento se deu basicamente no setor privado. A participação deste setor, que oscilava em torno de 60,0% entre 1980 e 1998, atingiu 69,0% em 2001, com o crescimento de 115,0% no total das matrículas. Também, como na década de 70, o setor público cresceu muito menos, 36,0% (DURHAM, 2003, p.32).

Os números mostram as assimetrias do ensino superior no Brasil entre os setores público e privado com um rápido avanço deste último em detrimento do primeiro. Com início do governo petista, em 2003, a política nacional de educação adotada proporcionou uma notável expansão do setor público, mas que não foi capaz de alterar o quadro de disparidade entre as instituições públicas e privadas no Brasil. Isto se deu na medida em que estas também foram beneficiadas com políticas públicas governamentais destinadas para este segmento.

De todo jeito, a ampliação do acesso à educação superior no Brasil tem crescido de forma inequívoca. É o que mostra Corbucci (2016, p. 154), ao afirmar que isto “resultou da demanda por este nível de ensino, iniciada pela quase universalização do ensino fundamental e, conseqüentemente, pela rápida expansão do ensino médio”.

Mas não só isso! A melhora das condições do ensino superior é uma exigência antiga dos estudantes e demais movimentos e entidades defensoras da educação como ferramenta para emancipação humana. Durante os governos petistas, a aproximação da UNE com o governo permitiu à entidade acompanhar de perto as mudanças na política pública da educação. É o que mostra Poerner (2004, p.310) ao afirmar que a UNE⁴¹ participou da coordenação dos movimentos sociais (CMS), um fórum que pretendia ser “o embrião de um movimento de massas em prol da concretização das mudanças com as quais Lula se comprometeu como candidato, inclusive quanto ao ensino superior”.

Por sua vez, o Ministério da Educação procurou se pautar em uma política pública com vistas a atingir os seguintes pontos: i) expansão de oferta de vagas, ii) garantia de qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, iv) ordenação territorial, e v) desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2007, p.25).

⁴¹ Juntamente com outros movimentos e entidades como: UBES, CUT, MST, CNBB, ABI etc.

Tal política teve reflexo direto na expansão do ensino superior. Em 2003, no início do governo Lula, o número de instituições de ensino superior no Brasil era de 1.859⁴². Atualmente, este número é de 2.364⁴³. Este aumento está ligado à criação de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das universidades Federais (REUNI), a Lei de Cotas para o ensino superior; e de ferramentas como a plataforma do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) entre outros.

3.1.1. Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O Prouni foi criado em 2005, através da Lei nº 11.096 na gestão do então Ministro da Educação Fernando Haddad. Desde então, o programa concede bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação para estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior.

A lei define o perfil socioeconômico do público alvo do programa: egressos da escola pública com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio para bolsas integrais e de até três salários mínimos para bolsas parciais (50% ou 25%). Em seu primeiro ano foram concedidas 112.274 bolsas de estudos. Em nove anos esse número mais que duplicou chegando a atingir, em 2014, 306.726 bolsas concedidas entre parciais e integrais, como se pode ver no gráfico abaixo.

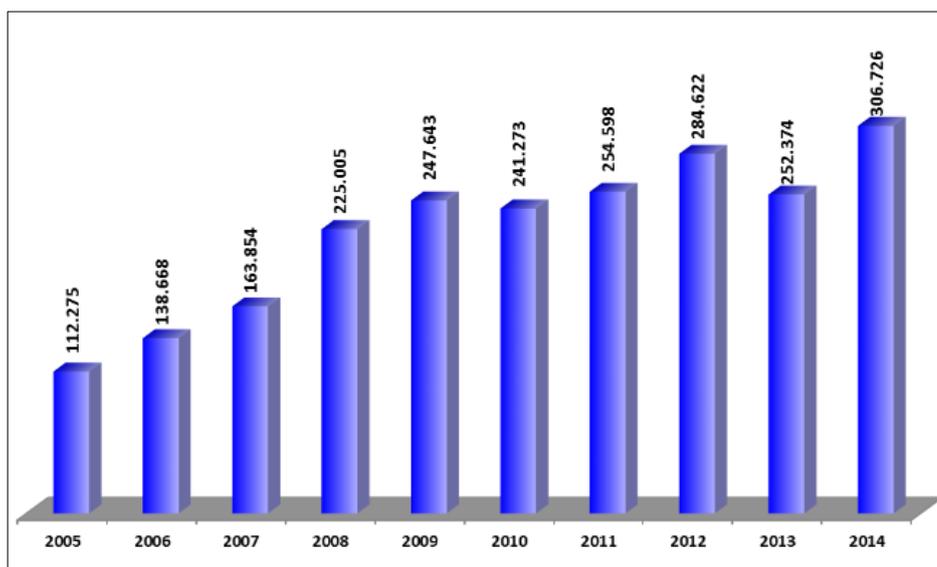


Gráfico 1: Bolsas do Prouni ofertadas por ano
Fonte: Sisprouni 2015. Prouni 2005-2º/2014

⁴² 207 Instituições públicas (Federal: 83, Estadual: 65, Municipal: 59) e 1.652 instituições privadas. Cf. INEP, 2003.

⁴³ Desse total, 295 são instituições públicas (Federal: 107, Estadual: 120 e Municipal 68) e 2.069 são de instituições privadas. Cf. INEP, 2016.

Segundo dados mais recentes, em 2015 e 2016 foram ofertadas pelo programa 329.117 e 329.18 bolsas, respectivamente. Em 2017, o Prouni contemplou, no primeiro semestre, 214.110 estudantes com bolsas parciais e integrais. Desde a sua criação até 2011, o programa foi responsável pelo financiamento de 1.128.718 bolsas no ensino superior privado, garantindo às classes menos abastadas o acesso a um curso universitário⁴⁴ (PROUNI, 2017).

3.1.2. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)

Quanto ao ensino público federal, a ação do governo para a ampliação da educação superior nesta área se deu com a instituição do Decreto nº 6.096, de 2007, que cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Assim, coube ao Ministério da Educação destinar recursos financeiros às universidades federais que apresentassem seus planos de reestruturação. Estes, deviam ter em vista criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior (graduação), aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, além da construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do programa.

A política pública do governo federal – através do Reuni e outros programas – permitiu uma expansão da educação superior pública que pode ser observada no aumento do número de Universidades Federais que, entre 2002 e 2014, passou de 45 para 63 instituições.

Houve também o aumento do número de câmpus universitários neste mesmo período de 148 para 321, que visou expandir o sistema através da interiorização do ensino superior. Observa-se também o aumento de matrículas na graduação presencial de 500.459, em 2002, para 932.263, em 2014, conforme pode ser conferido na tabela abaixo.

⁴⁴ Além do Prouni, outro programa do governo federal de concessão de crédito educativo é o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

	2002	2014
Universidades Federais	45	63
Câmpus	148	321
Cursos Graduação Presencial	2.047	4.867
Vagas Graduação Presencial	113.263	245.983
Matrículas Graduação Presencial	500.459	932.263
Matrículas Educação a Distância	11.964	83.605
Matrículas Pós-Graduação	48.925	203.717

Tabela 1 – Panorama da expansão universitária
Fonte: (MEC, 2014)

A mudança do governo Lula (2003-2010) para o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) não implicou em alterações na natureza da política pública para a área da educação. Pelo contrário. No governo Dilma, houve uma continuidade e ampliação das políticas públicas, dos programas e recursos para este setor em relação ao seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, na área da educação superior houve uma continuação dos programas como o Reuni, Prouni e Fies e a criação de outros⁴⁵. Um destes programas criados no governo Dilma – e que faz parte da política de promoção da igualdade no ensino superior – foi o que estabelece cotas nas universidades públicas federais e nos institutos técnicos federais, Lei nº 12.711, de 2012.

3.1.3. Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012)

A Lei de Cotas, como ficou conhecida, reserva 50% das vagas das instituições federais para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas⁴⁶. Além disso, um outro critério para o preenchimento das vagas é o de que estas devem ser reservadas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio (BRASIL, 2012). Assim, a lei cotas visa corrigir uma desigualdade de acesso ao ensino superior existente entre brancos e não brancos no Brasil.

Em 1993, a taxa de frequência líquida na educação superior era de 7,7 para brancos e 1,5 para negros. Em 2007, esta sobe para 19,8 para brancos e 6,9

⁴⁵ Um deles é o programa Ciência Sem Fronteiras, criado em julho de 2011. O programa concede bolsas de iniciação científica à estudantes brasileiros em universidades de outros países. Segundo site do programa, a meta era atingir 101.000 bolsas de estudo até 2015. Cf. <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>

⁴⁶ A porcentagem de vagas entre os autodeclarados pretos, pardos e indígenas serão preenchidas de acordo com o percentual de pretos, pardos e indígenas de cada Estado onde está instalada a instituição, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

para negros. Esta trajetória significou que a diferença de 6,2 pontos subiu para 12,9 pontos, mais que dobrou em 14 anos. Como o aumento nesta diferença é crescente até 2003, não sofrendo significativas alterações a partir daí, os dados sugerem que a política realizada nos anos 1990, de aumento de oferta de vagas no ensino superior a partir da expansão da rede privada de ensino, tenha sido fator de aprofundamento das desigualdades raciais no ensino superior (SILVA et. al, 2009. p.263).

Dados da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial mostram que

Entre 2013 e 2014, nas Universidades Federais, as vagas totais cresceram 10% e as vagas para cotistas cresceram 38%. [...] Em 2014, estima-se que: 20% do total de vagas ofertadas pelas Universidades Federais (48.676) foram ocupadas por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas; isso corresponde a 49,6% das vagas destinadas a cotas (SEPPPIR, 2015).

Como mostram os números, a Lei de Cotas nas universidades federais tem surtido efeito no tocante ao seu principal objetivo que é viabilizar a equidade de acesso entre brancos e não brancos no ensino superior. Embora a lei tenha sido sancionada apenas em 2012, ela faz parte das mobilizações de grupos do movimento social negro por ações afirmativas que desde a década de 1930 já pautava a necessidade de políticas públicas na educação para a população negra no Brasil⁴⁷.

A Lei de Cotas, que tem vigência de dez anos a partir de sua sanção em 29 de agosto de 2012, não cria novas vagas, apenas reserva metade das vagas já existentes para o público alvo de baixa renda descrito no texto da lei. No entanto, ela nos interessa aqui basicamente por visar este público, uma vez que, após entrar no ensino superior a questão passa a ser como se manter na universidade.

3.1.4. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Para tentar sanar esta questão foi criado, ainda no governo Lula, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através do decreto nº 7.234, de 2010. O programa visa ampliar as condições de permanência dos estudantes no ensino superior, cabendo à universidade a definição dos critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados, mas que devem levar em conta o perfil socioeconômico dos candidatos. Este é um ponto que trataremos

⁴⁷ Cf. SILVA et al, 2009.

mais à frente. No gráfico abaixo é possível acompanhar o volume de recursos investidos no programa desde 2008:

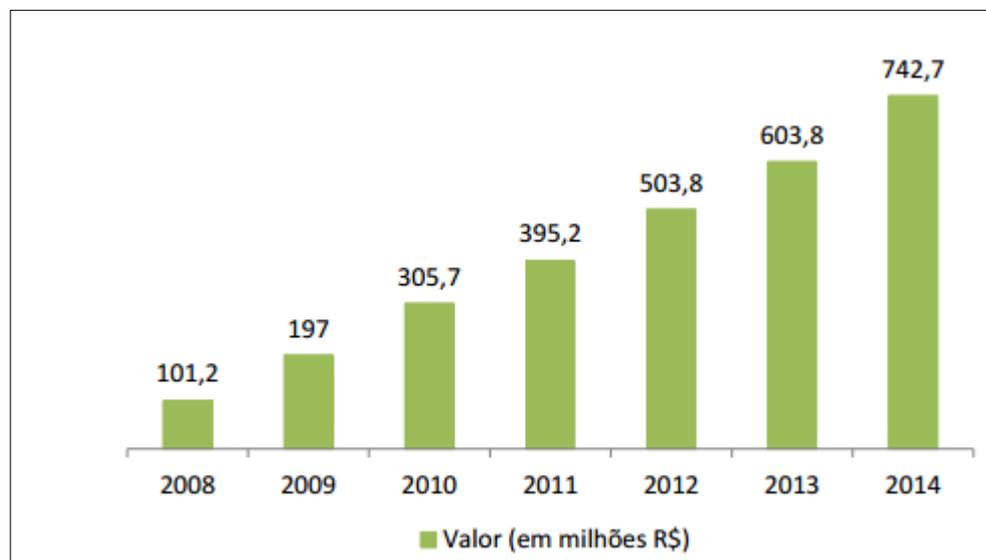


Gráfico 2: Orçamento das Universidades Federais referente ao Pnaes
Fonte: (MEC, 2014)

3.1.5. Programa Bolsa Permanência (PBP)

Com o aumento da demanda de estudantes nas universidades, o Governo Federal criou em 2013 o Programa Bolsa Permanência (PBP) que concede auxílio financeiro para estudantes matriculados nas instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O objetivo do programa é contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além disso visa reduzir os custos de manutenção de vagas ociosas decorrentes da evasão estudantil (MEC, 2014).

Segundo o site do MEC⁴⁸, o valor da bolsa é de R\$ 400,00⁴⁹, ou seja, o equivalente ao valor de concessão de bolsas de iniciação científica. Alguns critérios para participar do programa são: I) ter renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio, II) estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias, III) não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar, IV) ter assinado Termo de Compromisso e, V) ter

⁴⁸ Cf. <http://permanencia.mec.gov.br/>

⁴⁹ Atualmente o valor corrigido é de R\$ 570,00 (Quinhentos e setenta reais).

seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa.

O gráfico abaixo mostra o aumento do número de beneficiários que, até 2014, já ultrapassava mais de 10 mil bolsistas.

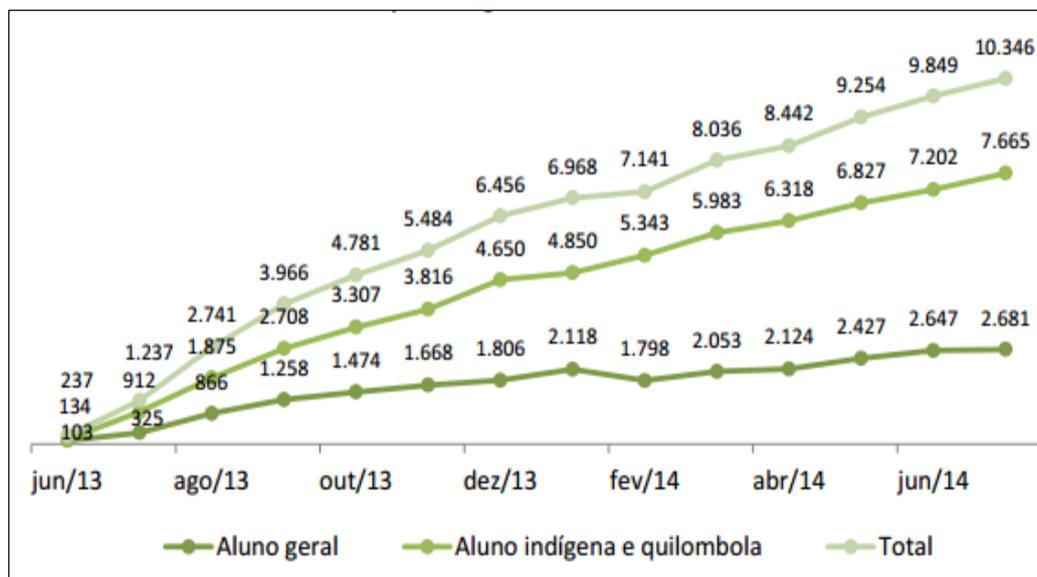


Gráfico 3: Bolsas ofertadas pelo Programa Bolsa Permanência
Fonte: (MEC, 2014)

Em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei 13.005/2014) que estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem orientar a gestão da educação em nível federal, estadual e municipal e que devem ser atingidas num prazo de 10 anos. Para tanto, o PNE estabelece 20 metas para a educação que abrangem desde o nível da formação básica à superior⁵⁰. O plano tem como propósito a ampliação dos números de todos os setores da educação brasileira, inclusive o superior.

Na meta 12, que trata do ensino superior, pode-se ler:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Além da ampliação do ensino superior, o PNE estabelece uma elevação do investimento público em educação (meta 20) com vistas a atingir o patamar mínimo de 7% do Produto Interno

⁵⁰ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência da lei. Até 2024, o PNE prevê um investimento de, no mínimo, 10% do PIB em educação pública.

Essa meta poderia ser alcançada mais facilmente com a aplicação dos 75% dos *royalties* do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal na educação, como prevê a Lei nº 12.858, de setembro de 2013, sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff. À época, a estimativa do governo era de que os recursos do pré-sal atingissem, entre os anos de 2013 a 2022, a cifra de R\$ 112,25 bilhões. Assim, esse montante seria aplicado progressivamente a cada ano (PORTAL BRASIL, 2013). No entanto, a recessão econômica, a queda no preço do barril de petróleo e as consequências das investigações da Operação Lava Jato sobre a Petrobras acabaram por frustrar o setor da educação quanto ao repasse integral das verbas.

O que os dados nos mostram é uma inegável expansão do acesso ao ensino superior nos últimos 15 anos que permitiu uma maior democratização do acesso a este nível de ensino e a entrada em massa de um grande número de estudantes, tanto na universidade pública quanto privada. Mas, o que eles não mostram – e é isso que nos interessa aqui – é que estas políticas públicas tiveram um impacto não na inclusão de grandes massas amorfas de estudantes no ensino superior, mas na inserção de grupos de estudantes de classes sociais populares – assim como de jovens pertencentes a grupos identitários (de raça, gênero, opção sexual etc.) – que até então eram amplamente visíveis na sociedade, mas pouco representativos nos corredores das universidades brasileiras.

Não queremos com isso dizer que as classes economicamente menos favorecidas e tais grupos identitários não estivessem presentes nos cursos superiores antes destas políticas públicas. Não se trata disso. Sempre houveram aqueles e aquelas que, com muito esforço, romperam o isolamento de sua classe de origem e os preconceitos existentes na sociedade brasileira e conseguiram adentrar no restrito círculo de privilegiados que compõem o ensino superior.

Como nos mostra Bourdieu (1998), as desigualdades do sistema de ensino das sociedades modernas legitimam, dentro da própria escola, as desigualdades entre as classes sociais e com isso favorecem aqueles e aquelas de origem familiar de maior capital econômico e cultural no acesso aos recursos da sociedade.

Os investimentos no ensino superior realizados nos últimos anos permitiram o acesso em massa à universidade de setores da sociedade historicamente excluídos. Isto, por si só, já é um grande feito, tendo em vista, como nos mostrou Foracchi (1965, 1972, 1982) e Bringel (2009), que antes eram os jovens originários da classe média que comumente frequentavam as universidades públicas brasileiras. Desta forma, se antes a desigualdade da sociedade brasileira

se refletia também nas universidades públicas, agora é possível visualizar um início de mudança, ainda que apresente falhas.

No entanto, o que nos interessa aqui é analisar o impacto que o crescimento do ensino superior tem causado na base social da universidade e, mais que isso, como (e se) isto tem algum reflexo no movimento estudantil, tendo em vista o crescimento dos protestos que colocam a urgência da assistência ao estudante. Este ponto analisaremos no próximo capítulo.

3.2. Universidade pública e projeto de sociedade

A universidade enquanto instituição que se dedica a produção e transmissão do conhecimento e com a produção científica e tecnológica de um país ocupa um espaço de grande importância para o desenvolvimento não apenas econômico, mas cultural de uma nação. Por sua vez, a política – entendida também como esfera de tomada de decisão – é o meio através do qual se pode viabilizar tal desenvolvimento, tanto no campo econômico como no campo cultural.

Ao analisar a história da política econômica governamental brasileira (1930 a 1970), Ianni (1991) destaca que esta oscilou, como um movimento, entre duas tendências principais indo do capitalismo nacional ao capitalismo associado ou dependente⁵¹. Cada uma destas tendências exprime projetos de nação distintos que envolvem concepções políticas, econômicas e ideológicas também distintas. É importante não perdermos a analogia de vista.

Um olhar atento para a política econômica adotada pelos governos brasileiros nas últimas décadas nos mostra que estas duas tendências – a do capitalismo nacional e a do capitalismo associado/dependente – continuam atuando na política brasileira exprimindo concepções de Estado, de política econômica e de ideologia distintas. Como vimos mais acima, após os governos militares, o Brasil, no plano político, se democratizou a partir de uma ampla mobilização popular que colocou o país nos trilhos das nações republicanas. No entanto, as

⁵¹ No capitalismo nacional, o Estado se torna o principal centro de decisão sobre a política econômica agindo como formulador, orientador e executor dos programas de desenvolvimento do país. Neste sentido, assume uma postura de política externa independente em que o país passa a ser visto como uma potência autônoma. O capitalismo nacional, baseado na política de massas e no populismo, predominou nos anos 1930-45, 1951-54 e 1961-64 e pressupunha uma hegemonia do Brasil nas relações com os países da América Latina e da África. No capitalismo associado, o desenvolvimento econômico depende da associação, seja direta ou indireta, entre capitais e interesses políticos nacionais e estrangeiros. Muito embora o teor econômico deste padrão de capitalismo tenha entrado em execução plena com governo de Juscelino Kubitschek e o programa de metas de sua equipe econômica, o seu teor político assume forma mais ampla a partir de 1964 com o golpe militar. Assim, o que antes estava restrito apenas ao plano econômico, passou, a partir de 1964, a abranger o encadeamento entre o econômico e o político, o militar e o cultural (IANNI, 1971; 1991).

posições econômicas de caráter associado/dependente adotadas tanto antes quanto depois dos governos militares tiveram como resultado posterior a adoção de um Estado mínimo, ou seja, um Estado cada vez mais desobrigado de sua função de gerir os recursos sociais para a promoção de políticas públicas nas mais diversas áreas.

O reflexo das posições político-econômicas sobre a educação brasileira – desde as reformas educacionais impostas à época da ditadura até os dias atuais – tem sido ressaltado entre os estudiosos deste campo como algo danoso, uma vez que expressam uma “[...] intervenção do Estado com vistas a assegurar a dominação política existente, a manutenção do processo de acumulação de capital e, por vezes, afastar focos de tensão e de conflito [...]” (GERMANO, 2011, p. 32).

Também pelo fato da legislação educacional preservar “[...] o sentido social da educação enquanto mecanismo de ascensão social, legitimação das diferenças e justificação dos privilégios” (SAVIANI, 2015, p.161) ou de tais políticas públicas moldar o ensino superior segundo os padrões de uma “universidade administrada” (CHAUÍ, 2001). Desta forma, compreender a situação da universidade brasileira passa, segundo Frigotto (2006, p.22), pela compreensão desta como “[...] expressão contraditória do projeto de sociedade e de relações de poder dominantes entre capital e trabalho”.

Estudioso da ordenação jurídico-política da educação brasileira, Dermeval Saviani observa que

[...] a orientação neoliberal adotada pelo governo Collor e agora pelo de Fernando Henrique Cardoso vem se caracterizando por políticas claudicantes: combinam um discurso que **reconhece a importância da educação com a redução dos investimentos na área e apelos à iniciativa privada e organizações não governamentais**, como se a responsabilidade do Estado em matéria de educação pudesse ser transferida para uma etérea “boa vontade pública” (SAVIANI, 2011, p.262, grifo nosso).

Ao examinar o texto da Lei de Diretrizes e Base (LDB) que rege a educação brasileira promulgada em 1996, Saviani (2011, p.261) destaca a oportunidade perdida naquele momento: “Desta vez, a circunstância da elaboração de uma nova LDB, propiciada pela Constituição de 1988, criou novas esperanças que resultaram frustradas pela ofensiva neoconservadora que logrou tornar-se politicamente hegemônica a partir de 1990”. A esperança frustrada, para Saviani, diz respeito ao projeto que as sociedades modernas estabeleceram como fim entre os séculos XIX e XX, ou seja, uma educação pública, nacional e democrática adequada às necessidades e aspirações da população brasileira. Assim, “como resultado, o déficit histórico

em matéria de educação foi se acumulando de forma a neutralizar os pequenos avanços obtidos” (SAVIANI, 2011, p.261).

Retomando a metáfora do pêndulo evocada por Ianni (1991), percebemos os diferentes projetos de sociedade postos em movimento por classes, grupos e forças políticas antagônicas e seus desdobramentos sobre a política de educação brasileira. No entanto, as forças que regem a dinâmica do pêndulo resultam dos embates dessas mesmas classes, grupos e forças políticas antagônicas que ora se repelem, ora se aproximam de acordo com seus projetos de poder e com as oportunidades apresentadas.

Foi assim que, dentro desse movimento pendular, a síntese dos embates entre classes, grupos e forças políticas antagônicas fizeram emergir ao poder, em 2003, um grupo político identificado com a ideia de um capitalismo nacional, de relação autônoma e soberana com as demais nações e com forte apelo popular e democrático.

Apoiado num amplo pacto de classes⁵², a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo brasileiro foi acompanhada de grande expectativa por parte dos setores mais progressistas da sociedade. Como procuramos mostrar acima, na área da educação, a política dos governos do PT – Lula e Dilma – priorizaram a ampliação e democratização ensino público (e também privado) com investimentos maciços por parte do Estado nesta área. Impulsionado pelo ciclo expansivo da economia brasileira, ainda no governo Lula, os investimentos dos governos do PT na educação, através de programas e políticas públicas, representaram um visível avanço em relação ao período FHC.

No entanto, a melhora na quantidade dos investimentos na educação por parte dos governos petista não foi acompanhada de uma melhora na qualidade do sistema de ensino público brasileiro, principalmente na educação básica (de responsabilidade dos Estados e municípios). No caso da educação superior, o grande volume de investimentos feitos nesta área promoveram mudanças importantes como a reestruturação e a ampliação das estruturas da universidade, renovação de equipamentos, contratação de professores, ampliação de bolsas de estudos, verbas para a assistência estudantil etc. No entanto, a crise econômica, ampliada pela crise política brasileira, e o entendimento da educação não como investimento, mas como gasto, tem prejudicado a eficiência de políticas públicas como o REUNI e seu efetivo potencial de

⁵² Para Boito (2012), nos governos Lula houve uma alteração no interior do bloco do poder no qual o capital financeiro internacional e uma fração da burguesia brasileira subordinada a ele – amplamente beneficiadas pela política econômica dos anos 1990 – perdem espaço para a grande burguesia interna. Segundo o autor a grande burguesia interna – formada por setores variados como: grupos industriais, do agronegócio, da construção civil, bancos, setores dos movimentos sociais etc.) compôs uma frente neodesenvolvimentista que deu a base de sustentação ao governo petista.

transformação do ensino público superior. A situação se torna mais dramática tendo em vista o quadro mundial de mercantilização da educação e predomínio da lógica do mercado.

Segundo LÉDA e MANCEBO (2009, p.55), muito embora a Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 207, fale da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão – assim como o Artigo 52 da LDB –, "Todavia, surpreendentemente, a palavra ‘pesquisa’ não aparece uma só vez no Decreto que determina o REUNI [...]”. Assim, a política de reforma do ensino superior, financiada pelo REUNI, só visou o ensino e não a pesquisa, o que para as autoras foi visto à época como algo problemático. No tocante à autonomia da universidade em relação a aplicação dos recursos, esta deixa de existir uma vez que os recursos do REUNI não poderiam ser utilizados de outra maneira que os definidos no decreto. Outro ponto diz respeito ao estudante e a universidade: o acesso em massa de camadas populares ao ensino superior, sem o aporte de recursos suficientes, tem favorecido a precarização da instituição e um ensino de qualidade duvidosa, além da precarização da própria situação do estudante na universidade (LÉDA; MANCEBO, 2009).

Em publicação que trata da universidade pública brasileira, Chauí (2001) afirma o caráter heterônomo das instituições de ensino superior no Brasil, tendo em vista que estão submetidas a forças exteriores a ela própria e a pressões de órgãos internacionais. Para a autora, há uma visível sujeição do Ministério da Educação e Cultura ao Ministério do planejamento, sendo o primeiro um mero apêndice do segundo. Assim,

[...] com a subordinação da universidade ao Ministério do Planejamento, o ensino superior passa a funcionar como uma espécie de “variável flutuante” do modelo econômico, que ora é estimulada com investimentos ora é desativada por cortes de verbas, segundo critérios totalmente alheios à educação e à pesquisa, pois determinados exclusivamente pelo desempenho do capital (CHAUI, 2001, p.52-53).

3.3. A UFPB no quadro das mudanças institucionais do novo milênio

A universidade pública federal – entendida aqui como um microcosmo localizada dentro do macrocosmo social – é uma instituição de ensino superior e como tal de responsabilidade do Governo Federal. Constituída como uma autarquia que se pretende autônoma, descentralizada, com patrimônio constituído de recursos próprios e voltada à prestação de serviços de interesse

coletivo, se configura, assim, como uma instituição dotada das condições necessárias para a realização de sua finalidade.

No entanto, sendo um microcosmo localizada dentro do macrocosmo que é a sociedade, a universidade sofre a mesma sorte adversidades que perpassam a vida em sociedade, não podendo ser compreendida como realidade apartada e não sujeitada às forças as quais permeiam o social. Como mostra Foracchi,

a análise sociológica não pode conceber a Universidade como uma instituição, pressupondo que ela opera num “vácuo social” desprovida de qualquer tipo de articulação com as demais instituições. Ela procura, pelo contrário, focalizar os mecanismos específicos de articulação que a Universidade, em razão dos papéis sociais que desempenha na nossa sociedade, desenvolve com relação aos outros setores da vida social. Por essa razão, a Universidade também reproduz na sua vida social, e por força de um processo crescente de democratização da cultura intelectual, os embates ideológicos, as formas de pensamento, os mecanismos de acomodação, as tensões e os dilemas, enfim, da sociedade inclusiva (FORACCHI, 1982, p.153).

Partindo deste entendimento, pretendemos pensar a UFPB como instituição que está ligada à outras instituições da sociedade através de diferentes formas de vínculos, influenciando e sendo influenciada por eles. Como um microcosmo ela produz e reproduz os valores culturais, políticos e ideológicos que estão presentes na sociedade. Como autarquia submetida ao governo federal, analisaremos os impactos das políticas públicas da reforma universitária (Reuni, PNAES, Cotas etc.), sobre a UFPB e seu reflexo no cotidiano acadêmico da instituição – principalmente no que diz respeito ao estudante e os imperativos que os impulsionam para a atuação política.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – instituição fundada em 1955⁵³ – possui atualmente 39.283 estudantes divididos em quatro câmpus, são eles: Câmpus I na cidade de João Pessoa, Câmpus II na cidade de Areia, Câmpus III na cidade de Bananeiras e Câmpus IV nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto. Este total de alunos está distribuído da seguinte forma: 29.753 na Graduação Presencial, 3.238 na Graduação à Distância e 6.292 na Pós-Graduação. No total, a UFPB possui 123 cursos de graduação: 112 graduações presenciais e 11 a distância. Na Pós-Graduação são 120 cursos, sendo 12 de Especialização, 60 de Mestrado Acadêmico, 10 Mestrado Profissional e 38 de Doutorado. A UFPB possui ainda 02 Escolas de Ensino Médio e Profissionalizante. Quanto ao número de servidores docentes, a instituição dispõe de 2.637

⁵³ Antes disso, a Paraíba possuía 11 escolas de nível superior. Isto possibilitou a criação da Universidade da Paraíba via Lei Estadual nº 1.366, de dezembro de 1955. A sua federalização ocorreu em dezembro de 1960 através da Lei nº 3.835, momento em que passou a ser denominada de Universidade Federal da Paraíba. Cf. <http://www.ufpb.br/content/ufpb>

docentes no ensino de 3º grau (sendo 2.473 efetivos, 163 substitutos e 1 visitante) e 129 docentes no ensino de 1º e 2º grau (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2016).

Ao longo dos últimos anos, a UFPB vem passando por um processo de reestruturação e expansão da instituição. Em 2002, do desmembramento de 4 dos seus 7 câmpus, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) que incorporou à sua estrutura os câmpus de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Souza. Em 2005, foi criado o câmpus do Litoral Norte abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, onde funciona atualmente o Centro de Ciências Aplicadas e Educação.

Depois do desmembramento que criou a UFCG e depois da expansão da UFPB para o Litoral Norte, a instituição passou a ter quatro câmpus (João Pessoa, Areia, Bananeiras, Mamanguape e Rio Tinto). Com uma estrutura de tal porte, a UFPB é certamente a maior instituição de ensino da Paraíba e possui uma importância capital para o desenvolvimento econômico, humano e sociocultural do Estado.

Com tal envergadura e diante de seu papel social, pode-se imaginar a influência que essa instituição exerce extramuros, bem como o conjunto de fatores econômicos, políticos, ideológicos e culturais que lhe atravessam se plasmando no que ela é.

Como mostramos acima, em 2007 o Governo Federal criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A partir de então, as universidades federais interessadas em aderir ao programa enviaram seus planos de reestruturação ao MEC com vistas a captar os recursos necessários para dar início a implementação do REUNI.

Segundo o Relatório do Primeiro ano do Reuni (2009), das 54 universidades federais existentes em 2007, 53 aderiram ao programa. Entre elas, a UFPB consta na lista das instituições que enviaram seus planos de reestruturação ainda na primeira chamada em outubro de 2007.

No site da UFPB pode-se ler o seguinte trecho que trata do resultado dos primeiros anos de aplicação dos recursos do Reuni:

Nos últimos cinco anos, com a adesão ao novo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), do Governo Federal, **a UFPB conseguiu dobrar de tamanho** e, hoje, já é a instituição de ensino superior do Norte e Nordeste do país a oferecer o maior número de vagas no seu processo seletivo. **Em 2005, a UFPB oferecia cerca de 3.700 vagas por ano. Para 2012, são 8.020 vagas distribuídas** pelo Processo Seletivo Seriado (PSS) e pelo ENEM/SISU. [...]

No ensino de graduação, de 2005 para 2011, o número de cursos aumentou de 50 para 104. **O número de estudantes matriculados aumentou de 18.759 para 29.629.** No ensino de pós-graduação, o número de cursos de mestrado

aumentou de 32 para 50 e os de doutorado de 470 para 1.290 (UFPB, 2017, grifo nosso).

Os números nos dão uma ideia dos resultados iniciais da adesão da UFPB ao Reuni. Expressam, já nos primeiros cinco anos do programa, o crescimento da instituição tanto em relação ao número de vagas oferecidas quanto em relação ao número de estudantes matriculados.

Para comportar esse aumento do número de vagas e da demanda de estudantes, a UFPB precisou readequar a estrutura de seu espaço físico. Para isso foi preciso criar novas salas de aulas e melhorar espaços já existentes, criar ou reformar bibliotecas e laboratórios, comprar equipamentos, planejar a aplicação dos recursos destinados a assistência estudantil, contratar novos professores e funcionários técnicos etc. Com a chegada da verba do Reuni, repassada pelo governo federal, durante os primeiros anos de implementação do programa, a UFPB se tornou um verdadeiro canteiro de obras. Em todos seus câmpus e centros era possível ver novos prédios em construção e obras das mais diversas espalhadas por toda universidade.

O gráfico abaixo revela o panorama de execução de contratos efetuados para obras na UFPB entre os anos de 2010 e 2013 e o *status* em que se encontravam neste período.

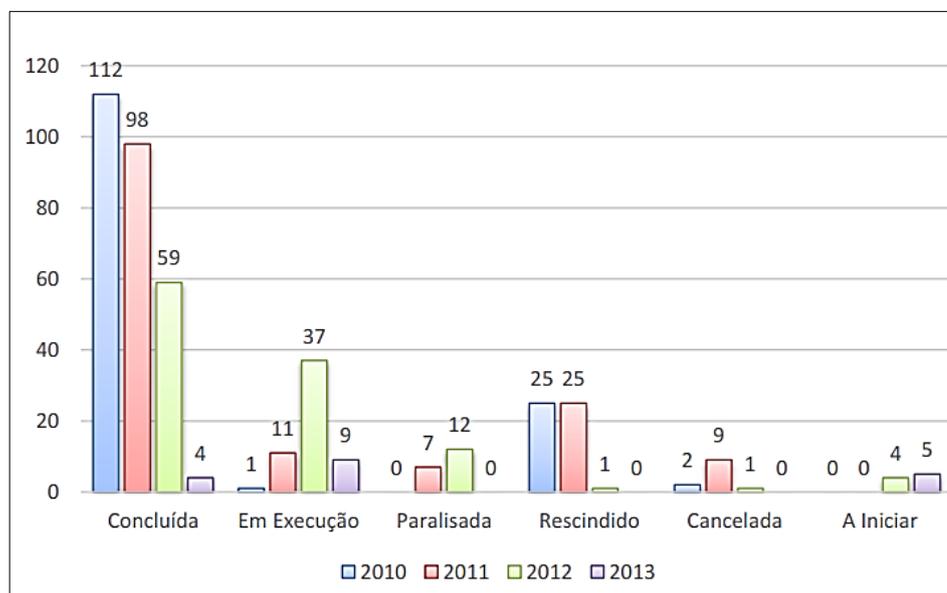


Gráfico 4: Relação quantitativa de obras na UFPB no período de 2010 a 2013
Fonte: (UFPB, 2013a)

No Relatório Programa Universidade Participativa da UFPB (2013) consta que o valor das obras licitadas e empenhadas para o exercício financeiro de 2013 foi de R\$ 11.381.081,17 (onze milhões, trezentos e oitenta e um mil, oitenta e um reais e dezessete centavos). Já as obras

licitadas e não empenhadas corresponderam, no mesmo ano, ao valor de 8.241.640,18 (oito milhões, duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e quarenta reais e dezoito centavos).

Na sua maior parte, esta verba estava programada para construção de laboratórios, salas e novos prédios; reformas e ampliações de estacionamento, banheiros, urbanização de espaços etc. Previa também o investimento em obras ligadas à assistência estudantil como: reforma e urbanização de residências universitárias e reforma de restaurantes universitários.

No mesmo documento é possível visualizar em vários gráficos a relação das obras licitadas para o ano de 2013 diferenciadas por tipo de obra, descrição de modalidades de licitação, distribuição dos recursos empenhados e não empenhados por centros, distribuição de recursos por tipo de obra (reforma, construção etc.).

Destacamos a seguir mais um gráfico que nos dá uma noção dos recursos empenhados por diferentes tipos de obra.

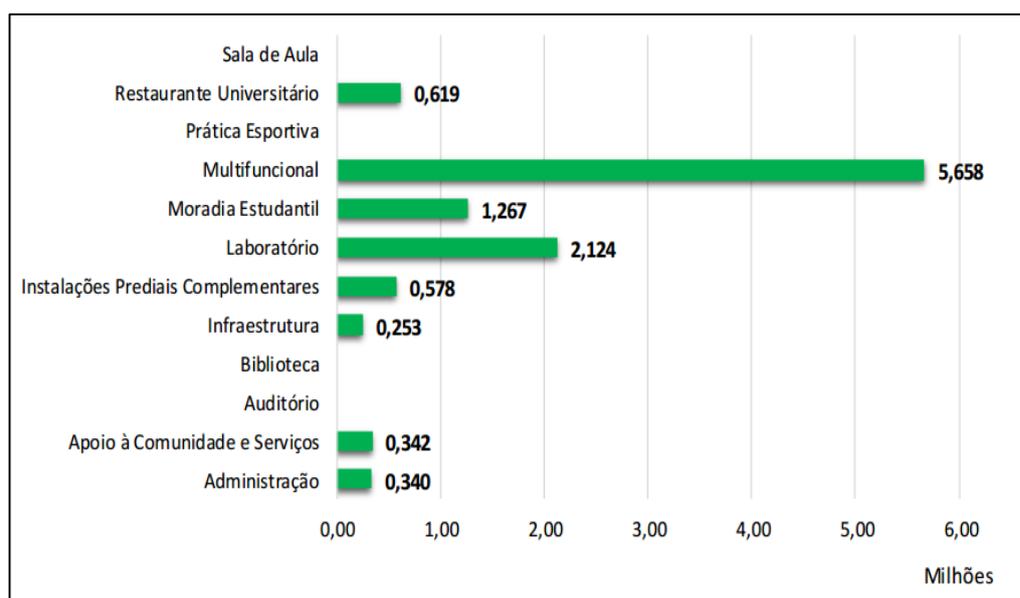


Gráfico 5: Distribuição de Recursos Empenhados por Tipologia de Obra
Fonte: (UFPB, 2013b)

No gráfico acima temos a relação dos diferentes investimentos feitos em 2013 com recursos do Reuni. Como se pode ver, a verba do programa foi investida em construções que vai de laboratórios e instalações prediais a construção ou reforma de moradia estudantil e restaurantes universitários com seus respectivos valores. Vale esclarecer que a obra que recebeu mais recursos classificada no gráfico como multifuncional refere-se à edificação que agrupa espaços com diferentes funções como, por exemplo, blocos de salas de aulas e laboratórios em uma mesmo prédio.

Os gráficos nos dão uma dimensão do crescimento da estrutura da UFPB possibilitada pela política de reforma universitária do Governo Federal via Reuni. Destinado a ampliar o acesso e a permanência na educação superior, o programa precisou, para isso, aumentar o número de laboratórios, salas de aulas, ambientes de professores, contratar novos funcionários entre outros.

Atualmente, diversas obras já iniciadas encontram-se paradas por toda UFPB. Segundo notícia do site G1/PB, de 25 de julho de 2017, “quarenta e duas obras estão paradas em todos os campi da UFPB” (G1/PB, 2017). O prefeito universitário, João Marcelo Macedo, foi ouvido pela reportagem do site e afirmou que “os cortes orçamentários por parte do governo federal, em torno de 60%, são a principal causa da paralisação das obras”. A maior parte das obras paralisadas ficam no câmpus I, ou seja, em João Pessoa. O prefeito universitário explicou ainda que pretende manter as ações básicas da instituição, uma vez que todo dinheiro que entra é encaminhado para as prioridades. As prioridades a qual se refere é o pagamento de serviços (água, luz e telefone), salários de funcionários e bolsas de estudos.

Ainda de acordo com João Marcelo Macedo, para concluir as obras, a UFPB precisaria de um aporte financeiro em torno de R\$ 20 milhões. “Nós temos buscado apoio da bancada federal, vários deputados, senadores, se colocaram à disposição de levar o problema ao MEC e ao governo federal. Principalmente porque a educação é uma forma de mudança de paradigma”, concluiu.

Em nota enviada [...], o Ministério da Educação (MEC) informou que liberou para a UFPB em 2017 cerca de R\$ 107 milhões. Ainda de acordo com o MEC, a UFPB já empenhou aproximadamente R\$ 79 milhões, restando R\$ 28 milhões do orçamento disponível à instituição. Por fim, o Ministério da Educação afirmou que o valor liberado para a UFPB neste ano foi maior que o de 2016 (G1/PB, 2017).

Não é nosso objetivo aqui investigarmos como foi investida a verba do Reuni na UFPB repassada pelo Governo Federal. Interessa-nos, isso sim, ter a percepção da amplitude desses investimentos na medida em que eles permitiram esta instituição, segundo a descrição do site da UFPB, “dobrar de tamanho”. Se de fato isto ocorreu, nos interessa também averiguarmos os impactos deste crescimento no cotidiano acadêmico da instituição, principalmente no que diz respeito a situação do estudante. Para isso, veremos, a seguir, como se deu a implantação do sistema de cotas na UFPB e a assistência ao estudante ingresso nesta instituição em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

3.3.1. As cotas na UFPB

No dia 30 de março de 2010 o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) aprovou por 20 votos favoráveis, dois votos contrários e três abstenções o sistema de cotas para a UFPB. A decisão já valia para o processo seletivo de 2011 deixando reservado o percentual de 25% das vagas para estudantes que cursaram todo o ensino médio e pelo menos três séries do ensino fundamental em escolas públicas.

Naquele momento, o Conselho estabeleceu o percentual de 25% das vagas de todos os cursos para 2011; 30% das vagas de todos os cursos para 2012; 35% das vagas de todos os cursos para 2013 e 40% das vagas de todos os cursos em 2014. Ficou determinado que as cotas deveriam ter, primeiramente, recorte social e, segundo, recorte étnico-racial. Assim, cada segmento (população negra e indígena) terá o percentual correspondente a sua representação na Paraíba de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os portadores de deficiência ficou reservada a cota de 5% (UFPB, 2010).

O debate sobre a implementação das cotas nas instituições de ensino superior no Brasil não é recente. Fruto de décadas de mobilização de grupos organizados em torno da questão étnico-racial e da democratização do acesso ao ensino superior, a aprovação das cotas nas universidades públicas representou uma vitória na luta por ações afirmativas que criassem oportunidades de acesso às universidades a grupos socialmente excluídos. Nesta direção, a primeira universidade a adotar o sistema de cotas foi a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2002. Entre as instituições de ensino superior federal, a Universidade de Brasília (UNB) foi a primeira a aprovar, em 2004, reserva de vagas.

Em pesquisa que discute a implementação das cotas na UFPB, Costa (2012) aborda como os diferentes grupos envolvidos atuaram na construção da política de cotas na Universidade Federal da Paraíba. Relata que as primeiras iniciativas de discussão sobre o tema nesta universidade datam de 2002 promovidas por grupos como a Organização de Mulheres Negras da Paraíba (BAMIDELÊ) e Movimento Negro na Paraíba. Mas, segundo a autora, foi a partir de 2007 que o debate se intensificou. Neste momento as posições se dividiram, de um lado, em argumentos a favor de cotas com recorte étnico-racial e, de outro, em argumentos favoráveis às cotas sociais, fundamentado na desigualdade baseada em aspectos socioeconômicos. A autora relata que

Foi-nos possível entender a existência de vários entraves à implantação das cotas para a população negra, como aspecto que dificultou a adoção de uma

posição favorável a estas no ano de 2007, estendendo assim os prazos inicialmente fixados pela PRG e conduzindo a construção de uma segunda proposta de ações afirmativas. Esta segunda proposta, que foi a aprovada em 2010, foi modificada pelos atores envolvidos no processo, apresentando percentuais diversos em relação aos anteriormente previstos na primeira proposta e teve uma relevante participação do Ministério Público Federal, desde sua constituição até sua aprovação (COSTA, 2012).

A autora afirma que desde 2007 já havia uma proposta de política de ação afirmativa de recorte étnico-racial elaborada por grupos que discutem a questão negra na UFPB. No entanto, “a temática das cotas raciais não foi bem aceita, em geral, pelo universo dos docentes da UFPB” (COSTA, 2012, p.83). Naquele momento, o descontentamento com a proposta inicial fez com que a discussão só fosse retomada em 2010 quando da apresentação de uma segunda proposta que privilegiava o recorte socioeconômico.

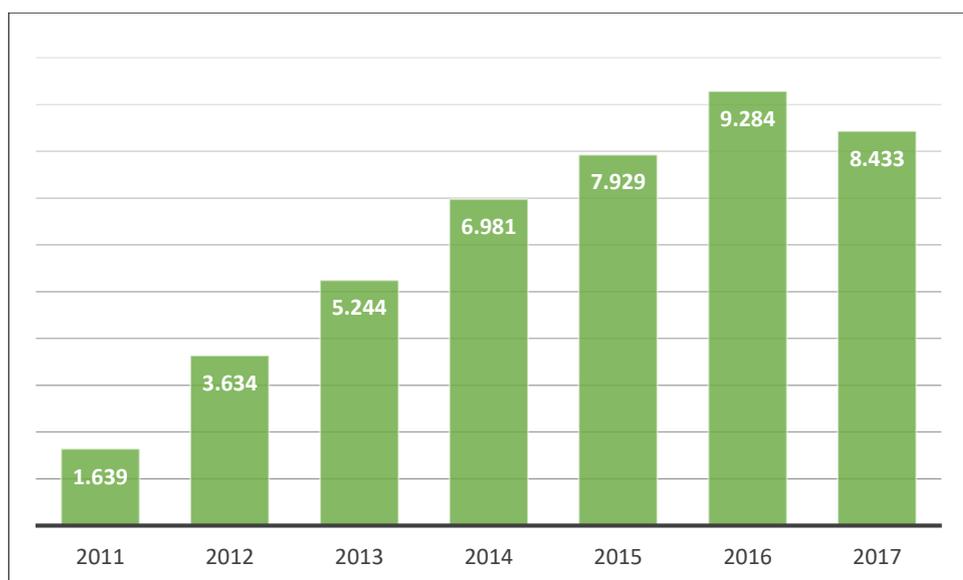


Gráfico 6: Número de cotistas matriculados por ano
Fonte: elaboração própria a partir de dados do STI-UFPB

O gráfico acima nos permite visualizar o número de alunos e alunas cotistas matriculados por ano favorecidos pelo sistema de cotas da UFPB válido a partir de 2011. No entanto, os números não expressam, necessariamente, que esta mesma quantidade de estudantes que entraram através das cotas ainda esteja cursando seus respectivos cursos ou tenham concluído. Isto se deve a falhas estruturais na política de assistência estudantil que, como veremos mais à frente, tem prejudicado parte do alunado que dela depende.

Deve-se ter em conta ainda que o sistema adotado privilegiou o recorte socioeconômico em detrimento do recorte étnico-racial e isto impactou numa mudança de percentuais que variou da primeira para a segunda proposta aprovada em 2010.

Segundo Fonseca e Rocha,

[...] essa nova proposta limitou os percentuais, reduzindo para 25% de reserva de vagas para alunos de escolas públicas, tendo o recorte étnico-racial (negros e indígenas) e 5% para pessoas com deficiência e com aumento de 5% a cada ano, chegava a 40% em 2014. Como podemos perceber, houve uma **significativa diminuição do percentual da reserva de vagas** e os gestores da UFPB buscam a gradualidade para a implementação das cotas (FONSECA e ROCHA, 2010, p.196 apud COSTA, 2012, p.99, grifo da autora).

A política de cotas representa um avanço na garantia de acesso à universidade de parcelas da sociedade historicamente excluídas do ensino superior. Para além das disputas entre os atores envolvidos na política de cotas e do processo como se deu sua implementação na UFPB, interessa-nos aqui avaliar o reflexo da adoção das cotas e seus efeitos na vida do estudante uma vez que, para que a política de cotas funcione, é preciso garantir não só a entrada dos cotistas, mas também sua permanência na universidade através de uma política pública de assistência estudantil.

3.3.2. A assistência ao estudante na UFPB

Na UFPB, o órgão responsável pela assistência estudantil é a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE). Segundo a apresentação que consta no site da Pró-Reitoria, ela tem como função “planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando sobretudo à sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba”⁵⁴.

A PRAPE tem como público alvo o estudante ingresso na UFPB em condições de vulnerabilidade socioeconômica. A concessão dos auxílios segue as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e conta com outras ações do Governo Federal como o Programa Bolsa Permanência (PBP), este último criado pelo Ministério da Educação através da Portaria n.º 389, de maio de 2013. Tanto os recursos do PNAES quanto os do

⁵⁴ Cf. <http://www.ufpb.br/prape/>

Programa Bolsa Permanência visam ajudar na permanência do estudante na universidade em curso de graduação presencial.

Semestralmente, a PRAPE seleciona estudantes através de processo seletivo para os seguintes auxílios: Residência Universitária, Restaurante Universitário, Auxílio-Moradia, Auxílio-Alimentação e Auxílio-alimentação final de semana, Auxílio-Transporte e Auxílio-Creche. A seleção acontece segundo os critérios estabelecidos pelo Programa Bolsa Permanência (PBP) que são: 1) Não possuir renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo, 2) Estar matriculado em curso de graduação presencial com carga horária diária média não inferior a cinco horas e 3) Não ter ultrapassado dois semestres do tempo regulamentar do curso.

O quadro a seguir mostra os Benefícios Permanência concedidos pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE).

Benefício Permanência	Descrição
Residência Universitária	A UFPB possui 31 Residências Universitárias distribuídas em seus quatro campi: João Pessoa (na Cidade Universitária e no Centro da cidade), Areia, Bananeiras e Rio Tinto (incluindo prédios, casas e blocos) ⁵⁵ . O estudante contemplado com Residência Universitária já tem acesso automático ao Restaurante Universitário.
Restaurantes Universitários	A UFPB possui Restaurantes Universitários em seus quatro campi. No total, são 5 restaurantes universitários que ofertam 6.410 refeições/dia ⁵⁶ .
Auxílio-Moradia	Este benefício é concedido para o estudante custear sua moradia fora dos câmpus universitários. O valor do Auxílio-Moradia é de R\$ 330 (trezentos e trinta reais). Ao estudante que recebe o Auxílio-Moradia é vedada a concorrência conjunta à Residência Universitária.
Auxílio-alimentação e Auxílio-alimentação final de semana	Auxílio de R\$ 240,00 (Duzentos e quarenta reais) concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente. Visa ajudar: aos estudantes da Residência Universitária no Câmpus I, onde o RU é fechado nos fins de semanas e feriados; e aos estudantes que recebem auxílio-moradia no câmpus I, onde o RU é fechado nos fins

⁵⁵ Fonte: Relatório de Gestão da UFPB de 2016.

⁵⁶ Idem.

	de semanas e feriados, e aos estudantes que recebem auxílio-moradia nas Unidades Acadêmicas onde ainda não há RU (Câmpus IV-Unidade Acadêmica de Mamanguape, Câmpus I-Unidade Acadêmica de Mangabeira, Câmpus I-Unid. Acadêmica de Santa Rita).
Auxílio-Transporte	Auxílio concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente e que estão matriculados nas Unidades Acadêmicas de Mangabeira e Santa Rita do Câmpus I.
Auxílio-Creche	Benefício concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente. Visa ajudar a nos custos com creche cujo filho esteja na faixa etária entre seis meses a três anos, onze meses e vinte e nove dias.

Quadro 1 - Benefícios Permanência concedidos pela PRAPE
Fonte: Próprio autor / Relatório de gestão da UFPB 2016

O estudante contemplado com a bolsa Auxílio-Moradia, no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), recebe, cumulativamente, o Auxílio-Alimentação Final de Semana/Feriados Nacionais, no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais). O valor, que juntos é de R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais), é depositado em conta corrente ativa informada pelo estudante. Soma-se a estes benefícios o acesso ao Restaurante Universitário para almoço e janta durante a semana para os estudantes contemplados com o Auxílio-Moradia.

Estes são os Benefícios de Permanência ofertados pela UFPB, via PRAPE, como parte de uma política de assistência estudantil com vistas a garantir a permanência do estudante na universidade.

Em seu Relatório de Gestão de 2016, a UFPB estabeleceu metas “[...] para o quinquênio 2014-2018 no que diz respeito à graduação, pós-graduação e pesquisa, internacionalização, recursos humanos e **assistência estudantil**” (RELATÓRIO DE GESTÃO UFPB 2016, p.72, grifo nosso).

No quadro a seguir, algumas metas para a assistência ao estudante estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB para o quinquênio 2014-2018:

Assistência Estudantil	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação e ampliação das moradias estudantis e dos restaurantes universitários; • Ampliação da oferta de bolsas de assistência estudantil; • Expansão das ações que promovam o desenvolvimento acadêmico, político e cultural; • Ampliação das políticas de assistência aos estudantes com deficiência.
-------------------------------	--

Quadro 2 – Metas para a assistência ao estudante
Fonte: Relatório de Gestão da UFPB 2016 - PDI 2014-2018.

Como se pode perceber no quadro acima, a palavra que mais aparece é “ampliação”, seguida de seu sinônimo “expansão”. Ou seja, a meta para a assistência estudantil para os próximos anos é continuar crescendo e ampliando os serviços de assistência aos estudantes da UFPB. No quadro a seguir, é possível visualizar alguns números relativos à assistência estudantil em 2013 e as metas de crescimento estabelecida pela UFPB para esta área.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	2013	2018 (%)
Número de alunos atendidos/dia – Restaurantes Universitários ⁵⁷	6.630	+20%
Número de alunos atendidos – Residências Universitárias	1.125	+10%
Número de alunos assistidos com auxílio moradia/mês	726	+30%
Número de alunos assistidos com auxílio alimentação/mês	1.186	+20%
Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador/mês	324	+40%

Quadro 3 – Números relativos à assistência estudantil em 2013
Fonte: Relatório de Gestão da UFPB 2016 - PDI 2014-2018.

Com vistas a atender às diretrizes do programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a UFPB mantém um programa que concede diferentes modalidades de auxílio à estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, os constantes cortes do Governo Federal nos recursos para a educação, por um lado, e a grande demanda de alunos e alunas que têm requisitado os Benefícios de Permanência, por outro, tem evidenciado falhas na política de assistência ao estudante na UFPB.

⁵⁷ De todos os câmpus da UFPB.

Segundo Davi de Souza, estudante que em 2015 entrou para o curso de Serviço Social pelo sistema de cotas, através do recorte étnico-racial, a burocratização para o recebimento do auxílio prejudicou não só ele, mas diversos estudantes no mesmo período. Segunda relata, ele teve que esperar um ano e três meses para ser contemplado com o benefício:

Consegui essa bolsa [auxílio moradia] com muita luta. E quando você recebe a bolsa você não recebe os valores retroativos, uma vez que você entra na universidade e você entra no processo e tem um tempo para análise. E como eu entrei em 2015.¹ demorava um pouco pra fazer essa análise, hoje em dia ela é mais rápida [...]. Porém, no meu tempo a gente tinha que se virar pra poder ficar aqui no câmpus (Davi de Souza, Serviço Social, UFPB).

Davi de Souza tem 24 anos e é natural de Unaí, Minas Gerais. Antes de vir para João Pessoa cursar Serviço Social na UFPB – no momento de nossa pesquisa estava no sétimo período do curso – morava na região de Samambaia, em Brasília⁵⁸. Questionado como fez para se manter na cidade e no curso até receber o auxílio, respondeu:

Olha, eu pedia dinheiro em paradas de ônibus, pedia dinheiro em sinal, fazia arte pra poder vender. Pedia comida em rodoviária. Esse Passagem Bar aqui [bar e restaurante próximo a universidade], [...] só dava eu e o restante do pessoal que entrou comigo e a gente falava a mesma coisa, tipo “oh, nós somos estudantes da UFPB, estamos esperando um auxílio que não chega”. E as pessoas ficavam muito comovidas, ficavam “como assim?” (Davi de Souza, Serviço Social, UFPB).

Davi afirma que antes de ser contemplado com o auxílio ficou como hóspede na Residência Universitária, mas foi expulso de lá por questões políticas:

Quando eu fui expulso da residência foi aí que eu entrei com ação na Reitoria pra conseguir um lugar pra eu morar enquanto estudante dessa universidade e enquanto pessoa em condição de vulnerabilidade social e econômica. Foi aí que eu consegui legitimar minha permanência na residência. E aí eu fui ficando na residência até minha bolsa sair. Engraçado que no dia em que minha bolsa saiu a coordenação da residência me deu um mês pra eu sair da residência: “Você tem um mês pra sair daqui porque você já está recebendo essa bolsa”. Por que aí é como se você tivesse fazendo uso de dois programas (Davi de Souza, Serviço Social, UFPB).

⁵⁸ Davi foi um dos quatro estudantes que se acorrentaram à rampa de acesso da Reitoria da UFPB, em fevereiro de 2016, dando início à greve de fome que durou 11 dias. No quarto capítulo, detalharemos este momento da luta destes estudantes pela assistência estudantil.

Muito embora o estudante possa contar com valor do auxílio para sanar algumas despesas de sua permanência num curso da UFPB, este valor se mostra insuficiente para abranger o quadro mais amplo das necessidades materiais dos estudantes em relação a seu custeio.

[O valor do auxílio] mal dá pra você pagar o aluguel. Você paga seu aluguel, você não compra comida, você não faz mais nada. Meu aluguel é R\$ 400,00 hoje em dia e aí a bolsa é R\$ 570,00, veja só! E aí ainda tem uma universidade pra dar conta, né? Tem livros pra comprar, xerox pra tirar, né? Daí eu tô fazendo estágio, tem que ir pro estágio, tem que pagar passagem. Agora eu comprei uma bicicleta pra conseguir me adiantar porque senão eu não ia conseguir fazer acontecer tudo que a universidade me impede, né? Porque a partir do momento que a universidade concede pra você a bolsa, ela lhe cobra uma participação nessa universidade, é como se você tivesse vendendo sua alma mesmo, sabe? Tipo, “você quer a bolsa? Massa! Você tem a bolsa, mas agora você vai ter que suar para continuar com ela aqui dentro”. O aluno que é bolsista ele tem que ser extencionista, ele tem que ter o CRA 10, **ele tem que se garantir aqui de uma forma que o restante do alunado não precisa** (Davi de Souza, Serviço Social, UFPB, grifo nosso).

A experiência de ser um estudante universitário evidencia-se não ser a mesma para todos. Portanto, há diferentes formas de se viver a rotina da vida acadêmica e seu ritmo de estudos, vivências culturais, movimentos políticos etc. Retomaremos este ponto no próximo capítulo.

Entre aquele grupo de estudantes que “tem que se garantir aqui de uma forma que o restante do alunado não precisa” está Nívea Santos. Natural de São Paulo, Nívea entrou na UFPB via sistema de cotas étnico-raciais como aluna oriunda da escola pública e atualmente cursa o terceiro período de Pedagogia. Recebe o auxílio da Residência Universitária (que contempla, automaticamente, o acesso ao Restaurante Universitário) e o Auxílio-alimentação final de semana (R\$ 240,00), tendo em vista que nos finais de semana e feriados o Restaurante Universitário não funciona.

O cálculo do Auxílio-Alimentação final de semana leva em conta os quatro finais de semana do mês. No entanto, segundo Nívea, esse valor contempla “[...] não só final de semana, mas final de semana e feriados. Independente de o mês ter mais feriados esse valor não é alterado, são R\$ 240,00 Reais, não tem reajuste”.

Não raro, atrasos no pagamento dos benefícios têm acontecido dificultando o planejamento pessoal e acadêmico dos estudantes.

Esse ano [2017] [o auxílio] atrasou umas duas vezes. Foi em janeiro, em janeiro atrasou muito, era pra cair dia 13 e foi cair quase no dia 30. E aí em fevereiro atrasou de novo. E a universidade usava a desculpa de que a União ainda não repassou o dinheiro. Só que a gente já sabia que o repasse já tinha

sido feito. E teve um outro atraso também que, misteriosamente, acho que foi em março [de 2017], o dinheiro não caia. [E diziam] “ah, mas a União não repassou a verba, a gente tá sem verba, não tem dinheiro pra pagar”. **Houve um movimento em que se chamou a imprensa.** A professora Margareth [a Reitora] foi forçada a falar com a imprensa pra dar uma explicação sobre o que estava acontecendo e o Ministério da Educação foi acionado e disse “não, a verba já está aí. Não existe esta questão”. No outro dia, seis horas da manhã, o dinheiro tava na conta. Teve que vir alguém de fora pra dizer que o dinheiro estava aqui (Nívea Santos, Pedagogia, UFPB, grifo nosso).

Como mostra a fala anterior, os atrasos no repasse da verba é outro problema enfrentado pelos alunos e alunas que recebem os auxílios. Ou seja, há um constante estado de tensão, vivido no início de cada mês, por não ter como saber se o dinheiro do auxílio será depositado até o quinto dia útil. Portanto, quando há o atraso no depósito da verba, há, conseqüentemente, atraso no pagamento das contas, há preocupação, há estresse e há também um reflexo disso no rendimento do estudante na universidade.

Outro ponto problemático lembrado pelos estudantes é o atraso da PRAPE para o lançamento dos editais de Auxílio-Moradia. O estudante em condições de vulnerabilidade socioeconômica precisa iniciar o semestre já de posse do benefício para poder custear sua permanência no curso. No entanto, o lançamento dos editais para seleção do Auxílio-Moradia meses após o início do semestre inviabiliza tal permanência.

[...] Esse semestre [2017.2], por exemplo, não abriu nem vai abrir pra auxílio moradia. [...] Tem gente que veio de fora, que entrou agora ou que está há vários semestres tentando uma vaga para auxílio moradia ou até para a própria residência e não consegue. O que a universidade faz por essas pessoas? Nada (Nívea Santos, Pedagogia, UFPB, grifo nosso).

Nós estamos em 5 de outubro [de 2017] e ainda não saiu o edital de auxílio-moradia que sai todo período. E aí? E essas pessoas que entraram agora pelas cotas o que elas estão fazendo da vida nesse segundo semestre? Estão desistindo. Na minha turma já desistiu um monte de gente por falta de dinheiro, por falta de condição mesmo. Outros tão assim... dá pra ver a pessoa... tá passando fome. Pessoas que emagreceram, pessoas que estão com um olhar já diferente e que simplesmente sabem que não vão conseguir permanecer. [...] As vagas que abriram na residência foi insignificante, mas foi o que tinha, né. Mas sempre eles abrem auxílio. Porque? Por que não se pensa em ampliar a residência (Natália Vieira, Enfermagem, UFPB).

Natália, que veio da cidade de Caaporã, na Paraíba, para estudar enfermagem na UFPB, afirma que não foi fácil ter as condições mínimas para continuar na universidade. A 45 km de distância de João Pessoa, Caaporã não fica tão distante da capital e seu problema de locomoção para a UFPB poderia ser resolvido se a prefeitura de sua cidade disponibilizasse um ônibus para os estudantes vir à universidade – o que é bastante comum nas cidades vizinhas à João Pessoa.

Para poder continuar estudando, solicitou, então, o auxílio à PRAPE, o que levou nove meses para ser avaliado.

Esse período foi uma loucura na minha vida, porque eu peguei carona em caminhão de cimento, eu peguei carona com amigos... O ônibus da prefeitura vinha trazer o pessoal da saúde. Aí a gente entrava no ônibus e como não pode carregar pessoas na BR em pé [dentro do ônibus], então a gente se deitava no chão do ônibus pra gente passar pela Polícia Federal sem ser barrado. Então a gente fazia de tudo [para agradar o motorista]: levava ovo, abóbora, tudo quanto era coisinha que a gente planta, né, pra agradar, pra poder conseguir. Então foi nesse estilo. De passar quinze dias sem vir na aula, porque não conseguia (Natália Vieira, Enfermagem, UFPB).

Após nove meses de espera Natália obteve de Benefício Permanência a Residência Universitária, o Restaurante Universitário e o Auxílio-alimentação final de semana, o que, segundo ela, lhe proporcionou melhores condições de permanência na UFPB. Para o estudante em condições de vulnerabilidade socioeconômica que vem de outra cidade ou de outro Estado, conseguir um dos Benefícios de Permanência ofertados pela UFPB é o primeiro grande desafio que terá que enfrentar enquanto calouro. Se conseguir – pois muitos não conseguem –, o segundo desafio será o de permanecer na universidade, tendo em vista as condições precárias da assistência ao estudante.

No caso do Auxílio-Moradia, os atrasos no pagamento do auxílio e o atraso no lançamento do edital são problemas que dificultam a manutenção do estudante na universidade. Por sua vez, aqueles e aquelas beneficiados com a moradia na Residência Universitária se deparam, já nos primeiros dias, com a realidade que lhes acompanhará por todo o período que permanecer no seu curso:

Hoje aqui é um quarto pra dividir com duas pessoas com um banheiro dentro do quarto [...]. Nós temos uma internet que não suporta todo mundo, nem todo mundo tem acesso a essa internet da residência. Aí agora é que eles estão instalando a internet sem fio. [...] Tem um Wi-Fi, mas só pega no bloco antigo. [...] Energia falta muito, o cano de gás é aquele ali, como você pode ver está enferrujado. Tem dois fogões só pra 300 pessoas. Um micro-ondas, o outro está estragado. Então assim, é mínima mesmo. [Quando chega à residência] Você recebe um colchão e uma cama, somente. Daí você fica brigando pra ver se consegue uma mesa usada, alguns conseguem (Natália Vieira, Enfermagem, UFPB).

Não raro, o estudante que chega à universidade em condições de vulnerabilidade socioeconômica consegue, com o tempo, melhorar sua situação financeira com a obtenção estágios ou trabalhos, o que o já o habilitaria a gerir por si próprio seus gastos deixando os auxílios para quem precisa. No entanto, a falta de fiscalização expõe a contradição entre os moradores da Residência Universitária.

Daí você tem lá [na Residência Universitária] alunos que já passaram em concurso público e estão ganhando bem e moram ali. Você tem alunos que estão fazendo estágios muito bem remunerados e continuam ali. Você tem alunos que tem uma situação financeira muito boa, que são ajudados pelos pais que estão ali. Não é à toa que os carros que estão ali no CCS [Centro de Ciências da Saúde], que passam a noite toda no CCS não são carros de alunos do CCS. São carros de alunos que moram na residência (Nívea Santos, Pedagogia, UFPB, grifo nosso).

Outro ponto que é frequentemente citado no rol de precariedades vivenciadas diariamente pelos estudantes é a má qualidade da comida. A comida servida pela manhã nas residências universitárias e no horário do almoço e da janta nos restaurantes universitários representa, para muitos estudantes que recebem o auxílio, a única oportunidade de uma refeição.

No entanto, aqueles e aquelas que pretendem assistir às aulas do horário da tarde precisam antecipar seu horário de almoço para chegar à tempo. Às 10h30 da manhã, mais ou menos, já é possível ver ao lado do Restaurante Universitário uma fila que começa a se formar para o almoço. À medida que o tempo avança, a fila aumenta e depois das 11 horas da manhã já é possível vê-la dando voltas de tão grande. Os que chegam mais tarde, certamente enfrentarão uma grande fila onde se leva, em média, uma hora e meia até o momento de começar a servir seu prato.

As refeições, que até há pouco tempo eram feitas no próprio Restaurante Universitário, passaram a ser um serviço terceirizado, o que acarretou na perda da qualidade da comida. A empresa, que desde 2015 foi contratada para fornecer desjejum, almoço, janta e lanche noturno para os estudantes e demais usuários do restaurante e residências universitárias, fica encarregada também da distribuição destas refeições nos câmpus de João Pessoa, Areia, Bananeira e Litoral Norte (Rio Tinto e Mamanguape). O contrato, que tem o valor total de 16.466.000,00 (dezesesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil reais), exige da empresa que esta assegure "[...] uma alimentação balanceada e em condições higiênicas-sanitárias adequadas [...]"⁵⁹.

A fala dos estudantes entrevistados – que vivenciam o cotidiano da universidade e da assistência estudantil – nos mostra que para além do que está acordado no contato a realidade é bem outra:

A gente passa duas horas no RU pra almoçar arroz, feijão e porco, né. Adoro porco, não tenho nada contra porco, mas cadê uma salada? Você chega [no RU] às 11h30 e não tem mais salada. Todo dia! Ou é linguixa ou é bisteca de porco, uns pedacinhos, puro osso. Então você não tem direito nem a 100g de proteína por dia. E não tem uma resposta. Paga-se uma empresa caríssimo pra ela fazer isso conosco em relação a comida.

⁵⁹ Cf. Contrato nos anexos, p. 271, 272.

Desde 17 de julho [de 2017] que a gente está comendo, praticamente, cuscuz com salsicha e pão com mortadela no café da manhã [na Residência Universitária do câmpus I] [...]. E a melancia de péssima qualidade. "Ah, Natália, você poderia estar comendo pior". Não, não poderia não porque está custando muito caro pra universidade isso. Então a gente já colocou ali [mostra um cartaz pregado na parede da cozinha da Residência Universitária]⁶⁰, o que você come é dinheiro e não é pouco, tá ali os valores dos editais tudinho que a universidade paga e não é justo a gente está comendo esta comida. Fora, às vezes, [que vem] comida estragada, carne moída espumando, enfim, ovo verde que já veio ano passado [...]. Tem um menino ali que ele tá com diarreia e ele não sabe do que é (Natália Vieira, Enfermagem, UFPB).

A Superintendência de Restaurantes Universitários (SRU) – que se encarrega do gerenciamento dos RU's de todos os câmpus da UFPB – é um órgão vinculado diretamente à PRAPE. Segundo uma nota divulgada por esta Pró-Reitoria⁶¹, o Restaurante Universitário do câmpus I atende, diariamente, uma demanda de cerca de 3.000 refeições. As queixas quanto a qualidade da comida, do espaço físico, das condições de higiene, entre outras, sempre existiram, independente da gestão⁶².

João Batista⁶³ afirma que os problemas do RU e da qualidade da comida servida aos estudantes não são novos.

No caso, na época em que a gente começou a reivindicar as questões do auxílio moradia surgiram... aliás, esses problemas já existiam, mas a gente começou a ver, surgiram a visibilidade dos problemas do restaurante, comida estragada... Daí tem outros câmpus que estavam com problemas também com relação a assistência, a comida vindo estragada que antes cozinhavam aqui, depois começaram a fazer lá no... [trecho inaudível]. Em Rio Tinto, a carne com data de validade já vencida e eles trazia pra cá. Depois a vigilância sanitária foi acionada e depois dessas reivindicações o pessoal trancou o restaurante lá (João Batista, mestrando em Psicologia, UFPB).

Natural de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, João Batista chega à UFPB para cursar Psicologia. Ainda sem nenhum tipo de auxílio vai morar na casa de um amigo na cidade de Bayeux, vizinha à João Pessoa. A impossibilidade de permanecer mais tempo no local o

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Cf. <http://www.ufpb.br/content/nota-sobre-o-restaurante-universit%C3%A1rio>

⁶² Como aluno que começou a frequentar a UFPB a partir de 1998, ainda na primeira graduação, lembro que, não raro, havia reclamações de alunos e alunas em relação à comida servida no RU. Anos após, já cursando uma segunda graduação (2009) e depois o mestrado, tive a oportunidade de ser contemplado com o almoço no RU do câmpus I. No período entre 2009-2010, lembro de ter sido feita algumas reformas no RU e de terem melhorado a qualidade da comida, muito embora, vez ou outra, surgissem protestos. Neste período a comida ainda era feita no próprio RU.

⁶³ À época dos acontecimentos relatados, João Batista era estudante do curso de Psicologia da UFPB. No memento da entrevista já estava cursando o mestrado neste mesmo curso.

impulsiona a tomar uma decisão drástica: reúne todos os seus pertences e vai para a reitoria da UFPB, onde se acomoda no corredor, e escreve numa folha de papel "sem residência".

Com a ajuda das assistentes sociais da PRAPE, conseguiu um lugar na Residência Universitária como hospede, onde ficou por dois meses até ganhar o Auxílio-moradia.

Sobre os problemas do RU, afirma:

Aqui na UFPB a gente tem um problema sério, agora parece que tá um pouco menor, mas talvez esteja acontecendo de forma mascarada. A administração do restaurante é uma empresa privada⁶⁴, mas tinha um funcionário que dava ordens lá, um cara extremamente bruto, que gritava com os funcionários e chamava os funcionários pra um canto pra reclamar. Um cara extremamente sexista, colocava as mulheres pra lavar os pratos e nenhum homem podia ajudar. Uma funcionária chegou a ter que lavar os pratos com a mão cortada e a mão escorria sangue e ela tinha que estancar o sangue da mão e lavar os pratos porque era o horário de trabalho dela e ela não podia sair. É escravidão mesmo e os funcionários não podiam falar com os estudantes porque foi uma época que começaram algumas reivindicações dentro da universidade e eles [a administração do RU] não queriam que os funcionários se comunicassem. Eles estavam proibidos (João Batista, mestrando em Psicologia, UFPB).

Os problemas tanto da administração do RU quanto da qualidade da comida servida têm gerado, com bastante frequência, mobilizações e protestos por parte dos estudantes – alguns deles dentro do próprio espaço do restaurante. No caso do RU e da Residência Universitária, os problemas destes dois equipamentos são problemas que existem e persistem há anos e que expressam o descaso das sucessivas administrações da UFPB em relação a assistência ao estudante.

Frente a este quadro de precariedade, o calouro em condições de vulnerabilidade socioeconômica se vê diante de mais um desafio: se manter em seu curso e driblar as situações de instabilidade. Neste sentido, é importante procurar outras fontes que possam ser somadas ao auxílio para garantir a permanência na universidade. “Se você depende de auxílio e não for atrás de projeto você fica à mingua. Isso quando o auxílio não atrasa, quando o auxílio atrasa é pior ainda” (Nívea Santos, Pedagogia, UFPB). Assim, para conseguir se manter na UFPB, Nívea acumula uma bolsa de monitoria em Sociologia da Educação no valor de R\$ 400,00 reais (quatrocentos reais) que tem duração de seis meses podendo ser renovada por mais seis meses.

Já para Natália Vieira, aluna do curso de enfermagem, a bolsa que recebe do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência⁶⁵ é o que faz a diferença na soma de seus rendimentos

⁶⁴ Na verdade, a empresa privada fica encarregada, como dissemos, de fornecer a alimentação, uma vez que este passou a ser um serviço terceirizado. A administração do RU está vinculada à PRAPE.

⁶⁵ O programa é uma das ações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB que promove ações voltadas para pessoas com deficiência nesta instituição. Uma das ações do comitê é a frequente abertura de edital para seleção de estudantes que possam fornecer acessibilidade pedagógica e de locomoção a estudantes da UFPB portadores de deficiência física ou funcional.

e o que lhe permite continuar no seu curso. “Se não fosse isso eu tava enrolada mesmo. [...] E aí é por isso que eu vivo razoavelmente, eu me viro, eu consigo sobreviver” (Natália Vieira, Enfermagem, UFPB). A bolsa que tem o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) tem, segundo a estudante, duração de quatro meses podendo ser renovada. E é o único programa (bolsa) que se pode permanecer por mais de um ano.

Nas entrevistas para esta pesquisa, muitos estudantes relataram que é frequente o número de novos alunos que desistem de seus cursos por não conseguirem reunir as condições mínimas para se manter na universidade. No entanto, o artigo 1º do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Decreto nº7.234/2010) afirma que “este tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Para Davi,

Ela [a bolsa] cumpre sim a proposta de ser um auxílio. Só que este programa ele tem que ser ampliado na perspectiva de ele ser de fato subsídio para o estudante. Um subsídio que vai contar com a xerox dele, vai contar com o livro dele, vai contar se precisar da passagem dele. Porque aqui se você precisar de passagem você tem que pedir o auxílio transporte. Se você precisa de não sei o quê, você vai ter que pedir o auxílio não sei o quê. Então, o estudante que já entra pelas cotas ele já deveria entrar fazendo parte de toda uma rede sócio assistencial da universidade e isso não acontece aqui (Davi de Souza, Serviço Social, UFPB).

Os desdobramentos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na assistência ao estudante da UFPB evidencia as limitações da implementação deste programa nesta instituição. Foi isto que verificou Mariz (2014, p.84) ao mostrar que as principais barreiras para o êxito do programa são “a restrição de recursos, de profissionais e em muitos casos a falta de vontade política em sua implementação”. Para a autora, há uma preocupação dos gestores da política de assistência estudantil que

[...] é decorrente da falta de infraestrutura dessa política para suportar uma demanda tão crescente e que infelizmente não vem sendo acompanhada de maiores recursos por parte do Estado, tendo em vista que os valores destinados atualmente para a assistência estudantil das IFES estão muito aquém do que seria necessário para dar conta da demanda dessas instituições (MARIZ, 2014, p.84-85).

João Batista, ao nos conceder entrevista para esta pesquisa, relatou a situação de alguns alunos do curso de psicologia que desistiram de continuar com seus estudos por não ter condições de se manter. Segundo ele, “a universidade teve uma abertura tímida para as pessoas pobres, ainda muito pouco. [...] **Daí quando entra, isso não significa que vai permanecer**” (João Batista, mestrando em Psicologia, UFPB. Grifo nosso).

CAPÍTULO 4 – TRAJETÓRIAS DE VIDA: A POLITIZAÇÃO DO LUGAR E A FORMAÇÃO DE UM NOVO SUJEITO POLÍTICO

Na medida que ocorrências de precarização passam a fazer parte do cotidiano de jovens de origem popular durante seu período de formação universitária, um quadro de carências ganha relevância evidenciando situações de injustiça e exclusão. Estes jovens compõem a parcela mais frágil do alunado, uma vez que as limitações de ordem materiais não lhes garantem a permanência na universidade.

No entanto, como esta situação é vivenciada não por um, mas por diversos sujeitos, o reconhecimento mútuo destes problemas entre aqueles e aquelas que o vivenciam passa a ser facilitado pelo próprio ritmo, rituais e as diversas formas de socialização que o espaço universitário oferece. Entre outras formas possíveis de reagir frente a esta situação, as mobilizações estudantis têm sido o meio através do qual parte desses jovens canalizam seus esforços com o objetivo de permanecer no ensino superior. Neste momento, uma pluralidade de sujeitos formam um sujeito político coletivo – o estudante precarizado – que emerge no interior do campo político universitário alargando as fronteiras deste campo e constituindo novas disputas.

Aqui, a noção de sujeito coletivo dialoga diretamente com Sader (1988, p.55) que afirma: “Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. E continua: [...] “trata-se sim de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimento recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis” (SADER, p.55).

Para Sader, esse sujeito coletivo é perpassado por necessidades, anseios, medos e motivações germinadas no conjunto das relações sociais que o constitui. E é através dos discursos (ou seja, o uso ordenado da linguagem numa fala ou num texto dirigido a um público) que as demandas de um sujeito coletivo são nomeadas e objetivadas de forma específica evidenciando suas carências e símbolos através dos quais se reconhecem (SADER, 1988). Assim,

Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear as aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma

sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade (SADER, 1988, p. 60).

É desta forma que este novo sujeito político, que agrega jovens de diferentes cursos e ideologias, irrompe o cotidiano acadêmico a partir do reconhecimento recíproco de carências e da nomeação de demandas que os impulsionam num movimento de mudança. Antes de abordarmos as manifestações públicas desse sujeito político coletivo, examinaremos, a seguir, a trajetória de vida de alguns jovens que compõem este grupo – os estudantes precarizados –, suas vivências e os caminhos que os levaram a se engajar nos atos e movimentos políticos na universidade.

Davi de Souza

Provavelmente, Davi de Souza, estudante de serviço social da UFPB que apresentamos no capítulo anterior, nunca tenha lido Mannheim quando afirmou que “o aluno que é bolsista [que depende das bolsas de estudos e da assistência estudantil para permanecer na universidade] [...] ele tem que se garantir aqui [na universidade] de uma forma que o restante do alunado não precisa”. No entanto, suas palavras resumem bem o que o sociólogo alemão afirmou na citação anterior ao expor, a partir de seu local de fala, as dificuldades que o estudante oriundo da classe popular vivencia na universidade e que não estão postas para aqueles e aquelas oriundos da classe média e das classes mais abastadas.

No final do capítulo anterior, fizemos uma breve apresentação de Davi de Souza ilustrando com alguns trechos de sua fala sobre a questão da assistência. Agora é o momento de conhecermos melhor sua trajetória de vida.

Nascido em Minas Gerais na cidade de Unaí, Davi é negro e tem 24 anos. No momento em que participou de nossa pesquisa cursava o 7º período de Serviço Social na UFPB. É um dos 17 filhos de “uma família que já veio bem bagunçada”. Adotado por uma segunda família, Felix afirma que o que ele é hoje é reflexo de uma questão social muito extensa e que isso colaborou para a sua militância. Dos conselhos de sua mãe ele lembra de um em especial em que ela sempre repetia: “Davi, quando você vê uma coisa errada você não se cala não. Por que você não é todo mundo, seu nome é Davi”.

Afirma que foi criado dentro de uma família de esquerda, mas uma esquerda “estranha” porque é uma “esquerda meritocrática, [...] é uma esquerda que se a minha família estiver bem então tá tudo certo”. A mãe de Davi é formada em economia, participou de grupo jovem de igreja e foi militante do movimento negro na universidade e em outros espaços, “mas depois foi se perdendo tudo isso”. No entanto, afirma que ela ainda tem sim uma “pontinha de militância”:

Quando eu tava na greve de fome, no sexto dia, ela me ligou dizendo “Davi, o que você está fazendo aí? Eu acabei de receber a notícia na televisão, você tá maluco?” Aí eu: “mãe, é isso. Tem que ser assim”. Aí ela: “eu sei disso, eu sei. Mas, olha, é o seguinte, força. Se eu estivesse aí eu ia fazer a greve de fome com você. Então fique aí, sua família está toda aqui...”. Sabe, eu me emociono muito porque você ouvir isso da sua família é muito bacana, sabe? Enquanto, por exemplo, pessoas que estavam lá comigo também [na greve de fome], a família ligou dizendo “ei, você está humilhando a família, você está envergonhando a família”. Sabe? Então é um outro tipo de entendimento. E minha mãe não, ela é muito maravilhosa.

Em Samambaia, comunidade em que morou, na cidade de Unai, em Brasília, as coisas eram bem conturbadas, mas tinha muitos projetos ligados à arte em que começou a participar. Afirma que sempre teve na cabeça que tinha que “[...] trabalhar para a classe trabalhadora, pois este povo aqui precisa de alguma coisa. Eu via isso expressado em todos os âmbitos... trabalhista, nas escolas”.

Sobre os estudos secundário afirma: “eu vim de uma escola privada, mas eu sofria por ser o único aluno bolsista, que era filho do funcionário e era o negro da escola”. Sempre que tinha alguma reivindicação na escola diziam para ele “[...] olha, você não fala nada, você nem participa por que você é bolsista então você não tem nem o que tá falando. Você tem é que ficar calado aqui na sua”. Além disso, Davi afirma que escutava na escola coisas como: “você é um negro de alma branca” e isto o incomodava, no que sua mãe lhe dizia: “Davi, é isso. Infelizmente as crianças reproduzem o racismo dos adultos”.

A escola [particular] em que Davi estudava era próxima de uma escola pública e enquanto ele “[...] estava na sexta série com 11, 12 anos, uma pessoa de 18 anos estava nesta mesma série no colégio público e eu me perguntava como assim? O que é que está acontecendo aqui?”. Ainda criança, Davi começou a perceber os preconceitos e as desigualdades da sociedade. Daí afirmar que não se sentia bem aonde estudava, uma vez que era de dentro de sua escola que esse preconceito se manifestava mais.

Segundo Davi foi durante o Ensino Médio, com o contato com as disciplinas da área de humanas, como a sociologia, que ele começou a entender o porquê das coisas ser como são e tudo o que acontecia com ele. Segundo relata, isto foi fundamental para a sua definição quanto

ao futuro profissional. Assim, o curso de Serviço Social pareceu se encaixar bem à sua aspiração. No entanto, sentia que sua militância política num curso de Serviço Social em uma faculdade privada – como bolsista – era constantemente podada e que sua educação estava sendo sucateada.

Davi afirma que atualmente não milita em nenhum partido ou coletivo, muito embora já tenha passado por algumas experiências com estes: “eu passei por tantas situações em vários movimentos e partidos, então eu fui experimentando um pouquinho de cada coisa e fui tendo algumas conclusões”. Participou do Levante (Popular da Juventude) quando este ainda era um grupo bem pequeno, ainda em Brasília, em 2010/2011. Afirma que foi para algumas reuniões, mas não se apegou muito, pois se identificava mais com o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), uma vez que este dialogava melhor com a política da profissão. Passou 3 anos no MESS.

Só que aí eu fui percebendo os processos hierárquicos mesmo dentro da executiva, dentro do movimento de Serviço Social, sabe? Daí eu fui dar uma circulada. Passei um tempo dentro da juventude do PT, percebi que tinha grupos dirigentes ali e pensei: caramba, não é por aí. Porque, por exemplo, enquanto eu era a pessoa que ia pra rua, que era bucha de canhão, tinha aquela pessoa que ficava de paletôzinho só assinando e abarcando pessoas. Então, por que que na hora de fazer a reunião tá todo mundo junto, é uma coisa só, aí na hora de ir pra rua, de dar a cara pra bater é só essas cabeças pequenas? Então assim, que equidade é essa que tá querendo trazer aí? Você fragmenta o próprio grupo, você fragiliza ele também fazendo esse tipo de coisa, né?

Na UFPB teve contato com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) “só que também eu verifiquei esta questão, né? Daí eu pude concluir que eu não preciso estar em nenhum espaço pra poder militar, pra poder ter um espaço de fala, sabe? Pra poder me posicionar”.

Minha militância hoje ela tá definida em viabilizar direitos, né? E dentro da universidade, pra mim é viabilizar direitos dos filhos da classe trabalhadora. Minha militância hoje é essa. [...] **Minha militância hoje é definida em assistência estudantil. Não é nem a questão acadêmica, porque o [lado] acadêmico tá garantido, né? Ele está aqui, mas o viver a universidade não está**” (Grifo nosso).

Foi durante o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social que ocorreu na UFPB, em 2012, que Davi pensou: “esse Brasil é muito grande, é muita cabeça pensando, é muita coisa pra ser falada [...]”. Foi aí que decidiu sair da faculdade privada e tentar ingressar na UFPB. Nesta ocasião, percebeu também que o Serviço Social “[...] para além do atendimento para com a classe trabalhadora é um curso extremamente político. E pelo fato dele ser tão político assim que eu resolvi voltar o curso todo de novo [...] e fui estudar na UFPB”.

Em 2015.1 Davi ingressa no curso de Serviço Social da UFPB através do sistema de cotas raciais. Conforme já expomos no terceiro capítulo, Davi esperou um ano e três meses para conseguir o auxílio. Questionado sobre como ele fez durante este período para se manter na universidade afirma que pediu dinheiro em paradas de ônibus, fazia arte para vender, pedia comida em restaurantes próximos à universidade etc. Para continuar seus estudos na UFPB, procurou a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) alegando estar em situação de vulnerabilidade econômica. Assim, conseguiu se instalar na Residência Universitária como hospede enquanto esperava o resultado para a seleção de algum auxílio.

Davi foi contemplado com o benefício do Auxílio-Moradia⁶⁶. No entanto, vê problemas no sistema de seleção em relação aos critérios da escolha do estudante e na burocratização que envolve todo o processo.

Porém, tem um problema nisso porque além da **burocratização** que é feito em torno dessa garantia do direito em si, é a questão do recorte que eles fazem na reitoria com a gente, sabe? Então eles focalizam do estudante mais pobre pro menos pobre, não tem essa coisa de... você está inserido dentro de uma demanda específica, então você tá ali dentro dos três salários mínimo, né?, ao menos. Não. É do mais pobre pro menos pobre, né? (Grifo nosso).

Durante nossa pesquisa, diversos estudantes relataram ser problemática a forma como é feita a seleção dos estudantes que receberão os auxílios ofertados pela PRAPE. Primeiro, porque há uma procura muito grande de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica pelo auxílio, de forma que, como os recursos são escassos, muitas e muitos estudantes não são contemplados. Segundo, porque – e isto foi relatado por diversos estudantes entrevistados – a seleção é toda feita *on line*, via análise posterior de documentos e sem uma conversa prévia com as assistentes sociais da PRAPE.

Mesmo com todos os problemas, Davi reconhece que, ainda assim, o auxílio é importante para garantir a permanência do e da estudante na universidade.

Eu recebo até hoje o auxílio moradia da universidade, né? Ainda bem porque senão não daria, sabe? Inclusive, algumas pessoas que fizeram essas ocupações comigo tiveram suas bolsas cortadas, bem complicado. **Porque é questão de permanência. Como é que eu vou conseguir permanecer nesse espaço?** Não é uma bolsa que vai me garantir isso. Por que uma bolsa paga meu aluguel, meu aluguel é R\$ 400 reais, eu recebo uma bolsa de R\$ 570 reais. Então, 70 reais são 7 quilos de ração pro meu cachorro, 100 reais tenho que comer e tirar xerox. E aí? E ainda ter que tomar uma cerveja de vez em quando, né? Ninguém é de ferro. E aí? Tá entendendo? **Então você luta pelo mínimo, do mínimo, do mínimo social** (Grifo nosso).

⁶⁶ R\$ 330 (trezentos e trinta reais) + R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) de Auxílio-Alimentação Final de Semana/Feriados Nacionais, somando: 570,00 (quinhentos e setenta reais). Mais acesso ao Restaurante Universitário para almoço e janta durante a semana. Cf. Quadro de Benefícios Permanência pela PRAPE na pg. 148 e 149.

A fala de Davi nos lembra o trecho da canção “Comida”, do grupo de rock brasileiro Titãs⁶⁷: “A gente não quer só comida, a gente quer comida diversão e arte”. Ou seja, é preciso viver o ambiente acadêmico e sua rotina; é preciso comer, pagar as contas etc., mas é preciso também “tomar uma cerveja de vez em quando”, pois ninguém é de ferro. Como temos enfatizado, a questão é, antes de tudo, “[...] de permanência. Como é que eu vou conseguir permanecer nesse espaço?”

Os atrasos no pagamento dos auxílios, bem como a sua suspensão também foi lembrado como um problema, uma vez que causam o endividamento do estudante podendo resultar em uma situação (econômica) insustentável.

Tirando o período de recesso que dá uma atrasada mesmo, por exemplo, em janeiro [de 2017] que a gente ficou um mês sem a bolsa sair, enfim, ela costuma vir. Com a questão que vale salientar também dos estudantes que vão perdendo bolsa, vão tendo bolsas suspensas no meio disso, que aí suspendem bolsas de estudante igual a última suspensão de bolsas... eu te falei né? Agora é que foi voltar a bolsa e não caiu o retroativo. Então estudantes perderam a bolsa por três meses, se endividaram e agora estão recebendo a bolsa referente a um mês, e aí?

[...] Quando atrasa o pagamento o proprietário [do imóvel alugado pelo estudante] não está nem aí, o catão de crédito também não está nem aí.

Embora reconheça que haja atrasos no pagamento do auxílio, Davi lembra que “ele acontece certo, a depender da conjuntura política. É engraçado isso porque quando em Brasília tá tudo certo, quando não tem nenhuma confusão lá envolvendo eles, o repasse acontece certo”.

Segundo Davi, é preciso que haja um reajuste no valor da bolsa de acordo com a realidade/custo de vida local. Para quem recebe o auxílio moradia, a especulação imobiliária que encarece tudo é um dos grandes vilões do e da estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A bolsa ela não é contraditória porque ela é realmente um auxílio. [...]. Aí é feito um cálculo: 17 reais pra café da manhã, pra almoço e não sei quanto pro jantar. Só que, assim, **esse cálculo foi feito há cinco anos, então a gente tem uma nova reformulação, a gente entra com vários processos só que não consegue reformular essa questão da bolsa.**

Por exemplo, essa questão da especulação imobiliária aqui no Castelo Branco... pelo amor de Deus! Então você não consegue alugar mais um quitinete por 200 reais. Então, você aluga um espaço deste tamanho, caríssimo, e eles sabem que eles [os proprietários] podem cobrar caro porque

⁶⁷ Segunda faixa do álbum “Jesus não tem dentes no país dos banguelas”, de 1987. Composição de: Arnaldo Antunes, Sergio Britto, Marcelo Fromer.

aqui os estudantes vão se juntar em 10, 20, 30 pra poder morar num lugar. Então, é bem complicado (Grifo nosso).

A necessidade de rever os auxílios, seu valor e a forma de seleção do estudante foram pontos comuns nas falas dos e das estudantes que entrevistamos e que recebem algum benefício. Davi reafirma que

[...] [a bolsa] cumpre sim a proposta de ser um auxílio. Só que essa questão ela tem que ser ampliada no sentido dela ser de fato um subsídio desse estudante. Um subsídio que vai contar aí com a xerox dele, com o livro dele, que vai contar, se ele precisar, com a passagem dele. Por que aí se você precisa de passagem você vai pedir o auxílio transporte, se você precisa de não sei o quê você vai pedir o auxílio não sei o quê. Então assim, **o estudante que já entra por cotas ele já deveria entrar fazendo parte de toda essa rede socioassistencial dessa universidade, né? E isso não acontece aqui** (Grifo nosso).

Muito embora a situação de Davi na universidade tenha se estabilizado, após receber o auxílio moradia, as dificuldades apontadas acima são um constante problema a assombra-lo. Mas não só a ele.

Antes de ser contemplado com o auxílio, Davi afirma que já tinha tido sua inscrição negada antes pela PRAPE.

Saiu o resultado do auxílio, o meu nome não tava na lista. Entrou uma porrada de gente, uns 500 alunos e aí o nome de ninguém tava na lista e a gente não sabia o que fazer. E eu disse: gente, não dá pra ficar assim não. Isso aqui tá errado. **A gente tem que fazer alguma coisa pra poder sacolejar essa reitoria, isso aqui tá errado** (grifo nosso).

Para nós, é este o momento em que Davi toma consciência de sua real situação na universidade e da necessidade de mobilizar-se, agir de alguma maneira, de protestar . Junto com outros estudantes que passavam pelas mesmas circunstâncias, deram início a uma greve de fome que, como ele mesmo disse, sacolejou a reitoria expondo para toda comunidade acadêmica e extramuros da universidade um problema antes restrito aos seus gestores e os estudantes. Mais à frente, retomaremos este ponto mostrando como os estudantes se organizaram e deflagraram a greve de fome.

Rogério Alves

Rogério é um jovem negro de 22 anos natural de Recife. Antes de vir estudar em João Pessoa, na UFPB, morava com sua família no bairro Ibura: “Se você vai em Recife e fala que é do Ibura todo mundo já vai olhar pra você com aquela cara de ‘eita!’, sabe?”. Uma parte de

sua família reside em Recife e outra em Fortaleza e por isso afirma que “oscilou bastante entre as duas capitais”.

O pai era conferente de empresa e a mãe, dona de casa. A irmã mais velha fazia Terapia Ocupacional na UFPB, mas sem ter como se manter em João Pessoa voltou para Recife onde faz o curso de Geografia na UFPE. Além desta, tem uma irmã mais nova, de 12 anos. “A relação com os pais sempre foi muito boa. Minha mãe é evangélica [da Assembleia de Deus] e eu fui evangélico durante um tempo da infância e as pessoas tinham expectativas de eu seguir carreira religiosa”. Fala que participava de muitos concursos de teologia na igreja, pois gostava muito de ler a bíblia e isso foi gerando uma expectativa nas pessoas de que seguisse esse caminho.

Todavia, afirma “eu estudei tanto que comecei a virar ateu. Eu comecei a ler tanto a bíblia que eu disse isso é lindo, mas é uma mitologia”. “Eu falei pra minha mãe: mãe há um problema aí, eu não tenho mais como ir pra igreja. Ela falou: Porquê: por que eu não acredito”. Nessa época tinha 15 anos. “E daí eu disse: mãe, eu não tenho mais como ir pra igreja se eu não acredito nisso”. Depois dessa fase, veio outra em que os “assuntos do coração” falava mais alto, o que começou a preocupar seu pai

[...] nossa, eu tinha 15, 16 anos, nunca tinha beijado ninguém na minha vida. Magrinho e pretinho do jeito que eu era com aquela cara de marginal, nossa mano! Tudo que eu podia fazer era beber e sofrer por causa das morenas que não me queriam. Tipo assim era o que eu tinha que fazer mesmo.

Sobre os estudos, Rogério afirma que estudou a maior parte em escolas públicas e alguns poucos anos no ensino privado. Ao mesmo tempo que fazia o ensino médio fazia também o ensino técnico chegando a se formar em administração pelo SENAI. Paralelo a isto, fez um curso de língua japonesa. Em 2013, com 16 anos, surgiram oportunidades no SENAI:

Eles começaram a me utilizar como orador de eventos e coisas do tipo. Algumas pessoas diziam que eu possuía algum nível de retórica e queriam usar isso de alguma maneira. E eu fiz alguns trabalhos em relação a isso tanto pro SENAI, quanto pra CHESF, quanto pra CNI. [...] Nesse período de tipo, de “ascensão social”

A ida pra universidade, ou a ida pra outros Estados, ou a presença em associações de grandes nomes como estes [SEBRAI, CHESF e CNI] me impulsionava muito, sabe? [...] Isso [me] ludibriou durante muito tempo em relação a algumas questões como, por exemplo, o conceito de meritocracia. Em algum momento eu comecei a imaginar que, nossa, eu tô evoluindo e eu tô ascendendo. E quando eu comecei a fazer esses projetos, como eu disse, em ênfase aos do CNI, que foi um projeto lá em Brasília, eu comecei a me deparar com determinadas circunstâncias de desencana de fato... onde eu tava literalmente sendo manipulado.

Eu tinha passado pro vestibular do SENAI, mas eles utilizaram minha fala e tudo mais pra ser vinculado a um projeto do PRONATEC. Eu não fiz PRONATEC. Então, basicamente eles utilizaram minha fala para um outro tipo de projeto porque eles precisavam de alguma pessoa negra e pobre que tivesse condições de falar tudo aquilo que eles queriam que falasse. E foi esse o momento bam... onde eu percebi que essa inclusão não era tão simples, se é que ela existe.

Esse momento foi importante como percepção do que se passa à sua volta: “Eu acho que nesse momento eu comecei a mudar meu pensamento em relação a muita coisa que eu acreditava”. [...] Então eu pensei: eu vou voltar ao meu desejo inicial, desde criança, fazer cinema. Sonhar em fazer filmes, ou qualquer coisa do tipo. Estudar.

Atualmente, Rogério diz trabalhar fazendo uns freela (freelance): “Eu publico quadrinhos de forma independente, às vezes consigo publicar em alguma editora e daí fico me mantendo dessa forma”. Afirma que não milita e nunca militou em nenhum partido ou coletivo, diz que “sempre foi apartidário”. “Eu acredito que eu criei trauma depois do projeto do CNI. [...] Eu gostaria de estar ali fazendo alguma coisa, mas não relacionado a alguma militância [partidária]. Percebe-se aqui certa confusão de Rogério quanto a questão da militância. Muito embora afirme que nunca militou em partidos políticos, o mesmo não pode ser dito em relação à coletivos, tendo em vista, como veremos nos parágrafos seguintes, que ele atuou nas manifestações de junho de 2013 e no Ocupa Estelita. Não seriam estes (movimentos) coletivos de pessoas em luta em prol da resolução de uma dada demanda?

Lembra dos protestos de 2013⁶⁸ e de “como tudo foi muito efervescente”. Afirma que foi neste momento que “começou a ter os primeiros embates com a polícia”. No meio dos grandes protestos de junho de 2013, haviam outros atos menores como a “[...] marcha do orgulho crespo, ou algo do tipo, e só ia 100 ou 200 pessoas e você percebia a repressão policial em cima daquilo, sabe? De uma maneira muito intensa. Foi quando eu comecei a de fato apanhar da polícia”.

Já em 2014 ocorre o Ocupa Estelita em Recife no qual, junto com alguns amigos, participou do começo ao fim. No Ocupa Estelita não chegou a apanhar da polícia, mas “em outras ocasiões... spray de pimenta, cassetete, essas coisas todas [...]”. Afirma que algumas lutas acabam por tomar caminhos que são contrários aos que se lutou. Cita o exemplo do Ocupa Estelita: “[...] nos dias de hoje o Estelita se transformou... se apoderaram do nome e do protesto e transformaram isso num bar que cobra R\$ 40,00 reais a entrada”.

⁶⁸ Série de protestos de rua organizados pelo Movimento Passe Livre que aconteceram a partir de junho de 2013, inicialmente contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, e que ficaram conhecidos como “Jornadas de Junho”.

Eu acredito que essa é um pouco da minha decepção em relação a muitos protestos que acontecem. Por isso que eu disse que tenho um pouco de decepção contra militância que são... que partem de algum movimento ou de algum partido que... eu sempre vejo isso no final ser capitalizado.

A fala de Rogério evidencia certo desencanto com a militância política oriunda de algumas experiências vivenciadas por ele próprio. Primeiro, na situação de manipulação relatada mais acima no caso da CNI que, muito embora não seja um grupo político, se utilizou da experiência de vida de alguns jovens para fins políticos próprios. Depois, a decepção com a captura do movimento Ocupa Estelita pelo mercado. No entanto, como veremos mais à frente, a participação (não institucionalizada) no ME nos mostra que estas experiências serviram mais para alertá-lo das agruras da participação nos movimentos sociais do que para fazê-lo desistir destes.

Logo após o Ocupe Estelita, Rogério afirma que veio para a UFPB:

[...] nossa, eu já ingressei na [UFPB na] época que estava acontecendo uma greve aqui, tipo, eu já entrei acontecendo uma ocupação de reitoria. Foi uma das primeiras ocupações de reitoria do ano de 2014. E depois teve outra em 2015 e a gente participou também. Teve outra em 2016, foi a greve de fome.

Em 2014 Rogério começa a cursar Cinema na UFPB. No entanto, por conta da greve⁶⁹, o curso só começaria em agosto. Paralelamente, tinha passado também no vestibular da UFF, mas a morte de seu pai no mesmo período fez com que Rogério ficasse mais tempo com a família. De toda forma, diz que não saberia como viver num lugar tão caro como o Rio de Janeiro: “eu não teria condições financeiras”. A proximidade da família fez com que Rogério escolhesse ficar em João Pessoa e no curso de Cinema da UFPB.

Ao chegar na capital paraibana foi morar no bairro do Castelo Branco que fica ao lado da universidade: “Morei com nove pessoas numa casa no Castelo Branco, mas tinha uma rotatividade muito grande. Em um ano eu cheguei a morar com cerca de 46 pessoas”, afirma. Rogério diz que tinha uma espécie de casa de receber hippies e que morava com muitos europeus que vinham cursar mestrado na UFPB: “basicamente eu morei com uma galera da Alemanha, da Itália e da Espanha... quase um hostel”.

Sobre o processo de obtenção do auxílio estudantil na UFPB:

Então, assim que eu entrei aqui tava no processo da greve, né: Então, tinha acabado de sair de uma greve e tava se encaminhando pra outra. Eu passei

⁶⁹ A greve nacional foi deflagrada no dia 30 de março de 2014. Na Paraíba, abrangeu os servidores públicos da UFPB e UFCG. Tinha como pauta questões trabalhistas e a falta do cumprimento, por parte do Governo Federal, de acordos firmados em 2012. O retorno às atividades acadêmicas se deu a partir de uma liminar expedida pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em junho de 2014, determinando o fim da greve que já durava 93 dias.

muito tempo, quase um semestre sem conseguir a bolsa. Eu tava recebendo ajuda de meus pais; de minha mãe, na verdade. Minha mãe me mandava um dinheiro, uma quantia. Minha irmã [ainda] morava aqui, eu e ela a gente dividia quarto, então saia relativamente barato o preço de aluguel, rolava de morarmos aqui.

Na minha época [quando tentou obter o auxílio estudantil] ainda era melhor do que é hoje. Na minha época você ia pra assistente social, você ia e levava seus documentos pra assistente social e tinha uma conversa com ela. Hoje em dia não tem mais isso, né? **Hoje em dia é tudo computadorizado. Você só bota lá e deixa o computador fazer o resto** [Grifo nosso].

Muitos estudantes têm ressaltado a questão da burocratização e informatização no processo para a obtenção dos auxílios estudantis. Com aqueles e aquelas que pudemos conversar para esta pesquisa é geral as críticas feitas a este ponto. Como se pode ver na citação acima, muito embora a informatização do processo seletivo possa agilizar na seleção dos candidatos, retira a oportunidade de o estudante ter um contato direto com os assistentes sociais que fazem a seleção para a concessão dos auxílios. Assim, a inexistência de uma seleção feita cara a cara com o postulante ao auxílio evidencia a indiferença e a frieza do processo seletivo que acabam por traduzir decisões políticas e sociais em critérios burocráticos e racionais.

Por outro lado, a decisão de permanecer na universidade não é fácil, uma vez que, ainda sem auxílio, isso vai requerer do e da estudante uma série de estratégias de sobrevivência que vão lhe permitir continuar no curso.

Com o início das aulas e ainda sem nenhum auxílio estudantil, Rogério contava com a ajuda da mãe para se manter na universidade. Além disso, relata como fazia para almoçar:

Comia aqui no RU, levava a marmita para o RU, botava muita comida. Eu tinha acesso ao RU, na época era aberto pra todos. O RU fechou agora, na época o RU era aberto pra todo mundo. Então eu ia pro RU. Então eu fazia isso, levava marmita pro RU, botava muita comida na marmita e tal. Eu morava com muitas pessoas, umas oito ou nove pessoas, então, meio que a gente colaborava um com o outro.

Atualmente, Rogério mora sozinho no bairro do Castelo Branco. Um dia antes da nossa entrevista, ele nos contou que se separou de sua companheira com quem morava.

Eu me separei ontem da minha esposa, a gente não necessariamente terminou, a gente só não tava conseguindo morar no mesmo Estado. Porque ela é de Fortaleza e ela tá aqui há um ano e ela veio pra cá cursar Artes Visuais. Contudo, a bolsa, o auxílio moradia aqui da universidade está há um ano atrasado, sem sair um cadastro. Então, ela não teve como se cadastrar e arrumar uma bolsa (Grifo nosso).

Rogério diz que eles tentaram conseguir um emprego para continuar juntos em João Pessoa revezando entre os estudos e trabalho, mas afirma que não teve condições uma vez que o curso dela era integral com disciplinas tanto pela manhã, quanto pela tarde e noite, por ser um curso de licenciatura.

Ela perdeu o acesso ao RU ultimamente **por conta de um bloqueio, de uma catraca que botaram no RU**. Então, em algum momento você se sente rejeitado mesmo, você se sente como se a universidade tivesse a todo tempo te expulsando [...].

Eu assisti muitas pessoas desistirem [de seus cursos], minha irmã desistiu. Ela [a companheira] desistiu do curso aqui e diversas pessoas, por conta dessa questão da assistência. E é isso, né? Da universidade como um todo, um descaso da universidade como um todo. Desde a questão da assistência até outras coisas. É meio triste você ver, sei lá, isso interferir na sua vida pessoal. Tipo, **uma questão política interferir na sua vida pessoal** (Grifo nosso).

Outro problema relatado por muitos estudantes diz respeito à agressão e preconceito dos seguranças terceirizados da UFPB na abordagem para com o alunado. Rogério relata um episódio neste sentido:

Eu já fui agredido por seguranças da UFPB, fora da UFPB. Porque tinha, aparentemente, acontecido um assalto dentro da UFPB e eles estavam vigiando aos redores. Eram cerca de 2h da manhã, eu tava voltando pra casa, saindo da UFPB após passar quase uma madrugada inteira aqui editando um filme, editando um vídeo. Daí eu saio e sou seguido por quatro motos numa contramão e aí quando vi já eram os caras [os seguranças da UFPB] que já chegaram batendo, [me] jogando pra parede, batendo mesmo e fazendo aquela coisa toda. Aí em algum momento eu parei, falei que eu era estudante da UFPB. Eles já chegaram batendo, eles não sabiam que era eu, não foi uma coisa assim contra a minha pessoa, contra o Rogério. Foi uma coisa contra meu arquétipo, contra meu fenotipo. Eles já chegaram e tal e em algum momento eles pararam e aí me viram e alguém me reconheceu e aí eles ficaram de boas e me pediram desculpas pelo ocorrido.

Rogério recorda que questionou o uso indevido da arma naquele momento e o que os seguranças disseram:

Da mesma forma que você é dotado de conhecimento na edição de vídeo pra não errar editando um vídeo, nós também somos dotados de conhecimento de utilizar uma arma. Só que daí eu retruquei dizendo: beleza eu sou dotado desse conhecimento, mas eu erro também. E se eu erro numa edição de vídeo eu aperto Ctrl+Z e volto. Mas se você erra com um tiro, mano?

Durante certo período, principalmente durante o ano de 2016, houveram muitos relatos dos e das estudantes da UFPB sobre a questão da violência e do preconceito dos seguranças no

tratamento para com o alunado⁷⁰. A situação chegou ao ponto de os estudantes do CCHLA se reunirem, em janeiro de 2017 com a direção de centro para discutir o assunto. Esta questão também foi ponto de pauta da Greve de Fome. No entanto, Rogério afirma que depois das exigências feitas na Greve de Fome a situação melhorou.

Eu aproveitei a greve de fome e o que aconteceu justamente para questionar o uso excessivo de armas de fogo pelos guardas da UFPB e da maneira truculenta de como eles tavam agindo, sabe? E tipo assim, é uma coisa que hoje eu percebo que diminuiu 70%. A gente tá 70% melhor aqui em relação ao que era. Depois da greve de fome, depois de toda essa discussão que nós tivemos e tal. [...] O que a gente pede é a falta de truculência deles, que isso não exista e que possamos de fato nos sentir seguros deles mesmo, né?

Muito embora afirme que é apertado, ao falar sobre sua participação política na UFPB Rogério afirma que tentou participar de uma gestão do DCE, no entanto, diz que ao perceber o jogo de ego que perpassava as relações acabou desistindo

[...] Eu não consegui ficar no DCE porque começaram a aparecer outras coisas que são bastante comum na vida adulta, né?, que é **o jogo de ego**. [...] Qual seria, necessariamente, a proposta de uma determinada militância? Temos uma causa em benefício a alguém que está sendo prejudicado. **Vamos lutar por direitos**. A premissa básica, independente de qual seja a causa ou do que você intitule por direitos. Mas, quando você começa a perceber que aquilo está se desalinhando e transformando-se numa espécie de **jogo por interesse** e “olhe só como eu sou melhor do que você”, sabe?, tudo isso me afastou bastante. Eu comecei a refletir sobre outras maneiras de construir uma militância dentro da UFPB ou algum movimento, dizer estamos aqui, **que não fosse dentro dessas plataformas [de representação política oficial]** (Grifo nosso).

A percepção do jogo de ego e de interesses presentes nas relações políticas entre os estudantes – e percebido por Rogério ao tentar participar do DCE – foi, por diversas vezes, lembrado nas entrevistas que fizemos para esta pesquisa. Certamente, este é um fator-chave, mas não o único, para entender o distanciamento de parte dos e das estudantes da vida política universitária.

Ao tentar participar do DCE e se dar conta disto, Rogério ainda assim insiste na militância dentro da UFPB na busca “por direitos”, só que não mais via instituições tradicionais de representação estudantil. A percepção de uma injustiça sentida em comum por ele e seus colegas mais próximos foi o elemento que os uniu. Quando foi divulgada pela PRAPE a lista dos estudantes selecionados para receber os auxílios e que não constava o seu nome e de outros que também necessitavam deste subsídio, Rogério decide por tentar uma solução mais drástica.

⁷⁰ Na página 200, tópico “A luta contra a repressão policial”, há uma descrição mais detalhada sobre os casos de violência por parte da segurança terceirizada da UFPB.

Estávamos na Praça da Alegria conversando e fumando cigarro enquanto a gente fala do fato do Lamarca e do outro rapaz não terem sido aprovados na lista de seleção **quando a gente sabia que eram pessoas que realmente precisavam**, sabe? A instituição recebe em torno de 3.000 alunos de fora, graças ao SISU. Mas, como agora, abriram 150 vagas para o RU, sabe? É um número tão baixo que chega a ser irrisório. Na verdade, não dá nem vontade de ir, é só ultrajante. [...] E a gente decidiu: vamos fazer essa greve de fome (Grifo nosso).

Nívea Santos

Mais acima, no terceiro capítulo, ao tratarmos da assistência estudantil na UFPB, apresentamos alguns trechos da entrevista que Nívea nos concedeu sobre este assunto. Agora, vamos conhecer um pouco mais de sua trajetória de vida e militância estudantil na UFPB.

Quando entrevistamos Nívea para esta pesquisa ela cursava o 3º período do curso de Pedagogia na UFPB. Com 21 anos, é negra, nasceu e cresceu na Zona Sul de São Paulo, no Jardim São Luís. Morou com a mãe até os 16 anos de idade e por conta da discordância dela em relação a sua orientação sexual foi expulsa da casa da mãe. Afirma que “ela me expulsou de casa pra que na verdade eu não fosse morar em lugar nenhum, mas eu acabei indo morar com a minha avó. O meu pai desapareceu no mundo quando eu tinha três anos. Fui reencontrá-lo porque eu fui atrás dele no começo desse ano [de 2017]”.

A relação com os pais, segundo Nívea, “sempre foi complicada”. Sua mãe trabalha na área da saúde e seu pai é pastor: “talvez ele milite pela moral e os bons costumes da família tradicional brasileira. Ele é filiado ao PSC (Partido Social Cristão), saiu como vereador na cidade dele”.

Afirma que só ouviu falar em militância estudantil quando estava cursando o segundo ou terceiro ano do ensino médio na escola pública onde estudava. Lembra que foi representante de turma neste período e que isso foi importante.

Porque você tava ali representando, né? Você tava representando um número de pessoas que tinham demandas. [...] Às vezes tem conselho de escola e no conselho de escola tem alguns alunos que precisam passar pelo conselho pra serem aprovados ou não. E aí nesse conselho precisa ter o representante de turma pra defender o aluno [...] se você achar que ele merece algum tipo de defesa.

Depois dessa primeira experiência – entre os anos de 2014 e 2015 –, tomou contato com os debates sobre o feminismo e o movimento negro através de uma pessoa com quem teve uma

relação: “um dia essa pessoa começou a falar sobre o feminismo pra mim. Feminismo isso, feminismo aquilo. Eu achava o feminismo uma porcaria [...], eu tinha aquela opinião que muitas pessoas têm sobre o feminismo”. Afirma que foi conhecendo a discussão sobre este tema e do feminismo conheceu o movimento negro e do movimento negro conheceu o movimento de pessoas transexuais: “eu me interessava, eu queria saber, eu queria estar por dentro das coisas, eu queria ajudar. [...] Só que depois eu fui saindo dos movimentos. Passei pelo anarquismo também. [...] Sai do feminismo porque eu não concordava com muitas coisas”.

Depois, eu saí do movimento negro também porque, principalmente como mulher, é muito difícil estar no movimento negro. Porque o que o movimento negro cobra das mulheres é que elas defendam os homens negros. Independente... você tem que defender. O cara pode ter feito o que for: “não ele tá fazendo isso porque ele sofreu a colonização” etc. E aí eu saí do movimento negro também. Dos outros eu fui me afastando.

Nívea entrou para o curso de Pedagogia na UFPB em 2016 via sistema de cotas étnico-raciais como aluna oriunda da escola pública. “Quando eu cheguei aqui tava naquele clima. Tinha acabado de acabar uma greve de fome, então os ânimos ainda estavam meio exaltados”. Lembra que ao começar seu curso disse pra si mesma: “Eu não vou me meter em nada. [...] Vou fazer meu curso, vou me formar, vou voltar pra casa e pronto”. No entanto, depois de alguns meses, foi procurada por pessoas do movimento negro e pessoas do feminismo negro. Afirma que foi procurada também por pessoas do diretório acadêmico do curso de Pedagogia. Neste primeiro momento não quis saber de se envolver com política. “Eu sabia da necessidade etc., mas não, não vou eu tô bem aqui, tô sossegada”.

No começo do ano de 2017 surge um novo convite para montar uma chapa do diretório acadêmico de Pedagogia.

E foi aí que eu aceitei. E eu não acreditava que a gente fosse ganhar uma eleição. Até porque a gente tava numa disputa que era os **estudantes independentes, que faziam coisas independentemente de estarem numa entidade representativa ou não**; e os estudantes ligados a partidos políticos, que queriam trazer o partido político aqui pra dentro, que queriam ganhar votos do partido político aqui dentro. [...] Pedagogia é o maior curso em número de alunos ativos. Então, você conseguir a gestão do diretório acadêmico aqui imagina o tanto de alunos que você vai ter. você tem bastante alunos, pra um partido político isso é bastante interessante. É politicamente muito interessante (Grifo nosso).

Nívea afirma que em meio à calúnias e difamações sua chapa ganhou as eleições do diretório acadêmico. “Pra tomar posse foi outra luta também. A chave desapareceu, a ata de posse desapareceu, a comissão eleitoral pra assinar a ata de posse desapareceu também. Todo mundo se escafedeu, ninguém sabe pra onde é que foi”. Em meio a isso tudo conseguiu tomar

posse. Afirma que a gestão que havia antes era ineficiente e as portas do diretório acadêmico viviam fechadas. “Não faziam nada, não promoviam nada. O diretório acadêmico era usado como quarto de descanso de duas pessoas”.

Nívea afirma que sumiu computadores e dinheiro do diretório acadêmico. “A última gestão entrou com R\$ 1.600,00 reais em caixa e não houve uma gestão para que fossem gastos R\$ 1.600,00 reais. A gente foi ver e quando a gente foi pegar a prestação de contas o que sobrou pra gente foi R\$ 60,00 reais enquanto gestão para iniciar”.

Nívea diz que hoje não milita em nenhum partido, grupo ou entidade política: “só o diretório. Já dá bastante trabalho”. Ao ser questionada sobre as dificuldades para a militância na UFPB ela responde:

Particularmente, medo. Medo de acabar sendo marcada por professor, medo de ser marcada por aluno, medo de ser marcada por segurança, por reitoria. Eu acho que o maior medo que nós temos aqui é a questão da perseguição, porque ela acontece. Tem membros do diretório que já participaram da ocupação na reitoria que receberam processos, que estão respondendo a processos por terem colado cartazes na reitoria. Estão respondendo processo por depredação do patrimônio público. Então, a perseguição ela acontece. Recentemente houve uma tentativa de colocar, sabe, de alinhar, colocar os nomezinhos mesmos... Surgiu um papo de... da própria reitora, de que todos os centros acadêmicos devem se cadastrar ao DCE. Sendo que todo mundo sabe, explicitamente, que o DCE daqui é ligado à reitoria. Então esses nomes iriam pra onde? O que é que iria acontecer depois que esses nomes estivessem ali? Então... medo.

Este não é um sentimento isolado. Alguns estudantes com quem conversamos relataram que já sofreram processo ou conhecem alguém que está respondendo processo por parte da universidade. Alguns dos entrevistados afirmam que muitas vezes esses processos são movidos de forma injusta. Percebemos que atitudes como esta servem como uma espécie de aviso para aqueles que, por ventura, queiram se juntar ao coro dos descontentes. E pelo visto, a fala de Nívea que destacamos acima não deixa dúvidas quanto à eficácia do método.

Ao ser questionada sobre o movimento estudantil da UFPB, a resposta de Nívea não foi muito diferente da impressão dos demais entrevistados que discorreram sobre este assunto:

[...] **Bem fragmentado.** Você não tem um movimento estudantil aqui massificado. Você tem um Levante Popular da Juventude, você tem a União da Juventude Comunista, União da Juventude Socialista, você tem a Juventude Brasileira Socialista e aí você tem todos esses aqui dentro da UNE, que tá dentro do DCE. A UNE todo mundo já sabe que... é meio vendida. Então ali a gente já tem isso que é um problema. **Então, é muito fragmentado por conta de interesses políticos partidários. São vários movimentos aqui que não se juntam.** Aí você tem os estudantes independentes que tentam fazer alguma coisa e quando a gente tenta fazer alguma coisa a gente acaba sendo brechado pelos estudantes desses movimentos. Mesmo que a gente tente

chama-los pra se juntar com a gente não adianta. Eles sempre tentam de alguma forma encontrar alguma coisa. E aí então é um movimento muito fragmentado, muito fragmentado [Grifo nosso].

De fato, diversos grupos políticos atuam no movimento estudantil da UFPB. Observamos que, similar à fragmentação que há do campo da esquerda, à nível político-partidário parlamentar, se dar a fragmentação à nível de grupos e coletivos que atuam no movimento estudantil. Sobre este tema, o diagnóstico daqueles e daquelas com quem conversamos não é muito diferente: fragmentação, pouca disposição para deixar as diferenças de lado, boicote às ideias e ações dos outros grupos etc. Mais à frente retomaremos este tema.

No entanto, a fala de Nívea nos chama atenção para outro dado importante: a existência de estudantes que se auto intitulam como “estudantes independentes”. São estudantes que, embora ideologicamente se situem no campo da esquerda, como a maioria dos grupos e coletivos que atuam no ME da UFPB, não estão vinculados a nenhum partido e não pertencem a nenhum desses grupos. Quase sempre isto acontece por conta de experiências anteriores malsucedidas dentro desses grupos e por discordância quanto a seus métodos de atuação política. Mas este também é um ponto que retomaremos mais à frente.

Ao ser questionada sobre as principais pautas do movimento estudantil da UFPB Nívea respondeu sem pensar muito: “eu acho que a questão da assistência estudantil é uma pauta muito forte”. No entanto, citou outras que considera ser usuais: “A questão do direito e respeito à igualdade de pessoas LGBT. Acho que a questão feminista também é muito forte aqui. O direito de pessoas com deficiências também é muito forte. É mais a questão da assistência estudantil e de respeito às ditas minorias.

Assim como muitos estudantes, a permanência de Nívea na universidade é assegurada pelos auxílios que recebe via assistência estudantil. A moradia na residência universitária é um deles⁷¹. No entanto, diz precisar recorrer a outras fontes para se manter:

Eu faço parte também aqui no Centro de Educação [da UFPB] de um projeto de monitoria, sou monitora bolsista, pelo segundo semestre, em Sociologia da Educação. Antes, no semestre passado, foi com Sociologia da Educação I e agora é com Sociologia da Educação II. Aí são R\$ 400,00 reais de bolsa. Isso durante seis meses e se eu quiser continuar vou ter que fazer uma outra entrevista, vou ter que me inscrever de novo pra ver se eu passo e consigo continuar como bolsista. Se você depende de auxílio e se você não for atrás de projeto você fica à mingua. Isso quando o auxílio não atrasa, quando o auxílio atrasa é pior ainda.

⁷¹ Que dá acesso automático ao restaurante universitário e o Auxílio-alimentação final de semana, de R\$ 240,00 reais, uma vez que nos finais de semana e feriados o Restaurante Universitário não funciona.

Pelo que nossa pesquisa tem mostrado, dificilmente o estudante conseguiria permanecer na universidade sem alguma forma de complemento de renda; seja através de bolsas de extensão, como no caso de Nívea; seja via ajuda familiar e trabalhos freelance, como no caso de Rogério, ou outras formas. O engajamento na luta estudantil, neste caso, é um dos meios – para alguns – de se garantir a permanência na universidade.

No entanto, a diferença de gêneros dentro das lutas estudantis ainda implica em diferentes formas de tratamento.

Muitas vezes em reuniões conselhos de centro ou em outras reuniões a gente tem a nossa fala completamente apagada, a gente tem a nossa presença completamente apagada porque as pessoas escutam os homens. Por mais que eles repitam algo que a gente já falou, que a gente já ficou sem voz de tanto falar, que a gente já tentou falar de mil formas possíveis, mesmo que seja só repetição o que eles fazem, são eles que são escutados. Eles que são levados em conta. Quando falam lembram: “ah, quando tal cara disse isso aqui”. Não foi a gente que disse, foi tal cara que disse.

Nívea nos conta de uma reunião do Conselho de Centro que uma amiga participou, mas que ela não estava, em que sua amiga tentava falar, mas era constantemente interrompida:

Ela estava tentando falar sobre algumas coisas, sobre algumas pautas do diretório [acadêmico] e ele não deixava ela falar, ele ficava atropelando, falando por cima etc. E isso gerou uma situação muito desconfortável. E aí foi quando eu decidi que sairia do Colegiado de Curso e iria pro Conselho de Centro junto com ela. Aí a gente tem que ter esse jogo de cintura porque é difícil. A gente acaba sendo silenciada. Porque a sociedade, querendo ou não, é como se julgasse que a mulher é menos inteligente ou falamos coisas menos interessantes, sendo que, na maioria das vezes, a gente fala a mesma coisa e fala até mesmo antes. Mas não, porque é o homem quem falou então é ele que vai ser ouvido e é ele que vai ser creditado por isso.

Ainda assim, Nívea afirma que num futuro próximo pretende continuar em alguma forma de militância: “[...] eu pretendo entrar em movimentos independentes maiores, pretendo militar mais externamente em causas maiores”. Além disso, diz que pretende “[...] estudar um pouco mais sobre gênero, mais a questão de identidade de gênero, pessoas transexuais etc. que é o que realmente me chama atenção”. Segundo nívea, este vai ser o tema do seu mestrado.

Quando questionada sobre o que mudou na sua vida depois da militância ela diz que

[...] Mudou bastante coisa. Eu tenho tido uma visão muito mais crítica. [...] **Eu acho que a gente perde um pouco a questão do eu. Eu, eu, eu, eu... não é mais eu, somos nós, é uma coisa maior, sabe?** O quê que isso vai influenciar aqui ou ali? Não sou só eu, tem outras pessoas também que podem estar na mesma situação ou numa situação parecida que a minha. Então eu comecei a pensar um pouco mais no coletivo. Comecei a pensar também no que eu posso fazer pra que esse coletivo se beneficie de alguma forma. [...] A gente diminui um pouquinho o egoísmo (Grifo nosso).

Natália Vieira

Assim como Nívea, Natália Vieira também mora na residência universitária mista que fica dentro do câmpus da UFPB. Vivenciam, juntamente com outros e outras residentes, o desafio constante para continuar seus estudos e ter as condições mínimas de bem-estar naquele espaço. Em maio de 2017, cansados do descaso para com a residência universitária, um grupo de estudantes, todos moradores da residência, ocuparam o hall da reitoria como forma de evidenciar os problemas e cobrar solução. Mas antes de entrar neste ponto, falemos um pouco da trajetória de Natália e o que a levou a se engajar na pauta da assistência estudantil.

Natália também foi uma das estudantes que apresentamos rapidamente no terceiro capítulo, quando tratamos da assistência estudantil na UFPB. Pretendemos aqui recordar alguns pontos e desenvolver outros que não foram apresentados naquela ocasião.

Natália nasceu no Mato Grosso do Sul, mas viveu a maior parte de sua vida em Presidente Epitácio, uma pequena cidade do interior de São Paulo: “mas eu não vim de Presidente Epitácio pra estudar na Paraíba. Eu morava e moro no interior da Paraíba hoje, há seis anos, e aí consegui me inserir nesse ambiente de universidade pela primeira vez”. A cidade do interior da Paraíba a qual Natália se refere é Caaporã, localizada a 45 km de distância de João Pessoa.

Devido à falta de transporte público que traga os estudantes da cidade à capital⁷² – coisa comum nas cidades do interior da Paraíba – Natália precisou recorrer à PRAPE para a obtenção do auxílio estudantil.

Eu entrei [na UFPB] em 2014. Aí eu passei por uma greve⁷³, fiquei dois anos na universidade na Pedagogia e entrei agora em Enfermagem pelas cotas. [...] Eu fiquei nove meses tentando, né, o processo de inserção na residência. O processo ele foi lançado em julho [de 2014], eu me lembro bem, e só entrei na residência em maio de 2015.

Natália entrou para o curso de Enfermagem via cotas como estudante oriunda de escola pública. Confessa que já sofreu preconceito no curso de enfermagem com perguntas que tentam disfarçar julgamentos.

⁷² Mais acima, no terceiro capítulo, mostramos como Natália fez para vir para a UFPB quando ainda não era contemplada com o auxílio estudantil. Cf. p.178,179.

⁷³ Cf. nota de rodapé na p.168.

Eu já tô com três meses desse curso de enfermagem [e ouvi coisas do tipo] “olha, você tem que ver, né, porque você tem que conseguir estudar mais pra você ver se você consegue passar”. Aí eu olhei assim e falei: nós estamos com apenas um mês de aula, né? Que dizer, [essa pessoas] quis dizer assim que eu não tenho capacidade pra passar de ano. Outra pessoas com perguntas assim: “você é índia?” Eu tenho pessoas da minha família que sim, que tem origens indígenas, mas assim, querendo saber se a cota que eu entrei era por eu ser indígena. Não, não é não. Eu tirei 670 pontos passaria por qualquer um dos níveis, mas como eu tenho essa identidade e acho que a gente tem que se impor e ocupar esses espaços eu optei pela cota de escola pública sim. [...] E aí outro preconceito é porque moro aqui na residência, né? “Ah, mais lá é seguro? Ah, mas não é muita baderna?”.

Antes disso, o ritmo de sua vida era o ritmo da vida de uma cidade do interior. Vivia no sítio de onde podia retirar alguns alimentos fruto do cultivo da terra. Desta forma, relata algumas das dificuldades que teve antes da obtenção do auxílio estudantil que lhe permitiu vir para João Pessoa morar na residência universitária:

Aí você passa por muitas coisas ruins. Questão de você não ter telefone com WhatsApp, você ser do sítio, né? Há um preconceito danado. Quando você começa a fazer o curso ninguém quer fazer trabalhos com você porque você mora longe, você não tem internet. Então eu sofri todo tipo de barreiras pra poder caminhar dentro do curso. Aí entrando na residência é que melhorou muito.

Certamente, as idas e vindas de Natália de sua cidade para a capital para poder acompanhar as aulas na UFPB eram muito desgastantes. Pegar carona todos os dias, quando isso era possível, com amigos, em caminhões e em ônibus – conforma relatado no terceiro capítulo – representava um gasto de energia muito grande. Por isso, a afirmação de Natália de que sua vida melhorou muito após a obtenção do auxílio estudantil⁷⁴. Ainda assim, é necessário um complemento de renda para que se possa viver o ritmo da universidade, sem falar das necessidades pessoais básicas. Neste sentido, Natália, assim como Nívea e Davi, complementa sua renda com uma bolsa ofertada pela universidade.

[...] Eu participo do Programa Aluno Apoiador⁷⁵, então eu apoio um deficiente e aí eu ganho uma bolsa da universidade. Se não fosse isso eu tava enrolada mesmo, né? A bolsa do Programa Aluno Apoiador, a melhor bolsa da universidade, sempre falam isso, é uma bolsa de R\$ 500,00 reais por mês, durante quatro meses, com possível renovação. [...] Então o [Programa Aluno] Apoiador é bem interessante, parece que só tem aqui [na UFPB].

Depois de se tornar uma estudante da UFPB e começar a morar na residência universitária, Natália tomou conta da realidade pela qual passam os estudantes precarizados. E,

⁷⁴ Residência Universitária + Restaurante universitário + Auxílio-alimentação final de semana, de R\$ 240,00 reais.

⁷⁵ Na verdade, o nome correto do programa é Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência.

convivendo nas mesmas condições destes e destas, também se tornou uma delas. Tal experiência, que pode se mostrar via sentimento de injustiça, exclusão, precarização etc., levou a se engajar em movimentos de mudança. Foi assim que Natália passou a fazer parte do movimento de casas de estudantes, como relata abaixo.

Entrando na residência é que melhorou muito. A gente reclama, é claro, por saber que outras universidades até menor do que esta tem uma condição muito melhor. Eu falo com propriedade porque, depois que eu entrei na residência, eu passei a participar do Movimento de Casas de Estudantes⁷⁶ e participando você tem a oportunidade de conhecer e trocar experiência com outras universidades. E nós não temos aqui metade do que outras universidades do Nordeste têm.

Participar do Movimento de Casas de Estudantes permitiu que Natália se inserisse num debate mais amplo, à nível nacional, sobre a condição dos e das estudantes residentes. A troca de experiências, os relatos e a busca por soluções, comuns nesses encontros, fortalece cada participante na procura por encaminhamento de suas demandas locais. Assim, problemas como as constantes faltas de energia e de água na residência, a comida de má qualidade, as longas esperas na fila do RU, entre outros relatados por Natália, são entraves que exigem uma ação.

Apesar dos problemas do RU em relação às longas esperas na fila para o almoço, da qualidade da comida etc., Natália afirma que...

Eu sempre bato na mesma tecla: não é só comida, são muitas situações. É apoio pedagógico... tem pessoas que tem notas, às vezes. Baixas, mas não tem um apoio. Tem pessoas com problemas psicológicos muito grande e aí tem poucos psicólogos... Tá lá no caderninho da psicóloga, o ano passado, em novembro [de 2016] eu solicitei uma consulta e ela me ligou ontem [4 de outubro de 2017, onze meses depois de solicitado a consulta]. [E isso só aconteceu] porque eu fui lá sistematicamente [...] aí eu fui muito irritada na PRAPE e assim eu sou muito calma e aí eu choro, eu acabo chorando e aí foi muito estressante. [Depois disso] foi rapidinho, ela me ligou hoje pra eu ir lá, amanhã eu vou lá pra conversar, enfim.

Cansada de esperar uma solução, Natália e outros estudantes da Residência Universitária Masculina e Feminina da UFPB (RUMF) ocuparam a reitoria como forma de tornar público os problemas da residência e exigir dos gestores uma solução.

⁷⁶ Segundo o site da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE) não há informações sobre quando foi o primeiro Encontro de Casas de Estudante. No entanto, calcula-se que tenha acontecido no ano de 1976. De lá pra cá, todos os anos, estudantes que residem em residências universitárias se encontram para socializar e discutir suas demandas na busca de soluções. A assistência estudantil é a principal bandeira de luta. O site destaca ainda a necessidade de "Se aproximar do ME Geral para unir forças na defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada" e "Unificar as lutas estudantis tendo como pauta central a Assistência Estudantil". Mais informações, Cf. <http://sencebrasil.redelivre.org.br/>

Em maio [de 2017] a gente fez a ocupação [da reitoria] porque ficamos mais de cinco dias sem energia. [...] Então, a gente vem tentando fazer reuniões, fazer assembleias, né, trazendo assim uma visão de luta, uma forma de ver como a gente vai enfrentar isso⁷⁷.

A participação dos e das estudantes residentes em encontros de casas de estudantes, bem como o debate em assembleias, na própria residência, na socialização dos problemas para o encaminhamento das pautas se esbarra na burocracia da universidade. O difícil encaminhamento de uma solução, ora expressa a dificuldade de se resolver tantos problemas num momento de cortes de recursos, ora aponta a languidez dos gestores no trato do assunto.

Questionamos Natália sobre o diálogo dos e das residentes com os gestores da PRAPE

Olha, eu entendo assim, que... eu vou falar por mim... é tranquilo dialogar com eles, né, eu falo, falo, mas eu não tenho retorno, só isso. Eu vou lá e [e digo] “olha, a gente tá precisando disso, a gente tá precisando fazer aquilo e tal”. [No que eles respondem] “Ah, tá vamos pensar, mas tá difícil... a crise”. Tudo virou “a crise”. Agora, há três anos atrás acho que não tinha crise e acho que era a mesma coisa porque, pelas assembleias que eu assisti desde que eu estou aqui na residência, as pautas de cinco anos atrás é a pauta de hoje. Então, né...

A participação da coordenação da residência em encontros de residentes mostra que os problemas vivenciados pelos estudantes da UFPB não são um problema local. No entanto, como mostra a fala de Natália abaixo, a questão está ligada à gestão dos recursos disponíveis.

Porque a gente foi agora no pré-encontro [de residentes] Norte e Nordeste [cita os nomes das pessoas que foram] e nós conseguimos visualizar que o Nordeste inteiro [tem problemas], tem lugar piores [que a residência da UFPB], mas assim, eu não posso me pautar pelo lugar pior porque aqui vem verba, pra Paraíba vem recurso, então dá pra ter uma situação melhor, né?

Natália toca num ponto muito comum presente, praticamente, em todas as falas dos e das estudantes com quem conversamos e que está ligado à forma como é feito o processo seletivo para a obtenção do auxílio. Além disso, afirma que falta

[...] uma clareza melhor, de processos seletivos mais participativos. **O Sigaa não vai saber quem sou eu. Quem vai saber quem sou eu é uma entrevista com uma assistente social, um sistema que seja mais humano** e não da maneira que está sendo jogado goela abaixo pra gente, né? (Grifo nosso).

Você vive num desespero porque... a bolsa vai sair, não vai sair, hoje é dia 5 ainda, aí, às vezes, dia 17 não saiu ainda, metade do mês. Como você estuda assim? É um desgaste muito grande, fora essa questão de você se manter, né? Você tem que se manter. **Eu não estou aqui à Deus dará, eu tenho que manter um CRA, se eu não manter isso eu, automaticamente... eles vão me excluir, né? Tem umas medidas que eles tomam pra exclusão mesmo.**

⁷⁷ No quinto capítulo, trataremos da discussão do campo político do movimento estudantil, momento em que discutiremos os atos, lutas e protestos dos estudantes, entre eles a ocupação da Reitoria pelos residentes.

E aí, ao invés de chamar “olha, vamos melhorar, vamos ter um apoio pedagógico”. Não. “Olha se vocês não passar, vocês vão sair” (Grifo nosso).

No entanto, embora haja problemas relativos à assistência estudantil, Natália reconhece a importância desse recurso para os estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Eu não iria conseguir **permanecer na universidade** e hoje eu consigo **sobreviver e lutar, né?** Então assim, eu acho muito interessante, maravilhoso essa questão da assistência estudantil. Mas, tem essa questão do quanto se gasta da assistência estudantil que não é pro estudante. É um recurso que acaba não chegando. Quando eu pago 16 milhões por ano pra uma empresa fazer esse tipo de comida aí eu fico pensando “gente, a residência, e quem é atendido pelo RU, com 16 milhões, comeria muito melhor, né? [...] É essa é minha crítica a esse tipo de situação. E fora o que a gente houve falar o tempo todo de desvios, de corrupção, né? E dessa fragilidade de não ser uma lei, de ainda não estar consolidado, de ainda ser um decreto, de tá esse risco o tempo todo (Grifo nosso).

A avaliação que Natália faz sobre a expansão da universidade, nos últimos anos, e as condições do estudante de origem popular no ensino superior vai de encontro à nossa tese e mostra o porquê das lutas estudantis.

Quando lançou-se as cotas, vamos dizer assim... **abriu a universidade pra classe trabalhadora, não se pensou nisso, porque a residência hoje ela é classe trabalhadora, mas ela não era. Ela não era classe trabalhadora há uns 15 anos atrás, era outro perfil de pessoas que estavam aqui, né?** E agora, estão cada dia tirando mais. Tirando as condições de vida dentro da residência universitária, diminuindo as vagas e não amplia e joga o pessoal pro auxílio [moradia]. [...] Até 10 anos atrás era um perfil de pessoas que entravam [na universidade], né? E agora? Isso não acompanhou. Teve esse investimento forte que eu vejo, né, que eu tenho o entendimento pra isso. Mas assim, agora... parou. **E aí agora vem desqualificar a universidade pra poder o quê? Privatizar? Então, essa é minha crítica** (Grifo nosso).

João Batista

No momento em que nos concedeu a entrevista, João Batista tinha terminado o curso de Psicologia na UFPB e já estava cursando, há cinco meses, o mestrado na mesma área. Com 31 anos, João Batista é um jovem negro que, ao ingressar com bolsa na pós-graduação, passou a viver em melhores condições que na época de sua graduação. Além de lhe proporcionar uma melhor situação econômica, a bolsa lhe permitiu também se dedicar exclusivamente ao mestrado.

João Batista é natural de Santa Cruz, pequena cidade do Estado do Rio Grande do Norte que possui, segundo ele próprio, cerca de 14 mil habitantes. É o filho do meio de uma família de cinco filhos e o único que possui ensino superior. Afirma que a mãe era desempregada e o pai comerciante. Até os seus 12 anos de idade a família possuía estabilidade financeira. Mais ou menos neste período o pai começou a falir e teve que vender o que tinha para pagar as dívidas e a família começou a passar por dificuldades financeiras.

No período que meu pai começou a falir, a situação ficou mais difícil. Tipo, roupa, por exemplo, era bem mais difícil. Meu pai comprava uma calça para eu passar o ano inteiro indo pra escola e isso gerou algumas coisas assim na minha vida. O fato de não ter roupa nem dinheiro pra sair, como meus amigos faziam, tipo o pessoal da minha idade ia pra uma discoteca todo domingo na minha cidade e daí na segunda feira o pessoal ficava comentando e eu não tinha nada pra comentar, eu não tinha ido. Eu era meio fechado. Não era de grupo, mas também... questão de dinheiro pra poder gastar e em algumas coisas eu não tinha e não me sentia parte.

A relação familiar não foi fácil. Com as dificuldades no comércio do pai este passou a agredir a mãe de João Batista com frequência.

Já cheguei até a dormir com uma faca debaixo do travesseiro. Se meu pai tentasse fazer alguma coisa, tentar machucar ela, eu ia tentar fazer alguma coisa. E por coincidência esses momentos foram próximos dos momentos em que meu pai tava com problemas financeiros no comércio dele. Daí quando os problemas aumentavam, aumentava também a violência a ponto deles se separarem.

O pai de João Batista é analfabeto, “só sabe assinar o nome”, afirma. A mãe, que é evangélica, chegou a estudar até o ensino médio. A partir de 2007, ela passou a desenvolver um quadro de esquizofrenia, o que exigiu de João Batista uma atenção maior e foi um dos motivos que o levou a cursar Psicologia. Após a separação dos pais a vida não foi nada fácil. João Batista morou um tempo com seu pai, muito embora tenha vivido mais tempo com sua mãe. O pai ajudou financeiramente durante um tempo, mas ainda assim as dificuldades eram grandes.

Minha mãe arranjou um trabalho como empregada doméstica, daí a gente alugou uma casa e começou a fazer alguns trabalhos de diarista em algumas casas. A gente passou por muitas dificuldades e chegou o momento que a gente não tinha nada em casa pra comer. Eu lembro que tinha farinha e um pouco de leite e ela misturou, me deu pra comer e depois eu vi, ela tentou fazer escondido, mas eu vi que ela bebeu dois copos d'água e foi dormir. Foi um dia que eu chorei muito e isso me indignou. Eu era novo, eu acho que eu tinha uns 16 anos que foi o período que meus pais se separaram.

Relembrar momentos difíceis da vida através da memória fez com que João Batista se emocionasse em dado momento da entrevista. E é difícil para o pesquisador, em situações como

estas, não sentir nada, principalmente quando se sabe que sua origem de classe média lhe permitiu outras experiências de vida bem diferentes. Mas a entrevista continuou.

João Batista estudou em escolas públicas e, através de uma bolsa do PROUNI, financiou 50% do curso de Psicologia em uma universidade particular do Rio Grande do Norte. Os outros 50% do curso foram financiados com o FIES. Afirma que foi neste período que começou a despertar para as questões políticas. Isto se deu, principalmente, depois de pagar a disciplina de Psicologia e Política Pública. João Batista diz que antes desta disciplina não via relação nenhuma entre a Psicologia e a política.

Pagando essa matéria com esse professor [...] eu lia os textos e ia discutir com ele porque eu queria saber até onde ia isso, que relação tem, porque colocar duas coisas tão diferentes... [...] Isso despertou como intriga, eu via aquilo como algo que não se mistura, tipo água e óleo. Daí eu lendo os textos comecei a ver que a psicologia tem muita relação com as políticas, as ações sociais interferem no desenvolvimento das pessoas, interfere na saúde mental das pessoas. E é claro... tem muitas políticas públicas de saúde mental.

A leitura de textos que iam de Marx aos filósofos franceses marxistas e também não marxistas começou a chamar a atenção de João Batista para as questões sociais.

Daí em 2012, 2013 tinha um movimento do Passe Livre e eu fiz parte nesse momento [...]. Foi em Natal, Rio Grande do Norte [...]. O preço [das passagens] tava R\$ 2,40 e era absurdo, por todo o contexto. [...] É um absurdo! É muito caro pro estudante, pro trabalhador ter que pagar tão caro pra se locomover. Daí, a gente fechou a avenida... Foi minha primeira participação num movimento coletivo de reivindicação. Eu já achava injusto várias coisas que depois eu fui ver num texto de Marx que ele falava disso, mas eu não sabia que tinha teóricos que discutia isso.

João Batista comenta a respeito dos sentimentos que, naquele momento, o impulsionou, juntamente com outros jovens a participar dos protestos contra o aumento das passagens.

Eu tive uma sensação muito boa de que **eu não estava sozinho**, de que **tinha muita gente que pensava como eu**, que via e que estava disposto a enfrentar. **Gente que tava com muita raiva pela situação** que tava sendo imposta e que tava afetando muita gente, gente pobre, gente que a voz dessas pessoas... e quem tava representando essas pessoas eram **os estudantes que tinham tempo pra fazer isso, tempo pra pensar sobre isso. A sensação era de raiva mesmo, de indignação**. Que me doía porque... eu vinha de uma família pobre e eu imaginava que eram pessoas como eu, famílias como a minha que estavam sendo prejudicadas (Grifo nosso).

É importante perceber também que a fala de João Batista chama atenção para o tempo livre⁷⁸ que uma parcela da juventude dispõe e que permite, por exemplo, leva-los a se engajar em movimentos políticos ou ações que visam a mudança. Neste sentido, o sentimento de que não está sozinho, misturado com a raiva, a indignação e sensação de injustiça são elementos que, combinados, impulsionam para a ação.

No entanto, João Batista afirma que nunca fez parte de nenhum coletivo ou partido político. Afirma não ver com bons olhos alguns grupos políticos partidários uma vez que estes corrompem, apesar de saber que tem muita gente com intenção de mudar a realidade. “Eu fui ativo em algumas ações coletivas como o aumento das passagens e alguns protestos, mas eu nunca entrei em grupo específico com bandeira partidária ou até em partido político mesmo. Eu dava a cara, mas em situações específicas”.

Em 2014, João Batista veio para João Pessoa estudar Psicologia na UFPB. Morou por um tempo na casa de um amigo em Bayeux (cidade vizinha a João Pessoa) enquanto tentava conseguir algum Benefício de Permanência. Como não podia mais continuar na casa do amigo – uma vez que morava na casa uma família numerosa e também já havia se esgotado o prazo que tinham estabelecido – e também não fora selecionado para a Residência Universitária, afirma que tomou uma decisão: “levei minhas coisas pra reitoria, sentei na entrada da reitoria, abri o caderno e escrevi: ‘sem residência’. [...] Tudo que eu tinha coube em duas bolsas e uma mochila e eu levei pra reitoria e fiquei lá na porta”.

Se a intenção era ser visto e chamar atenção para sua causa, lugar melhor não havia. A entrada da reitoria é local de passagem de funcionários, estudantes e demais pessoas que trafegam diariamente pelo local. Assim, não custou muito para que João Batista fosse visto pelas assistentes sociais da PRAPE. Sensibilizadas pela situação, as profissionais alocaram João Batista na residência universitária, como hóspede, onde permaneceu por dois meses num quarto com nove pessoas até ser contemplado com o auxílio-moradia. Pouco tempo depois, foi morar com um amigo em uma quitinete.

Ter sido contemplado com o auxílio-moradia – além do almoço e janta no restaurante universitário – deu a João Batista a segurança de que poderia continuar seus estudos. No entanto, nos meses subsequentes, a instabilidade do repasse da verba para os estudantes contemplados com o auxílio – devido aos atrasos no pagamento – lhe lembraria que a

⁷⁸ O assunto é discutido no subtópico 1.3.2 – A transformação da paisagem sociocultural e seus efeitos sobre o processo de socialização do jovem. Cf.p.61.

continuidade do seu curso estaria tutelada a sua capacidade de mobilização e reivindicação deste direito⁷⁹.

O relato de João Batista concedido em entrevista, a seguir, embora longo nos dá uma noção do drama vivenciado por alguns estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica. É também o exemplo mais nítido da condição de precarização a qual estão submetidos alguns estudantes do ensino superior.

Tinha muitas pessoas que não estavam conseguindo entrar na residência ou ter auxílio moradia. Tem aluno de psicologia que trancou o curso e depois desistiu porque não tinha condições de ficar em João pessoa. E é uma coisa grave porque **a universidade teve uma abertura, tímida, para as pessoas pobres, ainda muito pouco. [...] Daí quando entra isso não significa que vai permanecer.** [...] Daí, o pessoal do auxílio moradia [se refere ao grupo do facebook] começou a ver muito relato de coisa bem pesada, tipo, gente que tava passando fome mesmo, não tinha mais recurso, já tinha pedido dinheiro emprestado [...]. Um rapaz chegou pra mim e falou que estava se prostituindo, que não tinha como conseguir dinheiro e trabalho. Esse rapaz nem conseguiu moradia, não entrou nos critérios. [...] Teve situação bem extrema, de gente que tava passando fome, gente que tava pegando fruta, procurando jambo na UFPB pra poder sobreviver, [...] Eu não sei se antes tava assim, porque eu não tinha essa informação, mas quando eu comecei, junto com algumas pessoas, a ir na reitoria chegaram relatos de pessoas pra mim. Gente do meu curso [Psicologia] disse que não conseguiu auxílio moradia e tava comendo pipoca Bokus na UFPB já fazia mais de um ano e não tinha mais como pedir dinheiro pra família porque a família já estava pagando o aluguel e não tinha como trabalhar por causa dos horários e tinha vergonha de falar dessas coisas pras pessoas [...] (Grifo nosso).

No começo de sua fala, João Batista toca num ponto central de todo esse debate que é a entrada de estudantes da classe trabalhadora no ensino superior, muito embora ele considera ainda muito tímida. Mas, segundo ele próprio, “isso não significa que vai permanecer”.

A conscientização da condição de precarização pode levar ao sentimento de injustiça que, por sua vez, pode levar à ação. No entanto, nem todos estão dispostos a participar de movimentos de reivindicação auto organizados. A falta de experiência em grupos militantes, a desconfiança nos partidos, coletivos e sujeitos pode ser um fator que explique isso – para além do contexto sociopolítico atual que mais separa que aglutina as pessoas em movimentos de mudança. Assim como Davi, Rogério e Marighella, João Batista foi um dos quatro estudantes que perceberam que só poderiam mudar algo se lançando num protesto mais radical. E foi assim que fizeram a greve de fome em 2016. Mas ainda não falamos de Marighella. Então vejamos a seguir.

⁷⁹ No próximo capítulo, no subitem “5.1 Atos, lutas e protestos”, discutimos como João Batista e outros estudantes se organizaram num ato pelo Auxílio Moradia.

Carlos Marighella

Por pouco nossa entrevista com Marighella não aconteceu no dia que tínhamos marcado. Neste dia, por um descuido, não percebi que a bateria do celular estava descarregando e certamente não daria para gravar a entrevista. Conversei com ele sobre a possibilidade de marcarmos para outro dia. Ele tirou o carregador de seu celular que trazia na mochila e disse: “vamos fazer hoje. Quem vai saber se depois a gente vai ter tempo!”. E assim foi.

Com 22 anos de idade, Marighella é um jovem negro que impressiona pela desenvoltura com as palavras. Falava de política com desembaraço articulando as lutas estudantis locais com o contexto da política nacional e internacional. Certamente, a militância política no grêmio estudantil do Lyceu Paraibano – e em outros espaços – contribuiu bastante para sua formação política.

No momento da entrevista, Marighella nos falou que estava morando no bairro de Mangabeira com a namorada. Mas antes, morou no Valentina e depois que os pais se separaram, quando ele tinha 10 anos, tinha morado no centro da cidade com a mãe e o irmão. Afirma que a mãe é vendedora “[...] ela foi isso a vida toda dela”. Sobre esse período lembra que “[...] quando chegou lá no centro, véio, era outra realidade, não era [como era no bairro] Valentina, já era aquela história da passagem, lembra? Da indignação”.

Marighella se refere a um fato marcante na sua vida que aconteceu quando ainda estudava no ensino básico. Certo dia, um rapaz interrompeu a aula e pediu para fazer uma fala para a turma. A professora cedeu o espaço e ele fez um discurso em sala sobre o aumento das passagens de ônibus.

[...] Minha mãe vivia sempre falando essa história de que o fim do mundo seria quando a gente não pudesse nem comer direito. [...] E isso é muito marcante pra mim porque foi aí que, com o passar do tempo, foi quando eu percebi onde começou tudo. Porque ele falar nisso, que o aumento de passagem ia tirar o arroz e o feijão de casa pra [ser destinado a] pagar a passagem, então isso me atrelou um sentido mais duro à esta questão. [...]

Nessa época eu morava com minha mãe e meu irmão lá no centro de João Pessoa e era um fardo muito grande pagar passagem todo santo dia pra ir e vir, ir e vir... Morar de aluguel, pagar comida, roupa, não sei o quê.

A vida no bairro Valentina era diferente, tudo era mais próximo e havia a solidariedade típica dos bairros populares. Uma vez morando no centro da cidade a distância para ir à universidade era um problema.

E aí eu disse: porra, véi, como é que eu vou pra universidade? Passei um tempo pulando roleta [catraca de ônibus], tinha até uns cobradores e motoristas que já conhecia e abria a porta de trás e aí quando eu pude eu retribui e fazia umas falas dentro do ônibus falando da condição do trabalhador, [falava] pra galera ligar pra rádio pra denunciar e tal. E algumas vezes isso colou por um bom tempo. Mas teve um tempo que chegaram as câmeras, a roleta foi pra frente e fudeu tudo”.

Ao recorrer à memória, Marighella volta no tempo e lembra que não foi na universidade onde aprendeu sobre política, mas sim no cotidiano do bairro periférico onde morava.

Antes de saber da história lá do Sócrates [o filósofo] e não sei o quê lá na Grécia, que falava da *polis* e nam nam nam eu via no bairro os caras que se organizavam lá na comunidade conquistar a casa própria de centenas de pessoas no Valentina com o apoio de um vereador [...]. **É isso foi o primeiro exemplo assim que eu vi... e naquele momento eu não sabia o que era política, mas quando eu cheguei no Lyceu Paraibano eu disse: o que o cara tava fazendo lá a gente tá fazendo aqui** (Grifo nosso).

Daí para conhecer os grupos que militavam no colégio foi um pulo. “Mas não foi quando eu comecei a militância de fato, porque você se torna um militante de fato quando você cumpre tarefas, [...] que você as propõe ou são propostas pela organização que você está e tá formando novos quadros. E isso só acontece depois”.

Com os estudos sobre a história da luta política eu me deparei com alguns dados que apontavam que **tudo começava com o cotidiano, que era lá onde a vida acontecia que se inspirava a luta**. E aí a gente começou dentro do Lyceu Paraibano a se organizar numa célula, ela não chegou a ser batizada e também não teve uma vida muito longa. Mas esta célula ela pautou a estrutura do bebedouro que não era um bebedouro que gelava água, tinha vários problemas. As salas não tinham ar condicionado, o acesso à quadra era limitado. Tinha todo uma série de questões. **Eram coisas muito mais ligadas ao cotidiano das aulas**. [...] Mas naquele momento a gente não era ainda... Era um esboço de uma formação que ia chegar lá na frente com um acúmulo teórico. Quando chega o acúmulo teórico tudo muda (Grifo nosso).

Junto com outros amigos do Lyceu Paraibano, Marighella disputa o grêmio estudantil que já estava há 6 ou 7 anos com uma gestão da UJS. “A gente tentou fazer uma nova chapa pra contrapô-los e colocamos 300 e poucos votos. Sem estrutura nenhuma. A gente não tinha apoio partidário como a UJS tem com o PCdoB que dá o suporte [...]”. Afirma que atuavam “[...] inspirados nos métodos antigos como o cartaz, o panfleto, a fala, o discurso em sala de aula, a tentativa de criar uma identidade visual”. No entanto, “naquela época a gente fazia tudo isso, mas a gente não tinha ciência que era tudo isso”, afirma.

Militante do Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2016 afirma que já atuou no Partido Comunista Revolucionário (PCR) e no Levante Popular da Juventude. Sempre que pode,

contribui com outros movimentos e causas que apoia como, por exemplo, a da moradia: “ajudei já o pessoal do Tijolinho Vermelho que tem uma ocupação no centro de João Pessoa que é do Terra Livre”. Passou um tempo num acampamento urbano/rural com o MST e participou das ocupações das escolas do ensino médio contra a tentativa de implantação da PEC 55. “E assim, quando eu posso, eu meto minha mola. Mas oficialmente a organização que eu contribuo, milito, sigo as orientações e resoluções é o Partido dos Trabalhadores”.

Sobre trabalho, Marighella diz: “sou mais uma vítima do desemprego que assola o país desde o golpe de 2016. Mas aí eu meto minha mola de vender dindim, de vender sanduíche natural”. Afirma que ia tentar vender em Mangabeira “[...] porque talvez seja melhor, mas por enquanto é aqui [na UFPB] porque eu consigo associar com as aulas, vender e ir pras aulas depois”.

Antes mesmo de entrar para a UFPB, Marighella já era frequentador da universidade: “eu já tinha contato com a UFPB mesmo estudando no Liceu Paraibano eu já cumpria tarefas aqui. Já cooperava com a campanha pelo DCE, já vinha fazer campanha pela Constituinte, já era frequentador assíduo da Praça da Alegria [...]”. Diz que conheceu muita gente de outras escolas que vinha para a UFPB cooperar e fazer algum tipo de militância.

Em 2015 Marighella começou a cursar a licenciatura em Ciências Sociais na UFPB. Entrou no curso através das cotas, via recorte social. Afirma que optou pelo curso de Ciências Sociais “[...] por causa da abordagem que ele traz sobre as três ciências que o curso aborda sobre a sociedade [Sociologia, Ciência Política e Antropologia] e a importância disso na minha atuação enquanto agente construtor do mundo”.

Como se pode ver, apesar da pouca idade, Marighella tem uma trajetória de militância e um discurso político coeso. O curso de Ciências Sociais seria um complemento teórico para muitas coisas que ele já conheceu através da sua militância. Assim, a atuação política no movimento estudantil da universidade aconteceria naturalmente.

Logo que começou seus estudos na UFPB, Marighella se inscreveu para tentar algum tipo de auxílio estudantil e não conseguiu. Para ir para a universidade, teve que começar a trabalhar na informalidade.

[...] e aí eu não pude completar as cadeiras, perdi muitas delas porque eu chegava exausto, vinha pra aula e às vezes não podia rever o conteúdo do que foi dado na aula e às vezes nem xerox eu podia tirar pra poder pagar a porra da passagem e isso foi acumulando, né? Chegou um momento que eu tava reprovado em 4 [disciplinas] com [apenas] dois meses que eu tava matriculado. Eu disse: porra, véi, eu vou fazer o que então agora? E aí quando eu fui ver no outro semestre quando foi abrir o auxílio transporte um dos

requisitos do aluno que já era do segundo, terceiro período era o CRA⁸⁰. CRA de quê se eu reprovei no segundo mês da parada? E aí fudeu. De lá pra cá foi isso.

Ao mesmo tempo que a universidade fascina por ser o espaço das ideias, dos debates e de uma grande efervescência cultural; é também o local onde suas limitações evidenciam-se na medida em que nem sempre consegue cumprir o que promete. Logo, para alguns, alcançar o que ficou no caminho requer um esforço que nem todos estão dispostos a bancar. Marighella compreendeu isso. Compreendeu também que, ao olhar para a história, é possível ver uma linha uma linha histórica da militância estudantil na UFPB: “Figuras importantes da sociedade paraibana e do Brasil atuaram aqui no movimento estudantil, como também inúmeras figuras que passaram despercebidas”. No entanto, afirma que “[...] a história não é contínua, né? Mas tem uma continuidade no movimento estudantil, tem gerações que vem atuando”.

Assim como Davi, Marighella se sentiu contagiado pelo clima da vida universitária e fez das limitações que permeiam o cotidiano acadêmico o combustível para a ação.

Quando eu chego aqui [na UFPB] eu não tinha a noção disso, mas eu sentia o porquê, porque era muita gente que pensava num mesmo lugar, pessoas que tavam trocando ideias, que tinham indignações, muitas [dessas pessoas] organizadas e **eu fui imbuído disso também, eu peguei esse fervor pelo pensar e pelo agir**. E nesse processo eu fui conhecendo a realidade dos cursos com as suas limitações, a falta de biblioteca e o movimento estudantil aqui [na UFPB], na sua história, na história que eu conheço, ele tá sempre ligado a isso às pautas mais locais, às pautas mais do cotidiano (Grifo nosso).

No entanto, Marighella pondera sobre as dificuldades da militância hoje: “Algumas pessoas dizem que o mal maior do neoliberalismo não foram as privatizações, [mas] foi o pensamento. Se você observar o que é o mundo pós-Guerra Fria [...] você vai perceber que a gente vive uma guerra de forma diferente”. Segundo ele, nas formações em universidades, nos institutos de pesquisa onde se financiam determinados tipos de pesquisa a lógica neoliberal tem sido cada vez mais forte. “E esse pensamento é colocado, ele é posto na nossa sociedade de uma forma que a gente não sente”.

E aqui [na UFPB] é isso. Se você chegar na sala de aula pra falar da assistência estudantil hoje a maioria das pessoas nem olham, o máximo que elas fazem é pegar o celular. Agora o professor olha, fazem perguntas. Mas pouco são os alunos que se interessam. Não tem discurso, não tem nada que você fale [que faça os estudantes participarem].

⁸⁰ O Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) mede o desempenho acadêmico do estudante em cada período letivo.

Essa dificuldade é real. E Marighella sabe que para romper com a indiferença dos e das estudantes a pauta estudantil “[...] tem que tá ligado com a vontade comum. Eu não posso chegar lá e colocar ‘abaixo ao imperialismo’ pra tentar tirar o aluno da sala de aula pra combater o imperialismo. Não vai afetar ele”.

As pautas são decididas ali no que está mais próximo. Anteriormente ao momento que a gente tá vivendo agora, quando a gente tinha o acesso, quando foi colocado uma grande quantidade de dinheiro, por exemplo, pras bolsas e pros auxílios a gente a gente já não pautava a assistência estudantil da mesma forma. A gente já pautava o aumento de bolsas, aumento de vagas no RU, aumento de financiamento pra extensão... Porque a base de tudo é dinheiro e **a pauta do movimento estudantil que há muito tempo era o acesso ao ensino superior transformou-se na manutenção da permanência** e vai voltar pelo direito ao ensino público. Mas porquê, por que a sociedade, as forças que regem a sociedade que estão no momento controlando o Estado brasileiro tão afetando esta área (Grifo nosso).

A leitura que Marighella faz é precisa. A fonte das revoltas dos movimentos está nas limitações que a sociedade e as instituições criam e que se manifesta no cotidiano das pessoas, afetando-as na medida que estas limitações se impõem sobre elas.

Muito embora estas limitações tendam a crescer – levando-se em consideração o atual contexto político, os cortes de verbas para as universidades e a ameaça da privatização – ainda assim, como nos mostra Marighella, a participação dos estudantes nos processos de mudança é difícil. Como nos disse em entrevista: “da última vez que a gente conseguiu afetar as pessoas foi lá... acorrentados”.

Após a entrevista, expliquei que identificaria os estudantes entrevistados por um nome fictício e perguntei como gostaria que seu nome aparecesse no nosso trabalho. Não pensou duas vezes: Carlos Marighella.

Virginia Rodrigues

Diferente dos demais estudantes apresentados acima, Virginia não recebe nenhum tipo de auxílio estudantil. No entanto, em seu caso, para que fosse possível uma politização do espaço em que vive e em que atua foi preciso romper barreiras que, à primeira vista, pareciam impossíveis de serem rompidas. Isto se dá uma vez que sua trajetória é marcada por profundos embates que vão de encontro aos alicerces que antes davam sentido à sua vida – e que de certa forma ainda dão –, mas que hoje são resignificados por uma nova visão de mundo que se abriu graças à militância estudantil.

Virginia tem 23 anos, é natural do Recife, mas mora no bairro Geisel com os pais. De forma natural, seguiu a orientação destes que são evangélicos e fazem parte da igreja Congregação Cristã do Brasil, a qual também pertence. Afirma que desde os 13 anos de idade que trabalha como voluntária em igrejas cuidando de crianças ou adolescentes e que isso contribuiu muito para o que ela é hoje.

Virginia diz que “a relação com estudos, por incrível que pareça, não era boa até eu entrar na universidade”. Afirma que só a partir do primeiro ano do ensino médio que ela começou a ter interesse pelos estudos e que isto está ligado a um histórico de agressão que teve.

[...] é uma história meio pesada. Pra resumir a questão eu fui agredida todos os dias por causa dos estudos, pura e unicamente, acho que da primeira série até o primeiro ano do ensino médio. É uma história meio pesada, mas tem outras questões também envolvidas.

Neste momento da fala de Virginia preferimos não entrar nos detalhes do acontecido. O que nos pareceu foi que essas agressões partiram do pai que, curiosamente, não foi citado em nenhum momento da entrevista. No entanto, apesar do passado trágico, ela, muito bem-humorada, sorria com as histórias que contava de sua vida e conseguia, até mesmo, ver o lado positivo desta experiência: “talvez, se isso não tivesse acontecido [...] talvez eu não fosse a militante que eu sou hoje e talvez não me interessasse pelas causas que me interessam, pelas pessoas que me interessam”.

Virginia se diz “mulher, militante, evangélica e feminista” e isso não foi algo fácil de ser aceito por seus pais.

Até hoje minha mãe até aceita, [e diz] “olhe, beleza, você pode ser do movimento estudantil, tranquilo”. Apesar de ter tido muita guerra no começo. Agora quando eu falo assim: “não, mãe, é que o feminismo diz isso... que isso aqui é uma atitude machista, é uma atitude homofóbica”. Pronto, já morreu ali mesmo pra ela porque ela fica: “isso não é atitude de gente não, Virginia”. E não sei o quê e já começa toda aquela luta.

[...] Muitas vezes eu já fui chamada de baderneira, já fui chamada de mundana, que isso não é coisa de crente, tá ligado? De ir para um ato político. Já teve gente da igreja que me viu tipo com um cartaz gritando palavras de ordem [e disse]: “ah, eu nunca pensei que lhe veria numa situação dessas”. [No que ela responde] Que situação? A de estar lutando pelo meu país e pela minha educação? Pela educação de seus filhos também, né?

No entanto, garante que hoje a relação com eles é boa: “minha mãe é um pouco conturbada por conta das coisas que aconteceram na infância, mas não é nada como ‘nossa, que relação péssima’”. Foi através da conversa e do diálogo que Virginia pode afirmar sua vontade frente à de seus pais que, sendo evangélicos, programavam uma vida não muito diferente da

deles para ela. No entanto, “[..] por meio da minha militância eu pude conversar com ela mais abertamente sobre algumas questões relacionadas a agressão, relacionadas ao feminismo, relacionada à própria Pedagogia; o que é, qual a diferença do fazer pedagógico na relação”.

Para Virginia, o problemático disso tudo era conciliar o conservadorismo típico de algumas condutas religiosas com a visão de mundo mais aberto que já possuía.

Como se sabe na igreja tem toda aquela história da repressão, aquela história tipo: “ah, porque a menina tem que sentar com as pernas fechadas”. E toda aquela questão que vai bem além disso. Questão ligada a sexualidade, à gênero e tal. E isso era uma coisa que me incomodava.

Embora tenha sido difícil no começo, Virginia diz que a aceitação por parte de seus pais de sua posição se deu, principalmente, a partir de conversas diárias: “Porque a militância ela não se faz somente dentro da universidade. Até porque como é que eu posso me dizer militante se eu não milito dentro da minha própria casa? Se eu não fizer a diferença também dentro da minha comunidade?”. Neste sentido, já vê alguns avanços principalmente quando a mãe “já tá dizendo por ai que não vai votar, já faz uns cartazes pra ir pros atos. Ela mesmo vai, tá ligado? Às vezes ele diz: ‘Virginia vai ter ato em tal canto agora, bora?’ [E eu digo] Bora, tudo certo”.

Quando nos concedeu a entrevista, Virginia estava no sétimo período do curso de Pedagogia da UFPB. Disse-nos que era apartidária, o que não lhe impedia de fazer parte da gestão do Diretório Acadêmico de Pedagogia. Além disso, milita também no Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), o que lhe levou a participar do Movimento Feminino Popular (MFP)⁸¹ “que vai tratar da questão do feminismo sem ser a questão do feminismo burguês. Vai, tipo, fazer uma relação entre o feminismo, questões sociais e também relacionado a questões trabalhistas. É bem mais amplo que esses outros feminismos que tem”.

No D.A de Pedagogia, Virginia atua com as pendências e solicitações diárias dos estudantes. Mas não só isso, afirma que tem participado da reformulação do projeto político pedagógico do curso e que o D.A tem fala em diversas instâncias da universidade como o Conselho de Centro, o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

E a gente tem lutado bastante pela questão do movimento estudantil de pedagogia, que agora a gente tá com um plano de lutas, um plano nacional de ações. A gente tá organizando no dia 23 de novembro [de 2017], que é o dia nacional de lutas de estudantes de pedagogia, onde a gente vai estar realizando

⁸¹ Movimento organizado por mulheres e para mulheres com o objetivo de mobilizar, politizar e organizar as mulheres trabalhadoras com vistas à participação na luta de classes para a transformação da sociedade e combate a exploração e opressão vigentes. Cf. <https://mfprio.wordpress.com/about/>

um ato, possivelmente no centro da cidade. E estamos organizando o encontro paraibano de estudantes de pedagogia que tem essa motivação de estar trazendo essa questão da luta, da resistência também pra nosso meio.

Segundo Virginia, uma das dificuldades da militância na universidade, principalmente no D.A de Pedagogia, é "a questão de que boa parte dos estudantes eles são desmobilizados em relação a questão política, em relação as próprias relações dentro da universidade e a gente vem tentando conquistar aos poucos com a gestão democrática". Cita o exemplo de eventos que são organizados pelo D.A e que são importantes para a formação dos estudantes, mas que não há muita participação. Cita também o exemplo das assembleias em que também não há muito interesse dos estudantes em participar. "A gente percebe aqui que tem muito daquela coisa do assistir a aula e vai pra casa e tá tudo certo e vai ser um ótimo profissional no futuro. Sendo que a gente tem consciência que vai bem mais além disso".

Quando questiono a que Virginia atribui esse desinteresse ela responde: "à questão cultural mesmo do nosso curso". Pergunto se ela acha que é algo apenas do curso de Pedagogia: "é que eu tô mais ligada no nosso curso, mas o ME em si, no Brasil, ele tá muito assim, tá muito disperso, tá muito despolitizado, ele tá morto. Ele tá tipo uma folha seca: sopra pra um lado, ele vai pra um lado; sopra pro outro, ele vai pro outro". Depois de comparar o movimento estudantil a folha que voa ao sabor do vento, ela faz outra analogia:

Falando um pouco da história. A gente vive momentos de ondas. Ora a gente tá lá embaixo porque o governo reprime, aí a gente reage passa um tempo em alta aí reprime. Tipo, a gente tá vivendo uma prévia de repressão. [...] Só que agora a gente não vai viver mais uma ditadura militar, mas uma ditadura não militar ou, talvez, militar porque tem gente pedindo intervenção [...].

Virginia afirma que tem vários estudantes de Pedagogia que moram na residência universitária e que tem conhecimento da situação em que se encontra a residência. Por isso apoiou e participou de alguns atos dos residentes, como a ocupação da reitoria em maio de 2017, por exemplo.

Muitos dos estudantes de Pedagogia moram na residência e recebem um tratamento ridículo, tipo: recebem pão mofado, ficam cinco dias sem internet, sem energia, sem água, sem luz, sem nada. Daí **toda e qualquer ação que a gente for tomar, a gente já tem a certeza da repressão**. Inclusive ela [a reitora] já acionou a política em algumas ocupações que a gente fez lá na reitoria, sendo que a gente não atrapalhou o andamento da reitoria, dos funcionários e tal, nada. A gente marca diversas reuniões com ela não aparece em nenhuma. E quando aparece, se uma pessoa levantar um cartaz [ela diz] "gente, olhe, estou sendo oprimida e tal irei me retirar. Estou me sentindo ameaçada". Gente, são estudantes, não precisa chamar a polícia, não precisa chamar a Polícia Federal. Porque até a Política Militar já entrou aqui dentro e

também a Polícia Militar Ambiental. Sabe lá o que ela quis dizer com isso!⁸² [risos] (Grifo nosso).

Para Virginia a gestão de Margareth é uma “[...] gestão antidemocrática, é uma gestão que não escuta os estudantes, a reitora ela reprime toda e qualquer ação estudantil, inclusive com processo. Inclusive ele não teria o direito de colocar processo em alguns casos”. Muitos estudantes que participam de atos e protestos estudantis na universidade chamam a atenção para a questão do pouco diálogo, da repressão e punição com processos. Neste sentido, Virginia nos diz algo que já ouvimos de outros estudantes: “[...] falta nela a questão do humano, não só a questão da administração. Ela tem que perceber que ela está dentro de uma universidade e que ela tá lidando com pessoas”.

Mesmo com todas as dificuldades advindas da militância, Virginia vê como positiva as mudanças que ocorreram em sua vida. Afirmo que muita coisa mudou “tanto a nível político quanto educacional”. Mudou também quanto a questão da autonomia e sua visão de mundo: “me tornei mais politizada, me tornei mais ativa mesmo e tipo isso me trouxe diversos avanços, inclusive em relação à religião”. Quando questionamos sobre o sentimento que a participação política desperta nela, Virginia responde:

Sentimento de luta, de resistência, de fazer a revolução mesmo, de mudar as coisas e inclusive ele me empodera a fazer tudo aquilo que eu sempre quis fazer. Mas que antes de entrar na universidade, antes de ter esse contato com o que é participar de um movimento, com os princípios que eu sigo não tinha a mínima coisa de chegar e fazer acontecer.

Carlos Lamarca

“Eu vim aqui pra João Pessoa com R\$ 150,00 reais no bolso e mais nada na minha vida”. Ao vir estudar em João Pessoa com apenas esse dinheiro no bolso, Lamarca sabia que era tudo ou nada. Natural de Paulista, região metropolitana de Recife, Lamarca teve uma infância e uma adolescência conturbada. Aos seis anos de idade, perdeu o pai quando este morreu eletrocutado num acidente de trabalho. Depois disso, sua mãe passou muito tempo em estado de depressão, o que fez com que ele logo cedo tivesse que se virar para ajudar em casa. “Então, eu com seis anos de idade eu tive que aprender a cozinhar, a dar um jeito na casa... assim comecei a fazer algumas coisas porque ela não fazia, não tinha forças pra fazer”.

⁸² Neste momento Virginia faz piada com a situação uma vez que a Polícia Ambiental lida com questões ligadas ao meio ambiente e com animais.

Revisitando a memória, Lamarca fala que tem pouca lembrança da convivência com o pai, uma vez que ele trabalhava de segunda à sábado e só tinha tempo com ele no domingo. A relação com a mãe foi melhor e mais próxima, até ela arranjar outro companheiro. Diz que a relação com o padrasto é extremamente difícil e que a mãe vive uma relação abusiva, mas que ele pouco pode fazer. “Eu acho que, na verdade, a minha vinda pra João Pessoa não foi nem a vontade de estudar, sendo bem sincero, foi mais um meio de fugir daquilo porque eu ia afundar na minha relação com o meu padrasto. Ele é militar, tá ligado?”.

Hoje a relação com o padrasto está melhor, uma vez que não mora mais com ele: “Então, quando eu chego lá eu sou visita”, ou seja, não se demora muito. Quando se reestabeleceu em uma nova relação, a mãe de Lamarca agregou à família os dois filhos do seu companheiro. Hoje ela é pensionista do INSS e recebe um salário mínimo.

Em 2009, a família de Lamarca foi tentar a vida em São Paulo. O padrasto, que também é músico, viu uma oportunidade de viver por lá. Moraram em Mauá e depois se mudam para São Bernardo dos Campos. Passam poucos anos em São Paulo e retornam de vez para Pernambuco para morar na Ilha de Itamaracá. Ao lembrar do período afirma: “eu sei que essa minha ida pra São Paulo atrapalhou e muito na minha vida dos estudos”.

Em 2010, teve o primeiro contato com a militância no movimento secundarista do grêmio da escola, que era ligado a UJS. Participou do primeiro congresso estudantil da UBES, no Rio de Janeiro, onde passou 3 dias na UFRJ como representante de sua escola. Depois começou a frequentar as reuniões do PCdoB, pois a UJS era na sede do PCdoB em Pernambuco. Diz que foi aí que começou a ver algumas contradições:

Claro que todo partido político vai ter umas contradições, mas aquelas do PCdoB começaram a me incomodar. [...] Tipo... a estética que bate de frente com o discurso. Um discurso tão bonito de luta de classes e... Enfim, primeiro que era um partido comunista do Brasil e nem falava em comunismo dentro do partido. Pra você ouvir falar em Marx ali dentro custava, viu. Custava.

Segundo Lamarca, “a juventude do PCdoB era tratada como lixo”. Afirma que não era filiado a UJS e nem ao PCdoB, “mas construía junto”. Antes da campanha para presidente, em 2014, ele e um amigo começaram a se aproximar do PT. “Ele [o amigo] era oriundo do Ocupa Estelita e das Jornadas de Junho de 2013 e eu vindo do PCdoB. [...] De lá pra cá eu vinha construindo com o PT e aqui foi que eu dei uma parada”. Segundo Lamarca, se afastou “por questões logísticas”. No momento da entrevista nos disse que não milita em nenhum movimento ou coletivo: “depois da greve de fome, nada”.

Em 2011, concluiu o Ensino Médio em Recife. Ao se recordar desse período, lembra das dificuldades para ingressar no ensino superior: “Eu lembro que a taxa de inscrição era mais de R\$ 90,00 reais eu não tinha esse dinheiro, eu nunca fiz o vestibular pago da UFPE por falta de grana”. Chegou a cursar Análises Químicas numa faculdade em Recife, mas não terminou o curso. Havia, porém, uma disciplina chamada Educação para o Trabalho. O professor, um sociólogo, despertou, à época, o interesse de Lamarca pela Sociologia. Depois disso estava decido pelo curso que faria: ciências sociais.

Fez a seleção do ENEM como cotista oriundo de escola pública. A princípio, optou pela UFPE, mas viu que a concorrência seria maior. Neste momento, uma amiga lhe sugeriu trocar a opção da universidade para UFPB. E ainda disse mais: “[...] ‘Tu pode tentar a residência lá, tu pode tentar algum auxílio já que tu é de fora tu vai ter direito a isso’. Ai eu disse, ‘Oxe, e rola mesmo?’. Ela me explicou bem por alto assim e no último dia do SISU eu fui e troquei. Coloquei pra UFPB”.

Com a aprovação em Ciências Sociais, em março de 2015, Lamarca inicia o curso na UFPB. De início, vai morar na residência universitária como hospede no quarto de um residente. Por conta de desentendimentos, o rapaz pede para que ele saia do quarto. Como todos os seus conhecidos que moravam na residência já tinham hóspedes nos quartos, Lamarca, numa última tentativa, procurou o pessoal do Centro Acadêmico de seu curso. A partir de então passou a morar no C.A de Ciências Sociais. Relembra, a seguir, como foi este período:

[...] é muito doido porque não tem estrutura, né? Acho que é uma sala de cinco metros quadrados é bem pequenininha mesmo. Tinha um colchão que era onde eu dormia e quando eu acordava eu tinha que colocar por trás do armário porque tinha o espaço, né, que a galera usava e estrutura não tem, né? Eu não podia guardar nada, não tinha uma geladeira. O banheiro era o banheiro que todo mundo usava, não tem como estudar direito aí dentro do CA, era um ambiente que sempre tinha muita gente. **E daí o meu rendimento começou a cair é impossível não cair.** Já complicou porque com dois meses de aula começou a greve dos professores em 2015, foram cinco meses de greve. Então já houve uma lacuna no meu estudo **e quando voltou eu já não tava mais preparado e eu já tava morando no CA então daí foi só decaindo o meu rendimento** (Grifo nosso).

Sem ter outra opção, Lamarca morou no C.A por nove meses, de junho de 2015 à março de 2016. Neste período, almoçava no RU e lavava as roupas na lavanderia da residência universitária. Só saiu do C.A após a greve de fome – da qual participou como um dos quatro estudantes acorrentados –, momento em que passa a receber o Auxílio Moradia.

De lá pra cá [desde a greve de fome, de fevereiro de 2016] o meu Auxílio Moradia já foi suspenso duas vezes. Uma em agosto de 2016 e uma em agosto

de 2017. Na de agosto de 2016 quando eu tinha recebido só quatro parcelas, eu passei cinco meses de novo sem auxílio moradia, cinco meses com ele cortado.

Lamarca só voltaria a receber o auxílio em dezembro de 2016, quando houve uma troca do Pró-Reitor e seu nome foi incluído na folha de pagamento. No entanto, nos meses que passou sem receber o auxílio, precisou da ajuda de amigos para cumprir um contrato de aluguel de um ano, no valor de R\$ 480,00 reais, que tinha dado início.

Aí eu comecei a pedir a um monte de gente, a galera foi ajudando de pouquinho e pouquinho e tal, minha mãe não tinha como me ajudar e foi mais o pessoal assim. E no segundo mês eu comecei a fazer outra coisa, comecei a voltar pro sinal por que antes eu ficava vendendo zine no sinal, umas poesias que eu fazia e tal pra conseguir me manter, mas esses cinco meses foi bem complicado.

Depois de todo esses acontecimentos, Lamarca continua recebendo o Auxílio-Moradia. Não fosse o fato de ter se mobilizado junto com outros estudantes, certamente teria voltado a morar com a mãe e o padrasto em Recife. No entanto, a militância cobra seu preço. Depois da greve de fome, houveram perseguições e Lamarca tentou preservar sua identidade. Afirma que antes mesmo da greve de fome já havia perseguições decorrentes de outros protestos, “[...] mas com a greve de fome foi o estopim, muita gente sofreu perseguição depois disso. Eu também sofri e justamente por ter sofrido eu dei uma parada no movimento estudantil pra evitar constrangimento e outras coisas”.

Sobre o movimento estudantil, afirma que este está morto: “Não vou dizer nem hibernando, ele tá morto. Mas o pior é que eu acho que isso não é um negócio só aqui na UFPB, sabe, mas essa onda de morte do ME, pelo menos o ME universitário ela já vem crescendo há um tempo”.

É claro que as mobilizações estudantis não acabaram. No entanto, o diagnóstico de Lamarca está ligado a uma visão, digamos, um tanto saudosista de um certo movimento estudantil de massa, organizado e combativo. Este movimento, de fato, tem se tornado cada vez mais difícil de se encontrar. Mas, avançando um pouco mais na sua fala, Lamarca nos traz mais elementos para pensarmos o problema.

Eu vejo um egotrip muito forte na galera. É só o se promover, os poucos que tentam continuar ficam só nessa de se promover. Chega um momento em que as discussões viram só chumbo trocado. É só um querendo sobrepor a fala do outro falando a mesma coisa. Aquilo do tipo quem é que vai dar a última martelada.

Novamente, a questão do ego e do “se mostrar” no movimento aparecem como problema, uma vez que, agindo assim, o militante não deixa muito espaço para o diálogo. “Não

sei exatamente o que as pessoas esperam ganhar com isso e eu também não sei se eu continuo tendo instiga de tentar fazer alguma coisa porque, sei lá, eu acho que eu me desgastei tanto nesses três anos que eu tô aqui que não sei se vale a pena não”. Diversos estudantes nos relataram a questão do desgaste que o ME causa naqueles e naquelas que se aventuram na militância.

No começo do período de 2018.1, Lamarca nos conta que foi procurado por estudantes que estavam reclamando das catracas que foram colocadas no RU do câmpus I da UFPB. Os que reclamavam eram aqueles e aquelas que estavam comendo no RU antes da catraca. E como muitos estudantes não conseguiram o benefício do auxílio para almoçar no RU, depois das catracas, ficaram impossibilitados de ter acesso ao restaurante.

E o pessoal não fez nada assim só aceitou. E eu fiquei muito doído com isso, eu fiquei bastante triste, na verdade. Eu disse Poxa! Porque que quando o negócio aconteceu em 2015 pra 2016 a gente teve essa atitude de gritar, de fazer alguma coisa. Vêi, tem um monte de gente que precisa comer. Essa galera tão fazendo o que pra comer? Porque que essa galera não chega lá e invade?

Sabendo da experiência de Lamarca na militância estudantil, os estudantes o procuraram para que ele pudesse ajuda-los.

Eu disse não, véi. Num vou fazer nada não. Já deu pra mim. Façam aí, pô. Acho massa, inclusive, instigo muito. Se depois que vocês fizerem alguma coisa vocês quiserem que eu chegue e troque uma ideia com a galera e diga “oh, galera vamos fazer assim”, dê alguma ideia, pá, eu posso até fazer. Agora, eu não vou colocar minha cara e nem vou tá puxando ninguém **porque ninguém me puxou não, as coisas só aconteceram. Não dizem que quem ensina a comer é a fome. Então, fique com fome que você vai ver, quando a fome apertar você vai fazer alguma coisa** (Grifo nosso).

Como temos defendido aqui neste trabalho, a consciência da condição de precarização na qual se encontra o estudante pode leva-lo à auto-organização num movimento de mudança impulsionado pelo sentimento de injustiça. Quando questionei Lamarca sobre o que unia os estudantes no movimento estudantil, ele respondeu:

Nas experiências que eu tive: **raiva, dor, desespero, sensação de perda**. Essa coisa assim porque eu acho que **quando mexe com o nosso emocional** tão forte assim é “ou vai ou racha”, sabe? Eu acho que quando não tem isso... não que seja uma coisa boa, necessariamente, mas eu acho que **quando não acontece alguma coisa que dá esse sopapo na gente**, a gente leva essa tapa assim “acorda!” as coisas ficam muito vazias (Grifo nosso).

“Raiva, dor, desespero e sensação de perda”. Estes são alguns dos sentimentos que, como sugere Lamarca, mexem por dentro e dão o sopapo necessário para despertar para a real situação. É o momento em que o estudante “acorda”, ou, como se diz no senso comum, é o

momento em que “a ficha cai”. Depois disso, resta a decisão, seja pela permanência ou pela desistência do curso superior.

A decisão pela primeira opção requer, para alguns, algo de difícil empresa que é romper o isolamento e, mais que isso, requer a associação com outros que se encontram na mesma situação; coisa que, para alguns, é algo natural dada sua trajetória de militância precedente. Já a decisão pela segunda opção não é menos difícil.

No momento da entrevista, Lamarca nos falou que estava morando no bairro do Castelo Branco com a companheira. Depois de cursar cinco períodos do curso de Ciências Sociais, mudou para o curso de História no qual estava cursando o primeiro período. Disse que depois de “[...] tanta paulada que levou da universidade não conseguiu mais seguir com o curso, criando uma espécie de trava”. Se mantém com o Auxílio Moradia e produz, junto com a companheira, uma cachaça artesanal que vende na noite, nas toçadas de coco de roda. “É o que segura a gente por fora do Auxílio Moradia”.

Como pudemos ver através da biografia e da experiência concreta dos e das estudantes acima, há uma parte da vida acadêmica que nem sempre se mostra, que não está visível porque, nos corredores das universidades, cruzamos com pessoas e não com seus problemas particulares. Contudo, quando estes problemas deixaram de ser vistos apenas como algo individual, estavam dadas as condições para o surgimento de uma matriz discursiva capaz de ordenar os enunciados dispersos que evidenciavam as situações de precarização.

Assim, emerge um novo sujeito político que passa a atuar através de movimentos de pressão que irrompem o cotidiano acadêmico politizando este espaço ao qual o estudante de origem popular passou a pertencer e do qual ele se sente parte integrante.

CAPÍTULO 5 – AS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS ESTUDANTIS E O CAMPO POLÍTICO UNIVERSITÁRIO

Trataremos aqui, num primeiro instante, de algumas manifestações políticas do movimento estudantil da UFPB ocorridas entre os anos de 2015 e 2017, momento em que as contradições da universidade – que se expressam através do seu crescimento e retração – se agudizam e produzem movimentos de protestos protagonizados por estudantes precarizados.

Tais movimentos ocorrem no campo político universitário que é composto por diferentes agentes, que possuem diferentes interesses e movimentam diferentes capitais na concorrência interna da estrutura do campo. Este ponto também será analisado, num segundo instante, mais à frente.

5.1 Atos, lutas e protestos

A luta contra a repressão policial

Uma pauta muito presente na agenda do movimento estudantil da UFPB, no período destacado acima, foi a luta contra a repressão policial dentro do câmpus. Antes e depois do movimento de greve de fome – que trataremos mais adiante – diversas denúncias vieram à tona contra atos de abusos de poder praticado pela guarda terceirizada que faz a segurança da universidade.

Não à toa, esta foi uma das pautas presentes nas reivindicações dos estudantes durante a greve de fome. Os estudantes cobravam uma postura ativa da universidade contra os casos de abusos de autoridade manifestada através da truculência policial. Entre as medidas – que para os estudantes

Imagem 1 - Repressão policial



Fonte: Página Greve de Fome UFPB (Facebook)

deveriam ser efetivadas de imediato – estava a desmilitarização dos guardas do R.U e a realização de cursos de formação que proporcionassem um treinamento humanizado dos profissionais de segurança. Foi exigido também a implantação de um sistema online para registros de reclamações ou violação de direitos pelos integrantes da guarda.

A questão da retirada dos guardas armados do R.U surgiu, principalmente, após um protesto dos estudantes, no dia 24 de março de 2015, no Restaurante Universitário. Num momento de tensão entre os estudantes com os seguranças, um dos guardas puxou uma arma. Ao perceber que estava sendo filmado, o segurança guarda a arma e procurar evitar a câmera que o filmava. O episódio foi todo filmado e divulgado nas redes sociais e serviu como base para se questionar o uso de armas pelos seguranças no trato com os estudantes. Assim, tendo em vista os diversos casos denunciados de abusos de autoridade, temia-se, enfim, que algo pior pudesse acontecer.

No dia seguinte, os estudantes fizeram novo ato em frente ao RU. Um panfleto⁸³ distribuído no local dizia: “Ano passado @s estudantes reivindicavam em alguns atos e reuniões na Reitoria que houvesse transparência sobre os gastos com o RU e um aumento efetivo do número de refeições diárias disponibilizadas”. Os casos de abusos de autoridade por parte da segurança da UFPB aconteciam, quase sempre, no momento dos atos e protestos estudantis. No entanto, havia também relatos de assédios, homofobia e até mesmo agressões sofridas por um estudante dentro de um Centro Acadêmico num fim de semana.

Conseguimos conversar com esse estudante que sofreu as agressões. Claudio de Sousa também milita no movimento estudantil e, segundo conta, à época, conseguiu uma autorização com a Direção de Centro para fazer um evento periódico chamado “Rock de Quinta” no hall dos CA’s dos cursos de humanas. No mesmo dia, iria acontecer, paralelamente, um evento no Centro de Vivências da UFPB que foi cancelado. “A [festa] da gente ia dar 100, 150 pessoas. Só que não houve o evento lá. Aí todo mundo que iria pra lá [...] veio pra cá. Só que antes havia

Imagem 2 - Repressão policial 2



Fonte: Blog Corrente Proletária Estudantil

⁸³ Cf. Anexo H, p.273

um guarda aqui [disse o nome do guarda] que ele não sabe a diferença entre uma porta e um ser humano [...]”.

Claudio conta que durante um momento da festa, que prosseguiu por toda noite, ele discutiu com este segurança que não estava gostando da agitação e impedindo os estudantes de entrar na universidade. No outro dia, pela manhã, quando todos já tinham ido “[...] eles vieram e começaram a me espancar aqui dentro [do C.A de Filosofia], os guardas da universidade. Eles eram acho que seis nessa hora. Eu tava sozinho”. Claudio chegou a ser preso e a responder processo, mas preferiu não levar o caso a diante. A violência deste episódio, juntamente com outros, fez com que os estudantes passassem a denunciar os casos de abusos de autoridade da segurança da UFPB e a cobrar providências.

Ocupação da Reitoria (março de 2015)

Na noite da segunda-feira do dia 30/03/2015 cerca de 50 estudantes ocuparam o prédio da Reitoria. Todas as portas foram trancadas com correntes e cadeados impedindo a entrada dos servidores. A ocupação ocorreu após um ato marcado pelos estudantes com concentração no Restaurante Univerisitário. De lá, os estudantes seguiram em marcha para a Reitoria e, aproveitando um descuido dos seguranças, ocuparam o prédio.

Entre os motivos que justificavam a ocupação estavam os cortes no orçamento da UFPB, atrasos no edital do Auxílio

Moradia, redução de vagas no RU, melhorias na Residencia Universitária etc.

A imprensa esteve no local e tentou, sem sucesso, conversar com os estudantes. A recusa em falar com os jornalistas se deveu à compreensão dos estudantes de que, quase sempre, a imprensa distorce as informações e apresentando uma versão que criminaliza os movimentos sociais, entre estes o movimento estudantil.

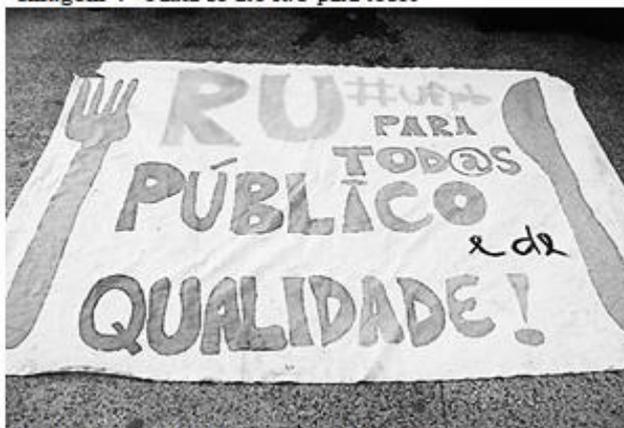
Imagem 3 - Cartaz chamada para ato cultural



Fonte: Divulgação à época no Facebook

Havia uma urgência por parte dos gestores da UFPB para que tudo se resolvesse de forma o mais rápido possível. O que estava em jogo, além da situação dos estudantes, era o fechamento da folha de pagamento dos servidores da UFPB, que seria feito no dia 31 de março, e o lançamento das novas chamadas do Enem e SisU. Com a ocupação do prédio da Reitoria pelos estudantes e o impedimento da entrada dos funcionários todo esse trabalho ficaria paralisado.

Imagem 4 - Faixa do ato R.U para todos



Fonte: Fotografia do próprio pesquisador

No dia seguinte à ocupação, a Reitora, o Pró-Reitor de Assistência Estudantil e outros funcionários estiveram na Reitoria para tentar uma negociação. Acompanhamos a reunião entre estudantes e gestores da UFPB. Destacamos, a seguir, os pontos da pauta que foram discutidos e outras informações que deixamos anotadas em nosso caderno de campo.

Foram pontos da pauta: 1) seminário sobre a assistência estudantil, 2) migração e moradia, 3) desburocratização, 4) ampliação de vagas na residência universitária, 5) reajuste no Auxílio Moradia, 6) ampliação do número de vagas no R.U, 7) transparência na gestão dos recursos da assistência ao estudante, 8) priorização da compra de comidas agroecológicas entre outros.

Na ocasião a Reitora, Margareth Diniz, iniciou sua fala dizendo que sempre esteve aberta ao diálogo. Falou de sua formação enquanto aluna da instituição e depois como professora na graduação e pós-graduação e que estava cuidando da universidade para os estudantes que serão os futuros administradores. Concordou com a possibilidade de se fazer um seminário para discutir a assistência estudantil na UFPB.

Imagem 5 - Pratos vazios. Ocupação da Reitoria (2015)



Fonte - Página Ocupa UFPB (Facebook)

Os estudantes propuseram que o seminário fosse uma construção em conjunto com os discentes e não algo feito de cima para baixo. Foi citado também a falta de diálogo da Reitoria às reivindicações dos estudantes. O Pró-Reitor de Assistência Estudantil, Thompson, propôs definir, na ocasião, uma comissão para estabelecer um calendário para ver o que seria possível

resolver à curto, médio e longo prazo. Uma aluna criticou a formação de comissões que não dão em nada e propôs um seminário de assitência estudantil que fosse aberto.

Foi proposto também por outro estudante uma melhor gestão dos recursos do Restaurante Universitário e medidas urgentes para se resolver o problema da comida do R.U. Outro ponto que também foi citado foi a questão de uma maior transparência em relação aos valores destinados à assistência estudantil. Thompson se comprometeu em conversar com o superintendente do R.U para cobrir

Imagem 6 - Estudantes ocupando prédio da Reitoria



Fonte: Pázina Ocupa UFPB (Facebook)

as necessidades de acesso ao restaurante. Propôs abrir o restaurante mais cedo e fechá-lo mais tarde para atender à todos e que a empresa garantisse as 2.200 refeições.

A reunião prosseguiu com a discussão de outros pontos da pauta. Em dado momento, foi enfatizado a necessidade da abertura da Reitoria para acesso dos funcionários. Thompson propôs reestabelecer os serviços no prédio e propôs outra reunião para o dia seguinte no auditório da Reitoria às 15h30. Posteriormente, os estudantes deliberaram pela desocupação do espaço pondo fim a ocupação que durou dois dias. O fim do ato era também uma forma de se evitar o desgaste com outros setores da universidade como funcionários e professores, uma vez que a permanência na Reitoria acarretaria atraso no pagamento da folha.

Ato dos estudantes pelo Auxílio Moradia (janeiro de 2016)

No dia 25/01/2016 um grupo de estudantes se reuniu no Centro de Vivências da UFPB para organizar o ato que fariam na reitoria em protesto contra os atrasos nos repasses do Auxílio Moradia. A data e algumas informações ficaram anotadas em nosso caderno de campo. Neste mesmo dia, passávamos pelo Centro de Vivência, sem saber da mobilização, quando avistamos os estudantes reunidos. Lembro-me de ter me dirigido à João Batista para obter informações sobre o ato quando ele me explicou o que se passava. A partir de então nos aproximamos e depois disso ficamos mantendo contato.

João Batista lembra que “o Auxílio Moradia não estava abarcando todas as pessoas que tinham necessidades, tinha pessoas que vinham de outras cidades, pessoas pobres e não estavam conseguindo o auxílio. [...] Daí o auxílio começou a atrasar em 2014”.

O atraso no pagamento do Auxílio Moradia era um problema que precisava de solução, mas, neste momento, a dificuldade era reunir os estudantes afetados para discutir o assunto e dar algum encaminhamento. João Batista relatou, à época, a dificuldade para “encontrar pessoas que também têm auxílio moradia para ir reivindicar”. Compara essa situação com a dos estudantes residentes: “[...] eles moram em quartos próximos um dos outros, marcam reunião, discutem a pauta e vai reivindicar. A gente não, a gente tem mais dificuldade, a gente fica mais separado”.

A criação de um grupo virtual no Facebook entre os estudantes que estavam recebendo o Auxílio Moradia ajudou a criar um vínculo entre eles. O grupo chamado “Bolsista Auxílio Moradia” passou a socializar as informações sobre a assistência estudantil na UFPB. Através dele eram divulgadas informações a respeito do pagamento dos auxílios, os atrasos no repasse das verbas, além de ajudar na auto-organização dos e das estudantes e no encaminhamento das ações.

Daí a gente foi na reitoria, saber o que aconteceu e eles colocavam a culpa no MEC que não repassou o dinheiro e tal e a gente queria saber o que podia ser feito. [...] De 2015 pra 2016 o processo seletivo do auxílio chegou a demorar mais de 1 ano pra sair o resultado e passou mais de um ano sem chamar ninguém e o pessoal tinha que estudar, tinha que pagar as despesas. Em 2016 a coisa ficou mais intensa e a gente começou não só ir na reitoria, mas se manifestar com cartazes (João Batista, mestrando em Psicologia, UFPB).

Após encontrar os estudantes no Centro de Vivências da UFPB, passamos a acompanhar toda a preparação para o ato, da confecção dos cartazes até a ida do grupo à reitoria em protesto. Lembro de ter questionado João Batista se eles chegaram a procurar o apoio do DCE e na ocasião ele nos confessou que o DCE não apoiaria o ato. Posteriormente, em entrevista, João Batista nos deu a seguinte declaração:

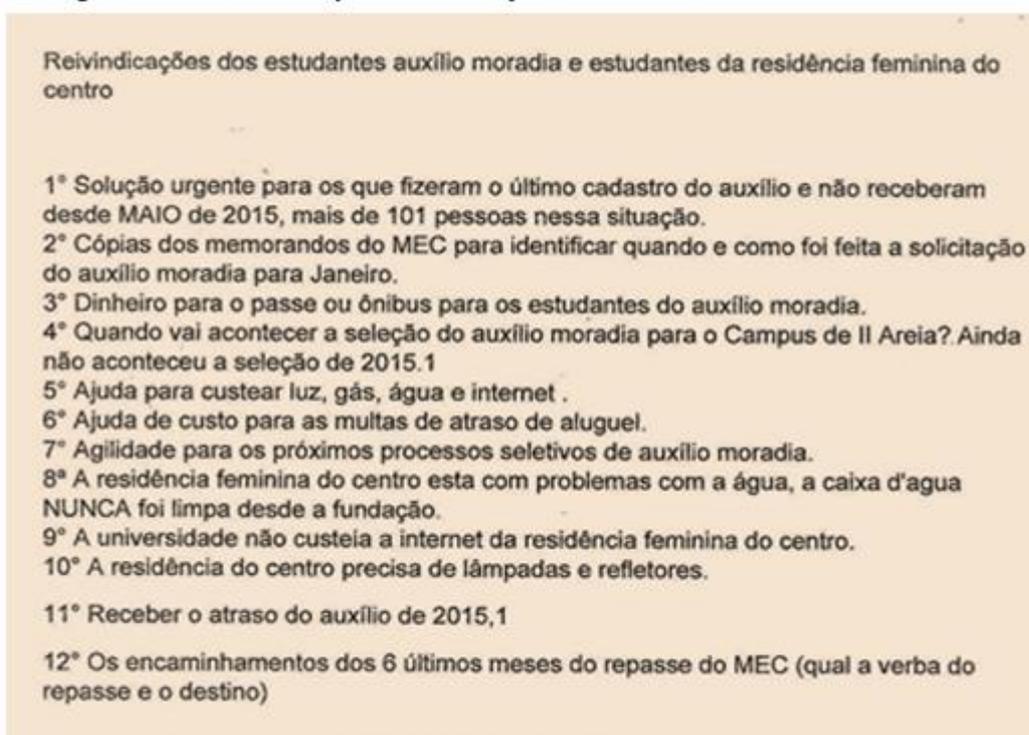
[...] quando a gente tava pensando em fazer uma representação do Auxílio Moradia, o Pro-Reitor ficou sabendo, chegou até nós e disse: “Olhe, é importante que vocês coloquem alguém do DCE”. **O DCE é comprado também pela Reitoria, o DCE não resolvia nada, a gente foi até o DCE e eles cruzaram os braços** e disse: “Não, é só falar como pessoal da Reitoria, da PRAPE que eles resolvem”. O pessoal da PRAPE passava o tempo e não resolvia (Grifo nosso).

A fala de João Batista nos revela a perda do elo representativo da instituição política maior de representação dos estudantes na universidade com os próprios estudantes; ou, ao

menos, com uma parcela significativa deles. O não acolhimento pelo DCE da demanda dos estudantes pelo Auxílio Moradia evidencia a dificuldade destes estudantes – não iniciados na militância estudantil – de criar vínculos políticos e conseguir apoios para sua demanda. Voltaremos a este ponto mais à frente.

Contando apenas consigo mesmos, os estudantes, auto-organizados, adentraram a reitoria com os cartazes recém confeccionados ao alto e gritando palavras de ordem. Depois de percorrer alguns corredores do local, conseguiram marcar uma reunião com os gestores da PRAPE para o horário da tarde. Na ocasião, foram apresentadas 12 pautas de reivindicação.

Imagem 7 - Pauta de reivindicação dos estudantes pelo Auxílio Moradia



Fonte: estudantes organizados pelo Auxílio Moradia (2016)

Na pauta levada pelos estudantes, vê-se a preocupação destes em garantir não só o repasse do auxílio em dia, mas a tentativa, por exemplo, de garantir uma ajuda de custo que possa resguardar os estudantes de futuros atrasos no pagamento do aluguel (reivindicação nº 6). Além disso, buscou-se ampliar o auxílio com o custeio de luz, gás, água e internet (reivindicação nº 5). A pauta não se limitou apenas às reivindicações dos estudantes em prol do Auxílio Moradia da UFPB, mas, se ampliou abrangendo também pautas dos estudantes do câmpus II, da cidade de Areia, relativos ao Auxílio Moradia (reivindicação nº 4); assim como problemas na residência feminina, localizada no centro de João Pessoa (reivindicação nº 8) e também exigências de maior transparência na utilização dos recursos.

Toda a pauta foi discutida ponto a ponto entre os estudantes e os gestores da PRAPE. Acompanhamos toda a reunião. Era perceptível a descrença dos discentes em relação às explicações dadas pelos gestores. A rispidez na fala de alguns estudantes se dava em razão da descrença nas “respostas institucionais”. No nosso caderno de campo, anotamos a seguinte passagem: os estudantes dizem que os burocratas da Reitoria agem como se estivessem representando num teatro.

A questão era urgente. Os atrasos no repasse do Auxílio Moradia ocasionavam, conseqüentemente, atrasos no pagamento dos aluguéis dos estudantes e toda uma série de dificuldades. Segundo João Batista, “quando o dinheiro do Auxílio [Moradia] atrasa, demora muito e passa um mês sem vir a gente vai pagar multa de aluguel, vai atrasar várias contas; vai pagar multa de água, luz, internet, comida... vai faltar dinheiro pra comprar comida”.

Depois dos protestos, a tendência é de que à curto prazo as coisas se estabilizem. No entanto, a persistência do problema acaba desembocando em outros movimentos reivindicatórios maiores. Foi este o caso da greve de fome.

Greve de Fome (fevereiro de 2016)

Às 8h da manhã do dia 23 de fevereiro de 2016, quatro estudantes da UFPB deram início a uma greve de fome tendo como pauta de reivindicação a assistência estudantil. Após algumas tentativas anteriores de diálogos frustrados entre estudantes e gestores da universidade – assim como a persistência dos problemas ligados à assistência –, João Batista (Psicologia), Carlos Lamarca (Ciências Sociais), Davi Nascimento (Serviço Social) e Carlos Marighella⁸⁴ (Ciências Sociais) decidiram se acorrentar em frente à rampa que dá acesso ao prédio da reitoria da UFPB e deflagraram a greve de fome.



Fonte: Página Greve de Fome UFPB (Facebook)

⁸⁴ Reiteramos que optamos em preservar a identidade dos estudantes, portanto, estes são codinomes.

O estopim que motivou a greve de fome foi a divulgação, com um ano de atraso, da lista de aprovados na assistência estudantil, na categoria Auxílio Moradia, de 2015.1. A lista continha 150 aprovados num universo de cerca de 600 estudantes que esperavam pela divulgação dos resultados⁸⁵. Vejamos como tudo ocorreu através do relato de seus principais protagonistas.

A primeira avaliação de sua possibilidade aconteceu no calor da divulgação de uma lista de beneficiados do auxílio... não posso nem dizer beneficiados... de alguns companheiros que estavam esperando, que tinham concorrido, que era Lamarca e Davi e não saiu pra eles. E Lamarca tinha que voltar pra Pernambuco e Davi dizendo que tinha que voltar pra Brasília, que não tinha como ficar e não sei o quê. Eu poderia ficar em João Pessoa porque minha mãe mora em João Pessoa, mas eles não poderiam ficar porque Lamarca morava dentro do CA de Ciências Sociais e Davi tava na residência passando altos perrengues, altos conflitos lá dentro. [...] Com a divulgação dessa lista e no calor da notícia, Davi ventilou a possibilidade da gente fazer uma greve de fome (Marighella).

No dia que seria divulgada da lista dos beneficiados com o auxílio, Marighella, Davi e Lamarca esperavam juntos a publicização do resultado. A expectativa era grande, uma vez que a continuidade de seus respectivos cursos na universidade estava condicionada à obtenção do auxílio. Davi relata a sua reação ao ver que nenhum deles tinham sido contemplados:

[...] Daí eu olhei assim e disse: eu faria uma greve de fome só pra poder fazer esse povo aqui pensar no que eles tão fazendo com a gente. Aí um amigo do Rio de Janeiro, lá da UFRJ, olhou pra minha cara assim e falou: “Davi você tá falando sério?”. Eu: “Oxe, eu tô falando sério. Quer saber de uma coisa, eu vou fazer a greve de fome”. Vamos embora, Lamarca? – aquele rapaz que você conheceu ontem. Bora, Lamarca, você pira? Piro! Vambora. Aí o Marighella – você conhece o Marighella? Vambora, Marighella? Vambora também. Então é isso. Vamos ali agora na Praça da Alegria chamar quem quiser pra fazer uma reunião no centro acadêmico agora pra fazer nossa carta de protesto, de manifesto pra poder começar já movimentar isso aqui (Davi, estudante de Psicologia).

Lamarca lembra que ficou revoltado com a divulgação da lista. “Isso é engraçado porque foram mais de 800 pessoas inscritas⁸⁶, então como é que 800 pessoas se inscrevem e 150 pessoas são contempladas com um ano de atraso? Já era a segunda entrada de estudantes”. Lamarca concorda que foi Davi quem propôs a ideia da greve de fome.

Daí eu lembro que a gente ficou bem mal, peguei a comida, mas não consegui comer. Daí quando a gente saiu do RU eu lembro que Davi disse: “Não, bicho.

⁸⁵ Cf. ANEXO I – Nota dos estudantes sobre a greve de fome, p.274.

⁸⁶ Os estudantes divergem quanto o número exato, situação compreensível quando se recorre à memória.

Eu não vou aceitar isso não. Amanhã eu vou lá na Reitoria, vou fazer barulho lá não sei o quê. Vou me acorrentar na frente do gabinete da Reitora”. Aí Marighella disse: “Oxe, eu me acorrento também”. Aí eles olharam pra minha cara e disseram “e aí, tu vai se acorrentar também?”. Aí eu disse: “rapaz...”. Aí eu fiquei meio pensativo, mas eu pensei: **“véio, eu tô há um ano aqui já não tenho mais nada a perder eu vou. Se deu, deu, se não deu...”**. **Eu não ia ter como me manter aqui mais tempo**. Já não tava aguentando mais ter que pedir, quando não tinha RU nos finais de semana, ter que pedir comida nos restaurantes ao redor porque senão não ia ter o que comer.

De oito horas da manhã do dia seguinte [à divulgação dos contemplando com a assistência] a gente já tava acorrentado lá. A última refeição que a gente fez foi no café da manhã no dia que começou a greve de fome lá na reitoria (Carlos Lamarca, grifo nosso).

João Batista se juntou aos grevistas um dia depois dos outros três estudantes terem dado início à greve de fome.

Eu não sabia que isto ia acontecer, mas eu fiquei sabendo na noite anterior. **Eles mandaram uma mensagem no grupo do Facebook [Bolsista Auxílio Moradia] no qual a gente tenta se articular** e fizeram manifesto, entregaram algumas cartas e divulgaram isso. E tinha algumas pessoas que ficaram de dar uma assistência, levar água etc. [...] Eu fiquei sabendo que os meninos estavam lá, eu cheguei lá por volta das 10h30, 11h00. Eu conhecia de vista um [deles] que era o Lamarca, mas não tinha vínculo de amizade. Aí sentei pra conversar com eles e perguntei se eu podia me acorrentar também. Lamarca riu, achou engraçado e perguntou: “mas tu não tem que estudar, tu não tem outras coisas pra fazer?” Obviamente eu tinha, como eles também tinham, **mas eu... já tinha passado fome na minha vida e eu imaginei que ninguém faz isso porque é diversão ou quer aparecer**. Ninguém arranja namorada porque fez greve de fome, não acontece, não é uma coisa comum... “não, eu vou me sacrificar alí pra virar um herói”. **Na verdade, foi um ato de desespero porque a reitoria não tava se comunicando com a gente. Isso vinha desde 2014, essa dificuldade. Se intensificou de 2015 pra 2016 e em fevereiro de 2016 foi que teve o estopim** (João Batista, mestrando em Psicologia, UFPB. Grifo nosso).

Havia ainda um quinto grevista. No entanto, uma gastrite detectada uma semana antes o fez recuar da ideia. Rogério afirma que “o plano era nós cinco nos acorrentarmos, só que eu tava com início de gastrite na época e isso poderia piorar mais a minha situação”. Mas, falou para os outros: “estamos juntos”.

Fui na casa de um amigo, peguei uma corrente e voltei. A gente se encontrou aqui [na UFPB] umas 5 horas da manhã, fizemos uma refeição gigantesca. E os três se amarraram, apenas 3 se acorrentaram. Aí o quarto participante da greve de fome foi um rapaz [João Batista] **que viu no Facebook que os 3 tinham se acorrentado** e falou: “quero me acorrentar também”. Os quatro meio que não se conheciam tanto e **a grande questão que os unia era o fato de que eram pessoas que precisavam da assistência e tinham suas vidas**

universitárias minadas, de fato, né? Por conta da assistência. Tipo, de como isso interpola mesmo na sua vida. Afinal de contas, somos pessoas que saímos de um canto esperando essa bolsa, esperando isso e de repente quando isso é negado é assustador. Eu acho que esse medo era o que unia os quatro.

As pessoas que iniciaram a ideia de fazer a greve de fome foram cinco pessoas negras. Isso já diz muito sobre o entrosamento da universidade com o público periférico ou com o público negro mesmo, por assim dizer (Rogério, estudante do curso de Cinema, grifo nosso).

Paralelo à luta de Davi, Lamarca e de Marighella por algum tipo de assistência estudantil; João Batista – que não os conhecia – vinha travando também a luta pela manutenção e pagamento em dia do Auxílio Moradia. A greve de fome deflagrada pelos três primeiros foi o momento de publicização de um problema há muito tempo latente e que não podia mais esperar por uma solução. No entanto, ao rememorar o acontecido, Davi mostra que o começo não foi fácil.

Num primeiro momento que a gente chegou, que a gente se trancou lá assim e me deparei com aquela situação eu disse: “meu deus do céu!”. Ninguém via a gente porque parecia só algumas pessoas sentadas. E daí foi passando 6h, 12h e ninguém via a gente. 12 horas acorrentados e a fome batendo já. Cadê essa galera? A Reitora passou, nem olhou pra cara da gente. Peraí, tá acontecendo alguma coisa aqui. Fizemos cartaz e nada. E daí chegou a base [e disseram]: “ei, sai daí, gente. Vocês tão fazendo o quê, se passando?”. “Não saio daqui não”. Foi aí que começou o burburinho (Davi, estudante de Psicologia).

Segundo João Batista, “os primeiros dias foram os mais difíceis, os primeiros quatro dias”. Após decidir participar do ato, ele afirma que pesquisou no celular “quanto tempo um ser humano dura fazendo greve de fome”. Viu na rede que era cerca de 19 dias sem que haja prejuízos permanentes. No que ele pensou: “Dezenove dias tá tranquilo. É tempo [suficiente] da reitora se comover”. Contudo, os dias que estavam por vir mostrariam que não seria bem assim.

Davi narra o momento em que recebeu uma ligação de sua mãe durante a greve de fome.

Quando eu estava na greve de fome, no sexto dia ela me ligou: “Davi, o que você está fazendo aí? Eu acabei de receber a notícia na televisão, você tá maluco?” Aí eu: “mãe, é isso tem que ser assim”. E ela: “eu sei disso, eu sei. Mas, olha, força, se eu estivesse aí eu iria fazer a greve de fome com você. Mas fique aí, sua família está toda aqui...”. Eu me emociono muito, porque você ouvir isso da sua família é muito bacana, sabe? Enquanto, por exemplo, pessoas que estavam lá comigo a família ligou também e disse: “ei, você está humilhando a família, você está envergonhando a família”, sabe?! Um outro tipo de processo, de pensamento a cerca disso (Davi, estudante de psicologia).

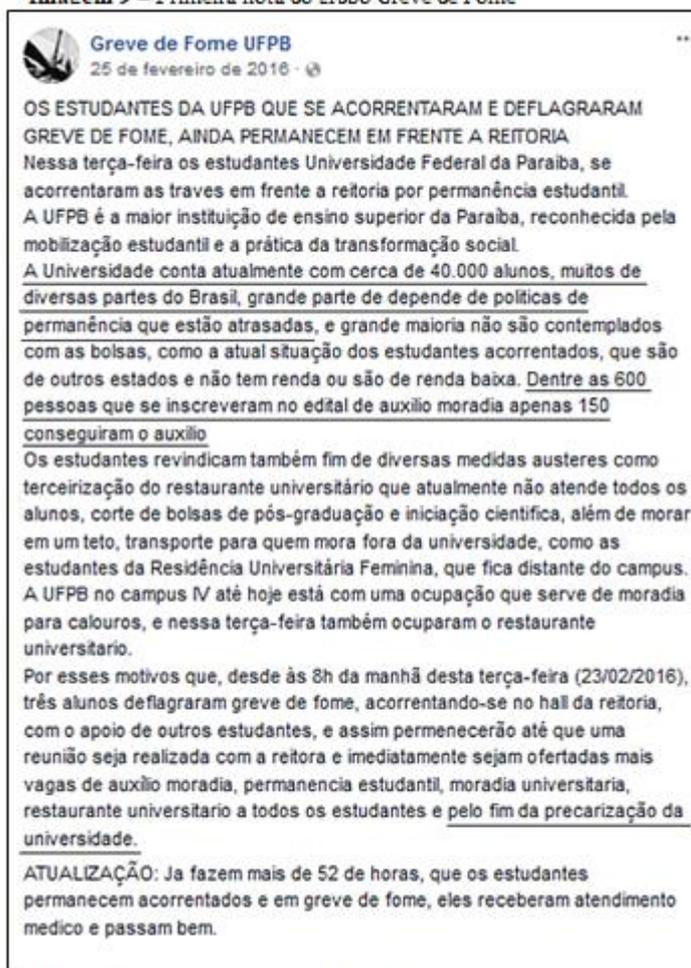
A decisão pela greve de fome foi tomada no calor da hora, de um dia para o outro, sem um maior amadurecimento da ideia e de como se daria a ação e, principalmente, impulsionado pelo sentimento de injustiça. Como disse João Batista mais acima: “[...] foi um ato de desespero porque a reitoria não tava se comunicando com a gente”.

Fruto de uma decisão apressada, não houve muito tempo para planejamento. No entanto, a ideia era aproveitar o momento da divulgação da lista e expor os problemas relativos à assistência aos estudantes da UFPB.

Horas depois, foi se formando um grupo de estudantes para dar apoio aos quatro grevistas. Esse grupo foi crescendo e através do boca-a-boca e do uso das redes sociais, em pouco tempo, toda a universidade já sabia da greve de fome. Foi criado um grupo Facebook chamado Greve de Fome UFPB⁸⁷ para publicizar as ações, denunciar a falta de diálogo, os problemas relativos à assistência estudantil e a necessidade de se discutir em conjunto – gestores e estudantes – essas questões.

No dia 25 de fevereiro de 2016, os estudantes auto-organizados lançaram nas redes sociais a primeira nota (imagem ao lado). Nela, destaca-se o montante do alunado da UFPB (40.000 estudantes) e a dependência de parte desse alunado de políticas de permanência na universidade. Ressalta também que a quantidade dos estudantes contemplados na lista (150) é bem inferior ao número dos estudantes que solicitaram o auxílio (600) e que são pessoas vindas de outros estados – assim como os estudantes em greve de fome⁸⁸.

Imagem 9 – Primeira nota do grupo Greve de Fome



Fonte: Página Greve de Fome UFPB (Facebook)

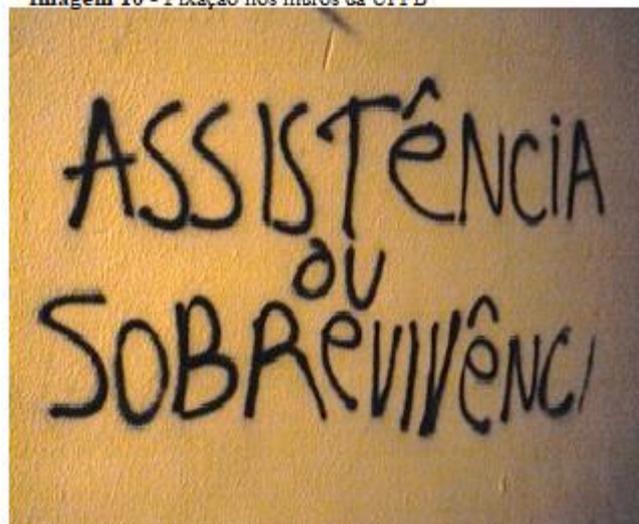
⁸⁷ Dois anos após a greve de fome, ainda é possível acessar a página no Facebook que foi mantida pelos estudantes e tem sido usada para divulgar atos, reuniões, repasse de informações, vídeos etc. ligados ao ME, aos movimentos sociais e à universidade.

⁸⁸ Exceto Carlos Marighella que é de João Pessoa e se juntou ao grupo em solidariedade.

Além da problemática da assistência estudantil, os estudantes criticam também a terceirização do RU, os cortes de bolsas da Pós-Graduação e iniciação científica entre outros. Pedem ainda uma reunião com a reitoria para discussão dessas questões e finalizam a nota com a frase: "pelo fim da precarização da universidade".

Na página do grupo no Facebook eram divulgadas também notas sobre o

Imagem 10 - Pixação nos muros da UFPB



Fonte: Fotografia do próprio pesquisador

estado de saúde dos grevistas atualizadas quase que diariamente. Após a decisão pela greve de fome, o tempo se tornou o maior inimigo dos quatro grevistas: “Nossa, eu passei mal demais. No primeiro dia quando deu de madrugada, que a fome bateu, eu pensei assim: “Meu Deus do céu, o que é que eu estou fazendo? O QUE É QUE EU ESTOU FAZENDO?”, repetiu Davi de forma enfática.

Para além das dificuldades inerentes à situação de uma greve de fome houve também a incompreensão de parte do alunado: “Aí você se pega na situação de passar aluno e falar mal do espaço e, enfim, botar você pra baixo... nossa senhora! E é estranho como nós tivemos o gás de continuar lá mesmo com o povo falando: ‘eu vou fazer um churrasco aí na frente de vocês’ (Davi, estudante de psicologia).

Imagem 11 - Gravura “Greve de Fome” de Layla Gabrielle



Fonte: Página Greve de Fome (Facebook)

Por outro lado, a página criada no Facebook se tornou o principal meio de comunicação e publicização do protesto estudantil, o que permitiu a adesão e apoio de muitas pessoas. Constantemente eram divulgadas informações acompanhadas das *hashtags* #QuemTemFomeTemPressa, #GreveDeFomeUFPB, #AssistenciaEstudantil, #OcupareResistir, #AssistenciaEstudantil e #QuemTemFomeTemPressaUFPB.

Logo, o grupo virtual “Greve de Fome UFPB” atingiu um grande número de seguidores de todas as partes do Brasil⁸⁹ que passaram a acompanhar o protesto dos estudantes da UFPB. Desta forma, a adesão ultrapassou o âmbito local, a comunicação em rede deu visibilidade ao movimento. A quantidade de curtidas e compartilhamentos das postagens e as mensagens de apoio aos estudantes mostram que a página foi uma ferramenta importante de comunicação.

Dezenas de notas de apoios foram divulgadas na página, a maioria de entidades ligadas à universidades da Paraíba e do Brasil. Os apoios vieram, em grande parte, de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos; Executivas Nacionais de diversos cursos; coletivos e movimentos sociais; notas de apoios de associação de professores, de sindicatos, de departamentos de cursos da UFPB e outras universidades; Diretores de Centro e do Centro de Referência dos Direitos Humanos da UFPB.

Horas depois de ter deflagrado a greve de fome, os quatro grevistas acorrentados já contavam com um grande número de estudantes apoiando a iniciativa direta e indiretamente. Estudantes independentes, assim como estudantes ligados à diversos coletivos, grupos e partidos políticos se somaram em apoio. Assim, para garantir a horizontalidade foi colocado em prática a criação de comissões que agregavam os estudantes por atividades (comissão de estrutura, comunicação, jurídica, segurança, alimentação, limpeza, cultural etc.). No tocante a tomada de decisões, procurou-se manter a horizontalidade das falas nas discussões em plenárias com o formato: coordenação, facilitação e relatoria. Assim, abria-se as inscrições para fala e as questões eram colocadas e debatidas com vistas à deliberação da pauta.

A pauta

Desde o início, a pauta do movimento greve de fome girou em torno da assistência estudantil. Numa das primeiras notas divulgadas na página do grupo, no Facebook, no dia 25/02/2016, os estudantes publicizaram suas reivindicações:

- Oferta de mais vagas de auxílio moradia;
- Permanência estudantil;
- Restaurante universitário para todos os estudantes;
- Fim da precarização da universidade;
- Fim de medidas austeras como terceirização do RU;
- Corte de bolsas de pós-graduação e iniciação científica;
- Transporte para estudantes que moram fora da universidade (RUF 1).

⁸⁹ Até a conclusão da pesquisa a página “Greve de Fome UFPB”, do Facebook, contava com mais de 5.000 curtidas.

No dia 29 de fevereiro de 2016, os estudantes divulgam uma pauta mais completa com reivindicações a serem atendidas a curto e médio prazo. Esta última pauta, mais detalhada, foi fruto de reuniões e debates entre os estudantes sobre a assistência estudantil na UFPB. Destacamos a seguir os principais pontos.

A serem efetivadas imediatamente:

- Desmilitarização dos guardas do R.U e treinamento humanizado dos profissionais de segurança terceirizados que atuam nos câmpus;
- A abertura de todos os portões do câmpus todos os dias da semana, 24 horas, para a entrada e saída da comunidade civil, visto que a Universidade é um espaço público;

A serem efetivadas até o final do período 2016.1

- Abertura do RU para todas e todos os estudantes *feras*⁹⁰ da UFPB que solicitaram assistência estudantil enquanto não forem divulgados os resultados dos processos do período de 2015.2;
- Que todas e todos os estudantes dentro do perfil socioeconômico estabelecido pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) sejam contempladas e contemplados com o acesso ao RU nos processos seletivos.
- Mudança na logística do RU – sobrecarga de trabalho dos funcionários;
- Aumento nas ilhas de alimentação de 3 para no mínimo 5;
- Expansão no número de funcionários do Restaurante Universitário;

Outros pontos da pauta eram:

- Um novo modelo de acesso ao RU, com a participação de entidades estudantis para sua formulação;
- [...] implantação de uma política local que garanta que 30% dos alimentos sejam comprados de produtores agroecológicos [...];
- Abertura de novo pregão para a construção e consequente abertura do RU II no final do período letivo 2016.1;
- Expansão no número de funcionários da Creche Universitária para que se possa atender todas as mães e pais estudantes e servidores da UFPB.

⁹⁰ Novatos.

Residência Universitária

- Indicação dos membros que integrarão a Comissão de Seleção dos candidatos a novos residentes e renovação para manutenção dos atuais pela coordenação da residência.

Auxílio Moradia

- Fornecimento de assistência imediata, por parte da PRAPE, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica de outras cidades e estados que chegam para estudar na UFPB e ficam à espera da publicação dos editais de assistência estudantil.
- Melhorias da estrutura do câmpus IV, com implementação de Residência Universitária, reestruturação do RU e construção de xérox;
- Que não haja represálias administrativas ou jurídicas contra nenhum integrante do movimento.

Atividades culturais e políticas

Enquanto as tentativas de diálogos não se concretizavam, os estudantes organizaram diversas atividades culturais e debates em que puderam contar com o apoio do corpo docente e discente da UFPB além de artistas e demais apoiadores do ato.

Durante todo o período da greve de fome, a Comissão de Cultura agendou uma programação que contou com apresentações musicais, oficinas de fanzine, exibição de vídeos e debate, aulas públicas, teatro, pockets shows etc.

A participação de diversos artistas no local da greve de fome ajudou a fortalecer a causa dos estudantes. Os eventos eram registrados e amplamente divulgados e compartilhados nas redes sociais.

Imagem 12 - Apresentação do músico Escurinho



Fonte: Página Greve de Fome UFPB (Facebook)

Imagem 13 - Cine debate



Fonte: Página Greve de Fome UFPB (Facebook)

Assim, à medida que aumentavam o número de apoiadores da greve de fome, cresciam as críticas feitas à Reitora e a política de assistência estudantil da UFPB.

Constantemente eram divulgadas na página do grupo na internet lembretes mostrando o tempo transcorrido desde o início do protesto. A demora para negociar com os estudantes agravava mais a situação. Após seis dias do início da greve de fome, os quatro grevistas já estavam debilitados e alguns já tinham sofrido queda de pressão, desmaios, convulsões, ataques de pânico etc.

O diálogo difícil

À medida em que a greve se tornava notícia fora dos muros da universidade, aumentava a pressão por uma resposta em relação à situação dos estudantes em greve e em relação à assistência estudantil na UFPB. Na página do grupo no Facebook, eram divulgadas notas denunciando que as respostas dadas pela reitora à mídia não correspondiam com a verdade. No dia 24/02/2018 os estudantes entregaram ao Vice-Reitor a pauta completa com todas as reivindicações do grupo. Em resposta, no dia 26/02/2016, a Reitoria lança uma nota⁹¹ sobre os pontos da pauta apresentada por manifestantes.

A nota iniciava dizendo que o Vice-Reitor em exercício foi procurado por cinco representantes do grupo de manifestantes e prosseguia dizendo:

[...] O grupo, após redigir o documento, declarou que havia decidido que apenas entregaria o texto na rampa de acesso à Reitoria. O Vice-Reitor foi ao encontro do grupo e por volta das 10h recebeu o documento intitulado: Quem tem fome tem pressa!!

A equipe do Reitorado foi então convocada para análise do teor das reivindicações apresentadas em reunião que durou até às 18h, quando duas Pró-Reitoras dirigiram-se à rampa e convidaram os manifestantes para o Gabinete da Reitoria, visando o pronunciamento oficial da instituição, sobre os 23 pontos pautados no documento entregue. Os manifestantes recusaram o convite (Nota da Reitoria em resposta à pauta dos estudantes).

Na sequência, a nota comentava os pontos da pauta apresentada pelos estudantes. Entre outras coisas, a Reitoria afirma que “[...] todas as pautas de quaisquer segmentos do movimento estudantil [...] têm sido sistematicamente atendidas pela Prape [...]”.

Sobre o edital do auxílio moradia – o estopim da greve de fome – a nota afirmava que “a primeira lista foi divulgada em 22/02, sendo 150 estudantes contemplados. A divulgação da

⁹¹ Ver nota completa nos anexos, p. 275.

segunda lista foi publicada nesta sexta-feira (26/02), no site da Prape, e deverá contemplar mais 108 estudantes. Desta forma, toda demanda qualificada, ou seja, 100% dos requerentes aptos”. A nota da Reitoria prossegue comentando cada ponto da pauta dos estudantes.

Por sua vez, os estudantes lançam, um dia depois, uma nota de repúdio à resposta apresentada pela Reitoria. Afirmam que “a proposta apresentada pela reitora é resultado de uma análise a portas fechadas e sem diálogo com estudantes”. Apontam ainda que a então gestão “é marcada pela ausência de diálogo com estudantes, sempre agindo de maneira autoritária e desrespeitando as organizações estudantis”. Sobre o documento apresentado afirmam que este “não apresenta respostas concretas, conclusivas e que atendam de fato a cada uma das reivindicações exigidas. Contém soluções evasivas e números que não refletem a realidade do cenário universitário, **que é de precarização e sucateamento do ensino e assistência estudantil**” (Nota de Repúdio dos estudantes, grifo nosso).

Na tentativa de ampliar os canais de diálogo, os estudantes auto-organizados, através da Comissão Jurídica do coletivo Greve de Fome UFPB, protocolaram, no dia 01/03/2016, uma representação no Ministério Público Federal e na Defensoria Pública da União com a pauta de reivindicação do movimento grevista. A estratégia era ampliar as chances de diálogo com a Reitora e com a PRAPE trazendo para o campo do conflito outros atores que pudessem intermediar a conversa entre os estudantes e a Reitoria.

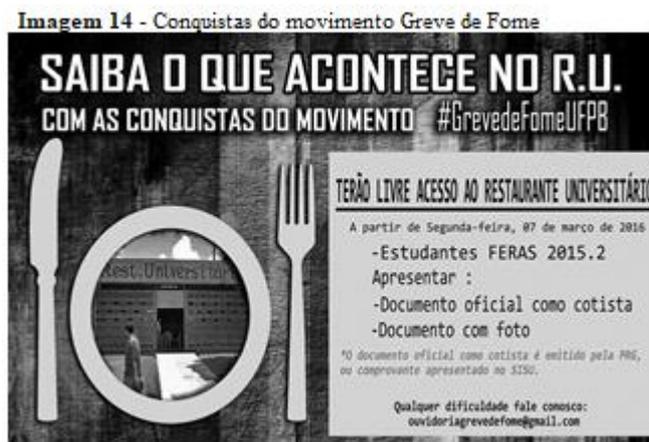
A Defensora Pública, Diana Andrade, que já tinha sido procurada outras vezes pelos estudantes para intermediar conflitos anteriores, esteve no local da greve de fome e atuou na mediação do conflito entre estudantes e universidade.

Os estudantes insistiam em negociar diretamente com a Reitora e sua equipe. E mais: se negavam a negociar em gabinetes e salas à portas fechadas, uma vez que este tipo de negociação já havia sido feito outras vezes e, segundo os estudantes, não trouxeram resultados satisfatórios. Assim, pretendiam com isso manter a dinâmica da organização coletiva que já vinham pondo em prática entre eles de forma que fosse quebrada qualquer hierarquia entre os atores envolvidos no conflito.

Desta forma, os e as estudantes auto-organizados insistiam que a negociação acontecesse no local da greve de fome e que todos os atores envolvidos pudessem participar através das inscrições das falas. O estranhamento dessa nova sociabilidade – que exigia por processos mais horizontais de negociação – fez com que os gestores da universidade insistissem num diálogo “à moda antiga”, mas sem sucesso.

Desfecho

Já se passavam seis dias de greve de fome quando a Reitora decidiu], no dia 29/02/2016, ir com sua equipe conversar com os estudantes na rampa da Reitoria. Estes, juntamente com os representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, deram início às 17h00 à discussão da pauta pondo em prática a abertura de inscrições para a fala organizada por uma comissão de facilitação.



Fonte: Página Greve de Fome UFPB (Facebook)

Pouco tempo depois do início do diálogo, a Reitora se retira do local com sua equipe, escoltada por seguranças, e entra na Reitoria. Os estudantes – revoltados com a situação – a seguiram até seu gabinete chamando-a de volta para a negociação. O gabinete da Reitora foi ocupado e, neste momento, muitos pediam calma para que os ânimos não se exaltassem e nenhum excesso fosse cometido. Revoltados com o diálogo frustrado, os estudantes ocuparam o hall da Reitoria decididos a permanecer no local até o final da greve de fome.

Através da mediação dos representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União é marcada uma nova reunião entre os estudantes grevistas com a Reitora e sua equipe para o dia 02/03/2016. No entanto, a Reitora não comparece à reunião e envia uma equipe formada pelo então Vice-Reitor da UFPB, Eduardo Rabenhorst; o então Pró-Reitor Thompson Oliveira, da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil (PRAPE) e outros dirigentes da Reitoria. Também participaram da reunião a Comissão Direitos Humanos da OAB, o Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB), representantes do Centro de Direitos Humanos da UFPB, além de outras entidades e estudantes de diversos centros da UFPB.

Os estudantes exigiam a participação da Reitora nas negociações das pautas. Todavia, tendo em vista que a greve de fome já durava 10 dias e que os estudantes grevistas já estavam bem debilitados, o movimento decide, em assembleia, em prosseguir com a discussão das pautas mesmo sem a presença da Reitora na negociação. Depois de 12 horas de reunião em torno da pauta apresentada, estudantes e universidade e demais mediadores chegam num consenso a respeito da assistência estudantil na UFPB.

A seguir, destacamos os principais pontos conquistados pelos estudantes do Movimento Greve de Fome.

- Desmilitarização do RU (retirada dos guardas armados do Restaurante Universitário);
- Treinamento humanizado dos guardas com a participação dos Comissão de Direitos Humanos da UFPB;
- Implantação de um sistema online para registros de reclamações ou violação de direitos pelos integrantes da guarda;
- Abertura do RU para todos os feras da UFPB que solicitarem assistência estudantil enquanto não se divulga o resultado da seleção;
- Progressivo aumento da quantidade de refeições oferecidas pelo RU;
- Que sejam contemplados com o RU todos os estudantes que estejam dentro do perfil; socioeconômico estabelecido pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Aumento das ilhas de alimentação de 3 para 5;
- Que todos os alunos que preencham o perfil do Pnaes sejam contemplando com o auxílio Moradia;
- Fornecimento de assistência imediata aos estudantes que chegarem à UFPB para estudar até que todos os processos de seleção da assistência estudantil sejam efetuados;
- Melhorias na estrutura do câmpus IV com implementação de residência universitária, reestruturação do RU e construção de xerox;
- Que não haja por parte da Administração da UFPB represálias administrativas ou jurídicas contra nenhum integrante do movimento Greve de Fome UFPB e Ocupação da Reitoria.

A luta desses estudantes pela assistência estudantil na UFPB não é nova. Ela está conectada com diversas experiências de luta no campo político do movimento estudantil da Paraíba. Basta lembrar da greve de fome que ocorreu no início dos anos 1980 na UFPB quando um grupo de estudantes protestaram contra a cobrança de taxas e contra o fim dos subsídios no Restaurante Universitário. Um dos participantes da greve de fome de 1984, o jornalista Ednaldo Alves publicou um texto na época da greve de fome de 2016 em que fala das lutas estudantis de sua época e das atuais.

[...] Entre os anos de 1984 e 1986, estive junto com a luta de minha geração em **defesa do ensino público** e, por mais de uma vez ocupamos a Delegacia do MEC, Fundação José Américo, Reitoria, Restaurante Universitário e tomando às ruas em protestos, enquanto vários colegas faziam uma GREVE DE FOME (lembro dos então estudantes Chico César, Wagner Spagnul, Magal, Chico Viola). **A pauta? ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.** Era a luta contra a cobrança de taxas e contra o fim dos subsídios, era a luta contra a criação dos tais critérios de carência, era a luta pela gratuidade plena do ensino público.

A transformação de lutas sociais em casos de polícia e a judicialização da gestão universitária também não nos era novidade. Enquanto o bafo da ditadura ainda estava no cangote da administração, dezenas de colegas estudantes foram denunciados na Polícia Federal por “vandalismo”, “cárcere privado”, “invasão de prédio público” e, ameaçados de enquadramento na famigerada Lei de Segurança Nacional (a matrona da atual Lei “antiterror”).

[...] A grande imprensa sempre esteve ao lado da tesouraria da instituição, pois em uma província, o maior pagador é o tesouro. Só tínhamos direito a uma manchete quando conseguíamos encher a rua de estudantes, parar o trânsito ou algo que trouxesse visibilidade. **E, na maioria das vezes a manchete era contra o movimento.**

[...] Hoje, é lamentável ver que a situação não mudou – ou, pior –, em alguns pontos se agravou (ALVES, grifo nosso)⁹².

João Batista afirma que a pergunta que mais ouviu durante a greve de fome foi

“[...] o porquê de eu estar fazendo aquilo, por que você faz isso, sacrificando seu corpo por conta de um auxílio moradia? **Daí minha resposta era que a gente já estava sacrificando nosso corpo aqui dentro da universidade passando fome, a fome tá sendo representada aqui [na greve de fome] pra ser visível, mas a fome ela existe na universidade não só com quatro pessoas, tem centenas de pessoas aqui pobres que não tem o que comer e nem onde morar.** É fome, é fome, frio, humilhação, tem gente se prostituindo pra **poder continuar no curso pra realizar um sonho que não é só dele, é gente que é o primeiro da família que entrou num curso de graduação**” (João Batista, mestrando em Psicologia, UFPB. Grifo nosso).

Marighella, ao fazer um balanço das conquistas do movimento de greve de fome afirma:

A greve de fome ela acontece de forma espontânea, ela se organiza a partir do momento em que ela começa a acontecer e só sobrevive um pouco além do momento maior que era nós acorrentados. Sobreviveu três, quatro semanas depois disso. Depois se exauriu.

[...] Mas teve frutos também. Tanto pra conquistas reais, porque a gente conseguiu mobilizar a nossa universidade num descenso das lutas de massa e isso é um fato muito importante. Tivemos um ganho no número de pessoas se alimentando, pelo menos num período posterior a greve de fome, que foi um número muito maior do que era nossa proposta. O curso de convivência dos seguranças acredito que tenha sido algo dialogado e que acho que passou pra prática.

[...] E dentro dessas muitas pautas algumas delas foram embora, não existem mais. Por falta desse acumulo. Se nós tivéssemos acumulado força, que é o essencial, acumulado pessoas, organizações, dinheiro e uma porrada de outras coisas a gente teria agora disputando pau a pau os rumos de nossa universidade (Marighella, estudante de Ciências Sociais).

Ocupa UFPB (novembro de 2016)

⁹² Cf. <http://www.polemicaparaiba.com.br/entretenimento/o-que-mudou-tres-decadas-da-ultima-greve-de-fome-na-ufpb/>

O movimento Ocupa UFPB nasceu inspirado na onda de ocupações de escolas públicas por estudantes secundaristas de São Paulo, em outubro de 2015, como forma de protesto contra a “Reorganização Escolar”⁹³ proposta pelo governo de Geraldo Alckmin.

O sucesso dos estudantes secundaristas em São Paulo inspirou os estudantes do ensino superior num movimento de ocupações das universidades públicas que se espalhou por todo o Brasil. Em 13 de dezembro de 2016, a página da UNE no Facebook anunciava que já haviam 221 universidades ocupadas. O principal motivo das ocupações era a luta pela educação pública e de qualidade ameaçada pela Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55) – posteriormente aprovada – que limitava drasticamente os gastos públicos com educação e saúde por duas décadas.

Na UFPB, no dia 01/11/2016 estudantes auto-organizados (independentes e de diversos coletivos) organizaram um aulão para trocar informações sobre a PEC 55, a reforma do ensino médio proposta pelo governo federal e o contexto histórico do país. Logo após, aconteceu uma plenária para decidir como os estudantes reagiriam aos ataques à educação finalizando tudo com

um evento cultural. Durante a plenária, ficou decidido pela ocupação da UFPB, marcada para o dia 7 de novembro de 2016. Neste dia, houve um ato em frente ao R.U. Na ocasião, os estudantes confeccionaram cartazes e utilizaram a técnica de estêncil para pintura de camisetas com dizeres contra a PEC 55 e seguiram em cortejo por diversos centros da UFPB até chegar no local em que se daria a ocupação, o Centro de Vivências.

Imagem 15 - 221 Universidades ocupadas



Fonte: Site da UNE

Imagem 16 - Confeção de camisetas com técnica de



Fonte: Fotografia do próprio pesquisador

⁹³ A ideia por trás da “reorganização” era dividir os estudantes das escolas públicas paulista por ciclos, numa clara tentativa de reduzir o número de escolas e os gastos com a educação. O projeto foi amplamente rejeitado tanto pelos estudantes quanto por seus pais, uma vez que faltou, à época, transparência e diálogo com todas as partes interessadas sendo em pouco tempo suspenso.

Além da ocupação do câmpus I da UFPB, em João Pessoa, também foram ocupados o câmpus II (Areia), o câmpus III (Bananeiras) e o câmpus IV (Rio Tinto-Mamanguape). Na UFCG as ocupações ocorreram no câmpus de Sumé, de Campina Grande e de Cajazeiras. Foram registradas também ocupações em algumas escolas públicas da Paraíba e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Além da PEC 55, os manifestantes também pautaram a Reforma da Previdência (PEC 287), a Reforma do Ensino Médio (PEC 746) e o projeto Escola Sem Partido.

No câmpus I da UFPB, os e as estudantes auto-organizados programaram uma série de atividades políticas, educativas e culturais como: debates, aulas públicas, exposições de filmes e documentários, apresentações artísticas etc. Puderam contar com alguns aliados importantes como, por exemplo, a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB-JP) e do Coletivo Representativo de Docentes em Luta (Cordel) que promoveram debates e deram apoio logístico à ocupação dos estudantes.

O Ocupa UFPB foi o momento que os e as estudantes deixaram de lado

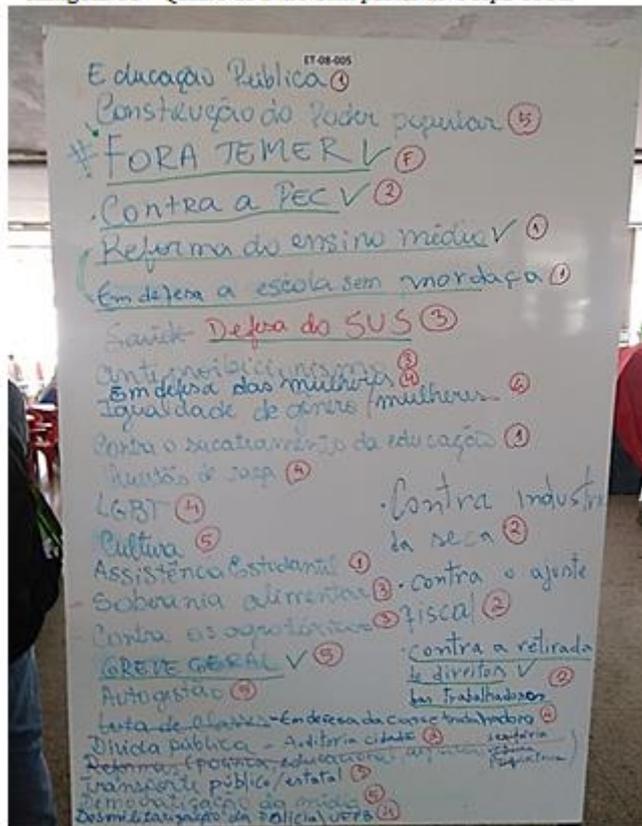
a pauta local da assistência estudantil e entraram em sintonia com a pauta nacional da educação pública e de qualidade, numa clara inversão de prioridades tendo em vista a urgência dos acontecimentos nacionais e do progressivo ataque à diversos direitos conquistados promovido pelo governo Temer. Segundo Carlos Marighella “[...] as pautas lá da PEC 55 já não eram só o RU, o direito a uma ar-condicionado [nas salas de aulas], mudou. Era o direito de permanecer

Imagem 17 - Estudantes em marcha



Fonte: Fotografia do próprio pesquisador

Imagem 18 - Quadro de aviso com pautas do Ocupa UFPB



Fonte: Fotografia do próprio pesquisador

com a universidade aberta. Dá pra compreender esse paralelo do que antes era necessidade e qual foi que se tornou”.

Em uma conversa com um dos estudantes que participou da ocupação, ele nos disse que, no caso da UFPB, a ocupação foi mais um ato simbólico que qualquer outra coisa, tendo em vista que a ocupação do Centro de Vivência – uma área aberta e longe das salas de aulas – não interrompeu as atividades da universidade. Assim, a ideia dos estudantes ocupados era promover o debate sobre os impactos negativos da aprovação da PEC 55 para universidade e pressionar o corpo docente e discente rumo a uma greve geral. A proximidade do fim do período letivo naquele ano também foi um fator que enfraqueceu a ocupação.

Muito embora as ocupações das universidades em todo o Brasil não tenham tido a força suficiente para barrar a aprovação da PEC 55, elas foram importantes uma vez que conseguiram demonstrar certa capacidade organizativa e de articulação dos estudantes à nível nacional. Carina Vitral, então Presidente da UNE, escreveu à época que "uma mobilização tão grande e unificada só teve precedente durante o governo neoliberal de FHC, há mais de 15 anos atrás, que encontrou no movimento estudantil um dos seus principais pontos de resistência" (VITRAL, 2016).

Ocupação da Reitoria pelos estudantes residentes (maio de 2017)

Entre os dias 08 e 12 de maio de 2017 ocorreu mais uma ocupação da Reitoria da UFPB, desta vez pelos estudantes moradores da Residência Universitária Masculina e Feminina (RUMF) desta instituição. Os e as estudantes decidiram em assembleia interna pela ocupação do hall da Reitoria, mas, diferente de outras ocupações, não impediram o funcionamento do espaço e nem obstruíram a entrada dos funcionários.

A ocupação teve como objetivo dar visibilidade às precárias condições em que se encontrava, à época, a residência e cobrar dos responsáveis pela assistência estudantil na UFPB uma solução. A RUMF, que abriga estudantes vindos de diversas cidades do interior da Paraíba

Imagem 20 - Estudantes residentes ocupando a Reitoria



Fonte: Página Ocupa UFPB (Facebook)

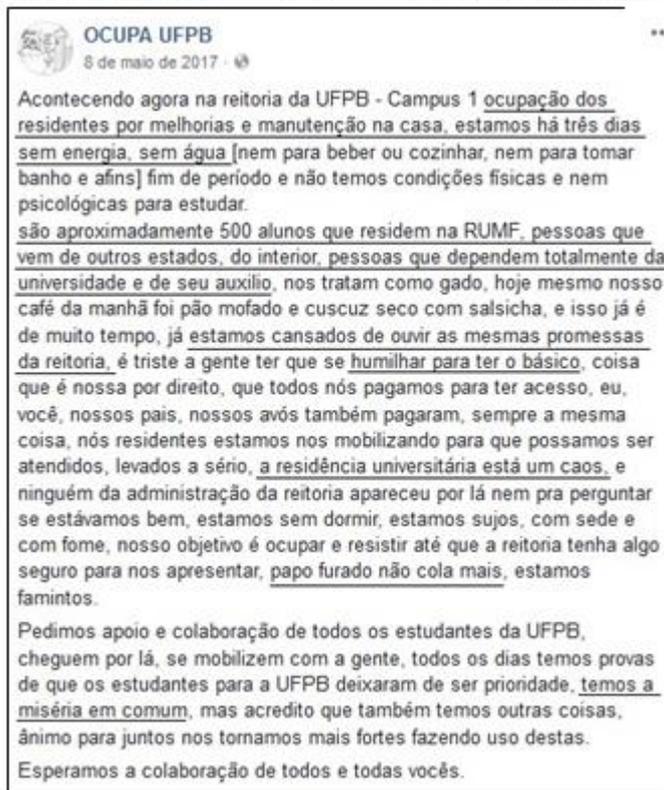
e de outros Estados brasileiros tem, aproximadamente, 500 estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que dependem da assistência estudantil para permanecer na universidade.

Segundo nota dos estudantes residentes divulgada na página Ocupa UFPB, do Facebook, o estopim que teria motivado a ocupação foi a falta de água e energia na residência que já se estendia por alguns dias.

A mesma nota – escrita em tom de indignação e de injustiça – ressalta a forma como os e as estudantes residentes são tratados (como gado), a comida (mofada) que é servida sem uma variação no cardápio e a sensação (de cansaço) em ouvir sempre as mesmas promessas de mudança.

Natália, uma das estudantes que participou da ocupação, afirmou em entrevista que a pauta de reivindicação dos e das estudantes residentes é bem maior.

Imagem 19 - Nota dos estudantes residentes sobre a ocupação da Reitoria



Fonte: Página Ocupa UFPB (Facebook)

São 39 pautas⁹⁴, na realidade. Mas as mais emergenciais eram a questão de não faltar mais energia pra não faltar mais água, que era colocar um gerador aqui, né, e melhorar a rede. Aí vinha outras pautas: acessibilidade, a questão da alimentação, a questão da sala de jogos, quadra [de esportes] que tem quatro anos que quebraram. Quebraram pra construir uma nova e aí nunca construíram, né. Então não quebraram porque alguém [da residência] quebrou. Não. A universidade ia fazer uma reforma e nunca fez, né. Aí, não sei pra onde foi o dinheiro, se gastou, se não veio, a gente não tem esse resultado. E outras mais. A pauta de acessibilidade ela é enorme, ela não é só da residência, ela é do câmpus inteiro. [...] O laboratório de informática que estava com pouquíssimos computadores [...].

Durante os quatro dias de ocupação da Reitoria, enquanto aguardavam a negociação das pautas, os estudantes desenvolveram algumas atividades como, por exemplo: aulas públicas,

⁹⁴ No dia seguinte à entrevista, Natália nos repassou um documento de 51 páginas contendo todas as 39 pautas que foram discutidas com os gestores da PRAPE. O documento é de uma organização e de um detalhamento notável. Ao longo das 51 páginas há a exposição de cada uma das 39 pautas com diversas imagens da residência, suas instalações e equipamentos apontando os problemas que precisam de solução. Cf. ANEXOS, p. 277.

com a participação de professores da UFPB; sessões de massagem e relaxamento, com estudantes do curso de Educação Física etc.

Mais uma vez, o Ministério Público e a Defensoria Pública atuaram como atores importantes na intermediação do conflito entre estudantes e universidade. Em nota publicada na página Ocupa UFPB, do Facebook, os estudantes escreveram “O Movimento de Ocupação já está formulando, junto a defensoria e o ministério público, documentos formais para estruturar ainda mais nossas demandas, e serão esses os documentos apresentados”. No entanto, a mesma nota afirmava que “o Movimento de Ocupação não irá abrir mão do debate cara a

Imagem 21 - Cartazes denunciando os problemas da assistência estudantil



Fonte: Fotografias do próprio pesquisador

cara com a Reitora, ficando fora de questão a discussão das nossas pautas apenas entre a Reitoria, PRAPE, COAPE e Coordenação da Residência”.

A insistência em discutir os problemas da residência diretamente com a Reitora se dá pelo fato destes problemas já terem sido levados ao conhecimento dos Assistentes Sociais da PRAPE e da COAPE. Assim, com a persistência dos mesmos problemas, os estudantes estavam decididos a tratar do assunto diretamente com quem pode resolvê-los.

Além do Ministério Público e da Defensoria Pública, outros atores/instituições procurados pelos estudantes foram: a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB), o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, e a Comissão de Direitos Humanos. Em nota publicada nas redes sociais, os estudantes se mostraram indignados com a restrição imposta pela Reitoria para que estes atores/instituições não tivessem fala na reunião.

Na ocasião em que estivemos na ocupação, os estudantes estavam reunidos com a Defensora Pública, Diana Andrade, discutindo a pauta da residência universitária. Uma anotação em nosso caderno de campo revela que, neste momento, alguém teria perguntado aos estudantes se eles haviam buscado apoio. Um dos estudantes da ocupação respondeu que eles [os residentes] não queriam partidos políticos no movimento, pois estavam tentando evitar os erros das outras ocupações. A fala do estudante sugere que a atuação dos partidos políticos nos atos e ocupações estudantis podem tirar o foco do movimento e, portanto, são vistos como um erro e devem ser evitados. Tal visão expõe os conflitos existentes entre os agentes, grupos e coletivos políticos presentes no movimento estudantil que se desenvolve no campo político universitário. Exploraremos melhor este ponto mais à frente.

No dia 12 de maio de 2016, os estudantes desocuparam o hall da Reitoria. Neste mesmo dia, foi marcada uma reunião com a Reitora e os Pró-Reitores para o horário da tarde. Segundo nota divulgada pelos estudantes, a Reitora não compareceu. Através da intermediação dos representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública foi marcada nova reunião que, devido a quantidade de pautas, teve que ser dividida em três dias para discuti-las.

Na página Ocupa UFPB os estudantes escreveram: “Durante as reuniões foram conquistadas muitas coisas pelos estudantes! Conquistas que serão cobradas e acompanhadas de perto! Porém, as maiores conquistas foram a união, o companheirismo e vontade de lutar por melhorias que uniu os residentes”.

Certamente, os protestos estudantis mostrados aqui foram experiências bem mais complexas e cheias de nuances, portanto, transbordam a descrição ora apresentada. Eles nos mostram que as formas de ação coletiva trazem a marca da origem de classe de seus praticantes em diálogo com outros atores e em um novo contexto. Assim, o ingresso de estudantes de origem popular na universidade gerou um grupo que desenvolveu uma identidade comum, que estabeleceu laços de sociabilidade e práticas de ação política próprias. Ao levar a pauta da assistência e permanência do estudante na universidade para o centro do debate, estes estudantes inserem esta pauta dentro das lutas e experiências políticas do movimento estudantil contemporâneo. Estas experiências nos oferecem um panorama capaz de nos situar no quadro maior das lutas contemporânea do ME no ensino superior.

5.2 O campo político universitário

Em que consiste?

Ao analisar o campo científico, Bourdieu (1983) nos mostra que é na universidade que se dá a luta pelo monopólio da competência científica. Assim, postula que

O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica*, definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, **compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente** (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p.122-3, grifo do autor).

Nestes termos, sendo a universidade um espaço social diverso, acreditamos que outras lutas ocorrem em seu interior, a exemplo da luta pelo poder político que se verifica no que estamos chamando aqui neste trabalho de campo político universitário. Ainda segundo Bourdieu, o campo político pode ser entendido

[...] ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que **os mandantes**, em consequência da distância diferencial em relação aos **instrumentos de produção política**, mantêm com os seus **mandatários** e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações (BOURDIEU, 2009, p.163-164, grifo nosso).

Portanto, o que está em disputa no campo político universitário é o monopólio da competência política sobre os instrumentos de produção política. Assim, a luta pelo monopólio da competência política – que confere poder de decisão sobre os recursos disponíveis no campo e de como aplica-lo – opõe diferentes agentes que se posicionam de forma distinta frente a este objeto de disputa tendo suas posições mediadas, uma em relação às outras, pela quantidade de capital político⁹⁵ que dispõem cada um dos agentes.

Sendo o campo político um campo de disputa, é possível distinguir nele, de um lado, o polo dominante e, de outro, o polo dominado (ou concorrente). Assim, a universidade – através de sua gestão central/burocrática – se localiza no polo dominante, ou seja, aquele que, através de estratégias de conservação visa garantir o monopólio da autoridade/competência política.

⁹⁵ Não só o capital político, tendo em vista que, no caso do campo político universitário, este tipo de capital pode vir acompanhado de outras espécies de capital como o capital científico.

No outro polo, os estudantes (posição de concorrentes)⁹⁶ se inserem no campo e se aproximam do objeto de disputa na medida em que incorporam um *habitus* político. É desse sistema de relações – certamente mais complexo do que descrevemos até aqui – que resulta, de um lado, o projeto científico/educacional da universidade e, de outro, o projeto político do movimento estudantil de uma dada época. À seguir, analisaremos o primeiro o polo.

O polo dominante

A universidade, instituição notadamente voltada à fins científicos e educacionais, é organizada pela lógica da administração burocrática através de órgãos administrativos como Reitoria, Pró-Reitorias e Administrações Setoriais; e por órgãos deliberativos que decidem de forma colegiada. O monopólio da competência política – que se expressa através das leis, editais, aberturas de processos licitatórios, ordens, despachos, decisões de colegiados⁹⁷ etc. – é exercido via competências adquiridas pelos diversos agentes que atuam no campo político universitário na internalização do *habitus* que lhes confere um *quantum* de capital político necessário para decidir sobre as regras de funcionamento do campo. Assim, acreditamos que no espaço universitário, a competência necessária para atuar no campo e moldá-lo passa pelo acúmulo de capital científico (BOURDIEU, 1983) que pode ser convertido em capital político – através de cargos e funções – que permitem a seu portador exercer o monopólio da competência política via máquina burocrática universitária e seu corpo de funcionários (estes últimos operacionalizando as decisões tomadas por aqueles que realmente decidem).

Bourdieu (1983), ao tratar da acumulação do capital científico afirma que “a autoridade científica é, pois, uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, **reconvertido em outras espécies [de capital]**”. E mais: “este processo continua com o **acesso aos cargos administrativos**, às comissões governamentais etc.” (BOURDIEU, 1983, p.130, grifo nosso).

Sendo a universidade uma instituição norteada por diretrizes e metas que visam fins específicos em relação à educação e tecnologia de um país, se faz necessário que, antes de tudo,

⁹⁶ Quando, aqui no caso estudado, afirmamos que os estudantes ocupam o polo concorrente é preciso não incorrer no erro de achar que eles visam ocupar o lugar (e os cargos) daqueles que estão na posição do polo dominante. Na verdade, o que está em jogo é o poder do monopólio da competência política sobre os instrumentos de produção política, ou seja, o poder de decisão no campo político. Ou o poder de exercer influência no campo.

⁹⁷ Há a representação estudantil nestes órgãos. Alguns deles são: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselhos de Centro, Colegiados Departamentais e de Cursos entre outros.

o agente possua capital científico suficiente (aquilo que distingue seu portador como conhecedor da área que atua) para que possa convertê-lo em capital político. No espaço acadêmico, a interiorização do *habitus* acadêmico – via obtenção de títulos, participação em congressos, pontuação em currículo com artigos, bancas, pesquisas etc. – capacita o agente a converter capital científico em capital político.

Assim, periodicamente, a universidade outorga à agentes específicos a competência política que os legitimam enquanto instancia de poder e decisão sobre a própria universidade e seus recursos. Uma vez investido da competência política, o agente passa a exercê-la através da administração burocrática (WEBER, 1984), que retira sua legitimidade na força da norma e no cumprimento da lei.

Se por um lado temos o agente investido de competência política para atuar no campo político universitário, por outro, temos a própria universidade enquanto instituição e modelo organizacional burocrático regida por estatutos, regulamentos e normas que lhe assegura – a ela e a sua gestão central/burocrática – a posição de polo dominante no campo político universitário. Portanto, a universidade e sua gestão central/burocrática garante a posição de dominação no campo político universitário através da dominação legal (WEBER, 1984) que, segundo nossa compreensão, tem função de estratégias de conservação que visa garantir o monopólio da competência política.

Para nós, uma dessas estratégias se mostra, por exemplo, na não paridade existente entre docentes, estudantes e técnicos administrativos nas decisões colegiadas via órgãos deliberativos⁹⁸. Tal expediente, encontra-se amparado no Art. 56, *Parágrafo único*, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que diz: “Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes” (LDB, 2017, p.39)⁹⁹. Desta forma, os estatutos das universidades públicas brasileiras garantem 70% dos assentos em seus órgãos deliberativos aos professores, sendo os outros 30% restantes divididos entre a representação discente (15%) e a representação técnico administrativa (15%).

Frequentemente questionado pelos estudantes em seus movimentos reivindicatórios, o modelo proporcional adotado nas decisões colegiadas das universidades é uma forma evidente

⁹⁸ Como, por exemplo, Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselhos de Centros, Colegiados Departamentais e de Cursos entre outros

⁹⁹ Sendo a universidade uma instituição que é expressão de um dado sistema social, observa-se aqui a influência exógena exercida pelo sistema sob a universidade.

de assegurar a manutenção da ordem do campo político universitário sob o poder do polo dominante. Retomaremos este ponto um pouco mais à frente. Passemos agora ao segundo polo presente na estrutura do campo político universitário.

O polo concorrente

Outra posição que se faz presente na estrutura do campo político universitário é a dos concorrentes, para nós corporificado na figura do e da estudante que milita no movimento estudantil de sua época. Assim, o ME se desenvolve na estrutura do campo político universitário como resultado de um sistema de relações que entrelaça diferentes agentes que põe em jogo diferentes estratégias na disputa pelo poder político que se dá tanto internamente, quanto em oposição ao polo dominante.

Sendo o estudante um novato no espaço social (universidade) onde acontece as relações de poder (campo político universitário), o pouco capital científico acumulado – além do próprio *status* de estudante – imediatamente o coloca na posição de polo concorrente. No entanto, há brechas deixadas em aberto no polo dominante que garantem certo espaço de movimentação e poder de decisão aos concorrentes, ainda que limitado. Contudo, sua proximidade e influência em relação a esse poder é tanto maior quanto for a internalização do *habitus* político.

A noção de *habitus* de Bourdieu nos é útil na medida que nos ajuda a perceber que

[...] as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social (BOURDIEU, 2004, p.158).

Adotamos a noção de *habitus* entendendo-a como “[...] um princípio mediador, princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições de existência” (SETTON, 2002, p.62). Portanto, é um conceito que, ainda que visto como um sistema engendrado no passado, orienta para uma ação no presente. Assim, a noção de *habitus* nos auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica e de um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente (SETTON, 2002).

No campo político universitário, a atuação dos estudantes (concorrentes) os colocam em relação direta com o outro polo, ou seja, a gestão central/burocrática da universidade (dominantes). Esta relação se desenvolve ora em períodos de harmonia e outrora em períodos de conflitos mais ou menos intensos. Esses conflitos são resolvidos (ou parcialmente

resolvidos) dentro da lógica do próprio campo político universitário e dos meios disponibilizados para solução dos problemas originados no espaço social (universidade). Como vimos mais acima, a atuação discente no campo político é garantida no próprio estatuto da universidade. Contudo, sua proximidade e influência em relação às decisões políticas é tanto maior quanto for a internalização do *habitus* político. Por *habitus* político se compreende

[...] em primeiro lugar, toda aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos [...] produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política [...]. Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma *submissão* de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos [...] (BOURDIEU, 2009, p. 169-170, grifos do autor).

A noção de *habitus* político nos ajuda, portanto, a compreender a incorporação de valores e ideias políticas, a partir da trajetória do agente, bem como a ação que é posta em prática decorrente da internalização desses valores e ideias. Assim, a internalização do *habitus* político confere ao estudante toda uma gama de conhecimentos práticos (retórica política, hierarquias, valores, censuras etc.) necessários para atuar no campo.

É bem verdade que este processo de socialização política do jovem não está restrito apenas ao espaço da universidade. Na verdade, ele pode acontecer bem antes de sua entrada no ensino superior como, por exemplo, no espaço familiar, na escola, em grupos de amigos, em coletivos e partidos políticos, em ONG's e movimentos sociais etc. (como mostra a trajetória de Davi, Rogério, Nívea, Marighella e Carlos Lamarca discutidos no capítulo anterior). Mas, é possível que a internalização do *habitus* político só ocorra após a entrada no ensino superior¹⁰⁰ (como podemos comprovar com os exemplos de Natália Vieira, João Batista e Virgínia).

Ao passo que se dá a internalização de um *habitus* político, o estudante se encontra cada vez mais propenso a reivindicar para si parte do monopólio da competência política que lhe habilitaria a moldar o espaço social (universidade) conforme seu desejo. No entanto, alerta

¹⁰⁰ Nestes casos, temos a situação de estudantes que raramente tiveram alguma experiência política, seja em movimentos sociais, partidos políticos, militância em coletivos e grupos entre outros. Como temos trabalhado aqui, elas só passam a ocorrer na universidade a partir do momento em que a experiência vivenciada pelo estudante traz à tona situações de precarização, injustiça, exclusão e outros sentimentos que podem levá-lo a se engajar num movimento de mudança. Desta forma, é através da experiência que o ser social (estudante) desperte a consciência social (reflexão sobre as questões materiais vivenciadas).

Bourdieu (1983, p.138): “os novatos [...] só poderão ‘vencer os dominantes em seu próprio jogo [...]’”. Assim, as regras do jogo do campo político universitário são as regras previamente estabelecidas por aqueles que ocuparam e ocupam a posição de dominantes.

Disto resulta que a atuação política estudantil se dá nos limites determinados pelos estatutos, regulamentos e normas do polo dominante (gestão central/burocrática da universidade). Assim, tendo em vista a garantia da participação estudantil (de 15%) nos assentos em cada órgão colegiado e comissão, esta participação se dá, principalmente, via representação política através do DCE, CA’s e DA’s. No entanto, a atividade política do estudante na universidade pode ocorrer também nos limites de sua capacidade de aglutinação do corpo discente através de grupo de pressão em movimentos de protestos auto-organizados – tendência cada vez mais crescente nos movimentos políticos juvenis contemporâneo.

Neste caso específico, a pesquisa de campo nos mostrou que, longe de ser algo extraordinário, os atos e protestos auto-organizados por estudantes que atuam por fora das instituições de representação estudantil são, na verdade, cada vez mais frequentes – como pudemos observar nos exemplos mencionados no início deste capítulo. Isto está ligado a um fenômeno que não é local, mas geral, na medida em que se constata a perda da confiança nas instituições políticas em boa parte dos sistemas democráticos do mundo contemporâneo. Deste modo, ao passo que diminui a crença nas instituições políticas, amplia-se cada vez mais o fosso entre representantes e representados ampliando, concomitantemente, a crise de legitimidade da democracia representativa.

Não é nosso objetivo aqui fazer uma discussão daquilo que na Ciência Política e na Sociologia Política é conhecido também por crise de representação política. Para isto, há uma vasta bibliografia disponível. Cabe aqui destacar que tal crise atravessa as várias instâncias da representação política, entre elas a estudantil. Desta forma, não é de se estranhar que cada vez mais se fale em fragmentação do ME e no desinteresse dos e das estudantes pela política estudantil tradicional.

Portanto, a perda de confiança nas formas de representação política tradicional deu origem a um fenômeno que, embora não seja algo novo, tem sido cada vez mais frequente na militância entre os jovens: as ações autogestionárias que tem como alicerce a democracia direta baseada na horizontalidade nas decisões. Com isso, apaga-se o peso das hierarquias e da burocracia a ela atrelada, dos líderes, da vanguarda e de ideais previamente estabelecidos e que

devem ser alcançados¹⁰¹. Toma o primeiro plano a pauta que motivou o protesto e os meios utilizados para concretizá-la – o que será decidido de forma coletiva.

Desse modo, quando determinado seguimento estudantil não encontra acolhimento para sua pauta nas formas de representação tradicional – legitimada pelo polo dominante do campo político universitário – a representação (que neste caso não existe) abre espaço para a auto-representação. Foi isso que evidenciou a nossa pesquisa de campo quando tratamos, mais acima, do “Ato dos estudantes pelo Auxílio Moradia (janeiro de 2016)” em que João Batista, um de seus organizadores, procurou o DCE mas não obteve apoio. A perda do elo representativo levou João Batista e os demais estudantes que estavam no ato a, literalmente, “se virar sozinhos”. Situação semelhante ocorreu na “Ocupação da Reitoria pelos estudantes residentes (maio de 2017)” em que os próprios residentes se negavam a ter apoio de outros agentes políticos.

O fato de não serem iniciados na militância estudantil, dificultou a criação de vínculos políticos que possibilitassem a obtenção de apoio para sua demanda. Dito de outra forma, a ausência de um *habitus* político – que permitisse interiorizar as regras do campo político e reconhecer previamente seus agentes, aliados e opositores – levou os estudantes a procurar ajuda onde ela não seria possível.

João Batista, em entrevista para esta pesquisa, afirmou que “O DCE é comprado também pela reitoria, o DCE não resolvia nada, a gente foi até o DCE e eles cruzaram os braços”. Na mesma fala, diz que quando os estudantes mobilizados pensaram em fazer uma representação do Auxílio Moradia, o Pro-Reitor ficou sabendo e lhes disse: “Olhe, é importante que vocês coloquem alguém do DCE”. Neste momento, João Batista percebeu que a insistência do Pró-Reitor para que eles colocassem alguém do DCE evidenciava uma cumplicidade entre os dois órgãos.

O exemplo acima nos mostra uma possível ligação política do DCE com setores da Reitoria. Atitudes como esta marcam diferentes representações de luta entre os agentes do mesmo polo: de um lado, estudantes precarizados com a pauta do Auxílio Moradia; e de outro, os estudantes “institucionalizados” (DCE) preocupados em conservar o poder através da manutenção do apoio com setores da universidade. Instaura-se aí um conflito entre agentes do mesmo polo na medida que, ao levar sua demanda para o campo político universitário, os

¹⁰¹ Certamente, aqueles e aquelas que estão na militância compartilham dos ideais de uma sociedade mais igualitária e livre das opressões de classe, de gênero, étnico-raciais etc. No entanto, as mobilizações autogestionárias organizam-se e aglutinam seus participantes em torno de ações pontuais que tem implicações na sua vida cotidiana sem, contudo, deixar de lado estes ideais.

estudantes precarizados acabam exigindo dos “institucionalizados” uma posição que os colocaria em oposição àqueles que os apoiam no polo dominante.

Talvez por esse mesmo motivo a então gestão do DCE não tenha apoiado o protesto da Greve de Fome ocorrido em fevereiro de 2016.

[...] eu lembro que o DCE publicou uma nota contrária a movimentação da greve de fome, acho que no primeiro ou no segundo dia. E isso gerou um embate muito complicado dentro aqui da universidade. Esse embate foi tão preciso que **houve um racha na gestão do DCE durante a greve de fome onde as pessoas que eram a favor da greve de fome se abstiveram e se desligaram da gestão por conta da decisão que o DCE tinha tomado**. Eu lembro que rolou um burburinho durante a greve de fome com o pessoal todo comentando isso, que a gestão do DCE chegou a rachar, o grupo que se separou e começou a colar na greve de fome (Carlos Lamarca, estudante de Ciências Sociais, grifo nosso).

A postura da então gestão do DCE de não apoiar a pauta estudantil da assistência – demonstrada através de vários protestos (como visto mais acima) – agrava a tão sofrida representação política entre os estudantes fazendo a entidade cair em descrédito e diminui ainda mais a representação estudantil nos espaços de decisões do campo político universitário. Em nossa pesquisa, diversos estudantes entrevistados ressaltaram esta questão:

[...] o momento em que a gente mais se organizou foi durante a Greve de Fome. [...] Por ser mais **estudantes independentes que tavam ali**, movimentos oportunistas da época como **o DCE, por exemplo, que apoiava a Reitoria e esse tipo de coisa, não tiveram tanta força de poder direcionar**. Então, acabou que **a gente conseguiu uma horizontalidade mais interessante** ligado também a uma realidade mais dinâmica pra esse processo (Francisco Oliveira, estudante de Psicologia. Grifo nosso).

A fala de Francisco evidencia o fosso existente entre estudantes e sua entidade representativa maior na universidade. Assim, o apoio da então gestão do DCE à Reitoria abriu espaço para dois movimentos contrários, mas complementares: primeiro, para o descrédito em relação à entidade e sua função representativa; e segundo, para o aumento da crença entre os estudantes das vantagens da auto-organização e da autogestão (mais horizontalidade, mais dinâmica nos processos de decisão, portanto, maior independência).

Sendo assim, podemos afirmar que a atuação independente dos e das estudantes nos atos e protestos fora das entidades representativas tradicionais e, portanto, fora dos limites determinados pelos estatutos, regulamentos e normas do polo dominante, se caracterizam como estratégias de subversão. Sobre o assunto, Bourdieu mostra que

Os que participam na luta contribuem para a reprodução do jogo contribuindo [...] para produzir a crença no valor das paradas em jogo [do que está em disputa]. Os novos que entram têm de pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo [...] e no reconhecimento (prático) dos princípios de fundamento do jogo. Estão consagrados a estratégias de subversão, mas que, sob pena de exclusão, permanecem dentro de certos limites. E de facto [*sic*], as *revoluções parciais* de que os campos são continuamente lugar não põem em questão os fundamentos do próprio jogo, a sua axiomática fundamental, o alicerce de crenças últimas sobre as quais assenta todo o jogo (BOURDIEU, 2003, p.121, 122, grifo do autor).

Portanto, boa parte das mobilizações estudantis nos dias atuais expressam, de certa forma, uma busca pela representação política perdida. E, no caso do campo político universitário, a auto-representação – via movimentos e atos de pressão, como as ocupações – se configura como uma estratégia de subversão que visa resolver a pauta ora em questão por meios incomuns à lógica do campo. Este tipo de prática política, que procurar dar visibilidade a uma demanda, mesmo estranha à lógica do campo, não pode ser ignorada, tendo em vista que tal demanda é produto do próprio espaço social (universidade) e afeta diretamente um dos polos pertencentes ao campo, ou seja, parte expressiva do corpo discente.

No entanto, as soluções para estas reivindicações são quase sempre soluções parciais. Seu tratamento é feito de remendos que se desfazem e são refeitos até que a “ferida” fique novamente exposta por completo e o “enfermo” reclame mais uma vez por solução. Os cortes de verbas do Governo Federal, a má gestão ou até mesmo o descaso de gestores e funcionários são fatores que ora juntos, outrora individualmente podem agravar a situação.

Assim, a chegada em massa de estudantes de origem popular na universidade pública federal e os problemas decorrentes da assistência estudantil fizeram emergir no campo político universitário um novo ator, o “estudante precarizado”. O conflito decorrente de sua chegada no campo político instaura-se na medida em que ele traz consigo a pauta da assistência estudantil e se depara com as dificuldades de solucioná-la pelos canais tradicionais consentido pelo polo dominante.

Estando a produção propriamente política concentrada nas mãos daqueles que dominam o campo, os dominados, limitados em sua ação pelos estatutos e normas da universidade, assim como pela pouca ou nenhuma representação política de suas entidades e, portanto, desprovidos da competência política necessária, se valem de estratégias de subversão como instrumento próprio de produção de discursos e atos políticos.

Disposição, aliados e impasses do polo concorrente

Em nossa pesquisa, constatamos que o movimento estudantil (que atua no campo político universitário) é constituído por sujeitos, grupos, coletivos e instituições de diferentes orientações ideológicas e políticas. cremos que esta pluralidade de ideias, de ideais e grupos é um retrato do sistema político partidário brasileiro – também fragmentado em seus quase 35 partidos políticos – que se reflete no ME com predominância dos partidos e grupos de esquerda. Soma-se a isto, os coletivos que fazem a discussão política que tem como fundo as questões de gênero, as discussões étnico-raciais, LGBT etc.

Este complexo emaranhado de pessoas e grupos, perpassados por diferentes concepções de política e de luta, compõem o polo concorrente do campo político universitário que atua com o objetivo de ampliar a competência política sobre os instrumentos de produção política capazes de modificar o campo. Se organizam em torno de suas entidades representativas (CA's, DA's, DCE etc.), em grupos e coletivos (LEVANTE, ANEL, UJR, “Estudantes Independentes”, Correnteza etc.) ou em ações pontuais e autogestionárias que podem aglutinar num mesmo grupo pessoas destas diferentes entidades e coletivos.

Muito embora seja cada vez mais crescente a descrença na representação estudantil, as disputas em torno de suas entidades representativas são igualmente cada vez maiores e mais acirradas. Este paradoxo explica-se pelo fato de ser tais entidades espaços de poder que, embora abalados pelo ceticismo geral em relação à sua função, são espaços legítimos de atuação estudantil reconhecidos pelo polo dominante. Assim, as eleições para CA's, DA's e, principalmente, para o DCE (e, à nível nacional, para a direção da UNE) mobilizam os diferentes grupos, coletivos e pessoas que disputam a confiança daqueles e daquelas aptos a votar e a eleger uma das chapas em disputa.

Sendo espaços de poder, o interesse pelas entidades representativas estudantis vai além dos muros da universidade atraindo pessoas e grupos que orbitam em torno do ME. Assim, esses outros agentes estão virtualmente presentes no campo político universitário atuando na condição de aliados do polo concorrente. Os partidos políticos são um deles e tem interesse direto no movimento estudantil, tendo em vista que muitos dos quadros partidários atuantes na política nacional e local são oriundos deste movimento. Denis, recém formado em Ciências Sociais e militante da JSB (Juventude Socialista Brasileira)¹⁰², nos dá uma pista para

¹⁰² Ala jovem do PSB (Partido Socialista Brasileiro).

compreendermos o porquê da relevância das entidades estudantis para os grupos políticos que estão além dos muros da universidade.

Na macroestrutura do poder brasileiro interessa muito para esses agentes [da política partidária] o DCE, o DA, o DA de Direito, o DA de Pedagogia, entendeu? **Porque eles têm representatividade.** Ano passado¹⁰³, quantos candidatos eram [...] professores daqui? Você anda nessas praças [da universidade] pra tomar um café... Não tem mais aquela distância... Nossa, o Governador! O candidato à prefeito! E você encontra eles aqui andando [pela universidade]. Eles dão a referência da importância de um DCE, de um DA, de um Sindicato... De dois em dois anos é uma treta nessa universidade parece que vão se matar. [...] Então, esses locais são importantes (Denis, militante da JSB. Grifo nosso).

É clara a influência dos partidos políticos tanto no corpo docente quanto no corpo discente. É claro os interesses das oligarquias com a instituição UFPB porque **ela tem a capacidade de gerar muitos votos dentro do Estado da Paraíba** (Marighella, estudante de Ciências Sociais. Grifo nosso).

Querendo ou não **este espaço aqui é um espaço de poder. É aqui que tá o poder do negócio.** Então veja só. Você acha que os partidos políticos não vão querer pegar a sementinha daqui pra poder daqui a 30, 40 anos está lá no Congresso? É lógico, então tem que começar aqui o processo. **Só que eles contaminam qualquer coisa que a gente tente fazer com um viés mais político.** E não é só aqui, né? Isso é geral mesmo. Tá acontecendo um processo reivindicatório, vem certas pessoas chave de determinados grupos se reúnem por fora de qualquer coisa, chegam com uma resposta e você jura que tá num processo democrático (Davi, estudante de Psicologia. Grifo nosso).

Como mostra as falas de Denis e Davi, as entidades estudantis além de serem espaços de poder são também espaços representativos de um amplo número de estudantes universitários sendo, desta forma, um meio de acesso a este seguimento e, portanto, visados por grupos políticos. Para Marighella, não só o corpo discente, mas também o corpo docente sofre a influência dos partidos que visam seus respectivos votos. No entanto, Davi chama atenção para um dado importante: a interferência desses grupos nos processos decisórios estudantis que podem acontecer à parte da maioria. Segundo seu entendimento, este tipo de procedimento mina o processo decisório na medida em que as escolhas podem não ser a da maioria. Enquanto isso, “você jura que está num processo democrático”.

Na condição de aliados, os partidos políticos (mas também os sindicatos) atuam ainda oferecendo apoio logístico (xérox, aparelhos de som etc.), formação política e outras formas de fomentar as atividades políticas estudantis. Muitos dos partidos possuem uma ala jovem que são espaços de formação de futuras lideranças políticas. Muitos desses jovens frequentam a

¹⁰³ Se refere as eleições de 2016 para prefeitos e vereadores.

universidade e atuam no movimento estudantil fazendo a ponte entre os interesses do partido e o movimento dos estudantes e vice e versa.

Nossa pesquisa evidenciou outros agentes que estão virtualmente presentes na estrutura do campo político universitário na condição de aliados do polo concorrente, são eles: o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública, o Coletivo Representativo dos Docentes em Luta (Cordel)¹⁰⁴ e a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB-JP). Os dois primeiros desempenharam um papel de extrema importância na mediação dos conflitos entre estudantes e universidade – como visto mais acima – oferecendo apoio jurídico e na defesa dos direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição. Em diversas lutas estudantis, estes dois órgãos foram atores decisivos em momentos de grande impasse entre os estudantes e os gestores da universidade.

Professoras e professores ligados ao Coletivo Representativo dos Docentes em Luta (Cordel) da UFPB e a ADUFPB-JP em diversos momentos participaram junto aos estudantes de reuniões procurando dar apoio a questões do universo estudantil e outras mais gerais no âmbito da universidade. Alguns dos temas debatidos (anotados em nosso caderno de campo) e que contou principalmente com o apoio do Cordel foram: a privatização dos espaços da universidade, cortes de bolsas, autoritarismo da gestão, taxaço dos Centros Acadêmicos (CA's) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), desocupação dos pontos de comércio (restaurantes, lanchonetes e xerox) para abertura de processo licitatório entre outros. Estes temas reuniram professores, estudantes e comerciantes da UFPB que procuraram de forma mútua somar forças e enfrentar estas questões¹⁰⁵.

Como discutido mais acima, a internalização do *habitus* político pode se dar em diferentes momentos da vida do jovem que pode acontecer antes ou depois de sua entrada no ensino superior. De uma forma ou de outra, isto o capacita a fazer parte dos movimentos políticos de sua geração. No entanto, há ainda na universidade um amplo número de discentes – e aqui não precisamos dizer que é a esmagadora maioria – não organizados, pouco ou nada participativos, mas que podem eventualmente aderir às mobilizações estudantis com maior ou menor intensidade. Esta grande massa de estudantes orbita também o campo político universitário enquanto uma força latente que, se não atua diretamente no movimento estudantil, ao menos está habilitada a participa das escolhas das chapas dos CA's e DCE.

¹⁰⁴ Certamente, outros aliados podem eventualmente contribuir com o movimento dos estudantes na UFPB, não descartamos essa possibilidade. No entanto, estes foram os que tiveram mais presentes e atuantes durante nossa pesquisa e observação de campo.

¹⁰⁵ Cf. ANEXO, p. 281-282.

No campo político universitário os impasses e conflitos oriundos dos numerosos grupos e coletivos que cultivam diferentes orientações ideológicas, políticas e formas de luta é uma regra e não uma exceção. Além disso, há também os conflitos em torno das questões de gênero e de sexualidade presentes entre os militantes que em algum momento surgem gerando confrontos que acabam dificultando o encaminhamento das pautas. Sobre isso, Cleiton Júnior chama atenção a respeito da fragmentação e dos estigmas no ME:

É complicado, é muito complicado. Porque aí a gente volta naquela... A gente tá tudo fragmentado. Pra gente conseguir lutar a gente tem que passar por cima de um monte de coisa, em primeiro lugar.

Escolhemos você é “macho uó”. Então, você morreu aqui porque nós não vamos mais dar bola pra você, tá ligado? Então quem escolheu fomos nós, então, eu não sou se eu tô condenando você a isso. Aí isso acontece com a bicha... Olha, são vários termos horríveis: é o “macho uó”, é a bicha escrota, sei lá... Aí tem as feministas que condenam as feministas radicais, as radicais [criticam] as tradicionais e assim vai, entendeu? Esses conflitos, **essa vontade de dizer quem somos** acaba se tornando maior. Aí na hora do perrengue quando tá trinchado aí fulaninho engole a seco, sabe?

Você vive com medo do estigma, entendeu? Você tem que tomar cuidado com tudo assim... Por que a militância ela é cruel hoje em dia. Ela é a militância do capitalismo. Ela tá passada de cima a baixo de capitalismo, da mentalidade capitalista (Cleiton Júnior, estudante de Ciências Sociais. Grifo nosso).

Logo abaixo, Heloísa e Eva, estudantes que atuaram no ME independente da UFPB, destacam, respectivamente, o que para elas seriam os principais motivos de tensão na militância política entre os estudantes hoje. Suas falas evidenciam a questão do protagonismo personalista e apontam para outros fatores de conflitos entre os grupos.

Uma das principais tensões era justamente isso **o protagonismo da luta, era uma das principais tensões de grupos políticos que tentavam protagonizar a luta**. Também é uma coisa que eu via acontecer era essa questão de disputa por protagonismo e depois vinha a tensão, principalmente dos grupos independentes pra que aquilo não acontecesse [...]. A gente tentava fazer um processo que fosse de forma mais horizontal, que é sempre muito difícil, mas, enfim, era essa a proposta [...].

Outra tensão era a questão das prioridades [das pautas], porque sempre tem as pautas: RU, residência, pesquisa, enfim. [...] Já que a gente tinha conseguido aquele momento de organização, de juntar pessoas que é tão difícil de se fazer na universidade, então a gente tentava aproveitar aquele momento pra também... não se aproveitando das pessoas, [...] mas pra tentar puxar pautas que fossem reflexo do que tava acontecendo nacionalmente e que também eram prioridades do movimento estudantil, que era o acesso à educação, acesso à saúde, privatização do ensino público superior, enfim. Era outra coisa que eu também via que acontecia muita tensão porque as pessoas tinham muita resistência [...]. (Heloísa, estudante do 8º período de Economia.

Ex-militante da Marcha Mundial das Mulheres e do ME independente na UFPB. Grifo nosso).

Eu acho que **o problema do protagonismo é uma coisa muito forte a se considerar**. Porque determinados grupos sociais querem o protagonismo pra eles e acaba tendo esse impasse do protagonismo, que eu acho uma bobagem, mas existe isso. [...] **Mas é político também, porque eles querem galgar seus espaços políticos, principalmente movimentos sociais organizados**. Isso é uma das coisas que tenciona muito, tanto o fato de organizar, quanto o fato de já está organizado e ter esses momentos de diálogos. **Além do protagonismo, ideias que divergem mesmo, de funcionalidade, né? Uns querem uma coisa centralizada, só funciona se tiver centralidade; outros não, acham que é mais orgânico, mais horizontal**, enfim, essas diferenças acabam por tencionar (Eva, 8º período de Turismo. Ex-militante do ME independente na UFPB e de movimentos culturais, grifo nosso).

A prioridade das pautas (nacional/geral *versus* pautas locais), como apontado por Heloísa, é quase sempre motivo de discordância entre os grupos no momento de definir o que é mais prioritário. No entanto, como visto mais acima, no movimento “Ocupa UFPB” (novembro de 2016), dependendo do momento político nacional, pautas mais gerais ganham prioridade podendo se tornar hegemônicas entre os grupos mobilizando-os para ação. A estudante de Turismo, Eva, destaca um ponto que tem a ver com a organização e o encaminhamento das decisões, assim, segundo ela, uns preferem a centralidade e outros preferem processos mais horizontais.

Em nossas observações de campo, ficou evidente a predominância da horizontalidade entre os grupos e participantes dos atos nas tomadas de decisões em detrimento das hierarquias que concentram poder. Esta é uma tendência cada vez mais crescente, principalmente quando, de forma inversa, há o sentimento entre o corpo discente de não representatividade dos órgãos de representação oficial do ME.

No entanto, os vários estudantes entrevistados para esta pesquisa ressaltaram a tentativa de alguns grupos de se destacar enquanto protagonistas nas mobilizações e atos – o que se aproxima mais de um personalismo – como sendo uma das principais causas dos conflitos no ME. Nestes casos, se sobressair na militância evidenciaria determinado grupo ou coletivo em detrimento de outros, o que aumentaria seu capital político em relação aos demais que também participam da mesma luta. Contudo, isto acarreta sérias dificuldades na medida em que a busca pelo protagonismo personalizado numa pessoa ou grupo evidencia uma espécie de competição que visa, antes de mais nada, não a luta em si e as conquistas que porventura advenham dela, mas o saldo (capital político) que ela traria para o movimento ou grupo, dificultando de imediato qualquer tentativa de entendimento entre os militantes.

Então, a tensão é muito grande. Às vezes eu observava que um grupo tentava se sobrepor a outro grupo, por questão de **protagonismo**, sabe? Então quando você tem vários grupos juntos **você não consegue ter uma hegemonia, uma coisa coletiva**. [...] Tanto é que a maior dificuldade da gente, toda vez que a gente faz uma mobilização na universidade, é porque é a **união de vários coletivos e a gente nunca consegue tirar uma coisa única** (Davi, Estudante de Psicologia. Grifo nosso).

Fica claro que, no campo político universitário, uma das maiores fragilidades do polo concorrente se encontra na sua fragmentação e na dificuldade de diálogo entre os grupos e coletivos. Isto dificulta uma leitura do processo político que poderia levar à um encaminhamento de ação em comum que fortaleceria o movimento em torno de uma unidade. Assim, o que poderia ser a maior vantagem do polo concorrente – seu grande número –, se torna, na prática, um enorme obstáculo.

No entanto, a diversidade presente no ME, traz em si elementos positivos na medida em que a participação de jovens nos movimentos políticos de sua geração evidencia o aspecto educativo e de aprendizado – para além do meramente político – que tais movimentos inevitavelmente trazem consigo. Um exemplo são as questões de gênero:

Por exemplo, os homens, quando era a parte de cozinhar e limpar os homens faziam, mas era uma parte mais coercitiva do que eles se darem para fazer aquilo, entende, porque tinha que fazer aquilo. Mas acabou rolando essa divisão de tarefas, mesmo que forçadamente, mesmo que falando... “Não, peraí, não é só mulher que tem que limpar a cozinha...”. (Eva, 8º período de Turismo. Ex-militante do ME independente na UFPB e de movimentos culturais).

Eva se refere as divisões das atividades que ocorreu no “Ocupa UFPB (novembro de 2016)”. Quando questionada se na ocupação que aconteceu no Centro de Vivências da UFPB houve esse momento de diálogo ela afirmou: “Rolou sim, todo dia tinha reunião e tinha pautas a serem levantadas desse tipo. [...] Porque o espaço era coletivo, então tinha que dialogar sobre coisas básicas como limpeza, organização, festas e não sei o quê [...]”.

Para Eva, “por mais diferenças que se crie, por mais ódio que eu tenha das coisas não acontecerem, entre aspas, se aprende, sabe? E você pode levar para outros espaços aquilo que se aprende”. Desta forma, a presença feminina nos atos, ocupações e movimentos faz com que questões que envolvem a relação entre os gêneros sejam colocadas e problematizadas. Assim, questões como: quem vai limpar o espaço, quem vai cozinhar são, por exemplo, questões que se colocam em situações como estas, mas que dizem muito sobre a forma como os homens são no seu dia a dia, na sua relação com a família, com a namorada, com a esposa etc.

Então, trazer essa discussão para o movimento proporciona momentos de autorreflexão que, por sua vez, podem mudar atitudes, formas de ser, agir e pensar sobre temas que são do cotidiano e que envolve a renegociação dos papéis entre o masculino e o feminino. Da mesma forma poderíamos pensar a alteridade e as mudanças de hábitos e comportamento em relação às questões de raça, etnia, sexualidade etc. que também estão presentes nas mobilizações estudantis.

Como visto no presente estudo, o campo político universitário evidencia em sua estrutura dois polos antagônicos (o da gestão central/burocrática da universidade *versus* estudantes e seus aliados), o objeto em disputa no campo (o monopólio da competência política sobre os instrumentos de produção política) e o tipo de capital mobilizado pelos agentes na concorrência interna do campo (capital científico convertido em capital político, de um lado; e capital político incorporado via militância estudantil, por outro).

As posições desiguais dos agentes na estrutura do campo sugerem uma distribuição diferenciada dos recursos disponíveis, o que põe parte dos estudantes do polo concorrente (os precarizados) em (e no) movimento para viabilizar sua permanência na universidade através da luta pela assistência estudantil.

Considerações finais

O nosso objetivo primeiro de estudar a sociabilidade política contemporânea da juventude do ensino superior reafirmou aspectos já mostrados em outras pesquisas (fragmentação, influência dos partidos políticos, conflitos internos, crise de representação etc.), mas também fez emergir elementos que, talvez, não tenham sido debatidos com profundidade dentro dos estudos sociológicos sobre o movimento estudantil.

Nos referimos, principalmente, à ascensão das classes populares ao ensino superior possibilitadas por um conjunto de políticas públicas que visaram a ampliação da universidade pública – mas que também teve sua contrapartida nas universidades privadas – permitindo que amplos extratos da juventude brasileira chegassem à universidade. A princípio, este dado que não estava colocado como ponto de partida na pesquisa foi se impondo e exigindo uma atenção maior a ponto de nos fazer rever objetivos e hipóteses até então sustentadas.

Assim, um maior ingresso de jovens das classes populares à universidade implica em observar que a própria universidade – enquanto instituição voltada à formação cultural e para integração do indivíduo ao sistema – também mudou em sua composição, formas de acesso e até mesmo nos movimentos políticos gerados em seu interior.

Antes disso, os estudos sociológicos de meados dos anos 1960 nos mostravam que “[...] o estudante universitário [poderia] se considera[r] [...] privilegiado, **usufruidor exclusivo de oportunidades inexistente para a maioria dos jovens**” (FORACCHI, 1977, p.7, grifo nosso). Na década seguinte, pesquisas sobre a juventude no ensino superior davam conta de que “trata-se de jovens privilegiados sob o ponto de vista social, **pois pertencem, no geral, às classes superiores**; privilegiados sob o ponto de vista educacional e intelectual, pois geralmente são jovens que tiveram acesso à educação superior” (FORACCHI, 1972, p.39, grifo nosso).

As décadas que se seguiram – anos 1980 e 1990 – não mostraram grandes mudanças em relação a composição social da universidade pública no Brasil. Desta forma, esta continuava refletindo em sua estrutura as desigualdades da sociedade brasileira. Quase uma década após a virada para o século XXI, o diagnóstico em relação à educação era de que “[...] o sistema educacional brasileiro tal como constituído hoje reforça o processo de concentração de renda e aumenta a desigualdade, em vez de diminuí-la” (LUNA; KLEIN et. al. 2009, p.100). Para os autores, esta concentração de renda à disposição de alguns poucos privilegiados marca diferentes trajetórias em relação à educação superior.

Os alunos provenientes das melhores escolas particulares, por sua vez, conseguem, via vestibulares concorridos, uma parcela desproporcional das vagas disponíveis nas universidades públicas — as melhores do país. Já a maioria dos alunos provenientes das escolas públicas não obtém uma educação de qualidade suficiente para ingressar nas universidades públicas via vestibular [...] (LUNA; KLEIN et. al. 2009, p.99).

No final da primeira década do novo século XXI, em artigo que trata das continuidades e rupturas dos movimentos estudantis no Brasil, Bringel (2009, p. 103), mostra que, entre outras características deste movimento, “sua composição social está constituída principalmente por setores das classes médias [...]”.

Estes dados sobre a composição social da universidade pública de até então nos mostram que no Brasil a breve experiência política de pouco mais de uma década da esquerda no poder possibilitou uma melhora de vida das camadas mais populares por meio de um conjunto de programas sociais. Entre estes, estão alguns programas que visam ter impacto no ensino superior ao promover o acesso de jovens das camadas mais populares à universidade. Mas isto se deu neste breve espaço de tempo em que o movimento pendular da política econômica brasileira – para pensarmos a partir da metáfora de Ianni (1991) – se movimentou dentro dos marcos de um capitalismo nacional¹⁰⁶.

As contradições internas da adoção desta política, apoiada num pacto de classes, se mostrou com mais força após a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, em 2014, culminando, em 2016, no golpe parlamentar-jurídico-midiático¹⁰⁷. A nova ordem política que emerge – apoiada no capitalismo associado¹⁰⁸ – opera sob o signo da política do Estado mínimo, da privatização, da redução de direitos sociais e do corte de gastos, todos eles nocivos à educação.

Na universidade pública, o reflexo destas contradições – que se expressam através de seu crescimento e retração – tomam formas diversas e se acentuam produzindo movimentos de protestos protagonizados por estudantes precarizados. Assim, a chegada de estudantes de origem popular à universidade recoloca em outros termos o projeto político do movimento estudantil do ensino superior. Isto se dá na medida em que, nos dias atuais, a realização desse projeto político não pode ignorar a garantia da assistência ao estudante – demanda da sobrevivência e permanência no ensino superior – como condição básica.

¹⁰⁶ Ou seja, aquele que tem o Estado como principal centro de decisão política que formula, orienta e executa os programas de desenvolvimento do país. Cf. nota de rodapé, p. 136.

¹⁰⁷ Cf. SOUZA, 2016.

¹⁰⁸ Baseado na associação direta ou indireta entre capitais e interesses políticos e econômicos nacionais e estrangeiros. Cf. nota de rodapé, p. 133.

Tal projeto político pode mudar ao longo do tempo uma vez que, por um lado, muda o contexto sociopolítico, cultural e econômico em que estes agentes atuam e, por outro, muda-se também os próprios agentes do campo – fruto da revitalização da dinâmica social que se dá via mudanças geracionais. Grosso modo, o projeto político do movimento estudantil se transforma conforme o contexto e os agentes em cena. Sendo assim, ele já assumiu, em outros momentos, os contornos por uma “luta pela democracia”, ou da “luta por uma universidade pública e democrática”; e, atualmente, a assume a forma da “luta por sobrevivência e permanência no ensino superior”.

Em nossa pesquisa de campo, os diversos protestos estudantis evidenciavam este cenário. A luta pela assistência dentro da universidade moveu e move, nos dias atuais, tanto os e as estudantes já experimentados nos movimentos políticos dentro e fora do câmpus, quanto aqueles e aquelas que, para permanecer na universidade, tiveram que construir um capital político e levar a pauta da assistência estudantil para o centro do debate. Isto se deu a partir do reconhecimento comum de situações de precarização que levaram ao estabelecimento de laços de sociabilidade e práticas de ação política próprias, o que mostra que estas formas de ação coletiva trazem a marca da origem de classe de seus praticantes.

Recorrendo ao campo conceitual desenvolvido por Thompson (1984), pudemos mostrar que isto acontece no momento em que o estudante (o ser social) desperta, através da experiência vivida, a consciência social (reflexão sobre as questões materiais vivenciadas). Desta forma, o seu “fazer-se” estudante revela, portanto, situações de injustiça, exclusão e precarização que podem leva-lo a se engajar num movimento de mudança.

No entanto, este movimento não é protagonizado por uma classe social, mas por um grupo social – estudantes –, que atua via ação coletiva a partir do reconhecimento recíproco de uma demanda em comum – a assistência estudantil. Esta, é nomeada por uma matriz discursiva que agrega sujeitos, nomeia aspirações difusas e aponta oponentes. E é aqui que chegamos no campo político universitário.

Para melhor compreendê-lo recorreremos à Bourdieu (1983, 1996, 2003, 2004, 2009) e às ferramentas conceituais por ele desenvolvidas que aqui foram repensadas de acordo com as particularidades de nosso estudo. Através delas, pudemos localizar os diferentes agentes dentro do campo social (a universidade) onde se passa as lutas e disputas do que chamamos neste trabalho de campo político universitário. Neste campo, os diferentes agentes mobilizam os diferentes recursos (capitais) disponíveis na luta interna que se dá no seu interior – para alguns, a luta pela sobrevivência e permanência no ensino superior.

Para entendermos como este campo se estrutura, a primeira constatação, a de ordem mais geral, é a que mostra que mesmo sendo a universidade uma instituição autônoma em sua organização e administração, ela reflete as contradições do sistema, uma vez que é parte do sistema. Sendo um microcosmo do sistema, produz e reproduz os valores culturais, políticos e ideológicos que estão presentes na sociedade (FORACCHI, 1972, 1982).

Segundo nossa compreensão, a gestão central/burocrática da universidade compõe um dos polos do campo político universitário, notadamente o polo dominante. É do polo dominante que emanam as regras através das quais se joga o jogo interno do campo, ou seja, as regras que vão reger a luta pelo monopólio da competência política necessária para definir o uso dos recursos disponíveis no campo. Assim, via conversão de capital científico em capital político, discentes são alçados à cargos de poder ocupando posições de prestígio político em Reitoria, Vice-Reitoria, Direção de Centros, Departamentos entre outros.

Do outro lado do campo político universitário encontra-se o polo concorrente, ocupado pelos estudantes. Estes, na luta interna pelo monopólio da competência política necessária para definir o uso dos recursos disponíveis, “[...] inclinam-se para as estratégias de subversão – as de *heresia* (BOURDIEU, 2003, p. 121, grifo do autor). No entanto, algumas regras do jogo precisam ser observadas por seus participantes e uma delas está na exigência de capital político necessário para se movimentar dentro do campo.

Em nossa pesquisa, podemos observar ao longo da trajetória de alguns e algumas estudantes que aqueles e aquelas que tiveram uma socialização política anterior à sua entrada na universidade puderam se mover melhor dentro do campo. De forma contrária, o baixo capital político dificultou o deslocamento no campo e a concretização da pauta.

Na busca pelos outros agentes que compõem o campo político universitário, observamos ainda a presença dos partidos políticos que, interessados na formação de futuro quadros políticos, investem no movimento estudantil numa relação que, se por um lado se mostra inevitável; por outro, evidencia um desgaste que é constatado pelo corpo estudantil que se mostra cada vez mais descrente quanto a representação política.

Sobre o assunto, Claudio de Sousa nos afirmou que

há uma descrença total, a verdade é essa. [A representação política] é ridicularizada. O movimento estudantil, principalmente pela filosofia, é ridicularizado. Talvez pela forma de entendimento de mundo aí faz com que percebam algumas coisas que a maioria também não percebe ou então que vejam coisas que na verdade não tenham, mas possam parecer” (Claudio de Sousa, estudante de Filosofia da UFPB).

É justamente nesta confusão entre perceber algumas coisas que a maioria não percebe ou ver coisas que não existem, mas que possam parecer que existem que mora a desconfiança de grande parte dos estudantes com o movimento estudantil. No entanto, sendo suas entidades representativas espaços de poder é natural que a este espaço concorram diferentes interesses, mesmo em períodos de crise de representação política. Principalmente pelo fato desses espaços de poder (CA's, DA's, DCE e a nível mais geral a UNE) serem espaços reconhecidos como legítimos pelo polo dominante.

Todavia, muito embora haja periodicamente uma grande concorrência entre os diferentes grupos, coletivos e sujeitos por esses espaços de representação política, cresce por fora dessas instituições a organização estudantil autônoma, horizontalizada e mais dinâmica em seus processos decisórios. Não à toa, diversos jovens que atuam no movimento estudantil se autoreconhecem como “estudantes independentes”. Para Francisco de Oliveira, constituir esse grupo faz parte da “[...] busca de construir outros espaços ali [na universidade] que possam ser mais horizontais e que não sejam direcionados de cima, daí que viria meu enquadramento enquanto independente pra esses grupos” (Francisco Oliveira, Pós-graduando de Psicologia).

Eventualmente, os estudantes puderam contar com aliados, entre eles, os partidos políticos, sindicatos e estudantes do câmpus IV (das cidades de Mamanguape e Rio Tinto) que de forma mútua (câmpus IV e câmpus I, João Pessoa) procuraram em alguns momentos somar esforços na luta estudantil. Outros agentes virtualmente presentes no campo que aparecem como aliados foram o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública e o Coletivo Representativo dos Docentes em Luta (Cordel). Os dois primeiros foram agentes importantes na mediação dos conflitos entre estudantes e universidade; o último, contribuiu na publicização dos problemas ligados à assistência estudantil e em relação à privatização dos espaços da universidade e na busca de soluções.

Certamente, o campo político universitário é mais complexo podendo revelar, em dado momento ou contexto, outros agentes em potencial. Aqui, procuramos compreender como este campo se estrutura, seus agentes e os diferentes tipos de capitais postos em movimento no seu interior. A pesquisa de campo e o estudo de caso – que se ateve aos limites do câmpus I da UFPB –, as diversas entrevistas e a observação nos revelaram também os conflitos mais comuns que permeiam os diferentes sujeitos e grupos que compõe o polo concorrente.

Fruto da diversidade que constitui não o movimento estudantil, mas os movimentos estudantis, esses conflitos ora se originam pela forte presença dos partidos políticos e sua agenda entre os estudantes – motivo de discordâncias e rachas entre os diferentes grupos e coletivos – assim como pelo não consenso quanto a sua organização, mais centralizado ou

descentralizado. A prioridade de pauta (nacionais ou locais) também foi lembrada como sendo, não raro, motivo de discordâncias. As discussões em torno do que ser priorizado passa, muitas vezes, pela convicção interna de alguns grupos que podem contrastar com a dos demais grupos e sujeitos que compõe o ME.

O protagonismo a todo custo também foi visto como um problema. A tentativa de alguns grupos, coletivos e sujeitos de construir um capital político próprio desconsiderando o trabalho feito de forma coletiva, e de se colocar como principal protagonista (e ainda propagar isso), revelou momentos de tensão no ME que não raro levam à discordância e rupturas que dificultam a ação em conjunto e o encaminhamento da pauta. Este é, sem dúvida, um grande obstáculo a ser superado pelos estudantes que militam no ME.

Os limites entre o papel do masculino e do feminino dentro do movimento também foi lembrado mostrando que, embora tenha ocorrido progressos, ainda há muito o que se avançar neste campo.

É a parte mais difícil, porque você tem um duplo enfrentamento. Começa que você nem é ouvida pelos próprios companheiros de... [trecho inaudível]. Então, sempre era a tentativa de que homens estivessem nas mesas, homens estivessem na liderança do movimento. [...] E sempre tem a cota da mulher, pra não dizer que não tem uma mulher na negociação coloca uma mulher. Isso era a parte mais difícil de lidar mesmo, porque sempre que você tentava mudar isso, tinha a questão de você não ser ouvida (Heloísa, estudante do 8º período de Economia. Ex-militante da Marcha Mundial das Mulheres e do ME independente na UFPB).

Muito embora situações como estas ainda sejam frequentes, foi ressaltado o aspecto educativo que a diversidade (de gênero, raça, sexo etc.) presente no ME pode desenvolver entre os e as militantes. Como mostra a fala de Eva, estudante do 8º período de Turismo, “por mais diferenças que se crie, por mais ódio que eu tenha das coisas não acontecerem, entre aspas, se aprende, sabe? E você pode levar para outros espaços aquilo que se aprende”.

Estas situações, que são pontos de conflitos e divergências no ME, estão ligadas a própria diversidade deste movimento que se revela nos diferentes sujeitos, grupos, coletivos e instituições de diferentes orientações ideológicas e políticas. Como dito na introdução deste trabalho, a unidade homogeneizadora (que interliga) os sujeitos no ME é a geracional. Mais que uma faixa etária a qual corresponde um determinado jeito de ser e de estar na sociedade, a geração é aqui compreendida como um conjunto de experiências históricas vivenciadas e compartilhadas de forma mais intensa por determinados sujeitos num dado período de suas existências. Assim, a juventude é o elemento comum que interliga os diferentes sujeitos que compõe o ME.

Neste sentido, as contribuições de Mannheim (1968, 1982) apontam para alguns dados que podem nos ajudar nesta compreensão. Segundo o autor, o jovem “[...] não está apenas biologicamente num estado de fermentação, mas sociologicamente penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conhecera” (MANNHEIM, 1968, p. 75). A chegada do e da estudante à universidade pode ser pensado como um exemplo disto. E esse “estado de fermentação” pode ser o “motor” que o levará a se engajar nos movimentos de mudança de sua geração.

Portanto, sendo a juventude o elemento comum a todos e todas que compõe o ME, ela (a juventude) é o que impulsiona o jovem para a mudança, uma vez que é nesta fase da vida que há um espaço maior para o experimento; tendo em vista que, muitas vezes, o jovem ainda não está enredado no *status quo* da sociedade. Contudo, é quase senso comum achar que a juventude é sempre progressista, como se este fosse um dado de sua própria essência. Quanto a isso, Mannheim alerta para a coexistência de unidades de gerações antagônicas. No entanto, muito embora seja cada vez mais comum o surgimento de movimentos conservadores entre os jovens, ainda assim tais movimentos são minoritários no ME.

O surgimento de novos grupos etários põe em movimento o contato das gerações mais novas com a produção cultural fruto da contribuição das sucessivas gerações. Não obstante, este contato vai se dar de forma diferenciada para cada um podendo ser assimilado, reformulado ou até mesmo deixado de lado.

Mannheim lembra que “para a sociedade continuar a existir, a recordação social é tão importante quanto o esquecimento e a ação a partir do zero” (MANNHEIM, 1982, p.76). Isto nos leva a pensar a importância da memória e a resignificação das lutas estudantis das gerações passadas que é feita pelos jovens na militância nos dias atuais. A fala a seguir de um dos estudantes entrevistados exemplifica isso: “Marighella pra mim é um herói. E lá naquele momento ali [nos movimentos escolares], mesmo sem ter armas, a gente sabia que ia honrar Marighella com esse processo. É um sentido de vida, é uma história diferente” (Marighella, estudante de Ciências Sociais da UFPB).

Não à toa, o próprio estudante, ao saber que o autor da tese daria nomes fictícios para os entrevistados, optou por ser chamado de Marighella, o que também aconteceu com outro entrevistado que optou pela alcunha de Carlos Lamarca.

Pensar a categoria juventude enquanto elemento que interliga os diversos sujeitos do movimento estudantil, nos leva às contribuições teóricas de Marialice Foracchi (1972) para este tema. Ao situar sua análise no plano da sociedade marcada pela crise do sistema que se reflete nas instituições, a autora mostra os reflexos dessa crise na universidade (que cumpre apenas

uma parte do que promete) e, por conseguinte, o impacto da crise no estudante, que tem como principal consequência a limitação da condição juvenil. Portanto, é uma crise que perpassa o plano societário, institucional e pessoal.

Em suas pesquisas, Foracchi enfatizou o aspecto de classe como fundamental na compreensão das condições sociais as quais se inserem os estudantes. Para a autora (1965), a família se esforçaria em “prolongar a situação de manutenção, isto é, manter pelo maior espaço de tempo possível o estudante comprometido com uma responsabilidade direta de retribuição”, ou seja, de manutenção de posição da família no *status quo* da sociedade. Segundo a autora (1965, p.221-222, grifo nosso) as condições sociais da participação do estudante na sociedade brasileira deveriam “[...] ser investigadas no contexto de referência de **sua classe de origem** que é, predominantemente, **a pequena-burguesia ascendente, denominada por alguns autores de ‘nova classe média’**”.

Acreditamos que mudanças no plano mais geral da sociedade, da instituição familiar e dos comportamentos nos colocam diante de um novo rearranjo dos papéis sociais e da relação de vínculos entre os jovens e as demais gerações. Além do mais, a ascensão das classes populares à universidade é um elemento novo ainda pouco estudado. No entanto, a composição social da universidade hoje já não é mais tão homogênea. Assim, o aspecto de classe reaparece não como manutenção da posição familiar dos setores mais privilegiados no *status quo* social via educação, mas, uma vez chegado ao ensino superior, enquanto manutenção dos sujeitos pertencentes às classes populares na universidade.

Isto ficou evidente no “nós” que “dá a liga” a uma parcela do movimento estudantil no contexto atual: “Aluno em situação socioeconômica desfavorável”, “Estudantes carentes”, “Quem tem fome, tem pressa”, “Reivindicações de quem tem fome” etc. Estes são alguns “*slogans* de identificação” mais comuns nos diversos cartazes e panfletos distribuídos e usados também na internet em forma de *hashtags*. A carência, elemento comum de aglutinação, é, portanto, percebida na medida em que é vivenciada pelos indivíduos no decorrer de suas experiências de vida. O reconhecimento recíproco de situações de precarização entre os estudantes os levaram ao estabelecimento de laços de sociabilidade e práticas de ação política próprias. Assim, sentimentos como raiva, indignação, dor, desespero, sensação de perda etc. – todos estes relatados em nossas entrevistas – foram ativados agindo como elemento propulsor para mudança.

Contra quem ou o que se voltam os e as estudantes? As análises dos movimentos, atos e protestos estudantis apontam para a gestão central/burocrática da universidade como sendo o maior antagonista do ME. É do polo dominante do campo político universitário que são

administrados burocraticamente os recursos a serem disponibilizados. Neste sentido uma das críticas recorrentes entre os estudantes foi a informatização do processo de seleção que desumaniza a escolha dos estudantes aptos a receber o auxílio. Esta forma de gestão torna ainda mais impessoais os critérios seletivos e que acabam por traduzir decisões políticas e sociais em critérios burocráticos e racionais.

Por sua vez, não se pode perder de vista os vínculos da universidade com o sistema maior da sociedade e os processos políticos e econômicos que se refletem sobre ela. Este reflexo, incide também sobre a condição do e da estudante no ensino superior podendo ser agravado pelo descaso, pelo pouco diálogo ou a não clareza quanto a administração dos recursos. Assim, a luta estudantil tem como alvo os processos limitadores de sua plena condição de estudante no ensino superior e, no plano societário, dos limites impostos à sua realização enquanto classe, gênero, sexualidade, cor/etnia etc.

Desta forma, os projetos políticos da juventude de uma época são sempre o resultado da relação de duas forças, quais sejam: 1) as contradições do sistema social vigente (*status quo*) de cada época que tem impacto nas instituições, entre elas a universidade¹⁰⁹, que por sua vez pode resultar na 2) ação dos jovens em movimentos de mudança. Estas duas forças se encontram em relação constante, hora em conciliação (ou em provisória harmonia), hora em conflito num dado espaço social que estamos chamando aqui de campo político universitário. Deste modo, o projeto político do movimento estudantil é algo em constante estado de “fazer-se”, expressão, como se diria na linguagem sociológica, da relação entre agência e estrutura.

Certamente, os próximos anos serão marcados por intensas manifestações dos estudantes, tanto do ensino superior quanto secundaristas. As eleições presidenciais de outubro de 2018 elegeram um candidato da extrema direita que tem defendido abertamente a privatização de diversas empresas estatais e da universidade pública brasileira. Isto, juntamente com a aprovação da PEC 55¹¹⁰, em 2016, e do projeto Escola sem Partido, apoiados por este candidato, exigirá dos estudantes uma capacidade de mobilização em defesa da universidade pública, da liberdade de cátedra e da manutenção das conquistas adquiridas nos últimos anos com a expansão e democratização do ensino superior.

Foracchi (1972) adverte que não é o movimento estudantil que destrói a universidade ao pôr em prática reivindicações de paridade ou exigir uma universidade crítica. O que a destrói

¹⁰⁹ Certamente este impacto não se dá apenas na instituição universidade. Podemos pensar também a família como instituição primeira a qual o jovem se prende.

¹¹⁰ A PEC do teto dos gastos públicos que limita os gastos em educação e saúde por 20 anos.

é sua incapacidade de absorver no seu arranjo institucional o movimento estudantil como força viva e atuante dentro desta instituição.

Na busca desta “força viva” por sua integração ao ensino superior, um jovem militante nos dá uma pista dos meios para tal fim:

A parada é essa, você detecta na sociedade a luta e infla ela, você joga força; porque **política é isso, é ação concentrada**. Você joga força naquela pauta, naquela reivindicação pra que ela agregue e você consiga coletar mais pessoas para esse sentimento.

E sentencia:

Nós estamos passando por um momento de transição e o movimento estudantil está passando por ele da mesma forma. Daqui há alguns anos, quando você for publicar seu livro, por exemplo, [se refere a esta tese] você vai ter que agregar muita coisa a ele que o movimento estudantil revelou e que tava por debaixo dos panos, tava acontecendo ainda nessas entrevistas, nesse levantamento, nessa avaliação. E é um apontamento certo: não vai deixar de ter resistência, não vai deixar de ter o movimento estudantil, não vai deixar de ter eventos como a greve de fome. **Agora, o que importa pra nossa avaliação é o que a gente vai fazer lá** (Marighella, estudante de Ciências Sociais, grifo nosso).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. – 11º ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis** – punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais**. Brasília: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), 2011. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/relatorio-do-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras/>>. Acesso em: 26 Fev. 2018.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis, 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Retomada de um legado**: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. Tempo soc., São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-33, Nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 18 Ago. 2016.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BARBOSA, Andreza. **A (Des)articulação do Movimento Estudantil (Décadas de 80 e 90)**. Educação. Teoria e Prática (Rio Claro), Rio Claro, v. 10, n.18 e 19, p. 5-14, 2002.

BERNARDO, João. Estudantes e Trabalhadores no Maio de 68. **Lutas Sociais**. São Paulo. nº 19/20. 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18749>>. Acesso em: 4 de julho 2017.

BOITO, Armando Jr. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: GALVÃO, Andréia; BOITO, Armando Jr. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2.ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. - Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **O campo político.** Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 5, p. 193-216, Julho, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Fev. 2017.

_____. **Questões de sociologia;** tradução de Miguel Serras Pereira – Fim de Século Edições, Lisboa, 2003.

_____. **Coisas ditas;** tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica de Paula Montero – São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia.** São Paulo: Ática. 1983, p.122-155 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v.39).

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Una invitación a la sociología reflexiva.** -1a ed. - Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil.** – 2ª ed. – São Paulo: Editora 34, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas. 43p. 2007

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 09 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 01 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112858.htm>. Acesso em: 25/07/2017

BRINGEL, Breno. **Movimentos sociais e democracia:** os dois lados das “fronteiras”. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

BRINGEL, Breno, O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS Revista Científica,** São Paulo, vol. 11, núm. 1, pp. 97-129, jan.-jun., 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/715/71512097006.pdf>. Acesso: 08 nov. 2017.

BRYANT, J. Alison. **Como se desenvolveu a indústria da mídia infantil?** In: Muzzarella, Sharon R. (Org.). Os jovens e a mídia: 20 questões. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

CAMPOS, Antônia J. M et al. **Escolas de luta**. – São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna).

CONH-BENDIT, Daniel. **Nós que amávamos tanto a revolução – 20 anos depois**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Volume I. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. – 1ª. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Nayara Tatianna Santos da. **Do debate à implementação: A versão não oficial da adoção das cotas raciais na UFPB**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2012.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**. Vol. 31, núm. 113, pp. 1223-1245, out.-dez, 2010. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87315816010>> Acesso: 10 ago. 2017.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura: o movimento de 68**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 1998.

DURÁN, Paulo Renato Flores. Em direção à cidadania crítica: serão os jovens sujeitos políticos? in: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). **Juventude, cultura cívica e cidadania**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta LGBT no Brasil, 2016**. Disponível em:<http://pre.univesp.br/historico-da-luta-lgbt-no-brasil#.WXuGueLv_Dd />. Acesso em: 28 de jul. 2017.

FEIXA, Carles; NILAN, Pam. **Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais**. *Política e Trabalho Revista de Ciência Sociais*. João Pessoa, nº31. Set. 2009, p. 13-28.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**; prefácio de José de Souza Martins. - 5. ed. - São Paulo: Globo, 2006.

_____, Florestan. **Os dilemas da reforma universitária consentida**. In: Universidade Brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa - Omega, 1975.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. – 2ªed. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1965.

_____. **Juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Pioneira [Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

_____. **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil, sob o pêndulo da regressão social. in: MOLL, Jaqueline; SEVEGNANI, Palmira (Org.). **Universidade e mundo do trabalho**: Brasília, 19 e 20 de dezembro de 2005. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

G1/PB. UFPB tem 42 obras paradas e prefeito universitário culpa corte de 60% no orçamento, jul. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/ufpb-tem-42-obras-paradas-e-prefeito-universitario-culpa-corte-de-60-no-orcamento.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GERMANO, José Willington. **Estado e educação no Brasil**. – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GONH, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. – 7ª Ed. – São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. – São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção questões de nossa época; v.59).

GROPPO, Luís Antônio. **Retratos da revolta estudantil no Brasil e no mundo**. Piracicaba, SP: Biscalchin Editor, 2008.

_____. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967. In: FILHO, M.Z; MACHADO, O.L. (Orgs.). **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007, pp. 231-253.

_____. As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens "carapintadas". In: GROppo, l. M.; FILHO, M. Z. et al (Orgs.) **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. pp. 39-52.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. et al. **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBSBAWM, E. **Tempos interessantes**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. **Era dos extremos** – O breve século XX. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930-1970**. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. São Paulo. Editora Civilização Brasileira, 1963.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopsse>>. Acesso em: 18/07/2017

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2003**. Brasília: Inep, 2003. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopsse>>. Acesso em: 18/07/2017

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2007**. Brasília: Inep, 2003. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopsse>>. Acesso em: 18/07/2017

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. – 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

_____. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo; Tradução de Carolina Araújo; revisão técnica Danilo Marcondes. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, FAPESP, 2004.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. In: **Educação & Realidade** - Porto Alegre v.34 n. 1 p. 1-246 jan.labr. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8457>>. Acesso em: em 03 ago. 2017.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-moderno**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Desigualdade e indicadores sociais no Brasil**. In: SCHWARTZMAN, Luisa Farah et al. (ORGs). *O Sociólogo e as políticas públicas: ensaios em homenagem a Simon Schwartzman*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Pp.97-116.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Os circuitos dos jovens urbanos**. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, nov. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 18 nov. 2016.

MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações", in: Marialice M. Foracchi (org.). **Mannheim**, Col. Grandes Cientistas Sociais 25, São Paulo, Ática, 1982, pp. 67- 95.

MANNHEIM, Karl. "O problema da juventude na sociedade moderna", in: BRITTO, Sulamita (org.). **Sociologia da juventude I** – da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro, Zahar ed., 1968, pp. 69-94.

MARIZ, Suellem Dantas. **O programa nacional de assistência estudantil (PNAES): uma reflexão sobre sua implementação na UFPB**. 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. – 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Organização e introdução Osvaldo Coggiola; [tradução Álvaro Pina e Ivana jinkings]. – 1.ed. revista – São Paulo: Boitempo, 2010

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Uma história da UNE (1945-1964)**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

MATOS, Olgaria C. F. **Paris 1968: as barricadas do desejo**. – 3ª d. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MEC. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003–2014**, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/arquivos>>. Acesso em: 18/07/2017

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MENDES JR., Antonio. **Movimento Estudantil no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade**. 2006. 377 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais**. Revista Crítica de Ciências Sociais [On line],66, Outubro 2003: 117-149. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>>. Acessos em 26 ago. 2016.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 1997, n.05-06, pp. 134-150. ISSN 1413-2478.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. – São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

_____. **A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

PAIVA, Angela Randolpho (Org.). **Juventude, cultura cívica e cidadania**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PAOLI, Maria Célia. "**Dossiê: Movimento Estudantil Hoje**". in: Revista Desvios, nº4, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70**. – Campinas, SP: 1997. [Dissertação de mestrado]

PORTAL BRASIL. Sancionada lei que destina royalties do petróleo para Saúde e Educação, 2013. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/09/sancionada-lei-que-destina-royalties-do-petroleo-para-saude-e-educacao/>>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

PROUNI. **Bolsas ofertadas por ano**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/10-representacoes-graficas>>. Acesso em: 18/07/2017

QUARUP. **Impressões**. Campinas. Set. de 89. Ano I. Nº3.

REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964, p. 73-108. In: **História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. (Org.) RIDENTI, Marcelo. REIS, Daniel Aarão. São Paulo: Unicamp, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. (Coleção depoimentos), v. 3.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do Iluminismo**. – São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. – 12ª Ed. Revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção educação contemporânea).

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). **Educação**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/assuntos/educacao>>. Acesso em: 24 de jul. 2015

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, Ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Junho 2017.

SILVA, Adailton da; SILVA, Josenilton da; ROSA, Waldemir. Juventude negra e a educação superior. In: CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. – Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, Fabiano P. **Juventude nas ondas do rádio: identidades em formação**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 254p.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Brasil em direção ao século XXI**. In: História geral do Brasil. LINHARES, Maria Yedda (Org.). – 9 ed. – Rio de Janeiro, 2000. – 26ª Reimpressão.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. – Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. **Juventude, contestação e a política de pernas para o ar: O Movimento Passe Livre em Florianópolis**. 2005. Disponível em: <<https://mplfloripa.files.wordpress.com/2011/07/juventude-contestac3a7c3a3o-e-a-polc3adtica-de-pernas-para-o-aro-movimento-passe-livre-em-florianc3b3polisjanice-tirelli.pdf> />. Acesso em: 15 de jan. 2016.

_____. Os jovens anticapitalistas e a resignificação das lutas coletivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 451-470, jan. 2004. ISSN 2175-795X.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9875>>. Acesso em: 29 mar. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/%x>.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90.** – São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985;** Tradução: Mario Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Uma história do Brasil.** Tradução: Raul Fiker. – São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. (Org.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 1** – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriojovem.org/sites/default/files/documentos/EstadoArte-Vol-1-LivroVirtual.pdf>

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa.** Tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Tradução: Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. – 2ª Ed. Tradução: Eva Rodríguez. - Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, Jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802016000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jan. 2018.

UFPB. **Histórico.** Disponível em <<http://www.ufpb.br/content/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 10 set. 2017.

UFPB. **UFPB adota sistema de cotas,** mar. 2010. Disponível em: <http://www.agencia.ufpb.br/vernoticias.php?pk_noticia=11640>. Acesso em: 20 jul. 2017.

UNE. **A UNE e a nova democracia.** Disponível em <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em: 05 de jul. 2016

UNE. **Resolução de Movimento Estudantil aprovada no 55º Congresso da UNE.** jun. 2017. Disponível em: < <http://www.une.org.br/noticias/resolucao-de-movimento-estudantil-aprovada-no-55o-congresso-da-une/>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** Apresentação de Heloisa Buarque de Hollanda. – 3ª ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VENTURA, Juliana. Juventude e política: visões de cidadania no Brasil do século XXI. in: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). **Juventude, cultura cívica e cidadania**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana**: Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. – Rio de Janeiro: Revan, 2006.

VITRAL, Carina. Vamos barrar essa PEC com força máxima, 2016. Disponível em: <<https://www.une.org.br/opiniaio/vamos-barrar-essa-pec-com-forca-maxima-carina-vitral/>>. Acesso em: 16 de mai. 2018.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**: Esbozo de sociología comprensiva. Traducción de José Medina Echavarría, Juan Roura Farella, Eugenio Ímaz, Eduardo García Maynez Y José Ferrater Mora. México: Fondo de Cultura, 1984.

WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim**. Soc. estado., Brasília, v.25, n.2, p.205-224, Aug.2010. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1613&Itemid=171>. Acesso: 12 Jul. 2016.

ZANDAVALLI, Carla Busato. **Avaliação da educação superior no Brasil**: os antecedentes históricos do SINAES. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 385-438, July 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772009000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 04 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000200008>.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS

Dados iniciais:

- Nome
- Sexo
- Idade
- Local de nascimento
- Onde e com quem mora?
- Curso / Período
- Trabalha? Se sim, com o quê?
- Milita em algum partido ou coletivo? Qual?

Trajatória de vida:

- 1) Formação escolar básica (fundamental e médio): escola pública / escola privada / misto?
- 2) Fale de sua trajetória de vida (local onde cresceu / família / estudos / grupos que participou / pessoas e fatos que considera importantes na sua socialização etc.);
- 3) Como é sua relação com seus pais?
- 4) Eles possuem curso superior?
- 5) Eles militam em algum movimento ou partido?
- 6) Isto teve alguma influência sobre você?

Participação política:

- 1) Você lembra quando foi que começou a participar de algo?
- 2) O que lhe motivou?
- 3) Que sentimento (s) a participação política desperta em você?
- 4) Pertence a algum partido político, grupo, coletivo ou movimento social?
- 5) Como se organizam?
- 6) Há tensões? Como são resolvidas?
- 7) Você participa de algum outro movimento social ou projeto?
- 8) Fale de sua participação política no ME
- 9) Como você vê o ME nacional?
- 10) Como você vê o ME na UFPB?
- 11) Qual/Quais a(s) dificuldades para a militância política no ME hoje?
- 12) Quais as principais pautas do ME hoje?
- 13) O que mudou em sua vida após a militância política?
- 14) Há alguma diferença em ser homem, mulher, negro, gay... na militância?

Projetos:

- 1) Quais seus planos para o futuro?
- 2) Como você imagina o Brasil daqui há dez anos?
- 3) Você acredita que sua ação hoje pode fazer a diferença no futuro?
- 4) O que você pretende para sua vida?

ANEXOS

ANEXO A – Cartaz de 2008 da Associação Universitária Santarritense (AUS) divulgando uma programação de debates sobre os 40 anos do maio de 1968.

<http://www.aus-santarita.blogspot.com/>



Maio de 68

Palestra, oficina e debate. 40 Anos
de 09 a 11 de Maio de 2008

Sexta-feira (09/05)
Tarde:
 15h00- Exibição do filme "Os sonhadores".
Noite:
 19h00- Programação Cultural:
 • Na vitrola: discotecagem de vinis (de 68 a 78) trazidos pelo público.

Sábado (10/05)
Manhã:
 09h00- Oficina de Fanzine
Tarde:
 15h00-
 Palestra: 13/12/68 O sonho Acabou?
 Prof. Ms. Rômulo César (UEPB)

Domingo (11/05)
Manhã:
 09h00- Oficina de Fanzine
Tarde:
 15h00- Mesa redonda:
 maio de 68 e sua herança para os movimentos sociais e culturais.
Participantes:
 Prof. Carlos Alberto (Especialista em História da América (UEPB).
 Prof. Valdir Lima
 Prof. Ms. Romero Venâncio
Noite:
 19h00- Programação Cultural:
 Voz e violão

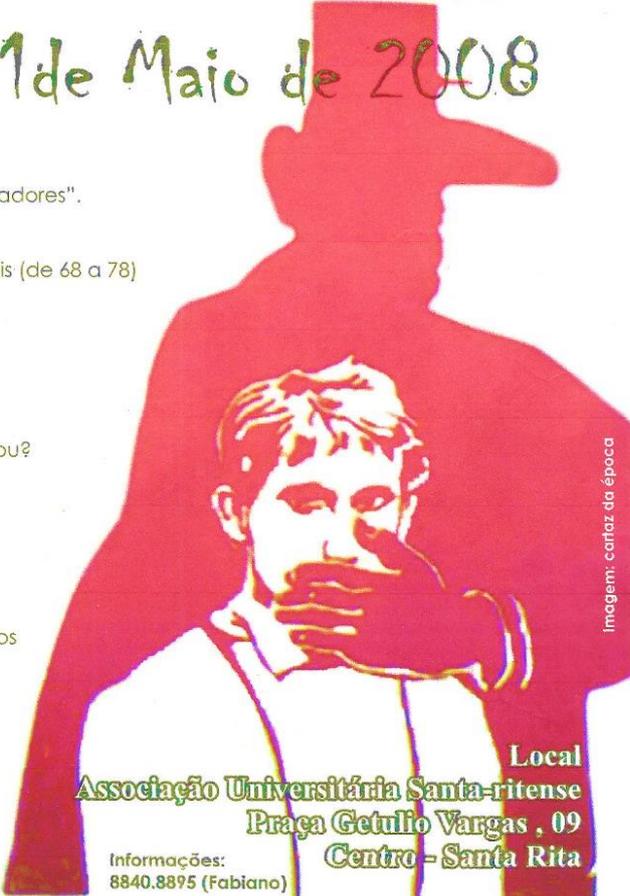


Imagem: cartaz da época

Local
Associação Universitária Santa-ritense
Praça Getúlio Vargas, 09
Centro - Santa Rita

Informações:
 8840.8895 (Fabiano)

Apoio Cultural

P@pel.com
 jan-house-papelaria

Caverna das IDEIAS

Carlinhos
 9128-7271

MOVIMENTO

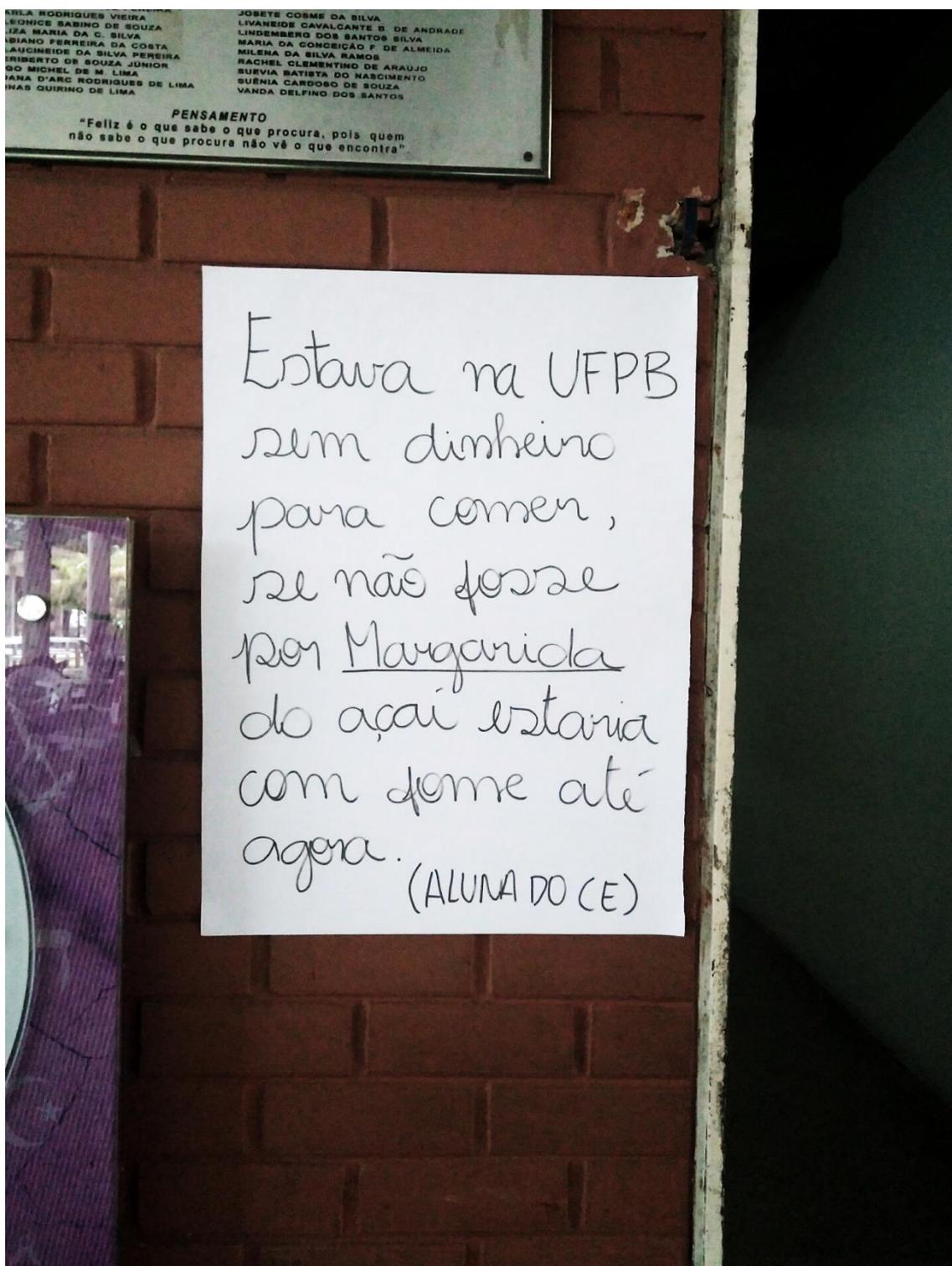
SANTA RITA Flash
 levando Santa Rita Para o Mundo

kaká
 STAMP

ANEXO B – Programação sobre os 40 anos do maio de 1968 promovido pela AUS de Santa Rita.

Apresentação	<i>Sexta-feira (09/05)</i>	<i>Domingo (11/05)</i>
<p>1968: ano do psicodelismo, do movimento feminista, dos protestos contra a guerra do Vietnã, do assassinato de Martin Luther King, da defesa dos direitos dos homossexuais, da pílula anticoncepcional, do recrudescimento da ditadura no Brasil, da Tropicália e do cinema marginal brasileiro... Acontecia ao mesmo tempo em todo o mundo protestos juvenis, inovações na ciência, na música, no teatro, no cinema e a luta pelos direitos civis. Como diria o escritor Zuenir Ventura, 1968 foi "o ano que não terminou".</p>	<p>Tarde: 15h00- Exibição do filme "<u>Os sonhadores</u>".</p> <p>Noite: 19h00- Programação Cultural: ● <u>Na vitrola: discotecagem de vinis (de 68 a 78) trazidos pelo público.</u></p>	<p>Manhã: 09h00- <u>Oficina de Fanzine</u></p> <p>Tarde: 15h00- Mesa redonda: <u>maio de 68 e sua herança para os movimentos sociais e culturais.</u></p>
<p>França, mês de maio: estudantes ocupam a reitoria da Universidade de Nanterre que pouco tempo depois é fechada. Sufocados por um mundo burocratizado e repressivo, os jovens franceses tomam as ruas. O maio de 68 deixa de ser um movimento restrito à universidade e se transforma em um gigantesco levante social de milhões de estudantes e trabalhadores que abala as estruturas do poder francês. Os eventos ocorridos na França, de uma maneira ou de outra, repercutiram em todo o mundo e mudaram para sempre a forma como encaramos a vida. Então, qual a importância desse movimento para a época e para os dias atuais? Quais suas contribuições para os movimentos sociais e culturais pós-68?</p>	<p><i>Sábado (10/05)</i></p> <p>Manhã: 09h00- <u>Oficina de Fanzine</u></p> <p>Tarde: 15h00- Palestra: <u>13/12/68 O sonho Acabou?</u> Prof. Ms. Rômulo César (UEPB)</p>	<p>Participantes: Fabiano P. Silva (mediador) Prof. Carlos Alberto (UEPB) Prof. Valdir Lima Prof. Ms. Romero Verâncio (UFC)</p> <p>Noite: 19h00- Programação Cultural: <u>Voz e violão</u></p>
<p>Com o objetivo de promover um intercâmbio de conhecimento e discutir essas e outras questões relativas ao maio de 68, a AUS (Associação Universitária Santa-ritense) convida a todos os interessados (estudantes, professores e sociedade civil) para participarem deste evento que ocorrerá no prédio da associação nos dias 09, 10 e 11 de maio.</p>		

ANEXO C – Cartaz de uma aluna do Centro de Educação da UFPB



ANEXO D – Nota do Jornal Tribuna da Bahia falando sobre o 1º Seminário Nacional de Universitários Negros (Senun) ocorrido na UFPA em 1993.

TRIBUNA DA BAHIA

DATA 05/09/93

Encontro analisa papel do negro na universidade

O auditório da Faculdade de Arquitetura da UFBA, na Federação, ficou lotado durante todo o dia de ontem durante o I Seminário Nacional de Universitários Negros (Senun). Estudantes de todo o País e até do exterior passaram o dia discutindo os problemas enfrentados no meio universitário e a necessidade de que o conhecimento seja produzido a partir de uma perspectiva do próprio negro. "Existem milhares de pesquisas que têm o negro como objeto de estudo, mas dificilmente ele é também o sujeito desta pesquisa e é isso que nós queremos mudar", explica a socióloga baiana Cláudia Pereira, uma das organizadoras do Senun.

Apenas 3% dos universitários brasileiros são negros e, segundo Cláudia Pereira, esta é a melhor prova de como o acesso ao conhecimento ainda é um privilégio quase que exclusivo dos brancos. "Se a maioria da população brasileira é negra ou mestiça, não tem o menor sentido que 97 por cento dos universitários sejam brancos. Além disso, não existe nenhum reitor negro e mesmo nos cargos de chefia menos importante é difícil encontramos um professor negro", questiona a socióloga.

"O negro geralmente está

"O negro geralmente está destinado a executar um papel de coadjuvante na sociedade, assim como sempre acontece nas novelas. A televisão para uma imagem de que o negro é submisso, sem capacidade, intelectual, feio, praticamente invisível. É esse estereótipo que nós queremos mudar, mostrar que podemos ser protagonistas", analisa Cláudia Pereira.

HISTÓRIA — A distorção da história — que é ensinada às crianças que tem como ponto de vista sempre a perspectiva do europeu — também foi bastante criticada durante o dia de ontem. A educadora baiana Ana Célia Silva lembrou que os livros didáticos sempre apresentam o negro e o índio como indolentes, preguiçosos e conformistas. "Essa é uma visão totalmente distorcida. Nas escolas, as crianças não aprendem quase nada sobre a África e toda a informação que recebem é sempre a da perspectiva do colonizador europeu. Os autores dos livros sabem que não estão contando a história real, mas para que haja uma mudança, é preciso que a comunidade negra se organize e pressione, se negue a aceitar esta versão.

A comemoração do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro (dia da morte de Zumbi dos Palmares) e a não — aceitação do 13 de maio como dia da abolição da escravidão são pequenos sinais da mudança e da pressão que os negros vêm fazendo.

ENCONTRO analisa papel do negro na universidade. Tribuna da Bahia, Salvador: [s.n.], 5 set. 1993. Fonte: http://ceao.phl.ufba.br/phl8/popups/1993-09-05_rr.pdf

ANEXO E – Nota do Jornal Tribuna da Bahia falando sobre o 1º Seminário Nacional de Universitários Negros (Senun) ocorrido na UFPA em 1993.

JORNAL DA BAHIA
DATA 06/09/93

NEGROS LUTAM POR UMA UNIVERSIDADE SEM COR

Uma universidade ideal para o povo negro. É o objetivo principal do Primeiro Seminário Nacional de Universitários Negros, que começou na última sexta-feira e vai até o dia 8, na Faculdade de Arquitetura da UFBA. Universitários de todo o país e até do exterior querem chegar através de debates a um ensino superior sem racismo, que se adapte à realidade de uma raça que representa 45% da população brasileira. Mas que universidade seria esta?

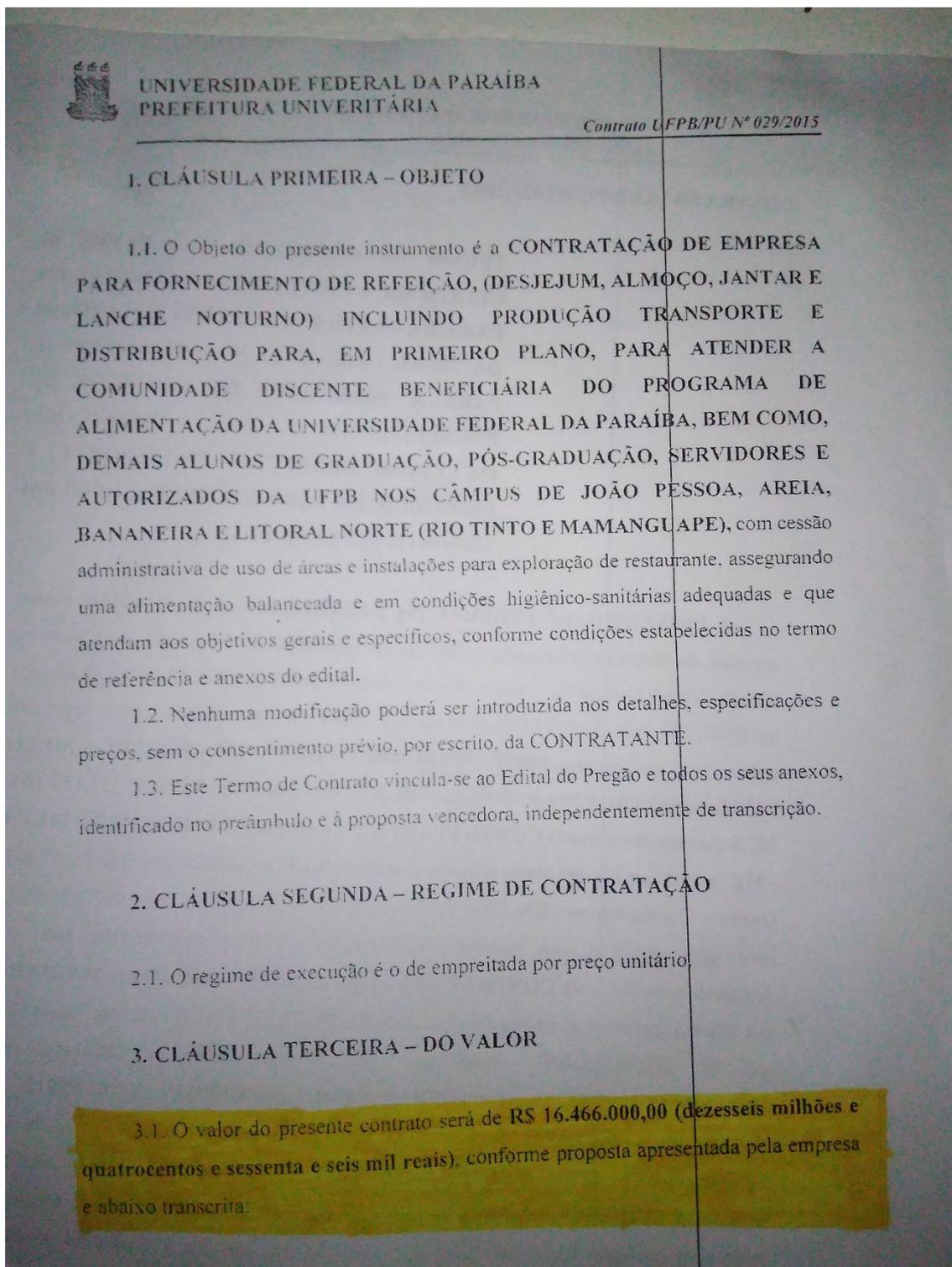
Segundo a coordenação nacional do Senun, a universidade ideal seria aquela que não tivesse mais o negro como objeto de estudo, e sim, que ele fosse o sujeito do estudo. Em outras palavras quer dizer que o negro possa ter mais acesso ao conhecimento, uma vez que somente 3% entram na universidade, "que ainda é exclusiva dos brancos num país 97% de negros", observou um

dos coordenadores nacionais, José Carlos dos Santos. "Não tem o menor sentido. É isto que nós vamos mudar e por isto estamos aqui reunidos".

Na universidade ideal para o povo negro teria também reitor e professores negros. Eles passariam de meros coadjuvantes para os principais. Pela história do ensino superior brasileiro, não há a presença de reitor e muito menos de professor negro em cargos de chefia menos importantes. "Somos encarados como submissos, sem capacidade, feios, tal como as novelas apresentam", disse José dos Santos. No exterior, a situação não é lá muito diferente.

Para que todas as propostas apresentadas em debates no Primeiro Seminário Nacional de Universitários Negros sejam colocadas na prática, de acordo com os palestrantes é necessário que a comunidade negra se organize.

Negros lutam por uma universidade sem cor. Jornal da Bahia, Salvador: [s.n], 6 set. 1993. Fonte: http://ceao.phl.ufba.br/phl8/popups/1993-09-06_rr.pdf

ANEXO F – Contrato de empresa para fornecimento de refeição para o corpo docente da UFPB

ANEXO G – Contrato de empresa para fornecimento de refeição para o corpo docente da UFPB (Continuação)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PREFEITURA UNIVERITÁRIA					
Contrato UFPB/PU N° 029/2015					
CÂMPUS I - JOÃO PESSOA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Alimentação – almoço – durante o período de 12 (doze) meses, em sistema de self-service sem balança, com um copo de suco e uma sobremesa incluída. Devem ser disponibilizados pelo menos dois tipos de carne e opção vegetariana, salada completa com três tipos de legumes (cozidos e crus), três tipos de verduras, temperos e complementos, bem como frutas. Arroz, feijão tipo A e um tipo de massa.	SERVIÇO	500.000	R\$ 6,40	R\$ 3.200.000,00
2	Alimentação – jantar – durante o período de 12 (doze) meses, em sistema de self-service sem balança, com um copo de suco e uma sobremesa incluída. Deve ser disponibilizado pelo menos dois tipos de carne e opção vegetariana, salada completa com três tipos de legumes (cozidos e crus), três tipos de verduras, temperos e complementos, bem como: pão com margarina, café, ou café com leite, ou achocolatado. Arroz, Sopas, Raízes, e um tipo de massa.	SERVIÇO	340.000	R\$ 7,95	R\$ 2.703.000,00
3	Desjejum, individual, durante o período de 12 (doze) meses, composto por café, leite, suco, vitamina de frutas, achocolatados, pães, bolos, cuscuz, misto quente ou frio, (queijo coalho, ou prato, ou mussarela, bem como presunto de frango, ou de peru, ou de carne suína, e mortadela ou ainda carne moída da parte dianteira bovina), ovos, frutas diversas, talheres descartáveis, guardanapos, açúcar, adoçante, margarina.	SERVIÇO	110.000	R\$ 4,50	R\$ 495.000,00
4	Lanche Noturno, individual, durante o período de 12 (doze) meses, devendo ser composto pelos seguintes alimentos: café com leite, suco, achocolatados, torradas, biscoito cream cracker, frutas diversas, talheres descartáveis, guardanapos, açúcar, adoçante, margarina.	SERVIÇO	110.000	R\$ 4,50	R\$ 495.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 6.893.000,00
CÂMPUS II - AREIA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
5	Alimentação – almoço – durante o período de 12 (doze) meses, em sistema de self-service sem balança, com um copo de suco e uma sobremesa incluída. Devem ser disponibilizados pelo menos dois tipos de carne e opção vegetariana, salada completa com três tipos de legumes (cozidos e crus), três tipos de verduras, temperos e complementos, bem como frutas. Arroz, feijão tipo A e um tipo de massa.	SERVIÇO	200.000	R\$ 6,95	R\$ 1.390.000,00

ANEXO H – Nota da Frente Estudantil da UFPB denunciando as condições do Restaurante Universitário.

RU UFPB para tod@s!

QUAL É A SITUAÇÃO DO NOSSO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO?

Após o dia 23/03 os estudantes da UFPB foram impedidos de comer no Restaurante Universitário. O acesso se restringiu apenas aos residentes e às pessoas que recebem auxílio moradia. Muitos estudantes ficaram sem almoçar nos últimos dias, e a PRAPE não tomou uma providência.

UM HISTÓRICO DE DESCASO COM A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Em 2013 o RU passou alguns meses fechado e depois que reabriu @s estudantes encontraram comida estragada, com vermes, insetos, etc (Existem diversas reportagens na internet sobre o ocorrido)!

Ano passado @s estudantes reivindicaram em alguns atos e reuniões na Reitoria que houvesse transparência sobre os gastos com o RU e um aumento efetivo do número de refeições diárias disponibilizadas. NADA DISSO ACONTECEU! Hoje o RU continua atendendo no máximo 2.000 estudantes, numa universidade de aproximadamente 40.000 estudantes! Devemos lembrar que a PRAPE recebe financiamento do Governo Federal para administrar esta e outras políticas de Assistência Estudantil, no entanto, há anos não vemos melhorias no RU! E em 2012 foi desviado mais de UM MILHÃO DE REAIS da assistência estudantil da UFPB! (Também existem notícias espalhadas pela internet sobre o ocorrido)!

Ou seja, o Restaurante Universitário da UFPB vêm passando por problemas há anos, faz tempo que não atende a demanda dos estudantes. E essa situação precisa ser alterada urgentemente, já que apenas 5% dos estudantes da UFPB têm direito de comer no RU! Ele deve ser gratuito e para tod@s, e, ao contrário do que a PRAPE diz, ELE PODE SIM SER GRATUITO E PARA TOD@S! Mas sem mobilização não há resultados. Por isso convidamos toda a comunidade acadêmica a ficar atent@, se juntar na mobilização, e participar dos atos e debates que estiverem acontecendo. PRECISAMOS GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL AOS NOSSOS DIREITOS!
E O RU É UM DIREITO, NÃO UMA MERCADORIA!

25/03/2015

Frente Estudantil da UFPB, por um RU para tod@s.

ANEXO I – Nota dos estudantes sobre a greve de fome

GREVE DE FOME

Hoje, neste 23 de fevereiro chuvoso, as e os estudantes da UFPB decidiram dizer BASTA!

Dando apoio e continuidade aos atos de resistência relacionados à assistência estudantil, três estudantes do Centro de Ciências Humanas e Letras decidiram deflagrar uma greve de fome. Desde as oito horas da manhã, estes estudantes estão acorrentados à entrada da reitoria como um ato político.

Nosso movimento não irá retroceder até que nossas exigências sejam cumpridas. Infelizmente, arriscar a própria vida é a única forma de estudantes serem ouvidos pela reitoria.

Tais ações se dão em conta da situação vergonhosa da assistência estudantil na UFPB, ÚNICA UNIVERSIDADE DO BRASIL ONDE APENAS UMA PARTE DAS E DOS ESTUDANTES TÊM ACESSO AO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO. Além disto, o estopim de nossa ação se deu por conta da lista de auxílio moradia, que saiu na noite do dia 22 com UM ANO de atraso, excluindo estudantes que estão em situação de vulnerabilidade social, havendo casos de pessoas que precisam morar em Centros Acadêmicos e até mesmo na rodoviária. A lista tem apenas 150 aprovadxs, o que sequer de longe chega a abarcar as demandas da UFPB, que estão inseridas em novos contextos nacionais, a exemplo do programa ENEM/SISU, que tem trazido cada vez mais estudantes de outras partes do País. A PRAPE (Pró-reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante) além de passar UM ANO para a divulgação dos resultados, NÃO SE RESPONSABILIZA pelas atuais condições de estudantes que, não só durante esse ano, mas também nesse exato momento, ao não serem contempladxs, estão em condições de miserabilidade. Apesar de haver um Edital de seleção divulgado para o referente auxílio, tanto o processo de aprovação (que novamente, durou um ano), quanto a quantidade de bolsas liberadas, estão em desacordo não só com as demandas da UFPB como também com as verbas que essa instituição recebe do Governo Federal. Nesse sentido é que a GREVE DE FOME realizada por estudantes em frente à Reitoria se torna legítima, uma vez que vem a explicitar uma condição que já passam cotidianamente.

A UFPB é a maior instituição de ensino superior da Paraíba, reconhecida pela mobilização estudantil e a prática de transformação social. Não podemos permitir que em um universo de 40 000 mil alunas e alunos sejam disponibilizadas apenas 150 bolsas de auxílio moradia, as bolsas de iniciação científica são cortadas aos montes e os estudantes da UFPB assim vão perdendo formas de financiar a vida acadêmica. Além de morar em um teto seguro, queremos transporte para quem mora fora da UFPB, as estudantes da RUFT, ainda distanciada, permanecem esquecidas, o campus IV da UFPB até hoje está com uma ocupação que virou residência para as pessoas em vulnerabilidade socioeconômica que deveriam ser assistidas pela universidade. Nos falta os insumos básicos para desempenharmos nosso papel como cientistas em formação. Esta instituição, da qual fazemos parte, deve ir além de garantir o professor em sala de aula, a falta de livros e as coisas básicas da qual necessitamos apenas atrasa o processo de transformação social da qual a universidade pública nacional deve cooperar.

Os pedidos e reivindicações imediatas são: 1) Nova Lista que corresponda às demandas reais da assistência estudantil na UFPB; 2) Responsabilização da PRAPE que, ao demorar em realizar o processo seletivo, deve arcar com todxs aquelxs que estão participando dessa seleção; 3) Transparência do processo seletivo, devendo haver um acompanhamento representativo dxs estudantes; 4) Abertura pública de contas da UFPB.

ANEXO J – Nota da Reitoria sobre a pauta dos estudantes em greve de fome



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA

NOTA SOBRE PAUTA DE MANIFESTANTES QUE OCUPARAM A RAMPA DO PRÉDIO DA REITORIA

sex, 26/02/2016 - 16:54

À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA E À SOCIEDADE
PARAIBANA

Nota da Reitoria sobre os pontos da pauta apresentada por manifestantes que ocuparam a rampa de acesso ao Prédio da Administração Central da UFPB

No dia 25/02/16, o Vice-Reitor em Exercício da Reitoria, recebeu no seu Gabinete cinco representantes do grupo de manifestantes que ora ocupam a rampa da reitoria, que expuseram oralmente algumas reivindicações sobre assistência estudantil. O Vice-Reitor disponibilizou então o uso do computador e impressora da vice-reitoria para redação e impressão de pauta de reivindicações. O grupo, após redigir o documento, declarou que havia decidido que apenas entregaria o texto na rampa de acesso à Reitoria. O Vice-Reitor foi ao encontro do grupo e por volta das 10h recebeu o documento intitulado: Quem tem fome tem pressa!!

A equipe do Reitorado foi então convocada para análise do teor das reivindicações apresentadas em reunião que durou até às 18h, quando duas Pró-Reitoras dirigiram-se à rampa e convidaram os manifestantes para o Gabinete da Reitoria, visando o pronunciamento oficial da instituição, sobre os 23 pontos pautados no documento entregue. Os manifestantes recusaram o convite.

Passamos então a relatar todos os itens do documento analisados pela equipe do Reitorado, seguidos dos esclarecimentos e respostas:

I- Introdução ao documento:

1. “...depois de diversas tentativas de diálogo que nunca foram escutadas, fomos levados a iniciar uma greve de fome em frente da Reitoria. Às 8 horas da manhã do dia 23/02....”

O Pró-Reitor de Assistência Estudantil afirma que todas as pautas de quaisquer segmentos do movimento estudantil, inclusive da instância DCE, eleita e reconhecida democraticamente como representação dos estudantes da UFPB, têm sido sistematicamente atendidas pela Prape, não existindo qualquer demanda encaminhada pelo grupo de manifestantes que ocupa a rampa de acesso à reitoria.

Não há registro junto ao Gabinete da Reitoria de pedido de audiência dos manifestantes. O Vice-Reitor informou que recebeu membros da Comissão de Direitos Humanos da UFPB na manhã do dia 24/02, que declararam interesse em mediar a discussão com os manifestantes, mas que também não dispunham de pauta. Nesta reunião foi esclarecido

que até aquele momento, nenhuma comunicação ou documento havia sido encaminhado pelos manifestantes, nem solicitação de audiência. Portanto se fazia necessário o conhecimento dos motivos que estavam dando causa a tal protesto. Os representantes da Comissão informaram que os manifestantes decidiram fazer uma assembleia e que encaminhariam uma pauta de reivindicações no turno da tarde, o que não ocorreu.

2. “... o estopim de nossa ação se deu por conta da lista de auxílio moradia, que saiu no dia 22/02, com um ano de atraso, excluindo diversos estudantes”

O Pró-Reitor de Assistência Estudantil esclareceu que o atraso na divulgação do resultado do auxílio moradia se deu pelos seguintes motivos:

O edital para o benefício “auxílio moradia” foi publicado em abril de 2015 e 540 processos com solicitação deste auxílio foram recebidos pela Coordenação de Assistência Estudantil. Com a deflagração da greve dos servidores de maio a agosto passados, apenas foi possível concluir a análise e emissão de parecer social de vulnerabilidade pelos Assistentes Sociais, condição OBRIGATÓRIA de acordo com o Decreto n 7.234 de 2010, em fevereiro de 2016. Após este procedimento, seria necessária ainda a validação das matrículas dos alunos solicitantes, via SIGAA.

Após a conclusão dos trâmites legais, 252 processos foram deferidos de acordo com os parâmetros estabelecidos no edital. A primeira lista foi divulgada em 22/02, sendo 150 estudantes contemplados. A divulgação da segunda lista foi publicada nesta sexta-feira(26/02), no site da Prape, e deverá contemplar mais 108 estudantes. Desta forma, toda demanda qualificada, ou seja, 100% dos requerentes aptos (de acordo com o Decreto 7.234/2010) foram atendidos. É importante destacar que o Edital prevê apresentação de recursos para os demais estudantes requerentes no prazo de 48 horas após a divulgação dos resultados.

A Prape informou ainda que no âmbito da instituição todos os procedimentos estão normalizados e todos os benefícios estudantis são regularmente usufruídos por aqueles que se encontram comprovadamente em situação de vulnerabilidade social.

II- Pauta de solicitações:

a. “A serem efetivadas imediatamente:”

i. “*Contemplação de todas as pessoas dentro do perfil socioeconômico do PNAES que solicitaram o auxílio moradia/residência em 2015.1*”.

A Prape informou que todos os estudantes requerentes que apresentaram documentação comprobatória e que foram avaliados pelo corpo de assistência social tiveram processos deferidos.

ii. “*Abertura do R.U para todos os feras da UFPB que solicitaram assistência estudantil enquanto não forem divulgados os resultados dos processos no períodos de 2015.2 e períodos adiantes.*”

A Prape informou que TODOS os editais previstos para assistência estudantil na UFPB, estão com novo protocolo, totalmente on-line, via SIGAA, inclusive o de acesso ao Restaurante Universitário.

Obs.: A nota é maior e pode ser consultada em seu formato integral no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ufpb.br/content/nota-sobre-pauta-de-manifestantes-que-ocuparam-rampa-do-pr%C3%A9dio-da-reitoria>

Acesso em: 12/05/2018

ANEXO L – Pauta dos e das estudantes da Residência Universitária Masculina e Feminina da UFPB (RUMF)

Ofício 001/2017

À Reitoria, Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil (PRAPE) e Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis (COAPE)

Assunto: Solicitações de Providências

Considerando a necessidade de atender as nossas demandas emergenciais que estão impactando diretamente na nossa subsistência e principalmente a rendimento nas atividades acadêmicas, requeremos à PRAPE-COAPE soluções para as seguintes problemáticas:

DEMANDAS	PRAZO
Cumprimento de acordos passados que não foram cumpridos	
1 – Garantir a participação política e deliberativa nos processos políticos e administrativos da PRAPE e COAPE garantindo voz e votos com pesos iguais, bem como no CONSUNI;	
2 – Cumprimento dos acordos discutidos e aprovados em movimentos passados que não foram cumpridos, como os termos que constam no TAC assinado após a greve de fome de março de 2016;	
3 – Garantia do lançamento de editais para os auxílios e residência no ato da matrícula, a fim de garantir que os estudantes iniciem seu período letivo já possuindo residência e outros auxílios;	
Infraestrutura	
4 – Conclusão de obras paradas (quadra, cozinha da residência, sala de jogos, e urbanização da residência);	
5 – Garantir a aquisição e instalação das máquinas de lavar, que já foram solicitadas previamente pela coordenação da RUMF, tendo em vista que as pessoas com deficiência não podem lavar roupas na atual lavanderia;	
6 – Fornecimento regular de energia elétrica; (Sugestão: instalação de um gerador de energia elétrica para residência)	
7 – Garantir o cumprimento das atividades da equipe elétrica da UFPB nos fins de semana; (Sugestão: revezamento de plantão para todos os funcionários)	
8 – Fornecimento regular de água; (Sugestão: instalação de caixas d'água maiores na parte superior dos blocos A e B e manutenção ou troca das caixas d'água que já existem)	
9 – Melhoria no fornecimento de internet; (Sugestão: instalação de mais roteadores nos blocos A e B, instalação de roteadores nos anexos A e B, e instalação de roteadores na RUMFET, que ainda não possui)	

10 – Renovação dos filtros e troca dos bebedouros; (Sugestão: manutenção agendada dos bebedouros, ao menos a cada 3 meses)	
11 – Readequação das estruturas de acessibilidade para pessoa com deficiência em respeito ao estatuto da pessoa com deficiência e as devidas normas técnicas atualizadas, garantindo também demarcações para deficientes visuais tanto na residência quanto no RU, bem como ampliação do Projeto Rota Acessível;	
12 – Reestruturação das salas de estudo e de informática que se encontram sucateadas; (Sugestão: manutenção e aquisição de novos computadores e roteadores para esses ambientes)	
13 – Garantir suporte técnico informático (para computadores e roteadores), hidráulico (para bombas de água, chuveiros, torneiras e encanamento), de marcenaria (para conserto e substituição de janelas, portas, camas e pintura) e elétrico (para fiação e lâmpadas) permanentes na Residência Universitária;	
14 – Disponibilização de mesas, cadeiras e armários para todos os quartos da residência, uma vez que todos os residentes se encontram em vulnerabilidade social;	
15 – Readaptação da cozinha da residência para poder armazenar e preparar, de maneira correta, os gêneros alimentícios que são usados no café da manhã;	
16 – Garantir o funcionamento de todos os elevadores da UFPB (que atualmente se encontram todos interditados) bem como instalação de elevadores em espaços que ainda não possuem, como a residência;	
17 – Criação de um programa de ampliação de vagas para a Residência Universitária em todos os câmpus da UFPB;	
Lazer	
18 – Garantir o acesso dos estudantes nos espaços desportivos da UFPB, que já estão garantidos em estatuto;	
19 – Renovação do material esportivo da residência;	
20 – Garantir a realização de atividades e eventos de caráter cultural na residência, realizados e promovidos pelos residentes com prévia organização;	
Auxílio Financeiro	

21 – Da revisão e melhoramento do STI para garantir a correta visualização documental nos processos de seleção para Residência Universitária e demais auxílios;	
22 – Reajuste do auxílio financeiro dos residentes para R\$254,28 (os devidos acréscimos também cabem aos alunos beneficiados com auxílio moradia);	
Segurança	
23 – Melhorar e aumentar a iluminação no entorno da residência bem como de toda a UFPB; (Sugestão: trocar a iluminação incandescente por lâmpadas de LED)	
24 – Garantir a permanência de vigilantes na guarita do HU para possibilitar a entrada emergencial de veículos como o SAMU, uma vez que os vigilantes não se mantem na guarita a noite inteira;	
25 – Instalação das câmeras no entorno da residência que já foram discutidas e aprovadas em assembleias anteriores;	
26 – Contratação de mais seguranças femininas, principalmente para o turno da noite;	
27 – Garantir a confecção e disponibilização das carteiras dos moradores da residência para garantir o controle de acesso às residências;	
28 – Adquirir mais e trocar os extintores da residência sem condições de uso;	
Saúde	
29 – Atualização da lista dos residentes no HU para garantir atendimento, uma vez que a própria equipe administrativa rejeita o atendimento aos residentes; (Sugestão: atualização a cada semestre)	
30 – Garantir a preferência ao atendimento dos residentes no CRAS, uma vez que estão sendo adquiridos equipamentos médicos através da PRAPE;	
31 – Garantir a efetivação da instalação da sala para atendimento psicológico; (Sugestão: no mínimo um profissional de psicologia por bloco).	
32 – Garantir a compra de medicamentos através da COAPE mediante apresentação de receita médica;	
33 – Contratar profissionais e disponibilizar atendimento para os residentes das seguintes especialidades: gastroenterologista, otorrinolaringologista, urologista e endocrinologista;	
34 – Reorganizar o agendamento do CRAS para ser realizado semanalmente, tendo em vista que atualmente existem filas de atendimento de ate um mês;	

35 – Ampliar o número de Assistentes Sociais na PRAPE, buscando atender, também, os alunos beneficiados pelo auxílio moradia;	
Alimentação	
36 – Garantir o cumprimento do cardápio do RU que foi licitado exatamente como se encontra no portal da transparência;	
37 – Disponibilizar a quarta refeição também nos fins de semana;	
38 – Garantir o armazenamento devido dos gêneros alimentícios e preparo do café da manhã na própria residência;	
39 – Garantir a contratação de Nutricionistas vinculados a PRAPE, bem como garantir a participação de alunos de Nutrição e Gastronomia, através de estágios, para fiscalização e eventual análise dos alimentos fornecidos na Residência.	

João Pessoa-PB, 12 de Maio de 2017.

ANEXO M – Cartaz e imagem do debate entre professores, estudantes e comerciantes sobre a privatização dos espaços da universidade, cortes de bolsas, autoritarismo da gestão, taxaço dos Centros Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes etc.

**PRECARIZAÇÃO E
PRIVATIZAÇÃO DA UFPB**

14/08 PLENÁRIA ESTUDANTIL
🕒 18:00 horas 📍 Praça do C.E.

**16/08 DEBATE SOBRE PRIVATIZAÇÃO
E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO
PÚBLICO SUPERIOR**
🕒 19:00 horas 📍 Praça da Alegria
Com a presença da Defensoria Pública da
União

**22/08 PLENÁRIA AMPLA CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR**
🕒 18:00 horas 📍 Centro de
vivências

Estudantes Independentes da UFPB e CORDEL



ANEXO N – Imagens de atos de estudantes, professores, organizações sindicais e movimentos sociais contra a agenda de retrocessos na educação e demais direitos adquiridos.



Plenária pela democracia no Centro de Vivências da UFPB com professores, estudantes e movimentos sociais (11/10/2018).



Primeiro ato de resistência da UNE e das frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular em São Paulo (31/10/2018) reuniu cerca de 30 mil pessoas. Reconheceram o resultado das urnas, mas afirmaram que não aceitarão retrocessos. Foto: Mídia Ninja.